

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

RAFAELA CARVALHO PINHEIRO

“QUEM PAGA COM CHEQUE ESTÁ SEMPRE BEM DOCUMENTADO”
BANCOS NO SUL DE MINAS E O BANCO DO SUL DE MINAS (1909-1940)

São Paulo

2023

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

“QUEM PAGA COM CHEQUE ESTÁ SEMPRE BEM DOCUMENTADO”
BANCOS NO SUL DE MINAS E O BANCO DO SUL DE MINAS (1909-1940)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de doutora em História Econômica.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Suarez Galvão.

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P654? Pinheiro, Rafaela Carvalho
"Quem paga com cheque está sempre bem documentado":
Bancos no Sul de Minas e o Banco do Sul de Minas
(1909-1940) / Rafaela Carvalho Pinheiro; orientadora
Luciana Suarez Galvão - São Paulo, 2023.
318 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Econômica.

1. BANCOS. 2. CAFEICULTURA. 3. ECONOMIA REGIONAL.
I. Galvão, Luciana Suarez, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas e todos que colaboraram com essa pesquisa.

Em primeiro lugar, agradeço à Luciana, minha orientadora, pelos anos de caminhada, pela amizade e pelos conselhos e principalmente pelo suporte incondicional nos momentos difíceis impostos pela vida.

Agradeço aos membros da banca, Rita Almico, Thiago Gambi e José Flávio Motta, por terem aceitado compor esta banca. A José Flávio dedico um agradecimento especial, por ter me acompanhado desde o início desta jornada na pós, sempre com contribuições valiosas.

Agradeço aos amigos e amigas que fizeram parte dessa caminhada, sobretudo à Camila e à Natânia, *hermanas* sem as quais a vida teria sido mais difícil e mais cinza. Agradeço à Isa pela disponibilidade e paciência em fazer os mapas maravilhosos utilizados nesta tese.

Agradeço aos e às camaradas pelo apoio precioso à conclusão desta tese.

Agradeço à minha mãe, que além de tudo foi companheira de arquivo, cuja ajuda foi fundamental para fotografar todos os documentos a tempo.

Agradeço ao meu filho por existir e ao meu marido pela parceria cotidiana e inestimável.

Por fim, agradeço à Capes pela bolsa disponibilizada para realização desta pesquisa.

“Ser mineiro [...] é vender queijos e possuir bancos.”

(Fernando Sabino)

“Quem entende de café sabe que o Sul de Minas tem uma fina história para contar.”

(Maria Lúcia Prado Costa)

RESUMO

Esta pesquisa investiga o papel dos bancos no Sul de Minas Gerais entre 1909 e 1940, com ênfase no Banco do Sul de Minas, que operou entre 1932 e 1937. A hipótese central é que o surgimento dessas instituições financeiras está relacionado ao complexo cafeeiro da região, que proporcionou o transbordamento de recursos para esta e outras áreas da economia local. De forma geral, constatamos que na maioria das vezes em que os proprietários dos bancos locais foram identificados, estes estavam associados ao setor cafeeiro. Durante nossa análise documental, constatamos que o Banco do Sul de Minas, embora tenha tido uma existência curta, desempenhou um papel importante no financiamento das atividades cafeeiras da região. Nossos resultados demonstram que a presença de um complexo cafeeiro foi um fator crucial para o surgimento e desenvolvimento da rede bancária do Sul de Minas.

ABSTRACT

This research investigates the role of banks in the southern region of Minas Gerais between 1909 and 1940, with emphasis on the Banco do Sul de Minas, which operated from 1932 to 1937. The central hypothesis is that the emergence of these financial institutions is related to the coffee complex of the region, which provided resources for this and other local economic sectors. In general, we identified that in most cases where the owners of local banks were identified, they were associated with the coffee sector. During our document analysis, we found that the Banco do Sul de Minas, despite its short existence, played an important role in financing coffee activities in the region. Our results demonstrate that the presence of a prosperous coffee complex was a crucial factor for the emergence and development of the banking network in southern Minas.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Bancos inaugurados em Minas Gerais nos anos finais do século XIX.....	33
Tabela 2 – Instituições bancárias fundadas no Sul Minas Gerais de 1909 a 1920	37
Tabela 3 – Bancos inaugurados o Sul de Minas na década de 1920	47
Tabela 4 – Instituições bancárias fundadas no Sul de Minas Gerais de 1931 a 1940	68
Tabela 5 – A produção de café no conjunto das exportações mineiras, 1889-1926 (em contos)	78
Tabela 6 – Produção exportável de café das principais regiões produtoras (1.000 sacas)	81
Tabela 7 – Participação da produção cafeeira da Zona da Mata e Sul na produção de Minas Gerais – períodos selecionados (1886-1926)	82
Tabela 8 – Minas Gerais, 1920: distribuição da produção cafeeira pelas regiões.....	83
Tabela 9 – Os principais municípios produtores de café do Sul de Minas, 1927.....	85
Tabela 10 – Produção de café e cafeeiros, em 1939, das cidades sul-mineiras com bancos locais entre 1909 e 1940.....	89
Tabela 11 – Data de fundação, produção industrial e população das cidades do Sul de Minas Gerais, em contos de réis correntes, 1907, 1937, 1940	103
Tabela 12 – As 15 maiores empresas industriais do Sul de Minas Gerais, 1907	104
Tabela 13 – As 15 maiores empresas industriais do Sul de Minas Gerais, 1937	105
Tabela 14 – Situação da indústria, em 1940, nas cidades sul-mineiras com bancos no período de 1909 a 1940.....	107
Tabela 15 – Capital aplicado e pessoal ocupado em 1940 nos estabelecimentos que operam no comércio de mercadorias	114
Tabela 16 – Bancos em 1936.....	115
Tabela 17 – Maiores capitais dos bancos mineiros (1909-1940)	116
Tabela 18 – Produção agrícola de municípios sul-mineiros, em 1920, que fundaram seus bancos entre 1909 e 1940.....	126
Tabela 19 – Relação nominal das filiais dos bancos em funcionamento, em 1936, nas cidades sul-mineiras com bancos locais entre 1909 e 1940	129
Tabela 20 – Bancos do Sul de Minas fundados entre 1909 e 1940 consoante ano de encerramento	140

Tabela 21 – Acionistas com maior número de ações do Banco do Sul de Minas no momento de sua constituição, 1932.....	206
Tabela 22 – Acionistas com maior número de ações do Banco do Sul de Minas no momento da falência, 1937	208
Tabela 23 – Ocupação dos acionistas do Banco do Sul de Minas quando de sua constituição, 1932	218
Tabela 24 – Cidade de origem do capital do Banco do Sul de Minas quando de sua constituição, 1932	220
Tabela 25 – Cidade de origem do capital do Banco do Sul de Minas no momento de sua falência, 1937.....	222
Tabela 26 – Maiores valores dos títulos descontados, 1937	230
Tabela 27 – Valores dos títulos descontados por faixas no momento da falência, 1937	231
Tabela 28 – Contas Correntes do Banco do Sul de Minas no momento da falência, 1937	236
Tabela 29 – Contas Correntes do Banco do Sul de Minas no momento da falência, 1937	236
Tabela 30 – Contas Correntes de Aviso do Banco do Sul de Minas no momento da falência, 1937.....	237
Tabela 31 – Contas Correntes Populares do Banco do Sul de Minas no momento da falência, 1937.....	238
Tabela 32 – Contas Correntes Diversas do Banco do Sul de Minas no momento da falência, 1937.....	240
Tabela 33 – Contas Correntes Correspondentes do Banco do Sul de Minas no momento da falência, 1937.....	241
Tabela 34 – Contas Correntes de Movimento do Banco do Sul de Minas no momento da falência, 1937.....	242
Tabela 35 – Maiores depósitos a prazo fixo consoante valores no momento da falência, 1937.....	244
Tabela 36 – Transferências das ações do Banco Popular do Sul de Minas pelo Banco do Sul de Minas	254
Tabela 37 – Distribuição de dividendos pelo Banco do Sul de Minas (julho a dezembro de cada ano).....	260
Tabela 38 – Liquidação do Banco do Sul de Minas	275

Tabela 39 – População das cidades sul-mineiras que fundaram instituições bancárias nas primeiras décadas do século XX.....	303
Tabela 40 – Bancos do Sul de Minas, da Mata e do Centro consoante ano de fundação (1900-1940).....	306
Tabela 41 – Acionistas do Banco do Sul de Minas no momento de sua constituição, 1932	309
Tabela 42 – Acionistas do Banco do Sul de Minas no momento da falência, 1937.....	315

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produção cafeeira em Minas Gerais	82
Gráfico 2 – Bancos fundados entre 1909 e 1940: Sul, Mata e Centro.....	117
Gráfico 3 – Bancos fundados na fase inicial (1909-1920): Sul, Mata e Centro.....	120
Gráfico 4 – Bancos fundados na fase de expansão (1921-1930): Sul, Mata e Centro..	122
Gráfico 5 – Bancos fundados na fase de desenvolvimento: Sul, Mata e Centro.....	128
Gráfico 6 – Produção e consumo mundiais de café e o preço.....	162
Gráfico 7 – Produção mundial, produção brasileira e colombiana de café.....	163
Gráfico 8 – Produto Interno Bruto em mil-réis (<i>a preços constantes de 1947</i>)	169
Gráfico 9 – Ocupação dos acionistas do Banco do Sul de Minas, 1932.....	212
Gráfico 10 – Número de ações por ocupação dos acionistas do Banco do Sul de Minas, 1932.....	217
Gráfico 11 – Número de acionistas por número de ações do Banco do Sul de Minas quando de sua constituição, 1932	219
Gráfico 12 – Cidades de origem do capital do Banco do Sul de Minas quando de sua constituição, 1932	221
Gráfico 13 – Cidade de origem do capital do Banco do Sul de Minas no momento de sua falência, 1937.....	223

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização geográfica do Sul de Minas.....	22
Figura 2 – Imagem de um dos documentos do processo da falência do Banco do Sul de Minas.....	25
Figura 3 – Antiga sede do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, 1903.....	32
Figura 4 – Sede do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, 1931.....	32
Figura 5 – Banco de Guaxupé	38
Figura 6 – Casa Bancária Odilon Freire & Comp.	39
Figura 7 – S.A Comissária de Santos com Casa Bancária Odilon Freire como representante em Guaranésia.....	40
Figura 8 – Odilon Freire & Cia	40
Figura 9 – Propaganda do Banco Comercial de Alfenas	45
Figura 10 – Edital de aviso aos credores da firma Máximo & Vasconcellos	49
Figura 11 – Banco Machadense.....	53
Figura 12– Banco J. O. Resende & Cia LTDA	55
Figura 13 – Propaganda do Banco J. O. Resende & Cia LTDA	56
Figura 14 – Casa Bancária Tavares Monteiro & Cia.....	60
Figura 15 – Banco de Varginha.....	61
Figura 16 – Banco de Cássia	62
Figura 17 – Casa Bancária Moreira Salles & Cia.....	69
Figura 18 – Produção de café em 1923 das cidades estudadas (em quilos).....	90
Figura 19 – Fundação dos bancos sul-mineiros consoante estações ferroviárias em 1923	101
Figura 20 – Valor da produção industrial (em mil réis) em 1923 das cidades analisadas	109
Figura 21 – Fundação dos bancos sul-mineiros (1909-1940)	132
Figura 22 – Destino dos bancos do Sul de Minas, 1909-1940	141
Figura 23 – Lei da Usura.....	177
Figura 24 – Localização de Varginha	184

Figura 25 – Organização do Banco do Sul de Minas.....	190
Figura 26 – Vista geral da fazenda Posses de propriedade do Capitão Antônio de Paiva Junior, município de Varginha	194
Figura 27 – Fazenda Posses de propriedade do Capitão Antônio de Paiva Junior, município de Varginha.....	194
Figura 28 – Máquina de beneficiar café, fazenda Posses de propriedade do Capitão Antônio de Paiva Junior município de Varginha.....	195
Figura 29 – Gado Holandez, fazenda Posses de propriedade do Capitão Antônio de Paiva Junior, município de Varginha	195
Figura 30 – Residência e Comércio de Roque Rotundo, 1919.....	197
Figura 31 – Residência e comércio de Roque Rotundo, 1934	198
Figura 32 – Residência de Domingos Ribeiro de Rezende, Varginha.....	200
Figura 33 – Fazenda do Córrego das Pedras, propriedade de Domingos Ribeiro de Rezende, distrito de Carmo da Cachoeira	201
Figura 34 – Fazenda do Leme, propriedade de Domingos Ribeiro de Rezende	201
Figura 35 – Fazenda do Bananal, propriedade de Domingos Ribeiro de Rezende	202
Figura 36 – Residência de Domingos Justiniano de Rezende	203
Figura 37 – Propaganda do Banco do Sul de Minas.....	227
Figura 38 – Matéria sobre a falência do Banco do Sul de Minas	258
Figura 39 – Aviso sobre nomeação do síndico da falência do Banco do Sul de Minas.....	262
Figura 40 – Edital de convocação dos credores do Banco do Sul de Minas.....	264
Figura 41 – O Sul de Minas.....	299

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estações ferroviárias em 1923 das cidades sul-mineiras que fundaram seus bancos entre 1909 e 1940.....	98
Quadro 2 – Firmas de Varginha apresentadas por Rubião em 1919.	187
Quadro 3 – Administração do Banco do Sul de Minas, 1932	192
Quadro 4 – Comerciantes acionistas do Banco do Sul de Minas em 1932 por ramo de comércio.....	213
Quadro 5 – Fazendeiros acionistas do Banco do Sul de Minas em 1932	214

LISTA DE ABREVIATURAS

AFVM – Arquivo do Fórum Municipal de Varginha

EFSM – Estrada de Ferro São Paulo e Minas

CAMOB – Caixa de Mobilização Bancária

CARED – Carteira de Redesconto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
PRIMEIRA PARTE: BANCOS NO SUL DE MINAS	27
CAPÍTULO 1 - BANCOS NO SUL DE MINAS	28
1.1 – A FASE INICIAL DOS BANCOS NO SUL DE MINAS (1909-1920)	36
1.2 – A FASE DE EXPANSÃO DOS BANCOS SUL-MINEIROS (1921-1930)	46
1.3 – A FASE DE DESENVOLVIMENTO DOS BANCOS NO SUL DE MINAS (1931-1940).....	66
CAPÍTULO 2 – OS BANCOS E A ECONOMIA SUL-MINEIRA	75
2.1 – O CAFÉ E O COMPLEXO CAFEIEIRO NO SUL DE MINAS	77
2.2 – FERROVIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	93
2.3 – CRÉDITO, FINANÇAS E BANCOS.....	115
CAPÍTULO 3 – OS BANCOS, O CAFÉ E A POLÍTICA ECONÔMICA NACIONAL	134
3.1 – POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DO CAFÉ E REGULAÇÃO BANCÁRIA	143
3.2 – CRISE DE 1929 E O PROBLEMA DO CAFÉ	160
3.3 – POLÍTICA ECONÔMICA DE VARGAS	170
SEGUNDA PARTE: O BANCO DO SUL DE MINAS	182
CAPÍTULO 4 – UM BANCO REGIONAL NA ECONOMIA CAFEIEIRA	183
4.1 – A FUNDAÇÃO DO BANCO DO SUL DE MINAS	189
4.2 – UMA ANÁLISE DOS ACIONISTAS DO BANCO DO SUL DE MINAS.....	204
4.3 – AS OPERAÇÕES BANCÁRIAS.....	224
CAPÍTULO 5 – A FALÊNCIA DO BANCO DO SUL DE MINAS	247
5.1 – CAUSAS DA FALÊNCIA DO BANCO DO SUL DE MINAS	248
5.2 – OS ASPECTOS JURÍDICOS DO PROCESSO DE FALÊNCIA DO BANCO DO SUL DE MINAS	261
5.3 – A LIQUIDAÇÃO DO BANCO DO SUL DE MINAS	266
CONSIDERAÇÕES FINAIS	279
FONTES PRIMÁRIAS	286
REFERÊNCIAS	290
ANEXO I	298
ANEXO II	306
ANEXO III	309

INTRODUÇÃO

Os bancos constituem-se como um dos elementos primordiais para efetivação do capitalismo, uma vez que são responsáveis por reunir os recursos financeiros disponíveis em determinada localidade e reparti-los conforme a necessidade de crédito. Dessa forma, o vigor das economias dependia de bancos preparados para satisfazer suas demandas, o que impactava diretamente no desenvolvimento dessas economias. Vicente Fontenla, em seu livro *História dos Bancos no Brasil*¹, afirma que “os bancos não constituem um fim, mas um meio de promover o enriquecimento de países e a melhoria do *Standard* de vida das populações”. Dessa maneira, é possível compreender, para além do papel dos bancos como agentes do desenvolvimento econômico, a função especial que o financiamento bancário desempenha nesse processo. Isso ocorre porque entra em ação o efeito multiplicador do crédito, aumentando a oferta de moeda e expandindo a base monetária existente em determinado momento.

Por outro lado, a ausência de uma rede bancária sólida configura uma limitação ao avanço dessas economias. A falência de um banco pode resultar em efeito negativo no crédito em grande escala, levando à falta de dinheiro e não cumprimento de obrigações monetárias. Pode haver, quebra de acordos bancários, perdas e crises financeiras. Isso contribui para prejudicar a estabilidade e harmonia do setor bancário, causando desconfiança do público e uma corrida bancária.

Em uma cartilha do Banco Central para explicar às crianças o que são os bancos, o texto diz que essas instituições permitem “que dentro de um país circule maior quantidade de dinheiro para as indústrias e o comércio, que haja mais empregos e que todos possam ter uma vida melhor”. No entanto, de acordo com a cartilha, a falência bancária ocorre quando os proprietários do banco utilizam o dinheiro de maneira inadequada, concedendo empréstimos em excesso, emprestando para pessoas que não possuem boas condições financeiras ou gastando o dinheiro em benefício próprio. Isso pode levar o banco a ficar insolvente, ou seja, sem condições de continuar operando, pois não tem recursos suficientes para pagar suas dívidas. Essa situação é prejudicial para a economia, pois muitas pessoas correm o risco de perder suas reservas, a confiança nos

¹ FONTENLA, Vicente Paz. **História dos bancos no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Luna, 1975, p. 15.

bancos diminuí, há menos circulação de dinheiro, o país empobrece e a quantidade de pessoas desempregadas aumenta ².

Considerando o papel fundamental dos bancos para a economia capitalista, bem como as especificidades inerentes a bancos pequenos, ditos locais, o presente trabalho pretendia focar-se no estudo da falência de uma instituição financeira, o Banco do Sul de Minas, na década de 1930. Durante a realização da pesquisa, no entanto, percebemos a carência de estudos que abordassem a situação dos bancos na região Sul de Minas Gerais, incluindo suas origens e trajetórias, em contraste com a vasta quantidade de trabalhos existentes para as regiões de São Paulo e, em certa medida, para a Zona da Mata mineira. Diante disso, decidimos dividir a tese em duas partes, sendo a primeira destinada à análise dos bancos que atuaram no Sul de Minas e a segunda ao Banco do Sul de Minas e seu processo falimentar.

A compreensão da formação da rede bancária de uma economia regional como o Sul de Minas é importante na medida em que permite entender como as relações financeiras se estabeleceram e evoluíram na região ao longo do tempo. Dessa forma é possível entender como as instituições financeiras foram surgindo e se desenvolvendo, quais eram os principais atores envolvidos nesse processo, quais os tipos de serviços financeiros oferecidos, e como as relações entre os bancos e a economia local se estabeleceram. Conhecer a formação da rede bancária do Sul de Minas também contribui para o entendimento da história econômica da região, como as diferentes atividades econômicas se desenvolveram ao longo do tempo, e como elas foram financiadas, Além de ser útil para compreender como os bancos se relacionam com outros setores da economia, como a agricultura, a indústria e o comércio.

Conhecer a trajetória de um banco que faliu em uma economia regional pode trazer importantes informações sobre o funcionamento do sistema financeiro da época, bem como as condições econômicas e políticas que afetaram a região e o papel dos bancos no desenvolvimento econômico local. Ao mesmo tempo, possibilita entender os fatores que levaram à falência da instituição financeira e quais as consequências disso para a economia regional como um todo. Ao estudar a trajetória do banco que faliu, é possível identificar os erros de gestão que foram cometidos, as práticas de empréstimos inadequadas, os investimentos arriscados e outras decisões que levaram à sua ruína.

² BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que são os bancos?** Cadernos do BC – Série Educativa. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2002.p. 18- 20.

O falido em questão é o Banco do Sul de Minas, que foi fundado em 1932, iniciando suas atividades com um capital de 500:100\$000. Sucedendo o Banco de Crédito Popular de Varginha, criado aos 4 de janeiro de 1931 com capital bem mais humilde, 163:500\$000, o Banco do Sul de Minas teve iniciativa individual, organizado já sob a forma de sociedade anônima, alcançando duas agências (Santa Rita do Sapucaí e Caxambu), e dois escritórios (Campo Belo e Villa de Santa Catarina, hoje Natércia), além da sede na cidade de Varginha.

Segundo os administradores do banco, a instituição havia sido negativamente impactada pela Lei da Usura de 1933, passando a contar com rendimentos reduzidos. Sem apresentar lucros, então, o banco foi estendendo seu funcionamento ao longo dos anos, até abrir falência em 1937. Em 1932, o banco tinha apenas 16:000\$000 em fundo de reserva, com capital nem todo integralizado. Foi quando surgiu a oportunidade de adquirir ações do Banco Popular do Sul de Minas, em Santa Rita do Sapucaí.

A Lei do Reajustamento Econômico, contudo, foi decretada no mesmo mês que fora realizada a operação de compra das ações, dezembro de 1933. O decreto, em favor dos agricultores, previa prorrogação dos prazos das hipotecas por dez anos e suspensão das anuidades até que a Câmara de Reajustamento julgasse os respectivos processos. O fato é que a maioria das operações de créditos do Banco do Sul de Minas foram concedidas a lavradores, de maneira que ficou o banco com as promissórias de devedores agricultores congeladas. Da mesma forma, ficou congelado o capital de 250 contos de réis invertido pelo banco. Apesar disso, em 1934, foi adquirido também pelo Banco do Sul de Minas o ativo do Banco de Caxambu.

De maneira geral, essas foram as causas declaradas pelo relatório que abriu o pedido de falência do Banco do Sul de Minas, isto é, que o banco teve seu desenvolvimento inicial prejudicado pela Lei da Usura e estagnação consequente do Reajustamento Econômico, forçando a imobilização de seus recursos e lucros deficientes nas operações. E, dessa forma, o banco continuou suas atividades, esforçando-se, segundo o relatório, para equilibrar suas operações, até a data em que requereu sua liquidação, em 1937.

Defendemos a hipótese de que no Sul de Minas houve um complexo cafeeiro, cujos “transbordamentos” dos recursos excedentes foram investidos na criação ou no fortalecimento de instituições bancárias. Tal fato ocorreu porque o cultivo do café foi uma atividade econômica de grande importância, que gerou uma enorme riqueza para os produtores e para as regiões em que era produzido.

Este processo foi verificado para São Paulo. Durante o período em que o café foi a principal fonte de riqueza, a elite econômica paulista utilizou os recursos excedentes do café para diversificar a economia, investindo em outros setores, como a construção de infraestrutura, a industrialização e o fortalecimento do sistema financeiro. Essas estratégias permitiram a consolidação de São Paulo como um importante polo econômico do país, contribuindo para a criação de empregos e o surgimento de novos setores produtivos. O investimento na construção de estradas de ferro e rodovias, por exemplo, foi fundamental para conectar a região com outras partes do país e facilitar a circulação de bens e pessoas. Com efeito, a utilização da riqueza gerada pelo café para financiar outros setores foi um dos principais fatores que contribuíram para o desenvolvimento econômico de São Paulo.

No entanto, o complexo cafeeiro no Sul de Minas se deu da sua própria forma e no seu próprio tempo³. O transbordamento dos recursos do café para os bancos no Sul de Minas nas primeiras décadas do século XX foi resultado do processo de modernização da economia cafeeira no Brasil, que se intensificou a partir da década de 1890. Com o crescimento da produção cafeeira, surgiram novas demandas por crédito e serviços financeiros, o que impulsionou a criação de bancos e outras instituições financeiras na região.

Por hipótese, vários desses bancos foram criados por cafeicultores ou por empresários ligados ao setor cafeeiro, que utilizavam seus recursos para financiar suas atividades produtivas e para investir em outras áreas da economia. Além disso, os bancos também passaram a desempenhar um papel importante no financiamento do comércio de café, que se tornou cada vez mais complexo e sofisticado. Eles ofereciam crédito para a compra de insumos e maquinários, financiavam a armazenagem e o transporte do café e intermediavam as transações entre os produtores e os compradores estrangeiros.

No Sul de Minas, o “transbordamento” dos recursos do café para os bancos se intensificou nas primeiras décadas do século XX, quando vários bancos foram criados na região. Estas instituições tinham como proprietários, na maioria das vezes, cafeicultores e empresários locais, e sua criação contribuiu para o fortalecimento do sistema financeiro na região e para o desenvolvimento de outras atividades econômicas. Assim, ao longo desta pesquisa pretendemos demonstrar que o Sul de Minas, à sua própria maneira, passou por um processo similar ao de São Paulo, no qual o café foi o promotor do avanço das

³ Confira no Capítulo 2.

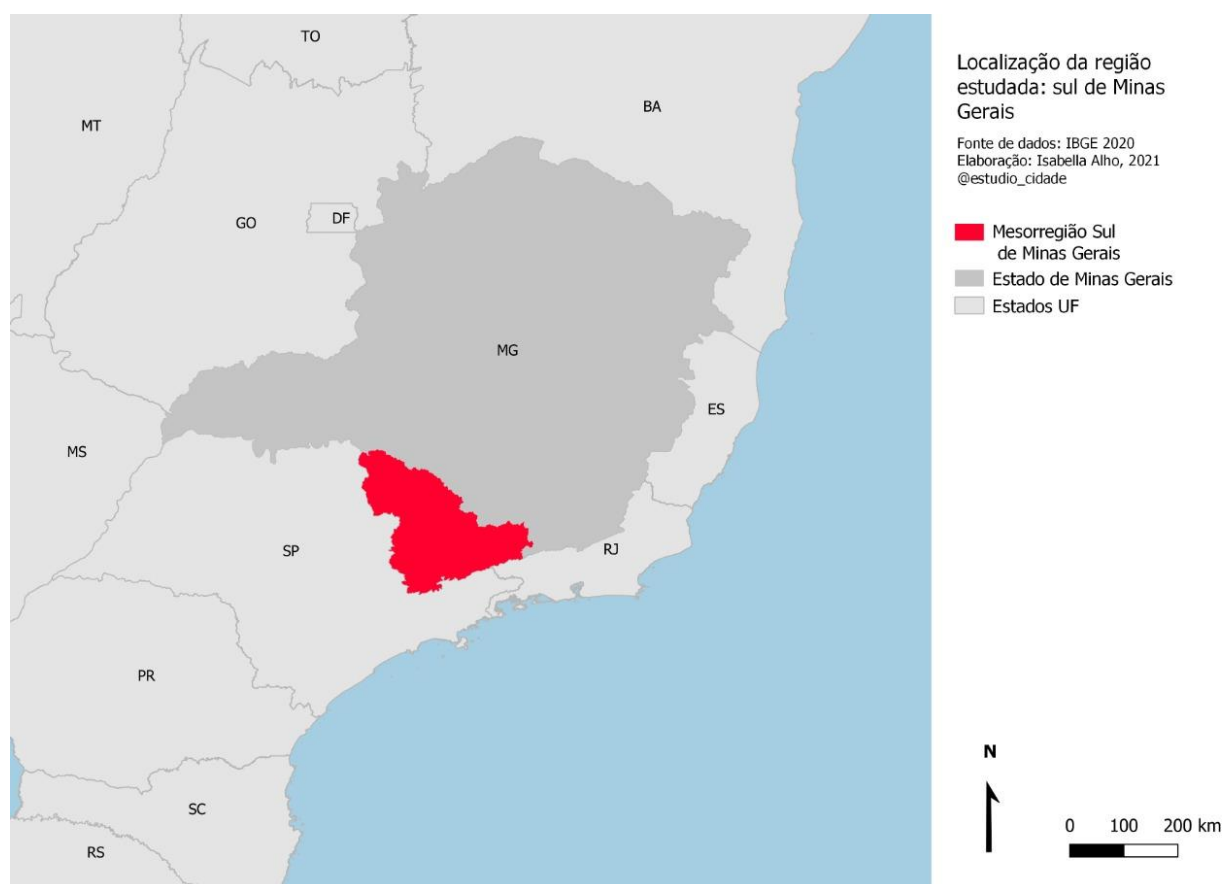
ferrovias, do comércio e da indústria, bem como dos bancos, objeto de estudo deste trabalho.

Desta forma, o que chamamos de “transbordamento” dos recursos do café para criação de bancos refere-se ao processo em que produtores de café sul-mineiros investiram seus lucros em instituições financeiras, contribuindo para o desenvolvimento do setor bancário e, conseqüentemente, para o crescimento econômico da região. Em alguns casos, esse processo pode ter sido facilitado pela participação de cafeicultores na criação ou na administração de bancos, contribuindo para a concentração de poder econômico em suas mãos. Este parece ter sido o caso do Banco do Sul de Minas.

O Sul de Minas, região onde está localizado o banco em análise, apresenta-se hoje como a localidade economicamente mais importante de Minas Gerais, atrás apenas da região onde situa-se a capital Belo Horizonte. A região sul-mineira, ao contrário das demais, caracteriza-se pela falta de uma cidade polo, concentradora de recursos e serviços, sendo conformada por cidades de tamanho e população mais ou menos equivalentes, mas que no conjunto compõem uma grande economia.

A pujança das paragens do Sul do estado surgiu em contraponto à região até então dominante, a Zona da Mata, nas décadas iniciais do século XX. O Sul, que ao longo de todo os oitocentos distinguiu-se pela economia de abastecimento, passou a dedicar-se à economia cafeeira na virada para o novo século e expandiu seus centros urbanos, além de ter desenvolvido suas linhas férreas e sua indústria. Por conseguinte, o Sul de Minas foi a região que mais inaugurou bancos nas primeiras décadas do século XX, à frente das localidades mais importantes até então como o Centro e a Mata mineira.

Figura 1 – Localização geográfica do Sul de Minas



Fonte: Elaboração de Isabela Alho, a pedido da autora, segundo dados do IBGE de 2020.

Nas primeiras décadas do século XX, a criação e a expansão dos bancos em uma economia rural foram essenciais para o desenvolvimento econômico e social dessas regiões. A presença de bancos permitiu o acesso a recursos financeiros para a produção, facilitou o comércio e a circulação de dinheiro na região, além de promover a inclusão financeira e a bancarização da população rural. Com isso, ocorreu uma maior formalização das transações comerciais, aumento da poupança e investimentos em atividades produtivas. Além disso, os bancos também tiveram um papel importante na modernização e expansão da infraestrutura, como a construção de estradas, ferrovias e o desenvolvimento de novas tecnologias agrícolas. Por hipótese, isso foi possível pela economia do café, cujo complexo cafeeiro fomentou o desenvolvimento regional.

É importante, porém, ressaltar que a atuação dos bancos nem sempre foi positiva, já que a ocorrência de falências comprometia a economia local. A crise do café afetava negativamente a economia do complexo cafeeiro, que incluía não só a produção cafeeira, mas também a atividade bancária. Com a diminuição das exportações de café e a consequente queda no lucro dos produtores, os bancos da região, que haviam concedido

empréstimos para financiar a produção e a comercialização do café, também eram afetados.

Como resultado, os bancos corriam risco de falir por insolvência bancária, ou seja, não tinham mais recursos suficientes para honrar seus compromissos com os clientes. A falência de bancos teve um impacto negativo na economia local, pois muitos clientes perderam suas economias e muitas empresas tiveram dificuldades financeiras para continuar suas atividades. O Banco do Sul de Minas é um exemplo de instituição que falhou devido aos efeitos da crise do café na economia da região. Portanto, defendemos que a crise do café gerava efeitos negativos na economia envolvida no complexo cafeeiro, chegando a causar, como no caso do Banco do Sul de Minas, um processo falimentar por insolvência bancária.

Nesse sentido, o recorte temporal proposto abarca decênios iniciais do século XX, mais precisamente 1909 a 1940, intervalo que marca a data do primeiro banco fundado em Minas Gerais no novo século – vale dizer que no Sul de Minas – e a data do último banco fundado na década de 1930. Interessa-nos especialmente essa periodização visto que no Sul de Minas não havia nenhum banco até 1909, e em todo o período a região constituiu-se na que mais fundou bancos locais⁴.

A periodização das décadas de 1910 e 1920 abrange um momento em que o café era a principal *commodity* do país e foram implementadas políticas de valorização do produto, que tiveram impactos significativos na economia nacional. Neste período, ocorreram ainda mudanças importantes na regulação bancária, com a criação de diversos bancos locais no Sul de Minas Gerais. A década de 1930 configura-se como um solo fértil ao debate sobre o Banco do Sul de Minas. Primeiro porque no ano de 1929 ocorreu a quebra da bolsa de Nova Iorque, o que acarretou nos anos seguintes uma grande depressão econômica mundial, com escassez de divisas, restrições comerciais e falências generalizadas. Depois porque essa situação internacional parece não ter afetado o banco, que iniciou suas atividades em 1932, isto é, em meio à dita Grande Depressão.

As políticas econômicas adotadas por Getúlio Vargas nesse momento são fundamentais para compreender a conjuntura econômica que refletiu diretamente nos

⁴ Neste trabalho, referimo-nos a bancos e casas bancárias genericamente como bancos e instituições bancárias. Antigamente, o termo “casa bancária” era comumente usado para se referir a instituições financeiras que ofereciam serviços bancários, mas que não possuíam licença bancária do governo para operar como banco. Essas instituições eram geralmente mais limitadas em seus serviços e tinham um foco mais local ou regional, ao contrário dos bancos que eram instituições com maior alcance e poder financeiro. As casas bancárias não tinham capital superior a 300:000\$000, constituindo, de forma geral, na principal diferença.

bancos e seu funcionamento, de maneira que fosse possível se pensar em abrir uma instituição financeira nesse cenário. No entanto, a quebra do Banco do Sul de Minas apenas 5 anos depois de sua fundação nos faz pensar nas causas dessa falência: culpa da questão nacional ou falha apenas da administração interna?

Pelo exposto, há três aspectos fundamentais que justificam esta pesquisa. O primeiro refere-se ao recorte espacial proposto, dado que o Sul de Minas se configurava como terceira região econômica do estado, mas concentrava mais bancos que as duas primeiras, Centro e Mata. O segundo diz respeito ao Banco do Sul de Minas e a situação ímpar de sua falência, compreendendo o papel dos bancos locais, em sua ascensão e quebra, para a economia regional. O terceiro se deve à carência de estudos do tema para a região.

O objetivo dessa pesquisa, então, é analisar a conjuntura bancária do Sul de Minas, compreendendo a dinâmica dos bancos no desenvolvimento regional, bem sua atuação diante da crise que teve vez na década de 1930. Mais especificamente, interessa-nos saber porque foi o Sul a região que mais fundou bancos em Minas Gerais, na primeira parte, e a singularidade da falência do Banco do Sul de Minas, para o qual se pretende distinguir os motivos da quebra, se internos ou externos, na segunda parte.

Para tanto, a pesquisa foi desenvolvida com base em fontes primárias tanto manuscritas como impressas. Para a primeira parte, utilizamos sobremaneira o jornal Monitor Mineiro, editado em Guaranésia, que se caracterizou como recurso fundamental na identificação de várias personagens relativas aos bancos do Sul de Minas. O periódico, cujas edições compreendem os anos de 1902 a 1949, está disponível na Hemeroteca Digital da Imprensa de Guaranésia⁵. Quando necessário, utilizamos também outros jornais. Outra fonte importante foi *Almanak Laemmert*, para vários anos, além de Censos e Anuários Estatísticos.

Na segunda parte, a documentação da qual mais nos valem constitui-se de um conjunto de processos que compõem a falência do Banco do Sul de Minas. Toda a documentação do banco foi coletada no Arquivo do Fórum Municipal de Varginha (AFMV), na 1ª Vara Cível. Os documentos estão divididos em 8 Caixas, perfazendo um total de 54 processos, dispostos da seguinte maneira:

- Caixa 1 – Autuação e falência

⁵ Disponível em <
<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerotecadigitalguaranesia&pagfis=6337>>.

- Caixas 2, 3, 4 e 5 – Credores do banco
- Caixa 6 – Habilitações retardatárias
- Caixa 7 – Habilitações retardatárias e ações revocatórias
- Caixa 8 – Prestação de contas

Figura 2 – Imagem de um dos documentos do processo da falência do Banco do Sul de Minas



Fonte: AFMV.

Desse modo, na primeira parte, o primeiro capítulo dedicou-se a levantar informações sobre todos os bancos e casas bancárias fundados no Sul de Minas Gerais entre 1909 e 1940. A fim de compreender a relação dessas instituições financeiras com a economia local, lançamo-nos à localização desses atores. Nem sempre foi possível identifica-los, mas, de forma geral, buscamos traçar a relação deles com a produção de café na região.

O segundo capítulo pretendeu analisar a economia cafeeira no contexto da conjuntura econômica sul-mineira nas primeiras décadas do século XX, para compreender as razões da expansão bancária no Sul de Minas a despeito das demais regiões, e identificar a origem da demanda bancária da localidade a partir de suas

atividades econômicas. Especificamente, buscamos responder por que foi o Sul de Minas a região que mais fundou bancos e qual foi a origem do seu capital.

Já o terceiro capítulo tratou de traçar um paralelo entre conjuntura econômica e falências bancárias, discutindo a quebra dos bancos locais, a regulação bancária, as políticas de valorização do café, a crise de 1929, as políticas varguistas de defesa da economia na década de 1930, bem como, em decorrência, as leis que afetaram diretamente os bancos, sobretudo a Lei da Usura e a Lei do Reajustamento. O objetivo desse capítulo foi verificar o impacto da crise no Brasil, a condição do café e as consequências para a rede bancária, a fim de poder responder se a situação macroeconômica e a crise causaram falências bancárias generalizadas.

Na segunda parte da pesquisa, o quarto capítulo foi dedicado a uma análise das origens e da atuação do Banco do Sul de Minas. Foi realizada uma pesquisa sobre os administradores e acionistas envolvidos, com o intuito de compreender de forma mais aprofundada quais foram os interesses econômicos que motivaram a instalação do banco na época. Ademais, o estudo buscou investigar quais eram as finalidades que o banco pretendia alcançar, bem como as operações que realizava para atingir seus objetivos.

Por fim, o quinto e último capítulo apresentou uma análise da falência do Banco do Sul de Minas, a partir do processo de falência e da liquidação. Este capítulo buscou responder, finalmente, quais foram os motivos de sua falência, bem como identificar os possíveis agentes dessa quebra.

Esta pesquisa, nesse sentido, se insere no rol das investigações que têm se empenhado em reconstituir a história da região sul-mineira. Embora a análise do crédito, do financiamento e suas implicações na economia regional seja um tema complexo, acreditamos que com esse trabalho estamos contribuindo para a reconstrução de um aspecto da história sul-mineira, abrindo caminho para mais debates e pesquisas acerca, sobretudo, das questões bancárias e suas falências.

PRIMEIRA PARTE:
BANCOS NO SUL
DE MINAS

CAPÍTULO 1 - BANCOS NO SUL DE MINAS

O sistema bancário, tal como o conhecemos hoje, não existia nas décadas iniciais do século XX. Este período foi marcado por um grande avanço no desenvolvimento do sistema bancário brasileiro, especialmente o mineiro, nos quais a economia se expandia rapidamente. Nesta época, houve grandes mudanças políticas e econômicas no país, proporcionadas pelo fim do trabalho escravo, em 1888, e pela proclamação da República, em 1889. Além disso, o país passou por um intenso processo de industrialização, o que aumentou a demanda por serviços bancários e financeiros. Neste contexto, os bancos desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento econômico, oferecendo serviços de crédito e investimento para empresas e indivíduos.

No entanto, foi a partir de 1850, com o fim do tráfico de escravos, que os capitais até então invertidos na compra de escravizados africanos ficaram disponíveis para outras aplicações financeiras, como ofertas de crédito. Assim, surgiram novos bancos, acompanhados pela promulgação do Código Comercial e da Lei de Terras⁶. Da mesma forma, o Código Comercial legitimou a profissão de banqueiro⁷, bem como regimentou o funcionamento dos bancos e seus contratos⁸.

Para São Paulo, tal desenvolvimento financeiro, que impulsionou a formação de bancos⁹, cumpriu duplo papel no desenvolvimento econômico, pois além de diversificar os ativos financeiros, contribuiu para o próprio incremento da economia cafeeira, na medida em que essa passou a transbordar recursos para os diversos setores como indústrias, serviços e modernização urbana¹⁰. Assim, o sistema bancário paulista começou a se desenvolver no final do século XIX, estimulado pelo crescimento da economia cafeeira e pela expansão das atividades comerciais, de modo que os primeiros

⁶ A lei n° 556 de 25 de junho de 1850 criou o Código Comercial e a legislação de n° 601, de 18 de setembro de 1850, regulamentou a Lei de Terras.

⁷ “Art. 119 – São considerados banqueiros os comerciantes que têm por profissão habitual do seu comércio as operações chamadas de Banco”. Código Comercial. Lei n° 556, de 25 de junho de 1850. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0556-1850.htm>. Acesso em fevereiro de 2019.

⁸ “Art. 120 - As operações de Banco serão decididas e julgadas pelas regras gerais dos contratos estabelecidos neste Código, que forem aplicáveis segundo a natureza de cada uma das transações que se operarem. [...] Art. 285 - Os depósitos feitos em bancos ou estações públicas ficam sujeitos às disposições das leis, estatutos ou regulamentos da sua instituição”. *Ibidem*.

⁹ Cf. SAES, Flávio Azevedo Marques de. **Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista - 1850/1930**. IPE/USP, São Paulo, 1986.

¹⁰ Tannuri demonstrou que São Paulo fundou nada menos que 19 bancos entre 1882 e 1900. TANNURI, Luiz Antonio. **O Encilhamento**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. 1977.

bancos em São Paulo foram criados por empresários e comerciantes locais, que buscavam formas de financiar suas atividades e facilitar suas transações comerciais¹¹.

Não obstante, a expansão cafeeira que Minas conheceu na segunda metade do século XIX demandava mais das fontes de crédito voltadas à agricultura do que havia disponível, sobretudo nas figuras do comissário e do capitalista. O comissário, ou as casas comissárias, cumpriam a função inicial de intermediários entre a produção e a exportação dos itens agrários. Com a expansão da produção agrária, os comissários, quase sempre oriundos do Rio de Janeiro, passaram a desempenhar o papel de fornecedores do crédito necessário para a empreitada, devido à escassez de um sistema bancário que cumprisse tal papel¹².

O capitalista, por sua vez, era um agente emprestador de capital a juros, geralmente local, mas frequentemente sem exercer com exclusividade essa função. Os capitalistas podiam ser comerciantes, fazendeiros, industriais, etc., configurando uma alternativa ao crédito, mas com juros nem sempre agradáveis aos demandantes¹³. Nem os comissários nem os capitalistas foram capazes de atender à demanda por moeda, já que esses agentes imobilizavam seus recursos nas plantações, comprometendo seu capital de giro e, conseqüentemente, a lucratividade de seus negócios¹⁴.

Dessa forma, a pressão dirigida a esses agentes, que até então financiavam a economia, destacava a ausência de uma rede financeira articulada capaz de atender à demanda de dinheiro das paragens interioranas. Essas localidades só não estavam isoladas dos mercados monetários por causa da insuficiente ligação que os comissários faziam com as praças cariocas. Por outro lado, a respeito da origem do capital que abastecia Minas Gerais durante o Império, Francisco Iglesias afirma que as regiões mineiras com comércio mais desenvolvido, notadamente a Zona da Mata e o Sul, mantinham estreitas ligações com o Rio de Janeiro, utilizando-se de seus “inúmeros e sólidos” estabelecimentos bancários¹⁵. Não é difícil compreender, portanto, o interesse que os

¹¹ MELLO, Zélia Maria Cardoso. **Metamorfose da Riqueza**: São Paulo, 1845-1895. São Paulo: Hucitec, 1990.

¹² Cf. PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930**. Dissertação de Mestrado – UFF – Niterói, 1993. PINHEIRO, Rafaela Carvalho. **Trabalho, terra e capital no Sul de Minas em transição**. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 186. 2017.

¹³ Cf. SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Op. cit.*, 1986.

¹⁴ FRANCO, M.S. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 3 ed., Kairós, São Paulo, 1983. PIRES, Anderson. *Op. cit.*, 1993.

¹⁵ IGLÉSIAS, Francisco. **Política econômica do governo provincial mineiro 1835-1889**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958, p. 195.

bancos fluminenses possuíam em conter a constituição de bancos mineiros, o que estancaria os recursos que afluíam para aquelas praças.

Neste sentido, para além da insuficiência da rede bancária antes da República, Carlos Alfredo Hasenbalg e Clóvis Brigagão¹⁶ destacam a total ausência de atividade bancária em Minas Gerais nesse período pré-republicano. Tal afirmação pode ser explicada por alguns fatores conjunturais do final dos oitocentos. Primeiro, é inegável o crescimento da demanda por moeda que ocorreu após a abolição, uma vez que a reorganização das formas do trabalho provocada pelo ocaso da escravidão suscitou uma reorganização também da estrutura produtiva, utilizando, a partir daí, a moeda como uma das formas de remuneração. A liquidez necessária para a monetização dos salários passou a exigir uma rede financeira minimamente organizada, capaz de atender a esse novo contexto¹⁷.

No fim do século XIX, havia a clara necessidade de monetizar a economia mineira por três motivos principais: 1) para financiar a produção agrícola, sobretudo do café no Sul e na Mata, garantindo o capital de giro das unidades; 2) para promover o assalariamento possibilitado pelo fim do trabalho escravo¹⁸; e 3) para fugir dos limitados e caros recursos dos prestamistas locais, com a intenção de garantir uma estrutura financeira própria, capaz de diversificar e distribuir os recursos para financiamento das atividades econômicas locais. Os bancos mineiros criados nos anos finais dos oitocentos visavam atender a essas demandas, ainda que sua tentativa tenha sido frustrada pelas

¹⁶ HASENBALG, Carlos Alfredo e BRIGAGÃO, Clóvis. **O setor financeiro no Brasil: aspectos históricos**. Rio de Janeiro: Dados, 1970.

¹⁷ PIRES, Anderson. *Op. cit.*, 1993. FRANCO, Gustavo H. B. A primeira década republicana. In: PAIVA, Marcelo Abreu. **A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

¹⁸ O assalariamento não foi o regime de trabalho imediatamente adotado em sua amplitude após o fim da escravidão. Outras formas de contrato como parcerias, meiação, etc, tiveram vez com os trabalhadores livres. No entanto, findo o regime escravocrata, estava colocada a necessidade de monetizar a economia para possíveis ou futuros pagamentos de salários, como se vê no trabalhador por jornada, ou seja, o pagamento do “jornal”.

crises ocorridas logo em seguida, como a do Encilhamento¹⁹, a da cafeicultura²⁰ e a bancária de 1900²¹.

O Banco de Crédito Real de Minas Gerais, foi o único que conseguiu sobreviver às referidas crises e alcançou o século XX em plena atividade. O banco foi financiado principalmente pelo capital agrário local, com o intuito de apresentar à agricultura mineira opções facilitadas de empréstimos sobre hipotecas e penhor agrícola. Seus fundadores eram Bernardo Mascarenhas, Francisco Batista de Oliveira, João Ribeiro de Oliveira e Souza, Marcelino de Brito Ferreira de Andrade (Visconde de Monte Mário) e José Joaquim Monteiro da Silva (Barão de Santa Helena).

Seu capital quando da fundação era de 500:000\$000, dois anos depois era de 3.000:000\$000, em 1898 passou a ser 7.000:000\$000, e em 1929 alcançou a cifra de 25.000:000\$000²². O Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais S/A comprou mais de 2/3 do banco em 1911, controlando o Credireal, como era conhecido, até 1913, quando vendeu as ações para o governo do estado por 4.000:980\$000. Em 1926, o Tesouro estadual possuía 66,54% dos papéis, aumentando para 68,61% em 1929²³. É possível perceber a importância do banco pelo prédio cuja sede ocupava em 1903, segundo a Figura 3. Na Figura 4, vê-se a nova sede do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, em 1931, em um prédio maior, tendo superado novas crises no novo século, como a da borracha, a Primeira Guerra Mundial e a quebra da Bolsa de Nova Iorque.

¹⁹ Abordaremos as referidas crises no Capítulo 3. De modo geral, o período conhecido como Encilhamento teve início em 1890, quando um decreto de Rui Barbosa, então ministro da Fazenda da recém instaurada República, determinou a emissão de moeda para expansão do crédito sem lastro, a níveis nunca vistos, causando uma explosão de novas empresas, muitas delas fantasmas. Consequentemente, foi instalada uma crise inflacionária sem precedentes, dando início a uma série de falências e à primeira crise do sistema financeiro nacional. Cf. SCHULZ, John. **A crise financeira da abolição**. Trad. Denis Augusto Fracalossi. – 2. ed. – São Paulo: Edusp, 2013. TANNURI, Luiz Antonio. *Op. cit.*, 1977.

²⁰ A partir de 1897, verificou-se uma crise cafeeira provocada pela superprodução e uma consequente queda nos preços, cuja tendência ao declínio baixou o preço por arroba de pouco mais de dezenove mil réis para aproximadamente sete.

²¹ Após o Encilhamento, os governos que se seguiram, de Prudente de Moraes e de Campos Sales, buscaram implementar uma política econômica contracionista para minimizar os efeitos da crise, fato que acabou por dar início à chamada Crise Bancária de 1900, que solapou bancos Brasil afora. CROCE, Marcus Antônio; SILVA Cláudia Cristina da. **Uma revisão da história bancária de Minas Gerais no século XIX**. Disponível em <<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2014/uma-revisao-da-historia-bancaria-de-minas-gerais-no-seculo-xix.pdf>>. Acesso em junho de 2018.

²² Consideramos os dados apresentados por Bastos até 1940, de acordo com o nosso recorte temporal. Para conhecer toda a evolução do capital do banco, que vai até 1994, consultar BASTOS, Cláudio Albuquerque. **Instituições Financeiras de Minas (1819-1955)**. Embalart Editora Gráfica Ltda. Belo Horizonte, 1997, p. 43.

²³ *Ibidem*, p. 43.

Figura 3 – Antiga sede do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, 1903

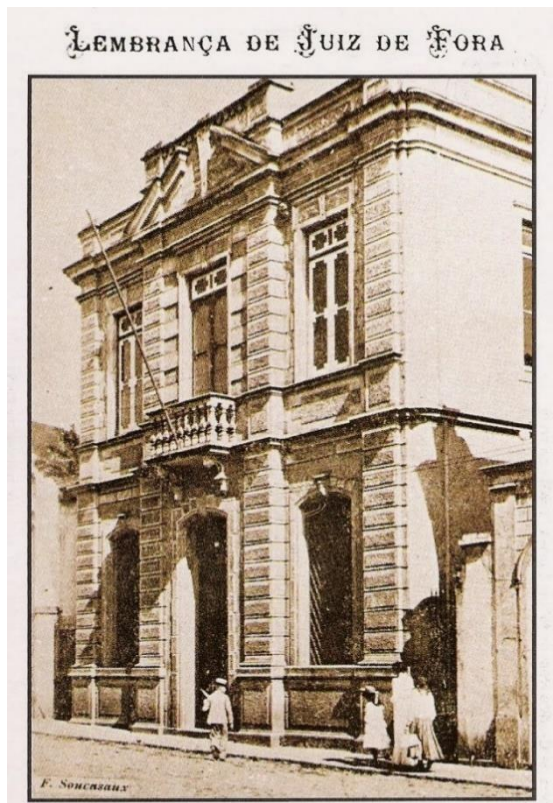


Figura 4 – Sede do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, 1931



Fonte: <http://wawiltonaraujo.blogspot.com/2014/02/banco-de-credito-real-sa.html>

Outros bancos foram criados em Minas no século XIX. Até o ano da instalação da República, Minas conheceu seis instituições bancárias²⁴, e até 1892 foram fundadas mais 11. Conforme demonstra a Tabela 1, dentre os 13 bancos inaugurados no final do século XIX – todos eles pertencentes às regiões da Zona da Mata ou Central, onde estava a capital –, 12 faliram com as crises do período. Portanto, para compreender a conjuntura bancária em Minas Gerais nas primeiras décadas do século passado, é fundamental retomar a trajetória dos bancos mineiros do final dos oitocentos.

²⁴ Caixa Econômica Particular de Ouro Preto (1838), Casa Bancária de João Batista Machado (1860), Casa Bancária de Custódio de Almeida Magalhães (1860), Caixa Econômica Mineira (1875), Caixa Econômica (Federal) de Minas Gerais (1887) e Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais (1887).

Tabela 1 – Bancos inaugurados em Minas Gerais nos anos finais do século XIX

Ano	Instituição	Local	Falência
1887	Caixa Econômica de Minas	Ouro Preto	1903
1887	Banco Territorial e Mercantil de Minas	Juiz de Fora	1894
1889	Banco Provincial de Minas Gerais	Ouro Preto	1892
1889	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	Juiz de Fora	não faliu
1889	Banco de Cataguazes	Cataguases	1893
1890	Banco dos Operários de São João Del Rey	São João Del Rey	-
1891	Banco Popular de Minas	São João Del Rey	1894
1891	Banco de Crédito Popular de Minas	Juiz de Fora	1893
1891	Banco de Leopoldina	Leopoldina	1893
1891	S/A Crédito Mineiro	Juiz de Fora	1892
1891	Banco de Ubá	Ubá	1896
1892	Banco União de Minas S/A	Barbacena	-
1892	Banco Comercial de Minas Gerais	Juiz de Fora	1892

Fonte: BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997.

Desse modo, a Caixa Econômica de Minas Gerais, inaugurada em 1887 em Ouro Preto, viu no Encilhamento o motivo de seu fechamento em 1903. Também em 1887, foi estabelecido em Juiz de Fora, por um grupo de fazendeiros, o Banco Territorial e Mercantil de Minas, alcançando três filiais além da sede, sendo vendido em 1894 para a Cia. de Destilação Central do Rio de Janeiro²⁵, em virtude de falência, a partir das operações especulativas realizadas no cenário do Encilhamento²⁶.

Em 1889, em Ouro Preto, foi criado o Banco Provincial de Minas Gerais, mudando seu nome em 1890 para Banco de Minas Gerais e já com um capital de 3.000:000\$000. Este mudou sua sede para o Rio de Janeiro no ano seguinte, e decidiu pela liquidação amigável, tendo sido tragado pela crise do Encilhamento em setembro de 1892²⁷. O Banco de Cataguazes, na Mata mineira, abriu suas portas em 1890 e as fechou em 1893, tendo sido prejudicada também pela crise do Encilhamento. Pouco se tem notícias sobre o Banco dos Operários de São João Del Rey, inaugurado em 1890²⁸.

O Banco Popular de Minas, criado também em São João Del Rey em 1891, encerrou suas atividades com a crise do Encilhamento, uma vez que seu maior acionista era o Banco Territorial e Mercantil de Minas. Os dois faliram no mesmo período. Também em 1891, em Juiz de Fora, foi fundado o Banco de Crédito Popular de Minas,

²⁵ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 42.

²⁶ CROCE, Marcus Antônio; SILVA Cláudia Cristina da. *Op. cit.*, 2018.

²⁷ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 52.

²⁸ *Ibidem*, p. 21-52.

por industriais e cafeicultores. Foi liquidado dois anos depois por falta de recursos para integralizar suas ações, comprometidas pela crise do Encilhamento²⁹.

O Banco de Leopoldina, tendo sido instalado em 1891, abriu falência em 1893, também em virtude da conjuntura do Encilhamento. Já o Banco S/A Crédito Mineiro, fundado no mesmo ano em Juiz de Fora, operava no mercado carioca, tendo encerrado suas atividades com apenas um ano de funcionamento dada a crise de numerários do Rio de Janeiro³⁰. O Banco de Ubá, também de 1891, funcionou até 1896, tendo apresentado constantes prejuízos provavelmente por estar relacionado ao café³¹.

Inaugurado em 1892 em Barbacena, o Banco União de Minas S/A tinha como incorporadores figuras políticas, produtores agrícolas e profissionais liberais, tendo sido liquidado até 1900 com data imprecisa³². O último banco fundado nos oitocentos, 1892 em Juiz de Fora, foi o Banco Comercial de Minas Gerais, que não chegou a operar de fato. Na tentativa de absorver seu patrimônio falido, foi incorporado pelo Banco Territorial e Mercantil de Minas, que não conseguiu suprir o passivo de 8.103:625\$423³³.

Entre 1893 e 1908, não surgiram novas instituições financeiras em Minas Gerais, sendo o Banco de Guaxupé a primeira do novo século, criado em 1909 no Sul do estado. Dessa forma, a periodização proposta nesta pesquisa (1909-1940) tem início com a instalação do primeiro banco em Minas Gerais no século XX. Vale lembrar, mais uma vez, que, quando dessa criação, havia apenas uma instituição bancária no estado, qual seja, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

À despeito das poucas análises sobre os bancos em Minas Gerais, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais constitui um caso singular, tendo sido alvo de algumas pesquisas³⁴. Assim, tendo em vista as poucas referências sobre os bancos mineiros, bem como a especificidade de Minas no que tange à formação de sua rede bancária no período proposto, optamos por ordenar a história bancária mineira em três fases: a inicial, a de

²⁹ CROCE, Marcus Antônio; SILVA Cláudia Cristina da. *Op. cit.*, 2018.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 53.

³² CROCE, Marcus Antônio; SILVA Cláudia Cristina da. *Op. cit.*, 2018.

³³ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 55

³⁴ É o caso de RIBEIRO, João. **Banco de Crédito Real de Minas Gerais**. In: Um Banco de todos os Tempos – Credireal 101 anos. Edição comemorativa, 1990. ALVARENGA FILHO, José Tostes. **A Criação do Banco de Crédito Real e o Relacionamento de seus fundadores com o imperador D. Pedro II**. s. ed., Juiz de Fora, 1976. SÁ, Antonio Lopes. **Origens de um Banco Centenário**. Edição Comemorativa do Banco de Crédito real, s.d.

expansão e a de desenvolvimento dos bancos mineiros, no período compreendido entre 1909 e 1940³⁵.

É importante considerar que, devido ao caráter essencialmente gestacional das instituições bancárias em Minas Gerais no século XIX, na qual as crises do café e o Encilhamento tiveram um grande impacto sobre as instituições financeiras, preferimos desconsiderá-las nessa periodização. A avaliação do sistema financeiro de Minas Gerais, portanto, começa a partir de 1909, em uma fase que denominamos de inicial.

A primeira fase, dessa forma, configura o estágio de maturação do sistema bancário mineiro, pautado pela inauguração dos bancos e casas bancárias no novo século, sobretudo no Sul de Minas Gerais, com início em 1909 até 1920. A fase de expansão, que abarca a década seguinte (1921 a 1930), apresentou a Minas Gerais, especialmente ao Sul de Minas, um vultoso crescimento no número de estabelecimentos bancários.

Cláudio Bastos classifica o segundo ciclo do sistema financeiro de Minas compreendendo todo o século XX a partir de 1909³⁶. Porém, uma vez que a) a década de 1930 constitui o foco da presente pesquisa; e b) a partir do entendimento dessa década como consequência conjuntural da Grande Depressão e a crise do café que se seguiu à quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929; c) bem como das políticas do governo Vargas para minimização da crise sobretudo no que respeita à questão financeira; faz-se justa a opção pela categorização que por ora se apresenta.

Assim, a terceira fase, denominada de desenvolvimento, compreende a década de 1930³⁷. Durante esse período, a instabilidade financeira teve um impacto direto nas instituições bancárias em todo o país. Além disso, nesta fase, destaca-se a história do Banco do Sul de Minas, com sua ascensão e queda abrupta em um intervalo de apenas cinco anos. As peculiaridades deste processo serão exploradas nos capítulos 4 e 5.

O objetivo geral deste primeiro capítulo é apresentar, em ordem cronológica de fundação, os bancos sul-mineiros durante o período de análise, identificando a conjuntura das cidades onde foram estabelecidos e os atores envolvidos em sua criação. Especificamente, argumentamos que no Sul de Minas ocorreu um complexo cafeeiro, cujos recursos, provenientes da produção e do comércio de café, foram destinados aos

³⁵ Segundo nossa proposta, as fases destacadas abarcam todo o estado mineiro, embora nossa análise se concentre nos bancos do Sul de Minas.

³⁶ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997, p. 14.

³⁷ Para esse resgate das instituições bancárias nos utilizaremos principalmente da obra de Cláudio Bastos, uma das poucas literaturas sobre o tema, que traz um levantamento de dados de grande fôlego sobre os bancos em Minas Gerais (BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997.).

bancos, tornando a cafeicultura a principal geradora de capital para a maioria das instituições financeiras da região.

Para alcançar este propósito, o capítulo será dividido em três partes: a primeira apresenta os bancos inaugurados na fase inicial (1909-1920), a segunda traz as instituições financeiras fundadas na fase de expansão dos bancos mineiros (1921-1930) e a terceira analisa os bancos inaugurados na fase de desenvolvimento (1931-1940). Sempre que possível, buscamos relacionar as instituições bancárias e seus agentes com a economia cafeeira da região.

1.1 – A fase inicial dos bancos no Sul de Minas (1909-1920)

Iniciando a primeira fase dos bancos em Minas Gerais, o Banco de Guaxupé foi inaugurado no Sul do estado em 1909. Nesta época, Guaxupé já era conhecida como uma cidade cafeeira³⁸, cuja estação da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, inaugurada em 1904, impulsionou a dinamização da cafeicultura na região. O café, que antes era transportado em carros de boi e mulas até as estações paulistas³⁹, expandiu-se rapidamente na região em virtude dos preços atrativos, às terras propícias para o plantio da cultura – mais viáveis do que as do lado paulista – e à mão de obra mais acessível e barata⁴⁰.

Da mesma forma, incentivados pela Companhia Mogiana, que chegou logo às cidades vizinhas à Guaxupé, Guaranésia, Monte Santo e Muzambinho⁴¹, essas localidades também fundaram seus bancos nessa primeira fase, conforme demonstra a Tabela 2. Tal fato aponta para uma correlação entre café, estações ferroviárias, proximidade econômica com São Paulo e instituições bancárias nas cidades sul-mineiras⁴². Essa relação será melhor analisada no capítulo seguinte.

³⁸ Para o ano de 1885, o *Almanak Laemmert* publicou, na página 462, que já “cultivava-se muito café, principal cultura da freguesia, seguindo-se lhe a cana e depois o fumo e algodão”.

³⁹ OLIVEIRA, José; GRINBERG, Lúcia. **A saga dos cafeicultores no Sul de Minas**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007, p. 18.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 19

⁴¹ PEREIRA, Reginaldo de Oliveira. **Nas margens da Mogiana**: as repercussões da cafeicultura no município de Orlândia (1901-1940). Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca, 2005, p. 39.

⁴² Vale lembrar que a dinamização da economia proporcionou a emancipação de Guaxupé, desmembrada de Muzambinho, em 1911; Guaranésia em 1901, desmembrada de Muzambinho e Jacuí; Monte Santo em 1892, desmembrado de Jacuí; e Muzambinho em 1880, desmembrada de Cabo Verde.

Tabela 2 – Instituições bancárias fundadas no Sul Minas Gerais de 1909 a 1920⁴³

Instituições Bancárias	Sede	Fundação
Banco de Guaxupé	Guaxupé	1909
Casa Bancária Odilon Freire & Cia	Guaranésia	1913
Banco Comércio e Lavoura de Muzambinho	Muzambinho	1914
Casa Bancária Alves, Pereira e Cia	Guaranésia	1914
Banco Santaritense S/A	Santa Rita do Sapucaí	1917
Banco Comercial de Alfenas S/A	Alfenas	1918
Banco de Monte Santo S/A	Monte Santo de Minas	1918
Banco de Paraguaçu S/A	Paraguaçu	1919

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de Cláudio Bastos (1997).

Não se tem muitas informações sobre o Banco de Guaxupé, porém, sabe-se que seu capital em 1925 era de 300:000\$000, que ainda existia em fins de 1929 e que estava em liquidação em 1936 e 1937, mesma época que o Banco do Sul de Minas. Seus liquidantes eram Urbano Leite Ribeiro, até 1936, e Francisco de Oliveira Lessa, no ano seguinte⁴⁴. Um jornal editado em Guaranésia trouxe, ainda em 1909, a informação de que

Foi criado em Guaxupé um estabelecimento bancário que bons serviços irá prestar àquela praça. A sua diretoria ficou assim composta: Presidente, Antonio Costa Monteiro; gerente Bento Ribeiro Ferraz. Conselho fiscal – efetivos: Norberto Ribeiro do Valle, Bartholomeu Romero e Oswaldo Dias Ferra; suplentes: Luiz Costa, Joaquim Costa Filho e Americo Costa.⁴⁵

Paralelamente, uma propaganda publicada no periódico guaxupeano, que pode ser conferida na Figura 5, noticia sobre as operações do banco, declarando que a instituição “faz adiantamentos à *lavoura* sobre letras”. Esta operação bancária refere-se a um empréstimo que o banco oferece a um agricultor, baseado nas letras de crédito que este tem para a venda futura de sua colheita. O banco adianta dinheiro ao agricultor antes da venda da colheita, com as letras de crédito servindo como garantia para o empréstimo. Esta operação é comum na agricultura e permite que o produtor tenha acesso à capital para financiar suas atividades antes da venda de sua produção. Tal afirmativa demonstra

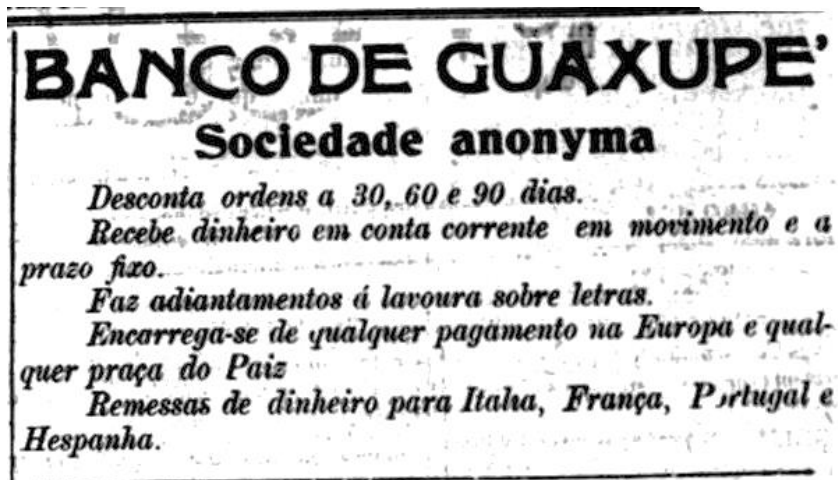
⁴³ Tanto a Casa Bancária Odilon Freire & Cia quanto a Casa Bancária Alves, Pereira e Cia, ambas de Guaranésia, constam nos dados de Cláudio Bastos com datas de fundação desconhecidas. No entanto, a partir de análise de jornais locais, foi possível precisar o ano de início das atividades dessas duas instituições.

⁴⁴ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997, p. 125.

⁴⁵ Monitor Mineiro, 1909, nº 370.

que a intenção do banco era também fornecer crédito aos fazendeiros, disponibilizando financiamento e numerário aos produtores rurais.

Figura 5 – Banco de Guaxupé



Fonte: Jornal O Guaxupé, 1912, edição 16.

Pouco tempo depois, foi a vez de Guaranésia fundar sua instituição bancária, em 1913. A Casa Bancária Odilon Freire & Cia ainda existia em 1925, quando detinha um capital de 100:000\$000. Esta, ao contrário do Banco de Guaxupé, conforme a Figura 6, não trazia nenhuma menção à lavoura. No entanto, a própria trajetória de Odilon Freire como homem de negócios estabelece sua relação direta com a indústria e com a cafeicultura. O proprietário figurava entre os compradores de café⁴⁶, além de ter sido acionista da S.A. Guaranésia Industrial (com um total de 20 ações que somavam 10:000\$000⁴⁷) e agente de companhia de seguros⁴⁸.

Freire chegou a mudar-se para Santos⁴⁹, nomeando procuradores para gerir sua casa bancária⁵⁰. Sua estadia na cidade portuária rendeu-lhe bons frutos, de maneira que rapidamente seu estabelecimento bancário passou a ser representante da S.A. Comissária

⁴⁶ Monitor Mineiro, 1923, nº 650.

⁴⁷ Monitor Mineiro, 1923, nº 672.

⁴⁸ Monitor Mineiro, 1925, nº 727.

⁴⁹ “Depois de alguns dias de estada nesta cidade, com sua exma. família, seguiu novamente para Santos, onde está residindo temporariamente, o sr. Odilon Freire, banqueiro nesta praça”. Monitor Mineiro, 1924, nº 690. “Comunicado: O sr. Odilon Freire, comissário residente em Santos, teve a gentileza de nos comunicar a mudança de sua residência [...] onde continua à disposição de seus amigos” Monitor Mineiro, 1925, nº 743.

⁵⁰ “Comunico à praça em geral que conferi procuração aos srs. Arthur Cypriano Freire e Mario Belarmino de Souza, para na minha ausência, gerir minha Casa Bancária, valendo a assinatura conjunta dos mesmos” Monitor Mineiro, 1924, nº 704.

de Santos, atividade que foi destacada no jornal local, como evidenciado na Figura 7. Logo em seguida, o guaranesiano apresentava na praça de sua cidade natal a Odilon Freire & Cia, sua própria casa comissária sediada em Santos, como destacado na Figura 8.

Com o café sendo o principal item de exportação do país, Santos rapidamente tornou-se o primeiro porto exportador cafeeiro a nível mundial, diretamente inserido nas rotas de comércio internacional. Por esse motivo, a cidade santista abarcava grandes e importantes comissárias de café, que, diante do grande volume de comércio, assumiram o poder que antes mantinham as do Rio de Janeiro. Possuir uma casa comissária em Santos, portanto, conferia ao proprietário grande *status* como negociante cafeeiro, sobretudo nas regiões interioranas, como era o caso do Sul de Minas.

Figura 6 – Casa Bancária Odilon Freire & Comp.



Fonte: Monitor Mineiro, 1913, nº 444.

Figura 7 – S.A Comissária de Santos com Casa Bancária Odilon Freire como representante em Guaranésia

S. A. COMMISSARIA DE SANTOS

✽ COMMISSÕES DE CAFÉ ✽

RUA 15 DE NOVEMBRO, 161
Santos

CAIXA POSTAL, n. 505
Santos

Está perfeitamente aparelhada a collocar os cafés recebidos em consignação aos melhores preços do mercado.

Faz adiantamentos elevados sobre os conhecimentos de café bom.

Fornece toda a saccaria para o transporte dos cafés.

Vende os cafés sómente de accordo com instrucções dos committentes.

Mantem cerrada correspondencia com os seus freguezes, trazendo-os sempre ao par das oscillações do mercado.

REPRESENTANTE: — CASA BANCARIA ODILON FREIRE.
GUARANESIA -- SUB de MINAS

Fonte: Monitor Mineiro, 1926, nº 782.

Figura 8 – Odilon Freire & Cia

ODILON FREIRE & Cia.

COMMISSARIOS
Rua Cidade de Toledo, 25 ☉ Caixa Postal, n. 760
TELEPHONE 3-1-18
Endereço Telegraphico -- ODIFR.
SANTOS

AVISO Para boa orientação de nossos committentes, cumpre-nos fazer sciente que a nossa casa: fornece toda saccaria para as remessas de café, debitando-a em conta corrente e creditando-a pelo mesmo preço, quando devolvida, nada cobrando pelo carroto até á Estrada de Ferro; fazem adiantamentos contra café ou conhecimentos em seu poder, em limite que fór ajustado na accasião; pelo ensaque, carroto, seguro contra fogo, etc., cobram apenas a taxa de 1\$200 por sacca; pela retribuição ao seu trabalho, cobram sómente a comissão de 3 % sobre o producto da venda; não cobram juros sobre os fretes e taxa-ouro pagas e de mais despesas occasionadas pelo café, cobrando unicamente sobre os adiantamentos feitos, na razão de 12 % ao anno; no empenho de trazer seus committentes sempre ao par das condições do mercado dispõe-se, por conta delles, a dar-lhes informações diarias sobre as cotações, por telegramma; desejam que todos os conhecimentos de café que lhes forem despachados devam vir devidamente endossados.

Sendo o nosso armazem, nesta cidade, situado na Companhia Docas de Santos, pedimos que todos os despachos que tenham de fazer para a nossa casa, sejam feitos conforme a declaração a abaixo:

ODILON FREIRE & CIA. — SANTOS — DOCCA.
Odilon Freire & Cia.

Fonte: Monitor Mineiro, 1927, nº 853.

Logo depois, em 1914, houve uma crise financeira, estimulada pelo início da Primeira Guerra Mundial. Na tentativa de barrar a corrida bancária por receio de queda da moeda nacional e as consequentes falências em decorrência do pânico, o governo chegou a decretar feriados nacionais de 3 a 15 de agosto e moratória no dia 15 do mesmo mês, o que constituiu a primeira “prova de fogo” para as instituições financeiras recém-fundadas⁵¹. No entanto, nem o Banco de Guaxupé nem a Casa Bancária Odilon Freire parecem ter sido profundamente afetadas pela crise. Além das mencionadas, outras duas instituições bancárias foram fundadas em 1914, o que comprova que, embora a crise financeira possa ter atingido o Sul de Minas, a região conseguiu superá-la rapidamente.

Assim, em 1914, Guaranésia conhecia seu segundo banco, a Casa Bancária Alves, Lima & Cia, que posteriormente mudou de nome para Alves, Pereira & Cia⁵². Entre 1921 e 1925, teve como capital a quantia de 500:000\$000. Além disso, foram sócios gerentes o Doutor Alberto José Alves e José Nardi, e sócios solidários Alberto José Alves, José Nardi e Augusta Ferreira Pereira Dias⁵³.

Assim como Odilon Freire, o italiano José Nardi também era um homem de negócios, sempre presente entre as matérias propagadas nos jornais de Guaranésia. O jornal Monitor Mineiro, por exemplo, declarava, em 1912, isto é, antes da fundação da casa bancária, a organização de uma sociedade comercial de propriedade de Elizeu Pardini e José Nardi⁵⁴:

Declaramos a esta e às demais praças com que mantemos relações comerciais, que nesta data organizamos uma sociedade comercial, que girará sob a razão social de PARDINI & NARDI, **para compra e venda de café, exploração de benefício de café**, serraria e compra e venda de materiais para construção, sendo o capital de 15:000\$000. Dentro de 15 dias será montada uma magnífica máquina Amaral, para benefício de café, devendo em breve ser montados outros maquinismos para exportação do ramo para o qual foi fundada a sociedade referida. Declaram mais que desde já aceitam café da futura safra para ser beneficiado.

⁵¹ COSTA, Fernando Nogueira da. **Bancos em Minas Gerais. 1889-1964**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1978. SIQUEIRA, Alexis Cavicchini Teixeira de. **A História dos Bancos no Brasil: Das casas bancárias aos conglomerados financeiros**. Rio de Janeiro: Cop Editora, 2007.

⁵² Monitor Mineiro, 1925, nº 725.

⁵³ Em 1959 passou a ser controlada pelo Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A, que foi autorizado a concentrar seu fundo de comércio 5 anos depois. BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 68.

⁵⁴ Monitor Mineiro, 1912, nº 437, grifo nosso.

Além da sociedade, Nardi, o “banqueiro, industrial e fazendeiro”, era ainda comprador de café⁵⁵; acionista da S.A. Guaranésia Industrial (com um total de 100 ações que somavam 50:000\$000⁵⁶, tendo sido conselheiro fiscal da mesma por 6 anos⁵⁷); depois gerente e sócio do Banco de Varginha⁵⁸; sócio fundador da Fábrica de Tecidos Santa Margarida⁵⁹; proprietário de máquina de beneficiar café⁶⁰; possuía 100.000 pés de café em 1927⁶¹, 170.000 pés em 1929⁶² e 356.000 pés em 1933⁶³. Foi ainda vereador de Guaranésia⁶⁴ e sócio dono de casa comissária em Santos⁶⁵.

Também em 1914, abria as portas o Banco Comércio e Lavoura de Muzambinho. Sem muitas informações, sabe-se apenas que seu capital em 1925 montava a 700:000\$000, que alcançou uma agência em Nova Rezende, que ainda existia em 1935⁶⁶ e que teve José Bráz Cesarino Filho como gerente, pelo menos em 1933⁶⁷. Porém, como o próprio nome da instituição sugere, o banco provavelmente foi criado com intenção de fornecer crédito às lavouras da cidade e da região. Muzambinho foi destacada dentre as localidades mais importantes de Minas, segundo o *Almanak Laemmert* de 1909⁶⁸. Situada em “zona muito cafeeira”, onde se cultivava “café, cana e cereais”, sendo que “a exportação de café em 1906 foi de 200.000 sacas”⁶⁹, a cidade recebeu uma estação da Cia Mogiana em 1913⁷⁰, o que concorreu para a expansão cafeeira na localidade.

Em 1917 era a vez de Santa Rita do Sapucaí fundar seu próprio banco, o Banco Santaritense S/A, a partir da iniciativa do coronel Francisco Moreira da Costa com seu tio Joaquim Inácio Ribeiro. Costa, cafeicultor santa-ritense, viu na prosperidade do café

⁵⁵ Monitor Mineiro, 1922, nº 614.

⁵⁶ Monitor Mineiro, 1923, nº 672.

⁵⁷ Monitor Mineiro, 1923, nº 686.

⁵⁸ Monitor Mineiro, 1925, nº 726.

⁵⁹ Monitor Mineiro, 1932, nº 1.061.

⁶⁰ Monitor Mineiro, 1927, nº 822.

⁶¹ Monitor Mineiro, 1927, nº 829.

⁶² Monitor Mineiro, 1929, nº 922.

⁶³ Monitor Mineiro, 1933, nº 1.099.

⁶⁴ Monitor Mineiro, 1927, nº 848.

⁶⁵ “Sob a firma social de *Alves, Ribeiro & Cia. Ltda.*, e com o capital de dois mil contos de reis, acaba de ser organizada em Santos, para o comércio de café, uma nova casa comissária, da qual fazem parte os srs. Dr. Alberto José Alves, [...], José Nardi, [...]. A gerência desse novo e importante estabelecimento foi confiada aos srs. Dr. Alberto José Alves, José Nardi e Elias Alves Filho que, dispendo de longa prática desse ramo de negócio, oferecem, por isso, a máxima garantia aos srs. comitentes.” Monitor Mineiro, 1927, nº 835.

⁶⁶ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 107-108.

⁶⁷ História de Muzambinho. Disponível em <<http://historiademuzambinho.blogspot.com/p/classeseparator-styleclear-both-text.html>>. Acesso em janeiro de 2019.

⁶⁸ *Almanak Laemmert* de 1909 p. 434.

⁶⁹ *Almanak Laemmert* de 1909 p. 513.

⁷⁰ Estações ferroviárias do Brasil. Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/mmg/muzambinho.htm>>. Acesso em janeiro de 2019.

a chance de conquistar novas fortunas, dando início à sua carreira como banqueiro, mas sem abandonar as lavouras cafeeiras. Santa Rita, também qualificada entre as cidades mais importantes segundo o *Almanak Laemmert* de 1909⁷¹, detinha uma economia baseada na produção agrícola, sobretudo na plantação do fumo⁷², até a chegada da estrada de ferro, em 1894. Daí em diante, a economia cafeeira passou a ganhar espaço entre os lavradores da localidade. Em 1909, a indústria santa-ritense consistia em máquinas de beneficiar arroz e café, máquinas de café e engenhos de cana, além de duas fábricas de massas⁷³.

As terríveis geadas de 1918 destruíram boa parte das lavouras Brasil afora e em Santa Rita não foi diferente⁷⁴. Apenas um cafeicultor do município logrou escapar dos prejuízos: não outro senão o próprio Francisco Moreira da Costa. Desta feita, o cel. “Chico Moreira” conseguiu negociar seu café a preços altos, tornando-se um dos cafeicultores mais poderosos da região. Seu banco, a partir de então, passou a financiar os produtores que haviam perdido suas lavouras⁷⁵. Dessa forma, em 1919, o capital do banco era da ordem de 200:000\$000; em 1925, de 2.000:000\$000; e no ano seguinte, 4.000:000\$000. Em 1937, teve sua liquidação determinada – mesmo ano em que o Banco do Sul de Minas iniciou seu processo falimentar – tendo como liquidante Francisco Moreira da Costa. Ainda nesse ano, o Banco Santaritense foi encampado pelo Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A⁷⁶.

Apesar da geada, dois bancos foram fundados em 1918 e um em 1919, os últimos dessa primeira fase das instituições bancárias no Sul de Minas. O primeiro foi o Banco Comercial de Alfenas, inicialmente como sociedade limitada, depois como sociedade anônima, em 1930. Tendo sua sede em Alfenas, alcançou mais 6 agências, sendo elas em Cabo Verde, Campos Gerais, Três Pontas, Machado, Muzambinho e Passos, todas também no Sul de Minas e todas notadamente instaladas em cidades cafeeiras.

⁷¹ *Almanak Laemmert*, 1909, p. 576.

⁷² “A escolha de tal cultura era puramente estratégica. Para transportar a produção até o Rio de Janeiro, no lombo de mulas, era preciso optar por algo que fosse leve e de fácil negociação.” Empório de Notícias. **O cultivo do café em Santa Rita**. Disponível em <<http://www.emporiodenoticias.com/o-cultivo-do-cafe-em-santa-rita/>>. Acesso em janeiro de 2019, s/p.

⁷³ *Almanak Laemmert*, 1909, p. 577.

⁷⁴ Sobre a geada, Fernando Nogueira da Costa diz que “em Minas Gerais foi a Zona Sul a que mais sofreu com o forte fenômeno”. COSTA, Fernando Nogueira da. *Op. cit.*, 1978, p. 31.

⁷⁵ Empório de Notícias, *Op. cit.*, 2019.

⁷⁶ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 188.

Nelson Carvalho de Senna, descrevendo a cidade nos idos de 1909⁷⁷, afirmou que “a quase totalidade das casas tem os seus quintais bem plantados de árvores frutíferas, onde se destacam as mangueiras. Em todos eles há uma intensiva plantação de cafeeiro, que fornecem um dos melhores, ou talvez, o melhor café de Minas”. Enfatizando a rubiácea, Senna complementou alegando que “Alfenas tem um cafeeiro célebre que em tempos deu 8 alqueires de café, o que foi consignado no arquivo da municipalidade”. No mesmo ano, o *Almanak Laemmert*⁷⁸ colocou a cidade dentre as mais importantes, caracterizando-a como zona pastoril e agrícola.

Em 1917, as principais lavouras alfenenses eram a de café, cereais e cana. As indústrias centrais envolviam laticínios, com comércio de manteiga e macarrão, e pastos com gado vacum, suíno e arreios. A cidade exportava toucinho, café, queijo, manteiga e cereais⁷⁹. Segundo Marcos Lobato Martins⁸⁰, a acumulação de homens de fortuna locais, proporcionada pelas atividades agropecuárias, possibilitou a criação do Banco de Alfenas.

Assim, em 1921, seu capital era de 500:000\$000, chegando a 5.000:000\$000 em 1937. A Figura 9, expondo uma propaganda do banco num jornal local, demonstra um capital de 3.000:000\$000 em 1931. O banco teve como presidente João Leão de Faria (1921-38), como diretor e gerente Amâncio Lemes (1930-4 e 1921-30 respectivamente), como gerente e gerente geral Fausto Ribeiro de Prado (1936-7 e 1931-5, respectivamente)⁸¹, cujos nomes também podem ser visualizados na Figura 9. Em 1939, foi encampado pelo Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A.

⁷⁷ História de Alfenas. Disponível em <http://epidemiologia.alfenas.mg.gov.br/download/historia_alfenas.pdf>. Acesso em janeiro de 2019, p.13.

⁷⁸ *Almanak Laemmert* de 1909 p. 433.

⁷⁹ FRADE, P. **Diccionario Chorographico e Estatística Chorographica de Distâncias do Estado de Minas Gerais**. 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1917, p. 16.

⁸⁰ MARTINS, Marcos Lobato. **A marcha do café no Sul de Minas, décadas de 1880-1920**: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, v. 7, ed. 1, jan/jun 2014.

⁸¹ *Ibidem*, p. 98.

Figura 9 – Propaganda do Banco Comercial de Alfenas

Banco Comercial de Alfenas

Presidente: Dr. João Leão de Faria | Capital . . . 3.000:000\$000 | Diretor: Anacleto Lenus

Matriz : Alfenas, Praça Municipal, 219 | Agências: CARD VERDE, CAMPES GIBBAIN, MACHADO, TRES PONTAS

Paga as seguintes taxas para os depósitos de dinheiro:

Prazo fixo	De tres meses	5	por cento ao ano	Contas correntes	De movimento	2	por cento
	De seis meses	6	" " " "		De aviso	4	por cento
	De doze meses	7	" " " "		Com limite de R\$100	5	por cento
	De vinte e quatro meses	8	" " " "				

Faz todas as operações bancárias, exceto câmbio | Juros capitalizados em 30 de Junho e 31 de Dezembro

Fonte: O Alfenense, 3 de novembro de 1931.

Em 1918, foi também estabelecido o Banco de Monte Santo S/A, em Monte Santo de Minas. Também destacada dentre as cidades mais importantes como região cafeeira e vinícola, segundo o *Almanak Laemmert* de 1909⁸², Monte Santo teve instalada uma estação de igual nome, da Rede Sul Mineira, em 1913. Estando ao lado de Guaxupé e Guaranésia, a cidade configurava um importante centro produtor de café. Assim, um trecho do relatório destinado aos acionistas, publicado no jornal *Monitor Mineiro*⁸³, permite estabelecer a relação entre o banco e a economia cafeeira da localidade. No limite, podemos depreender que um dos objetivos do banco era fornecer crédito à lavoura:

Apesar da diminuta safra de café do ano passado findo, no nosso município e como foi também nas demais zonas, os nossos negócios durante o exercício, não sofreram relativamente diminuição como poderão examinar pelas principais rubricas do nosso balanço, que passamos a mencionar.

O capital do banco somava 1.000:000\$000 em 1925. Teve como presidente Francisco Paulino da Costa⁸⁴ (1926-32) e Pedro Paulino da Costa (1932-45); como gerente Pedro Paulino da Costa (1926), Tomé Elisio de Freitas (1925), João Nantes Junior (1939-44) e Antonio Mafra Ribeiro (1943-4); e como secretário Francisco Castejón (1926). Tendo encerradas suas operações, o banco, que chegou a encampar a Casa Bancária Bernardino Nantes, foi encampada pelo Banco Itaú S/A com sede em São Paulo, em 1945. No ano seguinte foi processada a liquidação final⁸⁵.

⁸² *Almanak Laemmert* de 1909, p. 434.

⁸³ *Monitor Mineiro*, 1923, nº 657.

⁸⁴ Apontado como agricultor pelo *Monitor Mineiro*, 1925, nº 761.

⁸⁵ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 130.

A última instituição fundada na década de 1910 foi o Banco de Paraguaçu S/A, em 1919, em Paraguaçu. O café na cidade foi introduzido por volta de 1885, logo ganhando destaque enquanto pauta de produção, sendo a principal junto à cana e os cereais em 1911, quando da emancipação da cidade⁸⁶. Em 1920, o capital do banco somava 150:000\$000, dobrando no ano seguinte para 300:000\$000 e aumentando em 1922 para 500:000\$000. Teve como presidente Marcos de Sousa Dias (1923-26), como diretor gerente e vice-presidente José Cristiano do Prado (1921 e 1923-6, respectivamente), Luís Ferreira do Prado (1923-6) e Antônio Teixeira Resende (1927-32) como gerente, e Nestor Eustáquio de Andrade (1923-30) como diretor secretário⁸⁷. Infelizmente, não foi possível localizar quaisquer destes homens para estabelecer relações entre seus negócios e o banco. O Banco de Paraguaçu acabou incorporado ao Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S/A em 1940, e dois anos depois tinha suas contas da liquidação aprovadas.

A primeira fase dos bancos mineiros, a inicial, caracteriza-se então pelo estabelecimento de oito instituições bancárias na região Sul de Minas Gerais, no período compreendido entre 1909, data de fundação do primeiro banco no estado, e 1920. É importante destacar a relação entre bancos, café, estações ferroviárias e a proximidade com São Paulo, descrita para cada localidade que fundou sua própria instituição nesse período. Ademais, faz-se importante ressaltar ainda que os homens de negócio, sempre que identificados, mantinham relações diretas com a produção e o comércio de café, fazendo também parte do financiamento das lavouras por meio de uma instituição bancária própria. Assim, é possível afirmar que as fortunas abriam espaço para o surgimento dos primeiros bancos locais, cujas oportunidades proporcionavam grandes riquezas na diversificação dos negócios. De qualquer forma, essa relação não exclui a importância que cumpriu a economia agropastoril para as cidades sul-mineiras.

1.2 – A fase de expansão dos bancos sul-mineiros (1921-1930)

Durante a década de 1920, o sistema bancário do Sul de Minas experimentou uma expansão significativa, com a inauguração de 24 instituições financeiras. A Tabela 3

⁸⁶ IBGE. Paraguaçu. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/paraguacu/historico>>. Acesso em janeiro de 2019.

⁸⁷ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 131.

revela que 71% desses bancos foram fundados na primeira metade da década, período coincidente com o aumento dos preços do café. Nessa época, a produção cafeeira em Minas Gerais crescia e acompanhava o desenvolvimento vivido por São Paulo. Embora em menor escala que as cidades paulistas, as localidades do Sul de Minas também prosperavam, impulsionadas pela produção e negociação de café. Como na fase inicial, vista anteriormente, a economia cafeeira do Sul de Minas parece ter sido a base para a expansão do sistema bancário na região, o que será demonstrado na apresentação do panorama dos bancos fundados nesse período.

Tabela 3 – Bancos inaugurados o Sul de Minas na década de 1920

Instituição	Sede	Fundação
Casa Bancária Campos Lima & Cia	Guaranésia	1921
Banco Machadense S/A	Machado	1921
Casa Bancária de Botelhos LTDA	Botelhos	1922
Casa Bancária Ferreira Alves & Cia	Guaxupé	1922
Casa Bancária Lima, Bernardes, Forli & Cia	Monte Santo de Minas	1922
Banco J. O. Resende & Cia LTDA	São Sebastião do Paraíso	1922
Casa Bancária Costa Ferreira	Arceburgo	1923
Casa Bancária Monici & Graziani	Andradas	1924
Banco de Arceburgo	Arceburgo	1924
Banco de Cabo Verde	Cabo Verde	1924
Casa Bancária Alves Lima & Cia	Monte Santo de Minas	1924
Banco Popular de Sul de Minas	Santa Rita do Sapucaí	1924
Banco Comercial e Agrícola A. C. Pinho & Cia. LTDA	São Sebastião do Paraíso	1924
Banco de Cássia	Cássia	1925
Casa Bancária Tavares Monteiro & Cia	Guaranésia	1925
Banco Comercial e Agrícola de Varginha	Varginha	1925
Banco de Varginha	Varginha	1925
Casa Bancária Nunes & Melo	Caxambu	1926
Banco da Campanha S/A	Campanha	1927
Casa Bancária Bernardino Nantes	Monte Santo de Minas	1927
Banco Comercial e Agrícola - Sociedade Limitada	São Sebastião do Paraíso	1927
Banco de Caxambu - Soc. Coop. De Resp. LTDA	Caxambu	1928
Banco de Pouso Alegre S/A	Pouso Alegre	1928
Banco de Águas Virtuosas Soc. Coop. De Resp. LTDA	Lambari	1929

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de Cláudio Bastos (1997).

O primeiro deles foi criado em Guaranésia em 1921. A Casa Bancária Campos Lima & Cia tinha um capital de 300:000\$000, que chegou a alcançar 1.100:000\$000 em 1925. Sem muitas informações, sabe-se que Fernando Máximo era gerente em 1921, e que ainda funcionava em 1925. Máximo, além de suas responsabilidades com a casa

bancária, foi um dos fundadores da empresa S. A. Guaranésia Industrial, em 1923⁸⁸, tendo sido diretor da mesma⁸⁹; foi agente de companhia de seguros ao lado de Odilon Freire⁹⁰; figurou como negociante de primeira classe de acordo com a Câmara Municipal de Guaranésia⁹¹; e ainda foi um dos incorporadores da empresa cinematográfica Masotti-Film⁹². Em 1925, Máximo inaugurou sua casa comercial, chamada A Primavera:

Está inaugurada, à Travessa Prudente de Moraes, uma grande casa comercial de propriedade do Sr. Fernando Máximo. É uma casa comercial chique, com *stock* variadíssimo, encontrando-se de tudo – fazendas finas; chapéus de todos os modelos; calçados de todas as marcas; perfumarias finíssimas e muitas outras coisas. Visitem a nova casa comercial e ficarão admirados dos preços com que se acham anunciadas as mercadorias! São quase todas de presente!⁹³

Em 1922, Fernando Máximo possuía ainda uma empresa em sociedade com Luiz Braga, denominada Máximo & Braga, que atuava com compra e venda de café⁹⁴. Em 1926, Máximo possuía uma papelaria/tipografia também em sociedade, a Máximo & Vasconcellos⁹⁵. Não se sabe ao certo a data de fundação dessas duas sociedades. No entanto, sabe-se que os bons ventos da prosperidade se transformaram em vendaval, pois no mesmo ano de 1926 os empreendimentos de Máximo começaram a quebrar, como demonstra um edital de falência da Máximo & Vasconcellos (Figura 10).

⁸⁸ Monitor Mineiro, 1923, nº 668.

⁸⁹ Monitor Mineiro, 1923, nº 687.

⁹⁰ Monitor Mineiro, 1925, nº 727.

⁹¹ Monitor Mineiro, 1925, nº 772.

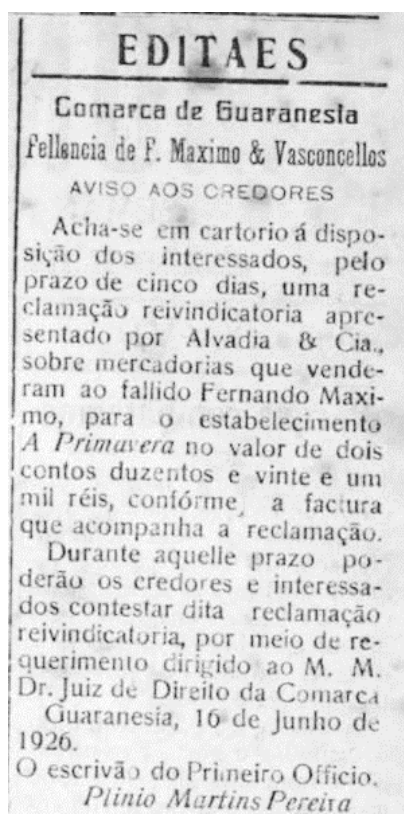
⁹² Monitor Mineiro, 1925, nº 774.

⁹³ Monitor Mineiro, 1925, nº 766.

⁹⁴ Monitor Mineiro, 1922, nº 614.

⁹⁵ Monitor Mineiro, 1926, nº 773.

Figura 10 – Edital de aviso aos credores da firma Máximo & Vasconcellos



Fonte: Monitor Mineiro, 1926, nº 794.

A venda da massa falida da firma Máximo & Vasconcellos revelou que esse empreendimento possuía um total de 97:813\$071 em bens sociais, divididos entre os itens da tipografia, duplicatas a receber e imóvel⁹⁶. Aparentemente, a casa comercial de Máximo estava envolvida no mesmo processo de falência, pois constava como parte da massa falida da Máximo & Vasconcellos, com um monte de 213:351\$168 a partir das mercadorias e duplicatas d'A Primavera⁹⁷. Da mesma forma, os bens pessoais de Máximo também incorporaram a massa falida, perfazendo um total de 128:200\$000, repartidos

⁹⁶ “*Bens sociais de Máximo & Vasconcellos*: um estabelecimento tipográfico e papelaria nesta cidade, à rua da Matriz, composto de máquinas, tipos, papéis, livros, minuciosamente descrito no balanço junto com os autos, no valor de 81:405\$171. As duplicatas de ativo constante da relação em poder do liquidatário, no valor de 2:407\$900. Uma casa de morada, situada nesta cidade, à rua Barão do Rio Branco, esquina da travessa Misael Sandoval, construída de tijolos, assoalhada, coberta de telhas, com 4 janelas de frente confrontando com Angelo Panissa e Alcides Medeiros, no valor de 14:000\$000”. Monitor Mineiro, 1926, nº 799.

⁹⁷ “*Bens sociais de Fernando Máximo – A Primavera*: um estabelecimento comercial denominado A Primavera, composto das mercadorias constantes do auto de arrecadação e de avaliação, no valor de 211:059\$568. Em duplicatas de ativo constantes das existentes em poder do liquidatário, no valor de 2:291\$600”. Monitor Mineiro, 1926, nº 799.

em imóveis e terrenos urbanos, títulos e parte do capital social da Casa Bancária Tavares, Monteiro & Cia⁹⁸.

Entre os 17 credores da firma, como quirografário⁹⁹, constava a Casa Bancária Campos, Lima & Cia, à qual era devido nada menos que 52:463\$400, o que correspondia a quase 59% do total do passivo¹⁰⁰. Entre os 6 credores particulares de Victor Vasconcellos, faziam parte duas casas bancárias: a Campos, Lima & Cia (11:078\$900) e a Alves, Pereira & Cia (12:064\$800), que juntas montavam a pouco mais de 74% do total das dívidas¹⁰¹. Já entre os 17 credores particulares de Fernando Máximo, a Casa Bancária Campos, Lima & Cia aparecia 7 vezes, com um total de 643:623\$320, ou seja, mais de 80% do montante total. Figuravam ainda entre os credores a Casa Bancária Monteiro, Lima & Cia (99:630\$860) e a Casa Bancária Pereira Lima & Cia (220\$200)¹⁰². Ainda havia os credores sociais da casa comercial de Máximo que, dentre os 44 listados, estava mais uma vez a Casa Bancária Campos, Lima & Cia com duas entradas (no total de 175:785\$230) e a Casa Bancária Alves, Pereira & Cia com mais duas (no total de 4:573\$700). Juntas, essas duas instituições detinham 64% do total das dívidas¹⁰³. Assim, considerando apenas a firma Máximo & Vasconcellos e a casa comercial A Primavera, Fernando Máximo, com seu sócio, deviam nada menos que 1.197:759\$366¹⁰⁴.

Antes de terminar o processo falimentar da Máximo & Vasconcellos, os jornais já noticiavam a falência da Máximo & Braga, a firma de comércio de café, convocando os

⁹⁸ “*Bens particulares de Fernando Máximo*: uma casa de morada com quintal, situada nesta cidade, à rua Benjamim Constant, construída de tijolos, assoalhada, forrada, envidraçada, com 5 janelas de frente e uma porta também de frente, com garagem, confrontando com o Dr. Alberto Alves, Menotti Pignataro e à rua Floriano Peixoto, no valor de 20:000\$000. Uma casa nova com quintal, nesta cidade, à rua Julio Tavares, construída de tijolos, coberta de telhas, assoalhada, envidraçada, com uma porta, um janelão e uma janelinha na frente, confrontando com José Ferreira, Olinto Chini e outros, no valor de 25:000\$000. Uma casa, com quintal, situada nesta cidade, à rua Prudente de Moraes, com 4 portas e uma vitrine de frente, confrontando com o Dr. Alberto Alves, Pedro Freire e Silvestre José de Souza, no valor de 30:000\$000. Duas datas de terreno, situadas à rua Julio Tavares, confrontando com José Vieira, Brulino Brandão, Salvador Accula e a rua Manoel Libanio, no valor de 200\$000. Um terreno murado, situado nesta cidade, à rua Guarany, confrontando com as ruas Capitão Gabriel, Quintino Bocayuva e com Manoel da Silva Ferreira, no valor de 2:500\$000. O direito que Fernando Máximo tem ao capital social da firma Tavares, Monteiro & Cia que era correspondente a uma quota de 50:000\$000. Dois títulos ao portador, assinado por José Pereira da Silva, no valor de 500\$000”. Monitor Mineiro, 1926, n° 799.

⁹⁹ Como veremos no Capítulo 5, um credor quirografário é aquele que detém um crédito contra um devedor sem que haja qualquer garantia ou privilegio de pagamento.

¹⁰⁰ Monitor Mineiro, 1926, n° 799.

¹⁰¹ Monitor Mineiro, 1926, n° 799.

¹⁰² Monitor Mineiro, 1926, n° 799.

¹⁰³ Monitor Mineiro, 1926, n° 799.

¹⁰⁴ Sendo 89:014\$580 relativos aos credores sociais da Máximo & Vasconcellos; 31:180\$400 aos credores particulares de Victor Vasconcellos; 281:049\$066 aos credores sociais de Fernando Máximo; e 796:515\$320 aos credores particulares de Fernando Máximo. Monitor Mineiro, 1926, n° 799.

credores a se apresentarem¹⁰⁵. Entretanto, o sócio protestou na justiça contra essa liquidação, alegando fraude na condução do processo:

Luiz Braga, ex-sócio de Fernando Máximo na firma Máximo & Braga, acompanhando agora, de perto, os negócios referentes à falência daquela firma [...], viu-se assim vítima de enormes e avultados assaltos ao seu patrimônio e, o que é mais grave, arrastado à falência quando a situação da firma Máximo & Braga era das mais sólidas. O caso não era de falência da firma Máximo & Braga. Quando muito, dissolvida devia ser a firma, *ex-gi-te-gis*, em virtude de decretação da falência de Máximo & Vasconcellos, mas, nem essa dissolução, no caso, cabia, pois a firma já estava em liquidação e os seus liquidatários nomeados no distrito social eram os mesmos, hoje requerentes da sua falência! O suplicante só agora teve conhecimento desses fatos todos e, munido de documentos como está, documentos estes que lhe foram fornecidos por Campos Lima & Cia, Monteiro, Lima & Cia, em época de lealdade, vai provar a V. Excia. que nada deve a essas firmas, ao contrário, em uma delas possui saldo credor, além do **saldo de cafés** que o suplicante possui e que ainda não foi acusado pelos liquidatários, síndicos ou quem de direito¹⁰⁶.

Ainda assim, foram admitidas como credoras sociais da massa falida da Máximo & Braga a Casa Bancária Tavares, Monteiro & Cia (4:000\$000) e a Casa Bancária Campos, Lima & Cia (379:147\$900). As duas instituições financeiras somavam 99% do total das dívidas, as quais possuíam 10 credores¹⁰⁷. Já as dívidas particulares de Luiz Braga somavam 14 entradas, com um montante de 86:543\$820. Desse total, 42:842\$220 (quase 50%), pertencia à Casa Bancária Alves, Pereira & Cia (4:266\$720) e à Casa Bancária Tavares, Monteiro & Cia (38:575\$500).

Dessa forma, a Casa Bancária Campos, Lima & Cia, que tinha Fernando Máximo como gerente, estava diretamente envolvida nas atividades econômicas dele na ordem de 1.263:098\$750. Infelizmente, as informações das quais dispomos são limitadas, impossibilitando esmiuçar os aspectos da relação de Máximo com a casa bancária. Porém, considerando que o capital social da instituição em 1926 era de 1.100:000\$000 e que o total do ativo contabilizado no balancete de 30 de setembro do mesmo ano era de 2.885:010\$871¹⁰⁸, parece suspeito que uma casa bancária empregasse tanto recurso em uma pessoa só.

¹⁰⁵ Monitor Mineiro, 1926, nº 792.

¹⁰⁶ Monitor Mineiro, 1926, nº 809, grifo nosso.

¹⁰⁷ Monitor Mineiro, 1926, nº 809.

¹⁰⁸ Monitor Mineiro, 1926, nº 809.

Embora não tenhamos conseguido estabelecer uma relação entre a Casa Bancária Alves, Pereira & Cia e Fernando Máximo, sabemos que a ele pertencia parte do capital social da Casa Bancária Tavares, Monteiro & Cia (50:000\$000). Somente essa informação também não justifica o investimento total de 142:206\$360 nesses empreendimentos que faliram, mas pode fornecer indícios de algumas facilidades. Fernando Máximo era um empresário diversificado, envolvido com negócios financeiros, comerciais, industriais e de café.

O segundo banco fundado no Sul de Minas na fase de expansão foi o Banco Machadense S/A, fundado também em 1921 “por um grupo de machadenses, com a finalidade de atender às necessidades de crédito – da lavoura e do comércio locais”¹⁰⁹. Com sede em Machado, seu capital de 200:000\$000 foi dividido em 400 ações¹¹⁰. Em 1924 seu capital aumentou para 500:000\$000, dobrando para 1.000:000\$000 dois anos depois, de acordo com a Figura 11. O banco alcançou mais 3 agências, nas cidades de Cabo Verde, Campestre e Gimirim (hoje Poço Fundo), todas também no Sul de Minas. Teve como presidente Joaquim Paulino da Costa¹¹¹ em 1921, Homero Costa de 1922 a 31, Lindolfo de Sousa Dias¹¹² em 1932 e Oscar de Paiva Westin¹¹³ de 1933 a 40. Teve como vice-presidente Lindolfo de Sousa Dias de 1921 a 32, depois de 1835 a 38, e João de Oliveira Garcia em 1939. Os gerentes foram Oscar de Paiva Westin (1921 a 32), e Alfredo de Oliveira Santos (1933 a 39). José Augusto Vieira da Silva foi secretário de 1924 a 1930, sendo o único de quem se tem notícia.

¹⁰⁹ ARQUIVO PÚBLICO MACHADENSE. **Machado de ontem e de hoje**. Machado: Prefeitura Municipal de Machado, 1988, p. 97.

¹¹⁰ Sendo os fundadores João Batista de Sousa Moreira (com 100 ações), João Paulino da Costa (60), Lindolfo de Sousa Dias (50), Cândida Osório de Magalhães (40), Rita de Cássia Moreira de Carvalho (20), Flausino Vital de Siqueira (20), José Dias de Gouveia (20), Lásaro Cândido de Magalhães (10), Edward Dias (10), Joaquim Paulino da Costa (10), Antônio de Sousa Moreira (4), Joaquim de Sousa Dias (2), Oscar Fernandes (2), Oscar de Paiva Westin (2), Feliciano Vieira da Silva (2), João Vieira da Silva (2), Francisco Alves Palmeira (2), Francisco Vieira da Silva Junior (2), Américo Nannetti (1) e José Augusto Vieira (1) (BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 156).

¹¹¹ Foi um dos responsáveis pela construção da estrada de ferro que ligava Machado a Alfenas, tendo sido tesoureiro do empreendimento. ARQUIVO PÚBLICO MACHADENSE, *Op. cit.*, p. 94.

¹¹² Foi um dos cidadãos machadenses que contribuíram, inclusive financeiramente, para que a Estrada de Ferro Machadense se instalasse na cidade. Casa da Cultura de Machado. **Lindolfo Souza Dias**: biografia do benemérito machadense. Disponível em <<https://machadodecadas.blogspot.com/2013/10/comendador-lindolfo-souza-dias.html>>. Acesso em fevereiro de 2019.

¹¹³ “No início do século, Oscar de Paiva Westin – apenas prático, mas muito hábil, conforme H. Costa – montou gabinete dentário na atual Praça Antônio Carlos. A ele associou-se, anos depois, José Augusto Vieira da Silva, formado em São Paulo. Este preferiu dedicar-se ao magistério, e aquele deixou o escritório pela direção do Banco Machadense.” REBELLO, Ricardo Moreira. **Machado**: história política administrativa até a instalação do município, [s.l.: s.n.], [s.d.], p. 602. (Não referência completa para esse livro. O arquivo foi gentilmente cedido pela Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte de Machado.)

O Banco Machadense “era propriedade de grandes fazendeiros que o haviam criado para apoiar suas atividades agrícolas e comerciais. No entanto, não tinham interesse real no negócio bancário e sentiam-se desgastados com a experiência”¹¹⁴. Machado era uma cidade classificada como “outro centro cafeeiro importante da região”¹¹⁵, tanto que em 1934 foi instalado na cidade o Campo Experimental do Café, hoje EPAMIG¹¹⁶. Em 1940 o Banco Machadense realizou uma fusão com a Casa Bancária Moreira Salles e com a Casa Bancária de Botelhos, originando o Banco Moreira Salles S/A¹¹⁷.

Figura 11 – Banco Machadense



Fonte: http://www.itaunibanco90anos.com.br/90/videos/portugues720/07_bancomoreirasalles.mp4

A Casa Bancária de Botelhos LTDA, que também participou dessa fusão, foi estabelecida por Pedro di Perna, com o cunhado Vicentino e mais três sócios, em 1922, tendo como capital, em 1925, a quantia de 100:000\$000, a qual permaneceu a mesma até 1939. Pedro di Perna era italiano, tendo nascido em Salerno em 1899. Mudou-se para o Brasil com seus pais quando tinha 9 anos, e instalaram-se na cidade sul-mineira de São José de Botelhos. Não frequentou a escola regular e começou muito novo a trabalhar. No mesmo ano de fundação da casa bancária, di Perna, “tendo como sócio Francisco Trezza,

¹¹⁴ MARTINS, Ana Luiza. **Itaú Unibanco 90 anos: uma história muito além dos números**. Rio de Janeiro: Scriptorio, 2014, p. 49.

¹¹⁵ Ibidem., p. 49.

¹¹⁶ REBELLO, Ricardo Moreira. *Op. cit.*, p. 256.

¹¹⁷ O Banco Moreira Salles em 1967 realizaria outra fusão, dessa vez com o Banco Agrícola Mercantil S/A de Porto Alegre, resultando no Unibanco S/A (União de Bancos Brasileiros), que hoje é o Itaú Unibanco.

fundou em Santos a casa comissária de café F. Trezza & Perna, tendo como negócio principal a compra da produção cafeeira da região para posterior revenda”¹¹⁸.

A cidade de Botelhos, desmembrada de Cabo Verde em 1911, produzia café em larga escala, além de fumo, açúcar e diversos cereais. Da mesma forma, a localidade exportava café, fumo e açúcar, através principalmente da Estrada de Ferro Mogiana, da qual possuía estação¹¹⁹.

Na cidade de Guaxupé, foi inaugurada em 1922 a Casa Bancária Ferreira Alves & Cia. Sem maiores informações, seu capital em 1925 montava a 500:000\$000¹²⁰. Ainda assim, foi possível identificar que a S.A. Guaranésia Industrial possuía um total de 14:104\$800 depositados na casa bancária em 1927¹²¹. Essa relação pode ter surgido a partir de Joaquim da Silva Ferreira, apontado como proprietário ou um dos proprietários da casa bancária. Ferreira era também acionista da S.A. Guaranésia Industrial (possuía 60 ações no valor de 30:000\$000)¹²². Joaquim da Silva Ferreira comprou uma casa comercial em 1921¹²³, e foi ainda um dos sócios no estabelecimento do Banco de Varginha, como veremos mais à frente¹²⁴. Diretamente ligado ao café, foi sócio de casa comissária em Santos, junto com José Nardi¹²⁵. A partir de 1935, o jornal noticiou que Joaquim da Silva Ferreira residia na cidade paulista de Campinas,¹²⁶ identificado depois como fazendeiro¹²⁷.

De forma também escassa, os dados para a Casa Bancária Lima, Bernardes, Forli & Cia dizem apenas que era sediada em Monte Santo de Minas, fundada em 1922 com capital de 300:000\$000¹²⁸.

Em São Sebastião do Paraíso, também em 1922, abria as portas o Banco J. O. Resende & Cia LTDA, como pode ser visualizado na Figura 12. O banco era propriedade do coronel José de Oliveira Resende, que era um grande cafeicultor do município. São Sebastião do Paraíso despontava como grande produtora cafeeira, e “a produção e

¹¹⁸ MARTINS, Ana Luiza. *Op. cit.*, 2014, p. 48.

¹¹⁹ *Almanak Laemmert*, 1935, vol. II, p. 167.

¹²⁰ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997.

¹²¹ *Monitor Mineiro*, 1927, n° 829.

¹²² *Monitor Mineiro*, 1921, n° 672.

¹²³ *Monitor Mineiro*, 1921, n° 606.

¹²⁴ *Monitor Mineiro*, 1935, n° 1.201.

¹²⁵ “Sob a firma social de *Alves, Ribeiro & Cia. Ltda.*, e com o capital de dois mil contos de reis, acaba de ser organizada em Santos, para o comércio de café, uma nova casa comissária, da qual fazem parte os srs. [...], José Nardi, [...], e Joaquim da Silva Ferreira, residente de Guaxupé [...]” *Monitor Mineiro*, 1927, n° 835.

¹²⁶ *Monitor Mineiro*, 1925, n° 726.

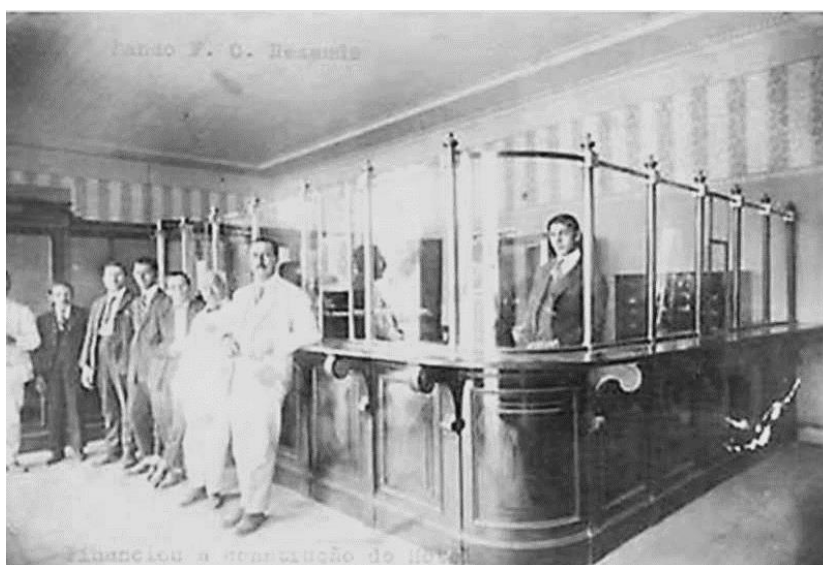
¹²⁷ *Monitor Mineiro*, 1939, n° 1.365.

¹²⁸ Bastos, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997, p. 78. *Monitor Mineiro*, 1923, n° 657.

exportação de café, de qualidade superior e diferenciada, vinha conquistando recordes sucessivos, sinalizando momentos áureos no progresso econômico da região”¹²⁹.

O coronel José de Oliveira Resende era fazendeiro de grandes posses, tendo sido um dos maiores produtores de café da região. Era proprietário da Usina Dona Chiquinha, que produzia açúcar e aguardente. Resende “foi vereador em três legislaturas, presidente da câmara e agente executivo (prefeito), no período de 1919 a 1923”¹³⁰. Ele chegou a exercer um segundo mandato como “prefeito nomeado no início da Era Vargas, permanecendo no cargo por pouco mais de um ano. Pediu demissão por ter se posicionado contra o Governo Vargas e apoiado os insurgentes paulistas no contexto da Revolução Constitucionalista de 1932”¹³¹. Em 1923, tendo como gerente L. S. Dutra, o capital do banco consistia em 750:000\$000. O banco sempre se prestava a fazer propagandas que convencessem possíveis clientes a serem correntistas; um exemplo desse tipo de anúncio pode ser conferido na Figura 13. Em 1937, foi incorporado ao Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A, mesmo ano em que o Banco do Sul de Minas abriu falência.

Figura 12– Banco J. O. Resende & Cia LTDA



Fonte: <http://jornaldosudoeste.com.br/noticia.php?codigo=201259>.

¹²⁹ JORNAL DO SUDOESTE. **Banco J. O. Resende e Cia. Limitada**. Disponível em <<http://jornaldosudoeste.com.br/noticia.php?codigo=201259>> Acesso em fevereiro de 2019.

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ Ibidem.

Figura 13 – Propaganda do Banco J. O. Resende & Cia LTDA

Banco J. O. Resende & Cia. Ltda.

São Sebastião do Paraizo — Est. de Minas

Ser Previdente é começar hoje mesmo a sua Conta Corrente neste BANCO, onde V. S., depositando mensalmente as suas economias, terá seu capital sempre aumentado e rendendo juros compensadores, que servirão para proporcionar-lhe toda tranquilidade e garantir a sua velhice

Está V. S. Prevendo para o futuro Delles?

V. S. não póde deixar o dia de amanhã a mercê do acaso. Os meios de que V. S. lance mão, procurando garantir o futuro da sua família, hoje, jámas lhe darão segurança de que ella não soffrerá as necessidades da vida, a menos que essa provisão seja adequada.

A educação e os primeiros passos no mundo dos negocios, terão de ser financiados. Ao mesmo tempo, V. S. não desejará ver os seus filhos privados do conforto e das coisas necessarias na vida e que V. S. os ensinou a apreciar em.

Peia economia e emprego das suas reservas, V. S. poderá ficar certo de que as vantagens de que goza a sua familia, hoje, continuarão a ser as mesmas quando mais precisas forem.

E' possível que o Banco J. O. Resende & Cia. Ltda. possa auxiliá-lo a augmentar os seus cabedaes. A' sua conveniencia, permita-nos discutir o assumpto confidencialmente.

Fonte: A Vanguarda, 1932, nº 871.

Com poucas notícias, a Casa Bancária Costa Ferreira foi inaugurada em 1923 por Pacífico da Costa Pereira em Arceburgo, e ainda existia em 1925 quando faliu juntamente com a casa comercial de seu fundador¹³².

A emancipação política de Arceburgo se deu em 1911, quando chamava-se São João da Fortaleza. O nome foi dado pelo proprietário da Fazenda Fortaleza, que era devoto de São João. A fazenda acabou atraindo gente em busca de comércio de gado e café, e assim a vila teve início. Apenas em 1960 o nome mudaria para o atual¹³³. A localidade recebeu muitos imigrantes estrangeiros, sobretudo sírio-libaneses e italianos, que chegaram para trabalhar nas lavouras de café.

A economia arceburguense era dada pelas plantações de cafeeiros e a produção de leite¹³⁴, e depois também milho e cana de açúcar¹³⁵. O *Almanak Laemmert* para o ano de 1935¹³⁶ destaca que as culturas básicas do município eram “café em larga escala e

¹³² BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997..

¹³³ Arceburgo. Disponível em <<http://topetinhomagnifico.com.br/o-capacettino-em-arceburgo/>>. Acesso em fevereiro de 2019.

¹³⁴ Ibidem.

¹³⁵ História de Arceburgo. Disponível em <<https://camaraarceburgo.mg.gov.br/historia/#:~:text=Antigamente%20chamada%20E2%80%9CS%C3%A3o%20Jo%C3%A3o%20da,chegaram%20da%20It%C3%A1lia%20em%201910>>. Acesso em fevereiro de 2019.

¹³⁶ *Almanak Laemmert*, 1935, vol. II, p. 151.

cereais”, sendo as principais exportações: “café (cerca de 400.000 arrobas anuais), feijão, arroz e milho”. Arceburgo é vizinha às cidades de Guaranésia, Monte Santo de Minas e Mococa no estado de São Paulo, todas produtoras de café.

A Casa Bancária Alves Lima & Cia, estabelecida em 1924 em Monte Santo de Minas, tinha um capital de 1.000:000\$000. Em 1925, o jornal Monitor Mineiro¹³⁷, editado em Guaranésia, destacou que

Esse movimento bancário local ainda tem outros objetivos, pois está levando recursos a outras localidades, com fundação de bancos, como acaba de ser fundada a *Casa Bancária Alves Lima & Cia*, muito ligada à *Alves Pereira & Cia*, e **com quase todo o capital daqui [...]**.

No mesmo número, o jornal¹³⁸ enfatizou a inauguração da casa bancária:

No dia 1º do corrente, em trem especial, partiu com destino à vizinha e amiga cidade de Monte Santo, cerca de 80 pessoas de nossa sociedade, composta de diversos elementos: comércio, indústria, lavoura e imprensa, a fim de assistirem à inauguração da nova casa bancária – Alves Lima & Cia, sob direção e gerência do nosso distinto amigo e talentoso advogado dr. Octavio Armond Rodrigues Costa, ex-juiz municipal desta cidade.

Em 1931, o Monitor Mineiro¹³⁹ publicava uma chamada pública para nomeação dos liquidatários da firma Alves Lima & Cia, dona da casa bancária com mesmo nome.

Já a Casa Bancária Monici & Graziani foi fundada em 1924 em Andradas com um capital de 50:000\$000 e faliu em 1931, cujo síndico foi Mário Lanzoni¹⁴⁰. O motivo da falência foi apontado como a crise de 1929. A casa bancária era correspondente do Banco Francês e Italiano para a América do Sul, do Banco Comércio e Indústria de São Paulo, do Banco Comercial do Estado de São Paulo e do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais¹⁴¹. Eram sócios Pedro Monici, banqueiro em Espírito Santo do Pinhal no estado de São Paulo, e Henrique Graziani, capitalista e fazendeiro em Andradas (que até 1928 chamava-se Caracol).

Andradas é um município limítrofe com algumas cidades paulistas, como São João da Boa Vista e Espírito Santo do Pinhal. Essas cidades eram servidas pela Estrada

¹³⁷ Monitor Mineiro, 1925, nº 725. Grifo nosso.

¹³⁸ Monitor Mineiro, 1925, nº 725.

¹³⁹ Monitor Mineiro, 1931, nº 1.016.

¹⁴⁰ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997.

¹⁴¹ O Popular, 1925, nº 337.

de Ferro Mogiana S.A, possuindo ramais e estações de trem. Nesses municípios, pautados pela cafeicultura, a proximidade e a logística ferroviária podem ter contribuído para que Andradas se tornasse uma cidade não apenas pela produção de café, mas pela produção de vinhos, dada sua expressiva população italiana¹⁴². A própria família de Graziani, italiana, possuía uma adega de vinhos. Assim, as principais culturas de Andradas eram “café, feijão, milho, arroz, fumo e vinha”, e as principais exportações eram “café, vinho, gado, porcos, galinhas, queijos, feijão, milho, batatas e fumo”¹⁴³

O Banco Comercial e Agrícola A. C. Pinho & Cia. LTDA, inaugurado em 1924 em São Sebastião do Paraíso, possuía um capital de 1.000:000\$000. Alcançando uma filial em São Tiago no ano seguinte. Em 1927, com Antônio de Carvalho Pinho na gerência, passou a chamar-se Banco Comercial e Agrícola (Sociedade Limitada)¹⁴⁴.

Também em 1924 era fundando o Banco de Arceburgo, com capital de 200:000\$000 e tendo como gerente José Balbino Moreno. O banco “desapareceu” por volta de 1930¹⁴⁵. No início de 1927, o Monitor Mineiro¹⁴⁶ noticiava que

Benedito A. Pereira Lima, Francisco Monteiro Dias e José Balbino, comunicam à praça e aos seus amigos que, a contar de três de janeiro do ano fluente, dissolveram a sociedade em nome coletivo que girava sob a firma Monteiro, Lima & Cia, de denominação *Banco de Arceburgo*, retirando-se os primeiros sócios nomeados, pagos e satisfeitos dos seus haveres, em perfeita harmonia, ficando toda responsabilidade da extinta firma a cargo do sócio José Balbino que continuará com o mesmo ramo de comércio, na Vila Arceburgo, onde está ao inteiro dispor dos seus amigos e fregueses.

Benedito A. Pereira Lima era fazendeiro e advogado do município de Guaranésia¹⁴⁷, cidade limítrofe de Arceburgo. Por seu turno, José Balbino era apontado como “presidente e agente executivo municipal da vizinha e próspera vila de Arceburgo”¹⁴⁸. Uma matéria no jornal de Guaranésia informou, em 1924, que “entre capitalistas desta cidade e da vila de Arceburgo, se cogita da criação, naquela próspera localidade, de uma casa bancária”¹⁴⁹.

¹⁴² SOUZA, Ricardo Luiz de. **Zappa, lavoro e vino (enxada, trabalho e vinho)**. Os imigrantes italianos e sua importância na vitivinicultura de Andradas (1890-1954). Comunicação apresentada no I Colóquio de História Local e Regional IF Sul de Minas, Campus De Muzambinho, 2017.

¹⁴³ *Almanak Laemmert*, 1935, vol. II, p. 145.

¹⁴⁴ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 99.

¹⁴⁵ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 119.

¹⁴⁶ Monitor Mineiro, 1927, nº 821.

¹⁴⁷ Monitor Mineiro, 1939, nº 1.343.

¹⁴⁸ Monitor Mineiro, 1924, nº 695.

¹⁴⁹ Monitor Mineiro, 1924, nº 695.

O Banco de Cabo Verde, também de 1924, detinha um capital de 350:000\$000, e ainda existia em 1935. Sem muitas informações sobre o banco, Cabo Verde, cidade sul-mineira é limítrofe a Areado, Botelhos, Divisa Nova, Monte Belo, Muzambinho e Caconde (SP). Conhecida como terra cafeeira, as principais culturas, em 1935, eram o “café e cereais de toda a espécie”, e as exportações essenciais eram “café, gado, cereais, etc.”¹⁵⁰. Atualmente, a renda do município vem quase toda da rubiácea – nada menos que 75%. Destacam-se a produção cafeeira e os serviços ligados ao café. Essa relevância do ouro verde para a cidade vem desde sua fundação, em 1866, quando tornou-se município. Desde então, a produção cafeeira foi a base da economia local¹⁵¹.

Em 1925 foi estabelecido em Guaranésia a Casa Bancária Tavares Monteiro & Cia, com 600:000\$000 de capital, chegando a inaugurar uma agência em Itamogi¹⁵². Também conhecido como Banco de Guaranésia, conforme destaca a Figura 14¹⁵³, Baptista Zerbini era contador em 1925¹⁵⁴. Foi credora, em 1926, da massa falida da Máximo & Braga (4:000\$000) e credora particular de Luiz Braga, envolvido na mesma falência, com montante somado em 38:575\$500¹⁵⁵. No mesmo ano, a Casa Bancária Tavares Monteiro & Cia estava em liquidação, tendo José Tavares de Moura como liquidante¹⁵⁶.

¹⁵⁰ *Almanak Laemmert*, 1936, vol. II, p. 170.

¹⁵¹ História de Cabo Verde. Disponível em <<https://www.caboverde.mg.gov.br/cabo-verde/institucional>>. Acesso em fevereiro de 2019.

¹⁵² BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 82.

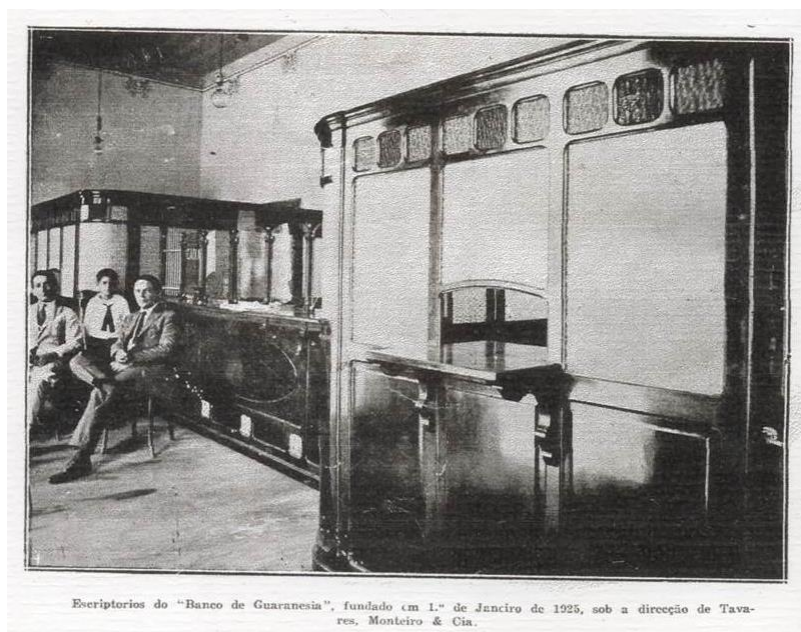
¹⁵³ Segundo o jornal Nação Brasileira (1925, nº 28), era banco de Guaranésia, propriedade do grupo Tavares, Monteiro & Cia. Optamos por deixar o nome conforme consta em Bastos (*Op. cit.*, 1997.).

¹⁵⁴ Monitor Mineiro, 1925, nº 760.

¹⁵⁵ Monitor Mineiro, 1926, nº 809.

¹⁵⁶ Monitor Mineiro, 1926, nº 810.

Figura 14 – Casa Bancária Tavares Monteiro & Cia



Fonte: Nação Brasileira, 1925, nº 28.

Em Varginha foram fundados dois bancos em 1925. O Banco Comercial e Agrícola de Varginha apresentava um capital de 5.000:000\$000, sendo o mesmo pelo menos até 1941. Segundo o próprio nome sugere, o banco foi criado com intuito de prover crédito ao comércio e à lavoura. Nesse mesmo intervalo foi diretor-presidente Domingos Ribeiro de Rezende¹⁵⁷ (deputado estadual em 1924 e 1930); cumpriram o cargo de diretor-secretário João Otaviano da Veiga Lima (1925) (destacado como uma das personalidades que marcaram o desenvolvimento de Carmo da Cachoeira, cidade próxima a Varginha, tendo sido vereador da mesma)¹⁵⁸ e Paulo Rodrigues Alves (1937); diretor-superintendente Paulo Rodrigues Alves (1925) e José Bonifácio Caldeira de Araújo (1937-41); de diretor José Rebelo da Cunha (1940-41); e de gerente J. B. Caldeira (1927) e Paulo Rodrigues Alves. Além da sede, chegou a ter filiais em Andrelândia, Carmo do Rio Claro, Eloi Mendes e Nepomuceno. Em 1943 o banco teve seu ativo líquido incorporado ao Banco do Distrito Federal S/A.

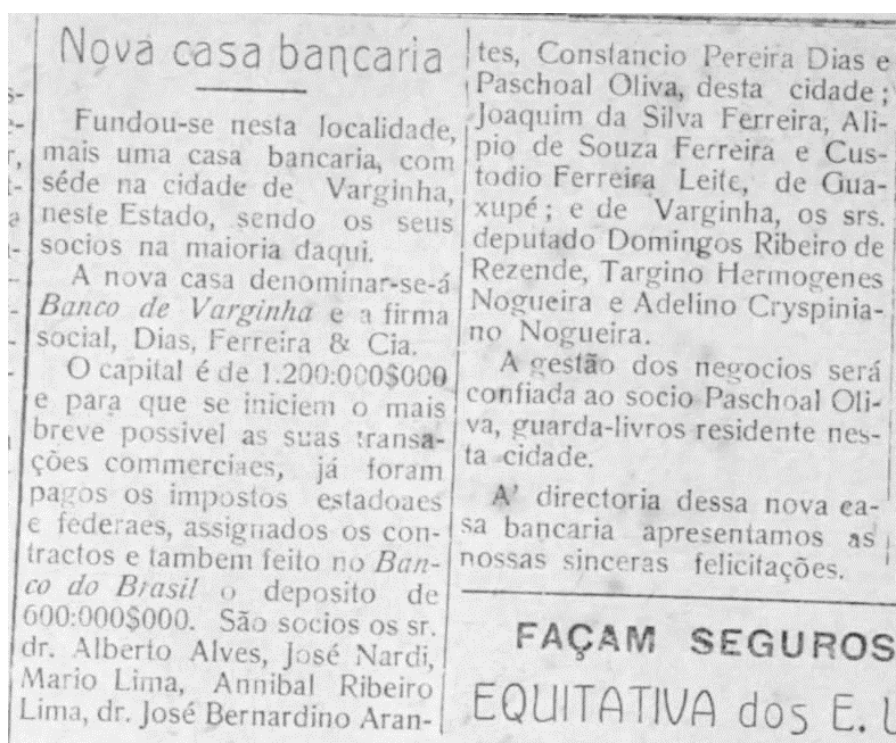
O segundo do mesmo ano foi o Banco de Varginha, que consistia em propriedade de Dias, Ferreira & Cia (Sociedade Solidária Ilimitada). Possuía um capital de

¹⁵⁷ Domingos Ribeiro de Rezende também foi acionista e suplente do Conselho Fiscal do Banco do Sul de Minas, cumprindo papel importante ao final do processo de liquidação do banco. O fazendeiro será melhor estudado nos Capítulos 4 e 5.

¹⁵⁸ Portal do Legislador. Disponível em https://portal.legislador.com.br/arquivos/9_70/PDF/Informativo/9_70_1.pdf. Acesso em março de 2019.

1.200:000\$000. Não se pode deixar de notar que, na década da fase de expansão dos bancos em Minas Gerais, Varginha inauguraria, no mesmo ano, 2 instituições bancárias com os maiores capitais apresentados no período para todo o Sul de Minas. Varginha desatacava-se pela produção cafeeira e gêneros alimentícios. De acordo com a Figura 15, os sócios do banco – entre eles José Nardi, o qual já mencionamos – originam-se de cidades também cafeeiras: além de Varginha, Guaranésia e Guaxupé.

Figura 15 – Banco de Varginha



Fonte: Monitor Mineiro, 1925, nº 726.

Em 1930, o banco divulgava,

à esta e às demais praças, onde manteve relações comerciais, que solveu todas as suas obrigações vencidas e a se vencerem e dissolveu em boa harmonia o seu contrato social, em 30 de junho do corrente ano, nomeando seu liquidatário Ferreira, Alves & Cia – casa bancária com sede em Guaxupé, encarregada de liquidar o seu ativo e dividi-lo entre os sócios¹⁵⁹.

Varginha, sede do Banco do Sul de Minas, está entre as principais do território. Em 1935, a cidade possuía estações ferroviárias da Rede Sul Mineira de Viação, tinha

¹⁵⁹ Monitor mineiro, 1930, nº 990.

como cultivo principalmente “café, feijão, milho e outros cereais”. A exportação estava centrada em dois itens: café e gado. Além disso, Varginha tinha fábricas de beneficiar café e arroz, fábricas de bebidas, massas, calçados, mosaicos e engenhos de cana¹⁶⁰.

O Banco de Cássia foi fundado em 1925 com um capital de 500:000\$000¹⁶¹, conforme a Figura 16. A cidade de Cássia, próxima a São Sebastião do Paraíso e às cidades paulistas Patrocínio do Sapucaí e Franca, tinha uma economia baseada na produção de café (com 93 agricultores listados), bem como na criação e comércio de gado (com 19 açougues), além de produção de aguardente e açúcar (com 39 engenhos), laticínios e beneficiamento de arroz¹⁶².

Figura 16 – Banco de Cássia



Fonte: A Vanguarda, 1925, nº 529.

Com sede em Caxambu, sabe-se somente que a Casa Bancária Nunes & Melo já existia em 1926, com um capital de 100:000\$000. Teve como sócios-gerentes no ano de 1928 Jorge Leite Nunes e Arlindo Gonçalves de Melo. No mesmo ano passou a denominar-se Banco de Caxambu¹⁶³. Jorge Leite Nunes figurava como negociante de fazendas, armarinhos, calçado, chapéus, secos e molhados em 1907¹⁶⁴. Para Arlindo Gonçalves de Melo não há mais informações.

¹⁶⁰ *Almanak Laemmert*, 1935, vol. II, p. 360.

¹⁶¹ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 120.

¹⁶² *Almanak Laemmert*, 1935, vol. II, p. 184.

¹⁶³ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 81.

¹⁶⁴ *Almanak Laemmert*, 1907, p. 2890.

Em Caxambu descobriu-se desde cedo as águas termais, ficando a cidade famosa e turística. Segundo o *Almanak Laemmert* para o ano de 1935¹⁶⁵, “é nossa primeira e mais importante estância de águas medicinais, não só pela beleza topográfica e grande número de fontes de diferentes composições, como pelas comodidades que oferece aos viajantes [...]”. Servida pela Estrada de Ferro Sul Mineira, as principais culturas eram milho, arroz, feijão, batata e cana sacarina. A exportação era baseada na água mineral, além de toucinho e laticínios¹⁶⁶. No entanto, não se pode estabelecer uma relação intrínseca entre a economia do município e o cultivo rural. Apesar de possuir três empresas de torrefação e moagem de café, Caxambu pautava-se pelo comércio e serviços que prestava aos visitantes.

Já em Monte Santo de Minas, a Casa Bancária Bernardino Nantes, inaugurada em 1927 por João Nantes Júnior, foi absorvida pelo Banco de Monte Santo S/A, embora não se saiba o ano¹⁶⁷. Para Nantes Júnior, no entanto, sabe-se que no início de sua carreira, 1923, havia sido auxiliar de guarda livros do Banco de Monte Santo¹⁶⁸; em 1935 atuou como diretor gerente do Banco de Monte Santo¹⁶⁹; e foi o primeiro presidente da Federação Brasileira dos Bancos – Febraban, entre 1967 e 1970¹⁷⁰. Por essa trajetória, Nantes parece ser um dos poucos banqueiros de profissão identificados para o Sul de Minas no período estudado.

Também em 1927, foi inaugurado o Banco da Campanha S/A, com um capital de 550:000\$000. Teve em sua diretoria, todos no ano de fundação, Zoroastro de Oliveira como presidente, Alfredo Oliveira Leite como 1º vice-presidente, Manuel Alves de Azevedo como 2º vice-presidente, Pedro Alcantara como 1º secretário, José Manuel Pires como 2º secretário, e Waldemar Veiga de Oliveira como diretor-gerente. Em 1938 foi encampado pelo Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A¹⁷¹.

O presidente, conhecido como Coronel Zoroastro de Oliveira, era farmacêutico, tendo sido um importante chefe político da cidade de Campanha e exercido por cerca de duas décadas os cargos de Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal¹⁷². Umas

¹⁶⁵ *Almanak Laemmert*, 1935, vol. II, p. 186.

¹⁶⁶ *Almanak Laemmert*, 1935, Vol. II, p. 186.

¹⁶⁷ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 70.

¹⁶⁸ Monitor Mineiro, 1923, n 661.

¹⁶⁹ Monitor Mineiro, 1935, n 1183

¹⁷⁰ Febrabran. Galeria de Presidentes. Disponível em <<https://portal.febraban.org.br/50anos/presidentes/>>. Acesso em fevereiro de 2019.

¹⁷¹ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 110.

¹⁷² IPATRIMÔNIO. **Monumento de pedra e bronze em homenagem ao Cel. Zoroastro de Oliveira**. Disponível em <<http://www.ipatrimonio.org/campanha-monumento-de-pedra-e-bronze-em-homenagem-ao-cel-zoroastro-de-oliveira/>>. Acesso em fevereiro de 2019.

das cidades mais antigas da região, Campanha havia sido, no século XVIII, sede do Sul de Minas. Figurando como principal localidade da região durante o século XIX, o *Almanak Laemmert* de 1909 classificou-a como entre as cidades mais importantes, contendo uma estação da Estrada de Ferro Muzambinho¹⁷³. No século XX, Campanha foi ultrapassada por outras cidades sul-mineiras, mas conservou sua estrutura econômica, baseada na agropecuária, isso é, café, milho, feijão, criação de gado (para corte e leite), e laticínios. O *Almanak Laemmert* de 1935¹⁷⁴ declarou que as exportações da cidade giravam em torno no café, do açúcar e de cereais.

Em 1928, foi fundado o Banco Comercial e Agrícola de Bom Sucesso com um capital de 200:000\$000. No mesmo ano teve como presidente Antônio Martins Soares, vice-presidente Waldemar Augusto de Oliveira, secretário José Soares Neto e gerente Cristiano Teixeira de Carvalho. O banco foi incorporado ao Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A em 1934¹⁷⁵.

Antônio Martins Soares era capitalista, possuía o Ideal Cinema de Teatro, era proprietário de um laticínio, de um engenho de aguardente, e figurava entre os criadores de animais da cidade¹⁷⁶, tendo sido também exportador de gado¹⁷⁷. José Soares Neto, o secretário, possuía um engenho de café em 1936¹⁷⁸. As principais atividades econômicas da cidade giravam em torno do café e do leite.

No mesmo ano, 1928, foi inaugurado o Banco de Pouso Alegre, inicialmente como sociedade limitada, transformando-se em sociedade anônima em 1934. Neste ano, apresentava um capital de 501:000\$000, tendo como presidente Olavo Gomes de Oliveira (1934-38) e como diretor-gerente Alvarim Vieira Rios (1928-38). Abrindo mais 2 filiais, em Cachoeira e Silvianópolis, foi encampado pelo Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A em 1938¹⁷⁹. Olavo Gomes de Oliveira havia sido prefeito da cidade, bem como Alvarim Vieira Rios¹⁸⁰.

Pouso Alegre, uma das cidades mais importantes do Sul de Minas – no passado e no presente –, tinha como produção agropecuária itens como “fumo, chá, uvas, café, cana, batata e todos os cereais”, bem como gado bovino e suíno, que exportavam em pé junto

¹⁷³ *Almanak Laemmert*, 1909, p. 433.

¹⁷⁴ *Almanak Laemmert*, 1935, vol. II, p. 433.

¹⁷⁵ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 99.

¹⁷⁶ *Almanak Laemmert*, 1936, p. 699.

¹⁷⁷ *Almanak Laemmert*, 1918, p. 2869.

¹⁷⁸ *Almanak Laemmert*, 1936, p. 699.

¹⁷⁹ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 132.

¹⁸⁰ Sabe-se apenas porque Prefeito Alvarim Vieira Rios é o nome de uma praça de esportes e Prefeito Olavo Gomes de Oliveira é o nome de uma avenida importante da cidade.

com polvilho, cereais e queijos¹⁸¹. No entanto, a localidade destacava-se pelas atividades comerciais, principalmente ferragens, fazendas, armarinhos e secos e molhados¹⁸².

As únicas informações sobre o Banco de Águas Virtuosas, em Lambari, afirmam ter sido 1929 o ano de sua fundação¹⁸³. Lambari, servida pela Estrada de Ferro Muzambinho, cultivava sobretudo “cereais, cana e fumo”, possuía “pequenas fábricas de doce de compota e em massa” e exportava “água mineral natural, rapadura e cereais”¹⁸⁴. A cidade, cujas “fontes medicinais são em número de sete, das quais quatro são perfeitamente captadas e são acidulo-gasosas”¹⁸⁵, tinha no cultivo de alimentos e na criação de animais os principais fundamentos de sua economia¹⁸⁶.

Por último, duas instituições fundadas nesse período foram encampadas pelo Banco do Sul de Minas: o Banco Popular Sul de Minas e o Banco de Caxambu. O primeiro, Banco Popular Sul de Minas, foi estabelecido em Santa Rita do Sapucaí em 1924. Santa Rita tinha como ponto forte de sua economia o café e a cana de açúcar, exportando café e aguardente. Com estação da Estrada de Ferro Rede Sul-Mineira, a indústria santa-ritense baseava-se no setor agropastoril¹⁸⁷.

O Banco Popular Sul de Minas tinha, no ano de sua inauguração, um capital de 500:000\$000, o qual dobrou no ano seguinte para 1.000:000\$000. Teve como presidentes Elpídio Costa (1924-33) e José Justiniano de Paiva (1934-37), e como gerentes César Carneiro (1924-25) e Brás Regina (1934). No Conselho fiscal, em 1934, foram efetivos Firmino Vinhas, Francisco Aureliano de Paiva Filho e Ismael Costa; e foram suplentes José de Resende Paiva, José Nicolau de Paiva e José Werneck da Silva. Cabe ressaltar que, tanto o segundo presidente quanto os suplentes do conselho fiscal, eram acionistas do Banco do Sul de Minas, sendo José Nicolau de Paiva e José Werneck da Silva membros da diretoria do falido. Bastos¹⁸⁸ declara que o “em 1934 [o Banco Popular Sul de Minas] era controlado pelo Banco do Sul de Minas, que o vendeu”. Mas como será visto nos próximos capítulos, este banco faliu sendo o controlador dos 2 mencionados, não tendo realizado a venda de nenhum deles, como afirmou Bastos.

¹⁸¹ *Almanak Laemmert*, 1935, p. 711.

¹⁸² *Almanak Laemmert*, 1935, p. 711.

¹⁸³ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 119.

¹⁸⁴ *Almanak Laemmert*, 1935, vol. II, p. 252.

¹⁸⁵ *Almanak Laemmert*, 1935, vol. II, p. 252.

¹⁸⁶ *Almanak Laemmert*, 1935, p. 684.

¹⁸⁷ *Almanak Laemmert*, 1935, vol. II, p. 329.

¹⁸⁸ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 185.

O segundo banco encampado, o Banco de Caxambu, foi criado em 1928, como visto, em sucessão à Casa Bancária Nunes & Melo. Em 1932, detinha um capital de 229:200\$000, tendo Jorge Leite Nunes como diretor-gerente e G. Cobra como diretor-secretário. Em 1933, já de posse de apenas um quarto de seu capital social, teve autorização para sua liquidação, sendo então incorporada ao Banco do Sul de Minas no ano seguinte. Seus liquidatários foram José Ferreira Leite (1933), Alberto G. Nogueira Cobra (1933-34) e Arlindo Gonçalves de Melo (1933-34)¹⁸⁹.

Enquanto a primeira fase dos bancos no Sul de Minas inaugurou 8 instituições, a fase de expansão fundou 24 bancos, isto é, 4 vezes mais. Tal fato se deveu à expansão que as cidades conheceram nessa década, proporcionada em grande parte pela produção e pelo comércio de café. De forma semelhante à primeira fase, foi possível, no geral, estabelecer relações entre os sócios e/ou proprietários com o café. No entanto, a diversificação das atividades econômicas entre os empresários dos estabelecimentos financeiros listados na década de 1920, em comparação com a década anterior, sugere que esses banqueiros locais buscavam reduzir sua dependência da economia cafeeira explorando outras áreas com potencial de crescimento. Ao mesmo tempo, essa diversificação também pode ser vista como uma resposta à crescente demanda da população por serviços bancários mais variados e especializados¹⁹⁰.

1.3 – A fase de desenvolvimento dos bancos no Sul de Minas (1931-1940)

Durante a fase de desenvolvimento, última etapa do período em análise, os bancos em Minas Gerais enfrentaram uma série de desafios que testaram sua capacidade de operação e crescimento. Com a economia em constante mudança, com a recessão mundial e a conseqüente crise do café, bem como com a crescente concorrência entre as instituições financeiras, tornou-se fundamental que os bancos locais ampliassem suas operações e aumentassem seu volume de negócios para se manterem ativos e competitivos.

A crise de 1929 teve um impacto significativo na economia brasileira, especialmente por causa do café, principal item de exportação do país. Com a quebra da

¹⁸⁹ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 120.

¹⁹⁰ Discutiremos sobre esses transbordamentos no próximo capítulo.

Bolsa de Nova Iorque, os países importadores do produto passaram por dificuldades financeiras e reduziram suas importações, causando um excesso de produção no mercado nacional e uma queda drástica nos preços do café. A região do Sul de Minas, que dependia fortemente da produção e exportação da rubiácea, foi especialmente afetada pela crise, levando a uma queda na renda dos produtores, aumento do desemprego e um declínio geral da economia local.

No entanto, a fundação de novos bancos no Sul de Minas, nesta década, pode ser explicada por motivos, como: primeiro, apesar dos problemas enfrentados pela economia cafeeira, o Sul de Minas ainda mantinha uma economia diversificada, com destaque para a produção de gêneros alimentícios, como leite e carne, que abasteciam o mercado interno e geravam empregos na região¹⁹¹. Além disso, a política de defesa do café do governo de Getúlio Vargas¹⁹² pode ter incentivado a criação de novos bancos para oferecer crédito aos produtores rurais e outros empreendimentos locais, visando manter a produção cafeeira e promover a estabilidade econômica da região. Por fim, a criação de novos bancos também pode ter sido uma forma de diversificar a economia local, buscando novas oportunidades de negócios e reduzindo a dependência do café como fonte de receita.

De fato, em meio a esse cenário, em 1932, o Banco do Sul de Minas foi inaugurado, evidenciando a necessidade de se criar novas instituições financeiras para apoiar os cafeicultores e estimular outros setores econômicos na região. Curiosamente, no entanto, entre 1932 e 1939, não foram fundados novos bancos na região, conforme expõe a Tabela 4. Tal fato pode ser atribuído à própria crise do café que, mesmo com a criação de novas instituições financeiras, ainda impactava a economia e reduzia a disponibilidade de recursos para novos investimentos.

¹⁹¹ Confira a discussão sobre a economia sul-mineira no Capítulo 2.

¹⁹² A defesa do café na primeira década do governo Vargas é debatida no Capítulo 3.

Tabela 4 – Instituições bancárias fundadas no Sul de Minas Gerais de 1931 a 1940

Instituições Bancárias	Sede	Fundação
Banco de Crédito Popular de Varginha*	Varginha	1931
Casa Bancária Moreira Salles & Cia	Poços de Caldas	1931
Casa Bancária A. Della Lúcia	Três Corações	1932
Casa Bancária Irmãos Menicucci	Lavras	1932
Banco do Sul de Minas S/A	Varginha	1932
Banco de Botelhos S/A	Botelhos	1939
Banco de Itajubá S/A	Itajubá	1939
Banco Moreira Salles S/A	Poços de Caldas	1940

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de Cláudio Bastos (1997).

* Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada.

O Banco de Crédito Popular de Varginha (Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada), foi inaugurado em 1931, funcionando apenas durante este ano. Teve como presidente Antônio de Paiva Junior, como secretário José Nicolau de Paiva, e como gerente José Werneck da Silva. Foram membros efetivos do conselho fiscal Domingos Ribeiro de Resende, Leopoldo de Melo Pádua e Roque Rotundo; e foram suplentes Domingos Justiniano de Resende e Silva, Matheus Nogueira Acayaba e Silvério Francisco de Oliveira¹⁹³. No ano seguinte, o Banco de Crédito Popular de Varginha deu origem ao Banco do Sul de Minas, objeto de estudo desse trabalho, cuja diretoria e conselho fiscal foram compostos exatamente pelas mesmas pessoas do banco anterior.

Em Poços de Caldas, foi fundado também em 1931 a Casa Bancária Moreira Salles & Cia, originada da seção bancária de mesmo nome. Chegou a abrir duas filiais, em Botelhos e Parreiras, possuindo 300:000\$000 de capital em 1937. Em 1940, fundiu-se ao Banco Machadense e à Casa Bancária de Botelhos, dando origem ao Banco Moreira Salles S/A. A Figura 17 mostra a Casa Bancária Moreira Salles, que funcionava no mesmo estabelecimento que a casa comercial homônima.

Poços de Caldas constituía também uma estância balnear, cujas fontes eram conhecidas desde meados do século XIX. De fato, “Poços de Caldas era um elegantíssimo balneário, grande centro de lazer e de curas, com suas fontes termiais de águas sulfurosas. Embalado pelo progresso do estado, atraía turistas de todo o país”¹⁹⁴. O primeiro “visitante ilustre fora o imperador d. Pedro II, que lá esteve de passagem em 1861, para conhecer suas águas termiais e em 1886 para a inauguração da estação ferroviária da

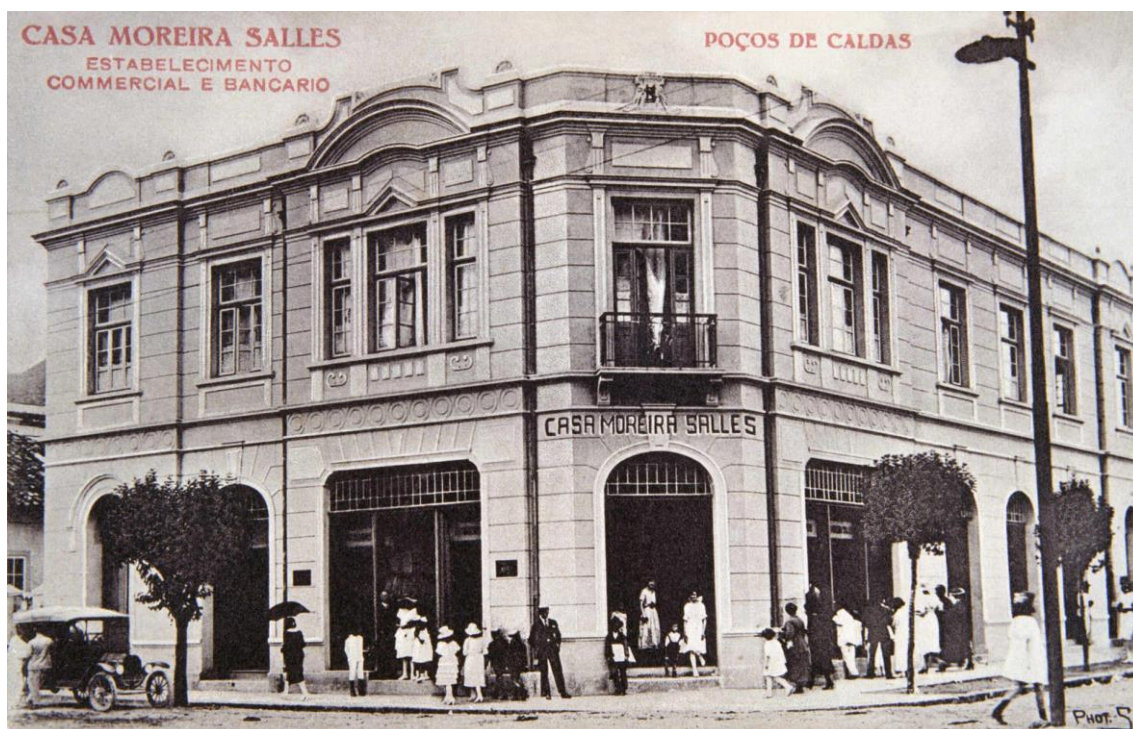
¹⁹³ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 123-134.

¹⁹⁴ MARTINS, Ana Luiza. *Op. cit.*, 2014, p. 25.

cidade, ramal da Estrada de Ferro Mogiana”¹⁹⁵. No século XX, “já nas décadas de 1920 e 1930, a conexão por trem tornou-a destino frequente das elites e classes dirigentes, além de um rico centro de negócios – especialmente de atividades financeiras”¹⁹⁶.

Segundo o *Almanak Laemmert*, Poços “é uma das mais importantes estações balneárias do Brasil, contando com 5 fontes [...]”. A cidade tinha como principais culturas “café, milho, feijão e outros cereais, frutas, principalmente uvas, ameixas, pêssegos, figos, etc.” Em relação às indústrias, Poços detinha “inúmeras fábricas de doces, vinhos, queijos, manteiga, calçados e arreios”. A cidade faz fronteira com os municípios paulistas de São João da Boa Vista, São Sebastião da Gramma e São José do Rio Pardo, além das cidades mineiras de Caldas, Campestre e Botelhos.

Figura 17 – Casa Bancária Moreira Salles & Cia¹⁹⁷



Fonte: <https://ims.com.br/2017/06/11/cronologia-de-walther-moreira-salles-1912-1940/>

¹⁹⁵ Ibidem, p. 25.

¹⁹⁶ A autora destaca que “Com o passar do tempo, o novo governo estabeleceu-se, institucionalizou-se, criou uma cultura própria e agregou aliados. Quase todo verão, Getúlio Vargas mudava-se para Poços de Caldas, seguido por personalidades do mundo social e político brasileiro. Poços tornava-se assim sazonalmente, hospedando seus poderosos veranistas, a sede da República. Ter prestígio no país, posses, estar na moda, era veranejar em Poços de Caldas.” Ibidem, p. 25.

¹⁹⁷ “A Casa Moreira Salles, por sua importância, era reproduzida em cartão postal no endereço definitivo, em que ficou famosa: rua Paraná com Bahia. Já trazia a referência: Estabelecimento Comercial e Bancário. Como a maioria das casas comerciais da época, a loja funcionava no térreo, e a família habitava o andar superior. Ibidem, p. 32.

Em 1932, era fundada a Casa Bancária A. Della Lúcia, na cidade de Três Corações, por Aurélio Della Lúcia. Em 1940 possuía um capital de 250:000\$000 e em 1946 pediu cancelamento de sua Carta Patente por ter encerrado suas operações. Acabou por ser incorporada ao Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A¹⁹⁸. Não se tem muitas informações para Aurélio Della Lúcia, sabe-se apenas que foi um dos fundadores da Associação Comercial de Três Corações, tendo sido da Comissão de Contas na primeira gestão da associação, em 1940¹⁹⁹.

Três Corações detinha seis estações da Estrada de Ferro Sul de Minas, com comunicação diária com a capital federal, Rio de Janeiro, além de São Paulo e todo o Sul do estado. As culturas centrais eram o café, a cana e cereais diversos. Os principais itens de exportação do município eram gado, café, aguardente, toucinho e laticínios. As indústrias concentravam-se na cerâmica, nos laticínios e na aguardente²⁰⁰.

Em Lavras, a Casa Bancária Irmãos Menicucci, instalada em 1932, teve como gerente o Dr. Lourenço Menicucci Filho (1933-34) e Paulo de Lourenço Menicucci (1944). Apresentava um capital de 400:000\$000 em 1933 e pediu cancelamento em 1945, que foi autorizado 2 anos depois²⁰¹. Embora não tenha sido encontrada relação direta com o café, os irmãos estavam envolvidos com algumas atividades econômicas na cidade. Lourenço Menicucci figurava como capitalista²⁰². Em 1911, constava no *Almanak Laemmert* uma fábrica de bebidas chamada Menicucci & Irmão²⁰³. Em 1918, Paulo Menicucci foi listado como fabricante de manteiga²⁰⁴. Em 1926, Paulo apareceu como médico²⁰⁵. Em 1930, além de médico, Paulo foi listado como responsável pelo jornal local *Tribunas do Povo* e como dono de tipografia²⁰⁶. Em 1936, Lourenço apareceu como médico, além de Paulo²⁰⁷.

Lavras era um município servido por duas linhas ferroviárias: a Estrada de Ferro Oeste de Minas e a Estrada de Ferro Rede Sul-Mineira. Cultivava cana de açúcar, café, fumo e cereais, e tinha como principais indústrias tecidos de algodão e laticínios. Desse

¹⁹⁸ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 66.

¹⁹⁹ Associação Comercial e Empresarial de Três Corações. Disponível em <<https://www.acetc.com.br/historia>>. Acesso em março de 2019.

²⁰⁰ *Almanak Laemmert*, 1935, vol. II, p. 350.

²⁰¹ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 77-78.

²⁰² *Almanak Laemmert*, 1910, p. 90.

²⁰³ *Almanak Laemmert*, 1911, p. 3229.

²⁰⁴ *Almanak Laemmert*, 1918, p. 2929.

²⁰⁵ *Almanak Laemmert*, 1926, vol. IV, p. 338.

²⁰⁶ *Almanak Laemmert*, 1930, vol. IV, p. 346-347.

²⁰⁷ *Almanak Laemmert*, 1937, p. 1076.

modo, a exportação baseava-se em “laticínios, fumo, cal em grande escala, casca de barbatimão, tecidos de algodão e gado”²⁰⁸. A Sociedade Agrícola de Lavras²⁰⁹ surgiu como resultado da grande importância do setor agropastoril na região. É possível que essa associação estivesse ligada à inauguração da Escola Agrícola de Lavras, que hoje é a Universidade Federal de Lavras – UFLA. De qualquer forma, é inegável a relevância deste setor para a economia da cidade.

Em 1939, o Banco de Botelhos S/A abria as portas, com um capital de 2.000:000\$000. Teve como diretor presidente Lourival Gonçalves Romão, e como diretor gerente Adorínio de Sousa Gonçalves. Não há mais informações para a instituição²¹⁰.

No mesmo ano, 1939, foi fundado o Banco de Itajubá S/A, sucedendo a seção bancária da Cia. Industrial Sul Mineira. Constituindo-se no segundo maior banco da região, chegou a abrir 41 filiais além da sede²¹¹ em cidades não apenas do Sul de Minas, mas também do estado de São Paulo e do Rio de Janeiro. O banco iniciou suas operações com um capital robusto de 5.000:000\$000, dobrando para 10.000:000\$000 no ano seguinte.

Itajubá tinha uma indústria bem desenvolvida, destacada não apenas pela produção de laticínios e beneficição de café e arroz, mas também pela fabricação tecidos de malha em geral, chapéus, ladrilhos, massas alimentícias, sabão, calçados, chinelos, cerâmica e móveis²¹². Talvez por esse motivo o capital do banco tenha refletido um valor bem acima da média para a região. Contendo estação da Estrada de Ferro Rede Sul-Mineira, exportava café, fumo em corda, batata e arroz, sendo suas maiores culturas a cafeeira, a cana de açúcar, o arroz, o milho, a batata e o feijão²¹³.

Ao identificar as personagens que fundaram o Banco de Itajubá, torna-se possível traçar uma afinidade do banco com o setor industrial, não apenas por suceder a seção bancária da Cia. Industrial Sul Mineira, mas por seus proprietários serem também

²⁰⁸ *Almanak Laemmert*, 1935, vol. II, p. 254.

²⁰⁹ *Almanak Laemmert*, 1935, vol. II, p. 254.

²¹⁰ Embora possa parecer que o Banco de Botelhos foi sucessor da Casa Bancária de Botelhos, não há nenhum dado que indique essa relação. Em todas as referências conferidas, a casa bancária fundiu-se para se tornar o Banco Moreira Salles. Não há nenhuma menção sobre o Banco de Botelhos.

²¹¹ Nas cidades: Aiuruoca, Aparecida, Baependi, Borda da Mata, Bragança Paulista, Brasópolis, Bueno Brandão, Caçapava, Cambuí, Campanha, Camanducaia, Campos do Jordão, Carmo de Minas, Cristina, Cruzília, Delfim Moreira, Duque de Caxias, Extrema, Guaratinguetá, Itanhandu, Joanópolis, Liberdade, Maria da Fé, Mesquita, Nilópolis, Passa Quatro, Paraisópolis, Pedralva, Pindamonhangaba, Pouso Alegre, Pouso Alto, Rio de Janeiro, São Gonçalo do Sapucaí, São João de Meriti, São José do Alegre, São Lourenço, São Paulo, São Sebastião do Rio Verde, Sapucaí Mirim, Silvianópolis e Taubaté. O banco, com 104 funcionários em 1940, empregava 340 em 1948 (BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997., p. 126.)

²¹² *Almanak Laemmert*, 1935, vol. II, p. 215.

²¹³ *Almanak Laemmert*, 1935, vol. II, p. 215.

donos/sócios da mesma indústria (e de outras). Assim, o banco teve na diretoria Wenceslau Brás Pereira Gomes (1936-56) como presidente; João Antônio Pereira (1935-47) e José Brás Pereira Gomes (1940-56) como diretores-gerentes; e Xavier Lisboa (1937), João Brás Pereira Gomes (1937) como secretários. Foi superintendente João Brás Pereira Gomes e sub-gerente Luís Pereira de Toledo (1937)²¹⁴. Encampou o Banco Popular de Guaratinguetá em 1944, mas acabou por ser incorporado ao Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A em 1958²¹⁵.

Aqui é preciso chamar a atenção para um fato importante. O presidente do Banco do Itajubá, Wenceslau Brás Pereira Gomes, foi ninguém menos que o 9º Presidente da República do Brasil, entre 1914 e 1918, período da Primeira Guerra Mundial:

Wenceslau Braz Pereira Gomes nasceu na cidade de São Caetano da Vargem Grande, hoje Brasópolis, estado de Minas Gerais, em 26 de fevereiro de 1868. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo (1890). Promotor público em Jacuí e, mais tarde, de Monte Santo, onde também foi prefeito (1890-1891). Deputado estadual pelo Partido Republicano Mineiro – PRM (1892-1898). Foi secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (1898-1902). Eleito deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro (1903), tornando-se líder da bancada mineira e, pouco depois, da maioria no Congresso. Assumiu a presidência de Minas Gerais em 1909. Elegeu-se vice-presidente da República (1910) na chapa de Hermes da Fonseca. **Fundador e presidente da Companhia Industrial Sul-Mineira (1912)**. Por meio de eleição direta, assumiu a presidência da República em 15 de novembro de 1914. Membro da comissão executiva do PRM (1929-1930). Membro do Conselho Supremo da Legião Liberal Mineira (1931-1932). Foi um dos organizadores e membro da comissão diretora do Partido Social Nacionalista (1932). **Presidente da Companhia Industrial Força e Luz de Itajubá; da Fábrica de Tecidos Codorna; do Banco de Itajubá**. Faleceu na cidade de Itajubá, estado de Minas Gerais, em 15 de maio de 1966²¹⁶.

José e João Brás Pereira Gomes eram dois de seus filhos²¹⁷. Major João Antônio Pereira foi administrador, industrial e banqueiro que, natural de Guaranésia, foi convidado por Wenceslau Brás para tomar frente na direção da Companhia Industrial Sul-Mineira. Foi um dos fundadores da Associação Comercial e Industrial de Itajubá, em

²¹⁴ Considerando os cargos do banco desde que era seção bancária. Desconsiderando os cargos que ultrapassam o recorte temporal desta pesquisa, que vai até 1940.

²¹⁵ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997. p. 125-126.

²¹⁶ Arquivo Nacional – Centro de Referência de Acervos Presidenciais. Wenceslau Braz Pereira Gomes. Disponível em <<http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/126-wenceslau-bras>>. Acesso em julho de 2022. Grifos nossos.

²¹⁷ Wenceslau Brás tinha um irmão com nome de José Brás Pereira Gomes. No entanto, presumimos que o diretor-gerente do banco fosse seu filho.

1925, e também do Banco de Itajubá. Não encontramos nenhuma relação direta de Pereira com o setor agrícola, mas o major foi presidente do Sindicato Patronal dos Lavradores de Itajubá em 1934, quando foi fundado²¹⁸.

Já Antônio Maximiano Xavier Lisboa era médico de profissão. Natural de Campanha, foi ativo na vida política de Itajubá, tendo integrado o governo de transição da monarquia para a república e sido vereador. Foi um dos sócios fundadores da Companhia Industrial Sul-Mineira e do Banco de Itajubá, além de ter contribuído financeiramente para a instalação da iluminação elétrica da cidade²¹⁹. Luís Pereira de Toledo, por sua vez, era também médico, tendo exercido a profissão na Companhia Industrial Sul-Mineira. Além de gerente e diretor do Banco de Itajubá, foi prefeito de Tapiratiba (SP), e de Itajubá em 1936²²⁰.

Por fim, o último banco inaugurado no período foi o mais importante de todo o Sul de Minas, incorporando o que hoje é o Itaú Unibanco. Trata-se do Banco Moreira Salles S/A, com sede em Poços de Caldas em 1940. Como visto, foi fruto da fusão da Casa Bancária de mesmo nome, do Banco Machadense e da Casa Bancária de Botelhos. Iniciando suas operações com um capital de 6.000:000\$000, o maior visto para o período, chegou a abrir 186 filiais além da sede. Uma vez que a grande maioria dessas filiais estava localizada no estado de São Paulo, o banco poderia ser qualificado como uma instituição paulista com sede em Minas Gerais, o que reforça a importância econômica da relação do Sul de Minas com São Paulo. Também como mencionado, em 1967 fundiu-se ao Banco Agrícola Mercantil S/A de Porto Alegre, dando início ao Unibanco²²¹.

Walther Moreira Salles foi um reconhecido e renomado banqueiro brasileiro, responsável pela notoriedade da casa bancária que ajudou a formar um dos maiores bancos do país. Mas a história de sucesso não começou com Walther. Foi com seu pai, João Moreira Salles, que tudo teve início.

João, natural de Cambuí, também no Sul de Minas, abriu um estabelecimento comercial em Poços de Caldas em 1919, a Casa Moreira Salles. Até aquele momento, o

²¹⁸ Personalidades Marcantes. Major João Antonio Pereira. Disponível em <https://www.oguiadeitajuba.com.br/Personalidades/Pers_J/Joao-Antonio-Pereira.php>. Acesso em julho de 2022.

²¹⁹ Personalidades Marcantes. Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa. Disponível em <https://www.oguiadeitajuba.com.br/Personalidades/Pers_A/Antonio-Maximiano-Xavier-Lisboa.php>. Acesso em julho de 2022.

²²⁰ Personalidades Marcantes. Dr. Luiz Pereira de Toledo. Disponível em <https://www.oguiadeitajuba.com.br/Personalidades/Pers_L/Luiz-Pereira-Toledo.php>. Acesso em julho de 2022.

²²¹ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997, p. 171-172.

empresário já havia estabelecido uma casa comercial em sociedade, chamada Casa Ideal, em sua cidade natal, além de ter residido em Guaranésia, “um centro cafeeiro expressivo, onde se iniciou como comprador de café. João Moreira Salles comprava as safras dos fazendeiros e as vendia, estocando em armazéns da região – em Monte Santo de Minas e Caititó”²²². Essa atividade rendeu-lhe a firma Salles & Alcântara, em associação com seu cunhado, Pardal Vilhena de Alcântara. Em 1917, João já atuava em Mococa, centro cafeeiro paulista próximo²²³.

Em 1924, tornou-se sócio da Castro, Salles & Cia, casa compradora de café em Santos. No mesmo ano, obteve permissão para operar oficialmente a seção bancária na Casa Moreira Salles, que já representava grandes bancos, como o Banco Alemão Transatlântico, o Banco Francês e Italiano, o Banco do Brasil, e o Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais. A expansão de seus negócios com café, porém, demandou uma presença mais constante de Moreira Salles em Santos, para onde se mudou com a família²²⁴. Dessa forma,

estruturou-se o tripé que serviu de base para os seus empreendimentos: a compra do café nos mercados regionais, em particular na área servida pela Mogiana, via férrea em expansão, a venda do produto aos mercados internacionais no Porto de Santos, através da casa comissária, e a Casa Moreira Salles de Poços de Caldas, que intermediava financeiramente essas transações, e que, em 22 de junho de 1931, seria promovida, ganhando a carta patente de casa bancária²²⁵.

Ao dedicar-se aos negócios cafeeiros, João Moreira Salles foi deixando Walther Moreira Salles, seu filho mais velho, a cargo da administração da casa bancária. Assim, Walther tornou-se sócio da firma que, em 1935, passaria a ser Moreira Salles & Cia, sendo João e Walther os únicos sócios. Com Walther dedicado aos negócios financeiros, Moreira Salles pôde concentrar-se integralmente ao café. Nos anos seguintes, adquiriu a Companhia Brasileira de Café, uma empresa de exportação sediada no Rio de Janeiro e com filial em Santos. Além da empresa, Moreira Salles comprou as fazendas Pouso Alegre e Pinhalzinho, nos municípios paulistas de Casa Branca e Pinhal, respectivamente. Foi assim que, “em dado momento, já no final da década de 1930, João Moreira Salles e o filho dominariam o ciclo completo do café, da lavoura à exportação”²²⁶.

²²² MARTINS, Ana Luiza. *Op. cit.*, 2014, p. 24.

²²³ *Ibidem*.

²²⁴ *Ibidem*.

²²⁵ *Ibidem*, p. 28.

²²⁶ *Ibidem*, p. 33.

Enquanto seu pai cuidava da rubiácea com exclusividade, Walther concentrava-se na atividade bancária, fazendo-a prosperar. Em pouco tempo, a Casa Moreira Salles cedeu lugar à Casa Bancária Moreira Salles, situação na qual as mercadorias foram deixando de ser comercializadas, substituídas exclusivamente pelas operações financeiras²²⁷. Compreendendo que era preciso crescer para continuar atuante diante da conjuntura econômica do país, Walther propôs fusão a Di Perna, da Casa Bancária de Botelhos, que trouxe consigo o Banco Machadense. Foi dessa fusão que nasceu o Banco Moreira Salles.

Ao longo deste capítulo, buscamos demonstrar que os bancos criados no Sul de Minas entre 1909 e 1940 estavam, em sua grande maioria, ligados à produção e à comercialização do café. Durante a década de 1930, período de desenvolvimento dos bancos, começaram a surgir banqueiros que se destacavam dos tradicionais homens de negócio. Ainda assim, é inegável que as instituições financeiras dessa época estavam intimamente relacionadas com a economia sul-mineira, baseada não apenas no café, mas também no comércio em geral e na indústria nascente. Além disso, não podemos deixar de mencionar a forte conexão dos bancos com as estações ferroviárias e com São Paulo, que desempenhou um papel importante no desenvolvimento econômico do Sul de Minas. O próximo capítulo tratará da relação dos bancos sul-mineiros com a economia da região.

CAPÍTULO 2 – OS BANCOS E A ECONOMIA SUL-MINEIRA

A função primeira e fundamental dos bancos é intermediar os pagamentos. Dito de outra forma, os bancos consistem em um mecanismo que facilita a circulação do crédito, mediando as relações comerciais entre devedores e cobradores. Para que o banco cumpra sua função, ele reúne capital ocioso, inativo, e o transforma em capital produtivo, ou seja, capital ativo, que circula e que rende lucro. Nesse sentido, os bancos reúnem todas as formas de rendimentos em dinheiro e os disponibilizam em forma de capital dinheiro para os capitalistas utilizarem-no produtivamente²²⁸.

Em contrapartida, a remuneração das instituições bancárias, de forma geral, é produto da diferença entre os juros que os bancos pagam para reunir e cobram para

²²⁷ *Ibidem*.

²²⁸ Cf. LENIN, Vladimir Ilich. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

distribuir o capital. Ou seja, os donos do capital ocioso depositam esses recursos, permitindo que os bancos os reúnam e paguem uma taxa de juros em troca. Por outro lado, os estabelecimentos bancários distribuem esses recursos entre aqueles que demandam crédito, e cobram uma taxa de juros por essa disposição.

Obviamente, os bancos cobram mais para emprestar do que pagam para “pegar emprestado” esses recursos inativos. Essa diferença é chamada de *spread*, correspondendo à remuneração bancária²²⁹. Por seu turno, a taxa de juros é a diferença entre o volume de capital emprestado e o total recebido pelo credor. A taxa de juros consiste em uma parte da mais-valia criada pelo sistema produtivo com ajuda do capital emprestado²³⁰.

Com isso, queremos afirmar o mesmo entendimento ao qual chegou Costa: “analisar o papel de intermediação financeira dos bancos subentende também examinar o processo de produção, na medida em que o funcionamento do processo de circulação supõe a criação anterior de um excedente econômico”²³¹. É nesse sentido, portanto, que a análise do sistema produtivo se faz tão relevante quanto a – e para a – compreensão do próprio sistema financeiro.

Uma vez que a base do sistema produtivo sul-mineiro, ao longo do período analisado (1909-1940), girava em torno da economia cafeeira, nossa hipótese é a de que houve no Sul de Minas uma situação de complexo cafeeiro, referente à cadeia produtiva do café, que englobava desde a produção do café nas fazendas até a sua comercialização nos mercados internacionais. A produção de café impulsionou a economia local, atraindo investimentos e estimulando o surgimento de outras atividades econômicas, como o comércio, a indústria, as ferrovias e – nosso objeto de estudo – os bancos. A região do Sul de Minas tornou-se um centro produtor e exportador de café, com grande influência sobre a economia nacional. O complexo cafeeiro foi, portanto, um elemento fundamental na história econômica e social do Sul de Minas no início do século XX.

Desta forma, na primeira seção, discutimos a relação dos bancos regionais com o café, discutindo a importância da economia cafeeira para o Sul de Minas bem como sua geração do excedente que “transbordou” para o setor bancário. Em seguida, analisamos a relação com complexo cafeeiro com a ferrovia, a indústria e o comércio no Sul de Minas,

²²⁹ É preciso considerar outros aspectos da remuneração dos bancos, como encargos de conta, comissões, corretagens, etc. No entanto, de forma geral, a maior parcela do lucro bancário vem do *spread*.

²³⁰ Cf. LAPIDUS, I. e OSTROVITIANOV, K. V. **Conceitos Fundamentais de O Capital**: Manual de Economia Política. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1944.

²³¹ COSTA, Fernando Nogueira da. *Op. cit.*, 1978, p. 12.

com o intuito de apresentar o quadro econômico e compreender a dinâmica da região. Na última seção, por fim, nosso objetivo é entender por que a região do Sul fundou mais bancos que as regiões economicamente mais dinâmicas do estado no período analisado.

2.1 – O café e o complexo cafeeiro no Sul de Minas

No primeiro capítulo, foi evidenciada a relação existente entre os bancos localizados na região do Sul de Minas e a produção de café. De fato, as cidades onde foram fundadas instituições bancárias, em sua maioria, apresentavam características típicas de regiões cafeeiras, como estamos tentando comprovar. A dinâmica econômica que o Sul de Minas conheceu na virada do século XIX para o XX certamente estava relacionada ao estímulo crescente que a produção cafeeira adotou nesse período.

Desde 1870, o café passou a ser produzido com mais vigor, à sombra da economia de abastecimento, embora em quantidade bem inferior que na Zona da Mata mineira²³². Nas primeiras décadas do século XX, no entanto, o café ganharia importância em relação à atividade de abastecimento, classificando-se não apenas como o principal item de produção, mas também como produto de exportação destinado aos mercados internacionais.

Com efeito, o café constituía o produto de exportação mais valioso do estado²³³, de modo que, a partir dele, é possível compreender como a Zona da Mata e o Sul de Minas tornaram-se as principais regiões econômica e politicamente durante quase toda a República Velha. A Tabela 5 demonstra a relevância do café na pauta de exportação mineira de 1889 a 1926, representando mais de 50% das exportações até 1903, e recuperando o fôlego em 1924.

²³² Essa região era responsável por 99% de toda a produção cafeeira de Minas Gerais em meados dos oitocentos. Ver GIROLETTI, Domingos. **A industrialização de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980.

²³³ Wirth, John. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação brasileira (1889-1937)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.81.

Tabela 5 – A produção de café no conjunto das exportações mineiras, 1889-1926 (em contos)

Períodos	Valor exportado	Valor do Café	Café sobre o total
1889/1893	99.982,45	71.628,54	71,64%
1894/1898	186.687,55	128.164,21	68,65%
1899/1903	156.343,56	93.228,51	59,63%
1904/1908	136.043,73	64.619,54	47,50%
1909/1913	191.802,77	84.682,08	44,15%
1914/1918	282.952,74	84.909,42	30,01%
1919/1923	550.796,92	241.233,06	43,80%
1924/1926	939.768,50	505.095,72	53,75%

Fonte: Pires (*Op. cit.*, 2004, p. 80).

Cumprir lembrar que, durante o período em que o café não foi o principal item da exportação mineira, a economia cafeeira passava por crises de superprodução, nas quais o aumento da oferta da rubiácea fazia despencar os preços de venda da mesma. Mesmo nesses momentos, a economia cafeeira teve um papel importante na história econômica do estado. Especialmente no período inicial da Primeira República, essas crises foram significativas para a economia cafeeira, mostrando como a produção de café era uma atividade importante na região e como as flutuações de preço do café podiam afetar a economia local.

No início do século XX, a produção cafeeira passou por três operações de valorização (1906, 1917 e 1921), além da defesa permanente, que a partir de 1924 se tornou responsabilidade do estado de São Paulo. Essas medidas foram adotadas como forma de preservar a estabilidade econômica do país. Aprofundaremos a análise destas políticas de defesa no próximo capítulo. Por ora, é importante destacar que a implementação das políticas de valorização do café no Brasil no início do século XX teve um impacto significativo não apenas na economia brasileira, mas particularmente no Sul de Minas. A valorização do café aumentou a demanda pelo produto, levando a um aumento nos preços e, conseqüentemente, no lucro dos cafeicultores.

Com o aumento dos lucros, houve uma maior necessidade de serviços financeiros para o financiamento da produção. Isso levou à criação de uma série de novos bancos na região do Sul de Minas. Alguns desses bancos foram estabelecidos em cidades, a exemplo de Guaxupé e Varginha, que se tornaram importantes centros de comércio cafeeiro na época. Assim, pode-se dizer que a valorização do café não apenas teve um impacto direto

na economia brasileira, mas também contribuiu para a formação e expansão da rede bancária na região do Sul de Minas.

O Convênio de Taubaté, que constitui o marco da primeira valorização do café, em 1906, resultou em um aumento significativo nos preços da rubiácea, que se mantiveram elevados até 1912. Em 1909, coincidindo com o início deste aumento de preços, o primeiro banco mineiro do século foi inaugurado na região do Sul de Minas. Posteriormente, entre 1913 e 1914, foram criados mais três bancos na região. Em 1917, ocorreu a segunda política de valorização do café e entre 1917 e 1919 foram estabelecidos mais quatro bancos no Sul de Minas.

A terceira valorização episódica e a defesa permanente, que ocorreram entre 1921 e 1924, coincidiram com um *boom* de bancos na região sul-mineira. Entre 1921-22, foram criados seis bancos na região, enquanto no biênio 1923-24 foram inaugurados mais sete e entre 1925-1928 foram estabelecidas mais dez instituições bancárias. Esta “coincidência” sugere que o aumento dos preços do café decorrente das políticas de valorização pode ter sido um fator decisivo para a criação de novas instituições bancárias na região, que buscavam atender às necessidades financeiras dos cafeicultores locais.

É importante destacar que o café não foi o único fator que colaborou para o crescimento da rede bancária na região. Outros elementos, como a urbanização, a industrialização e a migração de pessoas para a região, também contribuíram para o crescimento dos bancos e a diversificação das atividades econômicas. O aumento do número de bancos na década de 1920 também foi uma resposta à crescente demanda por serviços financeiros e à expansão dos setores não agrícolas da economia regional.

O que defendemos é que, embora outros fatores tenham concorrido para o crescimento dos bancos no Sul de Minas, é inegável que o transbordamento do café foi um fator crucial para a expansão das instituições financeiras na região. O aumento dos preços do café e a política de valorização do produto incentivaram a demanda por serviços financeiros, criando um ambiente propício para a criação e expansão de novas instituições bancárias. Paralelamente, a economia cafeeira foi responsável por atrair capital e investimentos para a região, contribuindo para a formação de uma base econômica sólida e diversificada. Assim, ainda que outros fatores tenham desempenhado um papel importante, o transbordamento do café foi um fator fundamental para a expansão dos bancos na região do Sul de Minas Gerais.

Este entendimento, contudo, não é consenso na literatura econômica. O historiador João Heraldo Lima, por exemplo, questionou a ideia de que os bancos

surgiram em resposta à demanda dos cafeicultores por financiamento. Em seu livro *Café e Indústrias em Minas Gerais*, o autor argumentou que os bancos que surgiram foram motivados por interesses mais amplos, como a necessidade de capital para investimentos em outras áreas, como a indústria. Assim, ao discutir a economia cafeeira, Lima²³⁴ destacou de forma contundente

que, do grande comércio de exportação de café, com o enorme volume de recursos que mobilizava, e do excedente de que se apropriava, Minas Gerais pouco participava. Esse importante segmento da atividade cafeeira estava praticamente ausente da economia mineira. Tal como ocorrera com a produção [...], a comercialização do café também se encontrava pulverizada, dispersa por uma extensa rede de pequenos comerciantes. Possivelmente ela não se concentrou na dimensão necessária, a partir da qual funcionaria como um setor mais ou menos autônomo, nunca chegando a se constituir em importante mecanismo apropriador, centralizador e diversificador do capital cafeeiro, como no caso de São Paulo. Mesmo porque [...] as margens de lucro da cafeicultura de Minas no início do século eram extremamente reduzidas, sendo que dificilmente tais lucros teriam condições de extravasar para outros setores da própria economia mineira. Em outras palavras, era pouco provável que em Minas se verificasse algo semelhante àquilo que denominamos de processo de acumulação diversificada do capital cafeeiro e que tão bem caracterizou a expansão da economia paulista nesse período.

Em que pese o fato de Lima concluir a impossibilidade de transbordamento do capital cafeeiro para outras áreas, cujo recorte de seu trabalho vai até 1920, fim da primeira fase dos bancos no Sul de Minas, buscamos demonstrar, no capítulo anterior, que, mesmo nessa fase inicial, os banqueiros, quando identificados, tinham estreitas relações com o café. Ao concluir, para o período em destaque, que foi o setor comercial o responsável por fomentar recursos para o surgimento dos bancos locais, Lima exclui qualquer possibilidade de essa fonte de recursos ter sido o café.

Se analisarmos a produção de café para exportação de Minas em comparação com São Paulo, conforme a Tabela 6, veremos que a produção paulista era pelo menos três vezes maior que a mineira entre 1900 e 1930. Desde o início da República, São Paulo passou a se configurar como o maior estado cafeicultor, praticamente empatado com o Rio de 1881 a 1890, e dono de não menos 60% do café nos períodos seguintes.

²³⁴ LIMA, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. Campinas. Dissertação de Mestrado (IFCH/UNICAMP), 1977.

Tabela 6 - Produção exportável de café das principais regiões produtoras (1.000 sacas)

Média anual do período	São Paulo		Rio de Janeiro		Minas Gerais		Espírito Santo		Soma	
	Volume	%	Volume	%	Volume	%	Volume	%	Volume	%
1876-1880	925	24,3	1.987	52,2	767	20,2	124	3,3	3.803	100,0
1881-1890	2.138	37,1	2.176	37,8	1.200	20,8	250	4,3	5.764	100,0
1891-1900	4.775	60,5	911	11,5	1.787	22,7	416	5,3	7.889	100,0
1901-1910	9.252	68,0	995	7,3	2.772	20,4	579	4,3	13.598	100,0
1911-1920	9.303	70,2	812	6,1	2.446	18,4	700	5,3	13.261	100,0
1921-1930	11.131	66,5	945	5,6	3.445	20,0	1.210	7,2	16.731	99,3

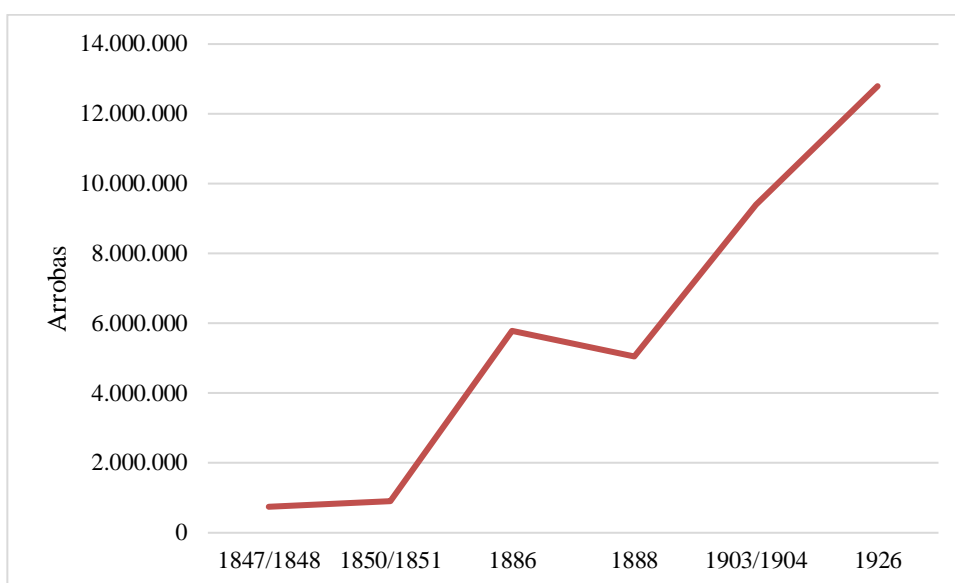
Fonte: CANO (*Op. cit.*, 1985, p. 293).

Foi o Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, a região que primeiro dominou a produção cafeeira, pelo menos durante todo o período imperial. Conforme a Tabela 6, o Rio de Janeiro era responsável por mais de 50% de toda a produção exportável de café entre 1876 e 1880, contra 24,3% de São Paulo, 20,2% de Minas e apenas 3,3% do Espírito Santo. Até 1930, este estado elevaria sua produção para nada mais que 7,2% do total, o que à primeira vista parece pouco, mas corresponde a mais que o café exportável do Rio de Janeiro, que havia sido o maior produtor nacional.

O fim do Império encontrou a decadência cafeeira carioca, provocada pelo desgaste do solo e envelhecimento dos cafezais²³⁵. De fato, se num primeiro momento o café paulista estava concentrado no Vale Paraíba, logo a região do Oeste paulista se apropriou do ouro verde, transformando-se no maior produtor do estado de São Paulo e, conseqüentemente, do Brasil e do mundo.

²³⁵ OLIVEIRA, José; GRINBERG, Lúcia. *Op. cit.*, 2007.

Gráfico 1 – Produção cafeeira em Minas Gerais



Fonte: Elaborado com base nos dados relativos à exportação em arrobas de Pires (*Op. cit.*, 2004).

Embora a produção cafeeira em Minas tenha representado por volta de 20% da produção nacional (Tabela 6), é preciso destacar o expressivo incremento que o café ganhou nas lavouras mineiras entre 1847 e 1926. Conforme evidencia a Tabela 7, a Mata correspondia à quase totalidade da produção mineira de café de 1847 a 1851, abrindo espaço para outras regiões, notadamente o Sul de Minas, a partir de 1886.

Tabela 7 – Participação da produção cafeeira da Zona da Mata e Sul na produção de Minas Gerais – períodos selecionados (1886-1926)

Período	Mata		Minas Gerais
1847/48	743.707	99,78%	745.381
1850/51	898.184	99,77%	900.264
1886	4.316.067	74,71%	5.776.866
1888	4.433.800	87,84%	5.047.600
1903/04	5.993.425	63,73%	9.404.136
1926	9.105.543	71,17%	12.793.977

Fonte: Adaptado de Pires, 2004.

* Dados relativos à exportação em arrobas

Infelizmente, não se tem dados concretos para a produção e a exportação do café sul-mineiro como se tem para toda Minas e para a Mata. Natânia Silva Ferreira, ao estudar

Varginha na passagem do século XIX para o XX²³⁶, acredita que, como as principais – e quase exclusivas – regiões mineiras produtoras de café eram a Mata e o Sul, diminuindo do total os números da Zona da Mata, o restante corresponderia ao volume de café produzido no Sul de Minas. Assim, por mais que signifique uma aproximação, a Tabela 7 apresenta uma ideia da produção cafeeira do Sul de Minas, que, guardadas as ressalvas necessárias, chegou a ser responsável por mais de um terço da exportação mineira em 1903/1904.

Em um dos raros casos, Fernando Costa traz uma tabela que apresenta a quantidade de municípios por região onde a produção cafeeira foi identificada, bem como a produção de café. Dessa forma, é possível ver na Tabela 8 que, em 1920, a produção cafeeira do Sul de Minas havia encurtado a distância em relação à produção da Mata. Correspondendo a quase um terço da produção do estado. Este dado não está muito distante da aproximação feita acima, embora considere uma quantidade significativa de cidades produtoras de café espalhadas por outras regiões mineiras, em detrimento da produção cafeeira da Mata.

Tabela 8 – Minas Gerais, 1920: distribuição da produção cafeeira pelas regiões

Região	Municípios produtores identificados	Produção cafeeira (sacas)	Percentual
Mata	26	1.700.000	40,2
Sul	41	1.392.000	33,0
Outros	46	1.124.680	26,8
Minas Gerais	113	4.216.680	100,0

Fonte: Adaptado de Costa (*Op. cit.*, 1972, p. 263).

Entre os autores que reconhecem a conexão entre o café e o desenvolvimento bancário em Minas Gerais, é dada a essa alta produção cafeeira que Carlos Albuquerque Bastos, em seu estudo sobre as *Instituições Bancárias de Minas Gerais*²³⁷, afirma ter sido a agricultura, especialmente a produção de café, responsável por direcionar seu excedente para o setor bancário no final dos oitocentos. Apoiado por Anderson Pires, em sua tese *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas*²³⁸,

²³⁶ FERREIRA, Natânia Silva. **Elite agrária e processo de urbanização:** o município de Varginha-MG (1882-1920). Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2016, p. 54.

²³⁷ BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997.

²³⁸ PIRES, Anderson. **Café, finanças e bancos:** uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas (1889-1930). Tese de Doutorado. Juiz de Fora: FFLCH/USP, 2004.

este autor defende que nem a indústria nem o comércio produziram excedentes suficientes para fomentar os bancos em Minas Gerais, mas as lavouras de café.

Nesta mesma linha, alguns trabalhos têm demonstrado a centralidade da economia cafeeira para o estabelecimento dos primeiros bancos na Zona da Mata, especialmente em Juiz de Fora, no final dos oitocentos. Marcus Antônio Croce e Cláudia Cristina da Silva destacam que o único banco mineiro a sobreviver até o século XX, o Banco de Crédito Real, também de Juiz de Fora, “foi criado, em 1889, com um capital derivado de grande número de cafeicultores da Zona da Mata Mineira e que tal banco operava com recursos próprios, ampliando o crédito para a indústria, para o comércio e para as atividades agrícolas”²³⁹. Para além dos bancos, Rita de Cássia da Silva Almico declarou que “o capital acumulado graças à atividade cafeeira possibilitou grandes investimentos industriais e comerciais na região, demonstrando a diversificação da economia local e a formação de riquezas pessoais”²⁴⁰.

Para verificar o capital bancário no Sul de Minas como originário dos recursos advindos do café, como viemos apontando, é preciso considerar algumas questões em relação à relevância do café para as cidades sul-mineiras, ainda que o total de sua produção não tenha alcançado a matense no período analisado. Ademais, é preciso ter em vista que o Sul de Minas teve uma ocupação de seu solo voltado para o plantio de café diferente da ocorrida na Mata²⁴¹.

Em primeiro lugar, como temos afirmado, o Sul de Minas se constituiu como uma região tipicamente cafeeira. O *Almanach Sul-Mineiro* para o ano de 1874²⁴² afirmou que o café

dá excelentemente em muitos em muitos municípios e com vigor admirável nos de Pouso Alegre e Alfenas. É plantado por enquanto

²³⁹ CROCE, Marcus Antônio; SILVA Cláudia Cristina da. *Op. cit.*, 2018, p. 8.

²⁴⁰ ALMICO, Rita C. S. *Op. cit.*, 2018.

²⁴¹ João Heraldo Lima acredita que o Sul de Minas desenvolveu a cafeicultura a partir do declínio cafeeiro da Zona da Mata, que até o início do século XX era responsável por mais de dois terços de todo café produzido em Minas. Em consonância, Roberto Borges Martins e Maria do Carmo Salazar Martins indicam que o incremento da produção cafeeira no Sul mineiro é decorrente da desorganização produtiva do café na Mata. Anderson Pires, ao contrário, defende que o aumento das exportações cafeeiras da Mata configura um “importante elemento delimitador da economia agrária de exportação da Mata como espaço próprio, já que Minas possui um ritmo e comportamento absolutamente singulares no conjunto da produção do país: mesmo estando distante do dinamismo paulista, também não pode ser identificada com o declínio e decadência da região fluminense”. Cf.: LIMA, João Heraldo. *Op. cit.*, 1981; MARTINS, Roberto Borges. MARTINS, Maria do Carmo Salazar. **As exportações de Minas Gerais no século XIX**. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n.58, 1994. PIRES, Anderson. **Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira 1850-1930**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 3, n. 2, p. 139-194, maio-ago/2007, p. 137.

²⁴² *Almanach Sul-Mineiro*, 1874, p 12.

quase que só para o consumo local, mas nos municípios vizinhos às províncias de S. Paulo e Rio, principalmente Pouso Alegre e Jaguary, há imensas plantações e já se faz desse gênero alguma exportação.

Para o ano de 1884²⁴³, o *Almanach* destacou que “está essa cultura com grande desenvolvimento, como mostramos, e tudo anuncia que irá em aumento”.

Entre 1880 a 1899, as principais culturas dessa região, além do café, eram a cana e o milho, além de plantações de arroz, feijão, mandioca, fumo, banana, algodão e mamona. Ferreira²⁴⁴ declara que, em 1920, as maiores cidades produtoras de café não destinavam menos que 69% de suas terras cultiváveis para o cultivo do ouro verde, evidenciando o fato de que os municípios sul-mineiros com maior produção cafeeira destinavam no mínimo dois terços de seu território para o cultivo do café. Por mais que a região não tenha abandonado o comércio de abastecimento, a produção cafeeira assumiu boa parte das plantações do Sul de Minas, ganhando grande importância no cenário mineiro.

Tabela 9 – Os principais municípios produtores de café do Sul de Minas, 1927

Município	Área (ha)		Cafeeiros existentes			Produção (sacos)		Banco local (1909-1940) ²⁴⁵
	Em matas	Em cafezais	Em produção	Novos	Total	Média anual	Na safra do 1926-1927	
São Sebastião do Paraíso	22.700	20.656	15.000.000	500.000	15.500.000	120.000	125.000	3
Monte Santo	19.500	25.100	17.978.000	1.600.000	19.578.000	110.000	105.000	4
Jacutinga	12.100	13.600	10.000.000	200.000	10.200.000	72.000	75.000	-
Andradas	8.000	10.000	6.700.000	800.000	7.500.000	66.000	68.000	1
Ouro Fino	86.000	9.733	7.000.000	300.000	7.300.000	65.000	60.000	-
Varginha	9.760	13.333	9.000.000	1.000.000	10.000.000	66.000	65.000	4
Três Pontas	7.290	11.733	8.000.000	800.000	8.600.000	58.000	60.000	-
Guaxupé	9.000	11.466	8.000.000	600.000	8.600.000	58.000	60.000	2
Guaranésia	15.900	8.666	6.000.000	500.000	6.500.000	52.000	50.000	4
Santa Rita do Sapucaí	5.400	7.066	5.000.000	300.000	5.300.000	48.000	50.000	2
Machado	18.900	7.333	5.000.000	500.000	5.500.000	45.000	50.000	1
Juiz de Fora	29.900	16.666	12.200.000	300.000	12.500.000	60.000	60.000	4

Fonte: Adaptado de Costa (*Op. cit.*, 1978, p. 265).

Neste sentido, a Tabela 9 evidencia a produção de café nos maiores municípios cafeeiros do Sul de Minas, assinalando a quantidade de pés de café existentes e a média

²⁴³ *Almanach Sul-Mineiro*, 1884, p. 7.

²⁴⁴ FERREIRA, Natânia Silva. *Op. cit.*, 2016, p. 57.

²⁴⁵ Trata-se do número de bancos locais fundados conforme o recorte temporal proposto nesta pesquisa para cada cidade destacada.

anual de produção. Em comparação com Juiz de Fora, vê-se que a sede da Mata apresenta menos cafeeiros novos e uma média anual relativamente baixa em comparação às cidades produtoras sul-mineiras no geral, embora a quantidade de pés de café em produção de Juiz de Fora esteja entre as maiores da zona Sul²⁴⁶. Dentre as principais produtoras de café em 1927, apenas três cidades não fundaram seus próprios bancos no período analisado²⁴⁷.

A década de 1920 foi um período de grande transformação na história do café no Brasil. Durante este decênio, o país experimentou um período de grande prosperidade econômica, impulsionado pela exportação cafeeira. O Brasil era o maior produtor e exportador de café do mundo, e o produto representava cerca de 70% das exportações brasileiras na época²⁴⁸. Segundo Costa, o café de Minas Gerais atingiu o auge de seu segundo grande ciclo de expansão em 1929, com seu valor de exportação alcançando um pico de 648.000 contos de réis, o que representava 60,5% do valor da exportação mineira²⁴⁹.

A demanda internacional pelo café brasileiro era alta, especialmente nos Estados Unidos e na Europa, o que garantia uma fonte importante de receita para o país. No entanto, a dependência econômica em relação à rubiácea trouxe alguns desafios. Em 1929, houve uma queda nos preços internacionais do café, o que gerou uma crise no setor. Muitos produtores brasileiros enfrentaram dificuldades financeiras, o que afetou a economia do país como um todo. Em decorrência da crise econômica que se instalou em 1930, o valor de exportação do café mineiro caiu para 273.000 contos de réis, levando a uma queda de 48% no valor total da exportação de Minas Gerais²⁵⁰. De acordo com Villela e Suzigan²⁵¹, as políticas de valorização do café foram os principais responsáveis pela superprodução verificada na Grande Depressão (1929-1933)²⁵².

²⁴⁶ Entre os maiores municípios produtores de café da Mata mineira, Juiz de Fora aparece na última colocação. Em primeiro lugar está Carangola com 24.000.000 de cafeeiros totais e uma média anual de 175.500 (COSTA, Fernando Nogueira da. *Op. cit.*, 1978, p. 265). Optamos por elencar Juiz de Fora apenas para efeito de comparação, por ser a principal cidade da Mata.

²⁴⁷ É uma pena que não tenhamos os mesmos dados para anos distintos, para que fosse possível acompanhar a evolução do café e a relação com os bancos. Da mesma forma, não tivemos fôlego para investigar as causas da ausência de bancos locais nessas três localidades. No entanto, de forma geral, fica ressaltada a relação das cidades mineiras com a produção de café e os bancos, ainda que os dados se refiram apenas a um ano.

²⁴⁸ TAUNAY, Affonso de E. **História do Café no Brasil: no Brasil República (1927-1937)**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1942, v. 13, t. 1, p. 13.

²⁴⁹ COSTA, Fernando Nogueira da. *Op. cit.*, 1978, p. 122.

²⁵⁰ COSTA, Fernando Nogueira da. *Op. cit.*, 1978, p. 122.

²⁵¹ VILLELA, Aníbal Vilanova e SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

²⁵² Discutiremos melhor a questão do café na economia no próximo capítulo.

A perda de importância do café como principal produto de exportação brasileiro na década de 1930 levou a uma diversificação da pauta de exportação do país. Várias outras *commodities* e produtos industriais passaram a ter maior participação nas exportações brasileiras. Entre os produtos que ganharam destaque no período, podemos enfatizar o algodão, especialmente no Nordeste; o cacau, na região amazônica e na Bahia; e a borracha na Amazônia. Assim, a perda de importância relativa do café como principal produto de exportação brasileiro na década de 1930 foi acompanhada por uma diversificação da pauta de exportação, com vários outros produtos se destacando nas exportações brasileiras.

Em Minas Gerais não foi diferente. Com o declínio gradual da agricultura de exportação, em particular a do café, os cafeicultores começaram a destinar parte de suas terras à pecuária, criando rebanhos de gado de corte e leiteiro, bem como à agricultura de subsistência, cultivando alimentos básicos para uma população predominantemente rural (que correspondia a 75% da população recenseada em 1940), como arroz, feijão, milho e mandioca. Essas atividades representavam linhas de menor resistência para a diversificação da produção²⁵³.

Faltam estudos sobre a situação da cafeicultura no Sul de Minas Gerais na década de 1930. Sugerimos que, aos moldes do estado, a dinâmica cafeeira foi marcada por uma série de transformações significativas, resultado da crise do café que atingiu o Brasil e o mundo no início da década. Embora a região tenha sido historicamente um importante produtor cafeeiro, a crise do café e a necessidade de se adaptar às mudanças do mercado levaram os cafeicultores a buscar novas estratégias para enfrentar os desafios da época.

Reunindo relatos de cafeicultores do Sul de Minas, Oliveira e Grinberg destacam algumas considerações sobre a relação entre bancos, café e a crise de 1929, cujas histórias de família e lembranças da época ficaram marcadas nas memórias infantis. Com efeito, Carlos Alberto Paulino da Costa, de Monte Santo de Minas, assinalou que seu

pai era órfão desde os 6 anos, então, foi criado pelo avô, e o avó era banqueiro. Ele tinha um banco pequeno, a casa bancária Monte Santo. Antigamente, em cada cidade tinha um banquinho. O avô dele tinha transporte de café, tinha carro de boi que na época levava café de Monte Santo para Casa Branca. De transportador ele passou a comerciante, comprava e levava. E com o dinheiro que ganhou, ele fundou o banco – fundado a partir de um capital acumulado com café. Com a crise de 1929, o banco recebeu muitas fazendas dos devedores e ele distribuiu as fazendas entre os tios e os netos que eram órfãos. A fazenda do meu

²⁵³ COSTA, Fernando Nogueira da. *Op. cit.*, 1978.

pai veio da herança do meu avô por meio desse recebimento de dívida²⁵⁴.

Da mesma forma, Celso Ferraz de Araújo, de Guaxupé, lembrou que

Por essa época, veio a crise de 1929, piorou muito a situação. [...] Tinha um tio meu, irmão de meu pai, o Joaquim Ribeiro de Araújo, que montou uma casa comissária em Santos – a Araújo & Companhia. Ele quebrou e papai emprestou dinheiro para ele para cobrir as dívidas. Depois, na crise de 1929, quem entrou pelo cano foi meu pai²⁵⁵.

A queda nos preços do produto, portanto, tenderam a intensificar uma crescente diversificação da produção na região. Ainda que o Sul há muito se configurasse também como abastecedora de alimentos, acreditamos que muitos cafeicultores passaram a intensificar o plantio de outras culturas, como milho, feijão e arroz, como forma de complementar a renda e reduzir a dependência do café. Apesar dessas mudanças, a cafeicultura continuou sendo uma atividade importante no Sul de Minas Gerais na década de 1930.

A Tabela 10 reflete essa importância, a nosso ver, ao expor a produção cafeeira, para o ano de 1939, de todas as cidades sul-mineiras que fundaram seus próprios bancos no período analisado. Em quantidade produzida de café, Santa Rita do Sapucaí aparece em primeiro lugar com mais de 5 mil toneladas, seguida por Muzambinho (que não constava entre as maiores produtoras na década anterior), com mais de 4 mil toneladas. Na sequência, estão Bom Sucesso, Varginha e Monte Santo, com quantidades parecidas em torno de 3,5 mil toneladas.

²⁵⁴ OLIVEIRA, José; GRINBERG, Lúcia. *Op. cit.*, p. 39.

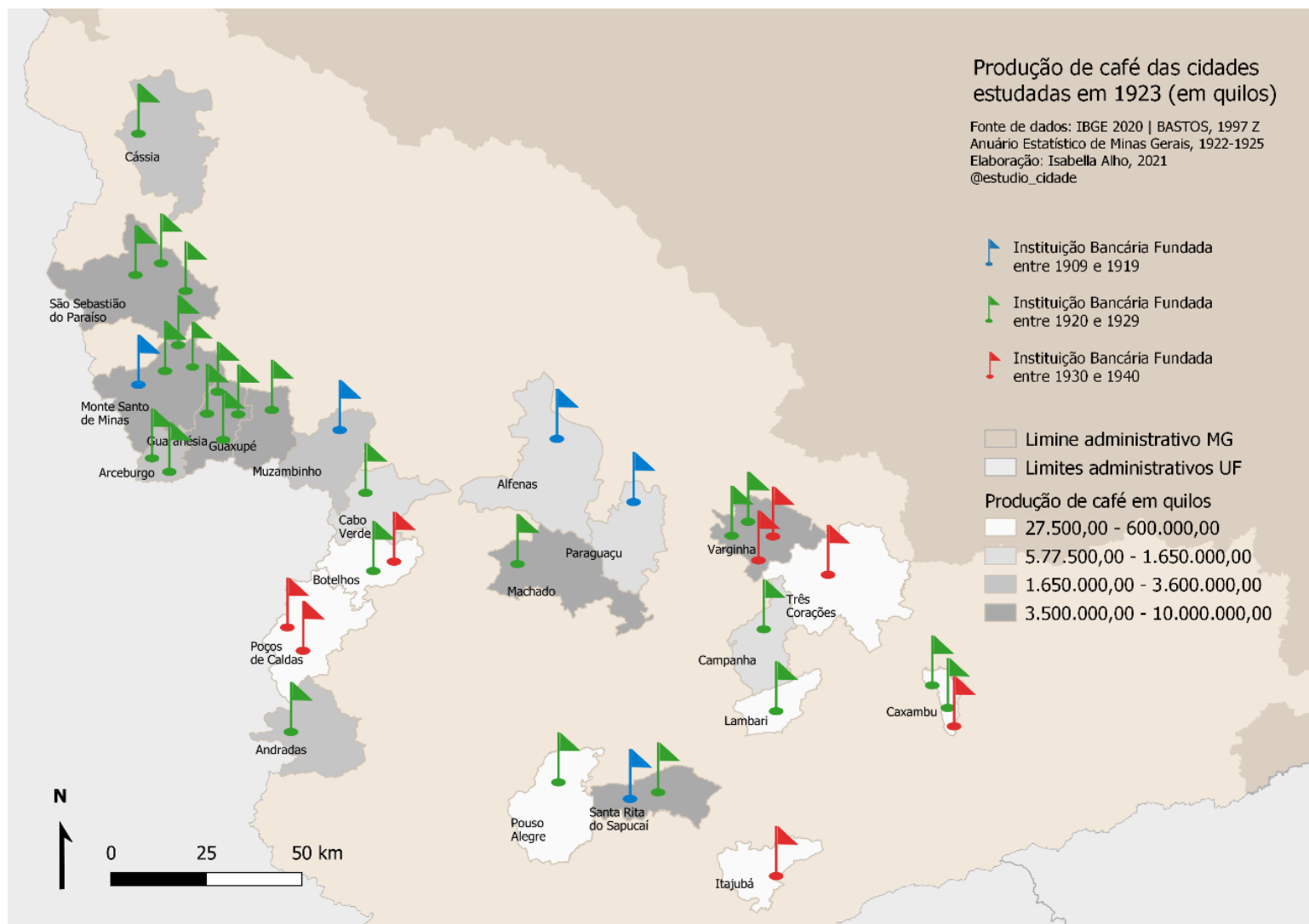
²⁵⁵ *Ibidem*, p. 122.

Tabela 10 – Produção de café e cafeeiros, em 1939, das cidades sul-mineiras com bancos locais entre 1909 e 1940

Municípios	Café		Cafeeiros		
	Estabelecimentos declarados	Quantidade (t)	Estabelecimentos declarados	Em produção	Novos
Alfenas	70	754	73	1.147.650	14.700
Andradas	100	317	705	4.704.197	460.087
Arceburgo	133	1.413	133	2.815.548	23.000
Bom Sucesso	116	3.524	134	2.186.100	425.094
Botelhos	198	1.052	205	1.930.030	51.252
Cabo Verde	315	1.658	317	3.470.984	30.850
Campanha	101	579	109	1.392.730	3.470
Cássia	147	722	157	936.143	38.756
Caxambu	11	64	13	113.150	100
Guaranésia	301	2.877	312	5.470.983	147.000
Guaxupé	181	1.727	195	3.962.453	204.018
Itajubá	127	643	159	1.109.938	35.251
Lambari	57	197	65	470.900	8.426
Lavras	295	1.670	307	2.705.266	26.670
Machado	295	2.303	283	4.642.225	83.280
Monte Santo	436	3.299	469	6.552.515	59.501
Muzambinho	1.250	4.308	519	4.258.803	160.102
Paraguaçu	152	850	162	1.132.785	4.577
Poços de Caldas	62	1.098	64	1.564.870	98.300
Pouso Alegre	109	612	137	600.580	99.210
Santa Rita do Sapucaí	166	5.062	189	3.455.776	79.840
São Sebastião do Paraíso	270	2.642	278	4.683.077	92.000
Três Corações	93	764	93	1.729.100	118.300
Varginha	202	3.476	206	3.675.371	105.000
Belo Horizonte	-	-	8	-	-
Juiz de Fora	249	1.464	266	4.551.390	355.004

Fonte: Censo de 1940.

Figura 18 – Produção de café em 1923 das cidades estudadas (em quilos)



Fonte: Elaboração de Isabela Alho, a pedido da autora, segundo dados do IBGE de 2020; Cláudio Bastos, 1997; Anuário Estatístico de Minas Gerais, 1922-1925.

Portanto, se considerarmos as cidades onde os bancos sul-mineiros se instalaram entre 1909 e 1940, é possível identificar alguma correlação entre a produção de café e a fundação dos bancos. Com dados da produção cafeeira em 1923, a Figura 18 enfatiza a quantidade de bancos inaugurados, sobretudo na década de 1920. As cidades que possuíam, de acordo com o mapa, uma baixa produção cafeeira, estavam relacionadas à feira de gado (Três Corações), comércio de abastecimento (Pouso Alegre), indústria (Itajubá) e turismo (Lambari, Caxambu e Poços de Caldas²⁵⁶).

Em segundo lugar, teria sido o Sul de Minas caracterizado por uma economia com condições de desenvolver também um processo dinâmico de acumulação de capital que permitisse transbordar os recursos extras do café para outros setores que não a produção? Teria o café gerado recursos capazes de fomentar produção de alimentos, produtos industriais, sistema ferroviário, comércio externo, infraestrutura, gasto público e, claro, um sistema bancário com vistas a desenvolver o próprio setor cafeeiro? Em outras palavras, teria o Sul de Minas desenvolvido um “complexo econômico”²⁵⁷ como o verificado para São Paulo?²⁵⁸ Se quisermos comparar São Paulo a qualquer outra localidade do país, concluiremos que o caso paulista é singular, por isso mesmo incomparável.

É importante ressaltar que a região Sul de Minas não pode ser comparada com o estado de São Paulo em relação ao desenvolvimento do complexo cafeeiro. Isso se deve ao fato de que a expansão do cultivo de café em São Paulo ocorreu bem antes do que em Minas Gerais, fazendo com que os efeitos do complexo cafeeiro tenham sido sentidos de maneira mais intensa e antecipada no território paulista. No Sul de Minas Gerais, o café só se tornou uma importante atividade econômica a partir do final do século XIX, e os efeitos da produção cafeeira na economia local foram sentidos de forma mais tardia.

²⁵⁶ Por mais que Poços fosse uma cidade essencialmente turística, demonstramos, no Capítulo 1, a forte ligação com os banqueiros (Moreira Salles) com o café. A cidade de Botelhos era apontada como cafeeira, lamentavelmente não sabemos o motivo da baixa produção do café.

²⁵⁷ Cano alegou que “quando se tenta compreender o processo dinâmico de crescimento de uma economia, torna-se absolutamente necessário analisar que partes principais a compõem, como atua cada uma delas nesse processo de crescimento, e que graus e tipo de inter-relacionamento entre elas possibilitam o surgimento de um conjunto econômico integrado. A esse conjunto de atividades sobre o qual atua um certo número de variáveis independentes ou não ao conjunto – creio que se lhe pode chamar de ‘complexo econômico’”. CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 3ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 1990, p. 25.

²⁵⁸ Muitos autores debruçaram-se a estudar sobre o complexo cafeeiro paulista. Cf.: CANO, Wilson. *Op. cit.*, 1990; SILVA, Sergio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Ômega, 1995; MELLO, João Manoel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987.

Portanto, é preciso considerar que a região Sul de Minas não possui uma história de desenvolvimento cafeeiro tão longa e intensa quanto a de São Paulo, o que pode ter influenciado nas diferenças entre essas duas regiões em termos de impactos socioeconômicos do café.

Assim, “desde que saíamos de modelos que se pretendam tipificadores do conjunto da realidade brasileira”²⁵⁹, é possível falar em complexo econômico para o Sul de Minas Gerais nas décadas iniciais do século XX, pois, na época, a região já havia se consolidado como uma das principais áreas produtoras de café do Brasil, e sua economia estava fortemente vinculada ao cultivo e à comercialização do café. Mais especificamente, defendemos que houve um complexo cafeeiro no Sul de Minas, uma vez que a diversificação econômica incluía uma série de setores interligados, como transportes, bancos, comércio e outras atividades, que estavam diretamente relacionados à produção e comercialização do café.

A importância econômica da região se refletia no crescimento urbano, na expansão do setor financeiro e na integração da região à economia de exportação. Podemos, portanto, depreender que o ciclo básico da produção cafeeira do Sul de Minas, como Pires identificou para a Mata, dotou o setor “agroexportador desta economia de uma dinâmica suficiente para gerar inúmeros efeitos de encadeamento cuja efetivação acabou por constituir-lhe uma diversificação setorial digna de qualquer ‘complexo agroexportador cafeeiro’ que tenha surgido no período”²⁶⁰.

Não estamos, com isso, alegando que a mesma situação verificada para a Zona da Mata se aplica ao Sul. Essa região conheceu um processo de constituição e desenvolvimento bastante particular, o que lhe conferiu uma dinâmica econômica própria. Também não afirmamos aqui que o mesmo processo foi homogêneo para todas as cidades sul-mineiras. Entre elas também houve especificidades. Por complexo econômico, queremos dizer que o Sul de Minas foi capaz, a partir de sua economia cafeeira e a seus próprios moldes, de promover um “transbordamento” de recursos a fim de desenvolver outros setores econômicos interligados ao café, com destaque para a ferrovias, a indústria e o comércio, tema da próxima seção, bem como dos bancos sul-mineiros.

²⁵⁹ PIRES, Anderson. Complexo Cafeeiro e Estrutura Financeira: Uma Observação sobre a Economia da Zona da mata de Minas Gerais (1889/1930). *Locus* (Juiz de Fora), v. 14, p. 221-251, 2008, p. 224.

²⁶⁰ *Ibidem*.

Embora não utilize o conceito de complexo cafeeiro, Gambi²⁶¹ foi quem primeiro chegou à conclusão semelhante em seu trabalho, único existente até então sobre bancos no Sul de Minas:

De maneira muito geral, [...] [há] uma interessante correlação entre café, indústria, ferrovias e bancos no Sul de Minas. Mais do que criar condições favoráveis ao investimento inicial da cafeicultura e da indústria, talvez os bancos tenham vindo para essa região em busca das oportunidades geradas por essas atividades, como sugere Wirth (1982) para o caso de Minas em geral, seguindo uma possível demanda por crédito e outros serviços financeiros. Além da produção cafeeira e industrial, não se pode ignorar o comércio como fonte geradora dessa demanda.

Desse modo, compreender o complexo cafeeiro é fundamental para entender o desenvolvimento econômico do Sul de Minas. No entanto, para uma análise mais completa sobre a economia da região no período analisado, é necessário considerar não só a produção de café, mas também os outros setores econômicos que foram impulsionados por essa atividade, como as ferrovias, as indústrias e o comércio. Esses setores surgiram e/ou avançaram em resposta à demanda gerada pela cafeicultura, e desempenharam papéis importantes no desenvolvimento econômico do país. Portanto, uma análise abrangente sobre os transbordamentos dos recursos do café para o setor bancário no Sul de Minas deve levar em conta a economia da região a partir da interdependência destes diferentes setores, as ferrovias, a indústria e o comércio, e como eles se relacionaram para transformar a paisagem social e econômica sul-mineira.

2.2 – Ferrovia, indústria e comércio

As ferrovias no Sul de Minas Gerais foram uma das principais responsáveis pela expansão econômica da região. A construção de linhas ferroviárias permitiu a integração das diversas áreas produtoras e comerciais, possibilitando a rápida circulação de pessoas e mercadorias. Isso quer dizer que o Sul de Minas conheceu um grande desenvolvimento do setor ferroviário. Diante das dificuldades de transporte da produção cafeeira em larga escala por meio das tropas, as estradas de ferro cumpriram importante papel no desenvolvimento da economia pautada pelo café.

²⁶¹ GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. *Op. cit.*, 2010, p. 10.

As ferrovias desempenharam um papel fundamental para o complexo cafeeiro sul-mineiro, que incluía a produção, o transporte e o comércio de café. Elas permitiram a expansão da produção cafeeira para áreas mais distantes, aumentando a oferta do produto no mercado. Além disso, as ferrovias ofereceram um meio mais rápido e eficiente de transportar o café até os portos para exportação, o que permitiu aos produtores acessar mercados internacionais e aumentar suas receitas.

A construção de ferrovias também proporcionou a integração dos núcleos urbanos e a comunicação entre regiões, facilitando a logística e o comércio. Isso criou um ciclo virtuoso, no qual a produção de café se expandiu, aumentando a demanda por transporte ferroviário e estimulando o desenvolvimento econômico. As ferrovias foram, portanto, fundamentais para o sucesso do complexo cafeeiro, facilitando a produção, o transporte e o comércio de café e contribuindo para o desenvolvimento da região. Ademais, as ferrovias garantiam a dinamização do comércio, de modo a evitar perdas e reduzir o tempo gasto no transporte. Segundo Ferdinando Filletto²⁶²,

A chegada das linhas ferroviárias, a partir de 1880, viria a solucionar um problema de transportes que se arrastava por dois séculos. À medida que se abriam novos trechos e se inauguravam novas estações, as localidades favorecidas também ingressavam naturalmente numa etapa de progresso material que, até então, desconheciam, como ocorreu, por exemplo com as cidades de Três Corações (1884), Poços de Caldas (1886), Varginha (1892), Pouso Alegre (1895), Guaxupé (1904)²⁶³.

Ao contrário do sistema bancário, as ferrovias sul-mineiras foram mais estudadas na literatura econômica. Deste modo, trabalhos que pesquisaram sobre o Sul de Minas já enfatizaram a relação entre ferrovias, café e São Paulo. É o caso por exemplo de Marcel Pereira da Silva que, em sua dissertação intitulada *De gado a café: as estradas de ferro no Sul de Minas Gerais (1874-1910)*, demonstra que as ferrovias na região sul-mineira transportavam sobretudo gado e café, este destinado em sua grande maioria ao porto de Santos²⁶⁴.

A Estrada de Ferro Rede Sul Mineira foi uma ferrovia que operou no Sul de Minas Gerais, entre os anos de 1910 e 1965. A ferrovia tinha uma extensão total de 578 km e era uma das mais importantes da região, tendo desempenhado um papel fundamental no

²⁶² FILLETO, Ferdinando. **Trajatória histórica do café na região Sul de Minas Gerais**. (Dissertação de Mestrado em Administração Rural), Lavras - MG: UFLA, 2000, p. 80.

²⁶³ Todas essas cidades tinham seus próprios bancos fundados no período analisado.

²⁶⁴ SILVA, Marcel Pereira da. **De gado a café: as estradas de ferro no Sul de Minas Gerais (1874-1910)**. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP. São Paulo, 2010.

transporte de passageiros e cargas, sobretudo café, que era a principal riqueza da região na época. A Rede Sul Mineira foi criada a partir da união de duas ferrovias que já existiam na região: a Estrada de Ferro Minas e Rio (que havia incorporado a Estrada de Ferro Muzambinho em 1908) e a Estrada de Ferro Sapucaí. Com a união destas duas ferrovias, a Rede Sul Mineira passou a operar uma linha férrea que ligava São Paulo a Varginha, no Sul de Minas.

Discutindo a Estrada de Ferro Minas e Rio e a economia mineira de abastecimento, Bruno Nascimento Campos esclarece que a companhia “favoreceu a expansão do café na região nas primeiras décadas do século XX, fato que alterou o perfil econômico do Sul de Minas”²⁶⁵. Ao longo de sua história, a Rede Sul Mineira contribuiu para o desenvolvimento de diversas cidades da região, como Varginha, Três Corações, Pouso Alegre, Lavras, Passos e Poços de Caldas, permitindo o escoamento da produção agrícola e a integração do Sul de Minas com outras regiões do país. A ferrovia também foi responsável pela criação de diversas outras linhas secundárias, que ligavam cidades menores às principais estações da Rede Sul Mineira.

Com efeito, Ferreira²⁶⁶ explicou que o projeto original da Estrada de Ferro Muzambinho não incluía uma estação em Varginha. Inicialmente, a ferrovia seguia o Rio Verde, ligando a cidade de Cruzeiro, em São Paulo, a Gaspar Lopes, uma cidade mineira próxima a Muzambinho. Porém, a passagem pela cidade de Varginha representaria um aumento significativo nos custos, já que o terreno era mais elevado que o nível do rio. Foi então que o major Matheus Tavares da Silva interveio.

Após três meses de estudos, o projeto foi reformulado e a ferrovia passaria por Varginha com um aumento de 100 contos de réis, financiados pelo major. Para Matheus Tavares, a passagem da ferrovia por Varginha era importante para seus próprios interesses, como negociante, comerciante, fazendeiro e **produtor de café**. Ele financiou a obra não apenas pelo progresso da cidade, mas porque a ferrovia era necessária para a expansão de seus próprios investimentos²⁶⁷.

Durante a fase de expansão das ferrovias no Sul de Minas, outro empreendimento de destaque foi a Estrada de Ferro Mogiana, fundada em Campinas em 1872 com

²⁶⁵ CAMPOS, Bruno Nascimento. **Tropas de aço**: os primeiros impactos da Minas and Rio Railway sobre a economia de abastecimento no Sul de Minas (1884-1902). **Cultura Histórica & Patrimônio**. v. 1, n. 1, 2012, p. 91-107, p. 91.

²⁶⁶ FERREIRA, Natânia Silva. *Op. cit.*, 2016, p. 65, grifo nosso.

²⁶⁷ Além de comerciante e negociante, Matheus Tavares era cafeicultor, possuindo muitas extensões de terra (cerca de três mil alqueires nas cidades de Varginha, Carmo da Cachoeira e Três Pontas. FERREIRA, Natânia Silva. *Op. cit.*, 2016, p. 65, Grifo nosso.

financiamento de capitalistas ligados à cafeicultura paulista. Inicialmente, seu objetivo era estabelecer a ligação entre Campinas e Mogi-Mirim, aproveitando incentivos oferecidos pelo governo paulista. Com a construção desse ramal e a extensão até Ribeirão Preto, a empresa passou a obter excelentes rendimentos, atendendo à área de melhor solo para o café no mundo²⁶⁸.

Com o aumento da produção cafeeira na região fronteira com São Paulo, tornou-se necessário encontrar meios para sustentar a expansão dessa atividade e escoar a produção. Os interesses ligados ao café possibilitaram a construção da ferrovia em Guaxupé e do Ramal de Passos. Para o Sul de Minas, assim como verificado na economia cafeeira do Oeste paulista, o “desenvolvimento do café era auto alimentado pela própria construção de ferrovias, pois o declínio no custo de transporte criava margem adicional de resistência à queda de preços”²⁶⁹.

Dessa forma, a entrada da Mogiana em território mineiro ocorreu em 1886, com a inauguração do ramal que ligava Cascavel a Poços de Caldas, visando ao potencial das águas termais do município. A empresa se expandiu na região, inaugurando ramais em direção a pontos mais no interior e estabelecendo conexões com outras ferrovias. A maior parte das mercadorias da porção sul e oeste da região passou a ser drenada pela empresa desde a sua implantação. O interesse da Mogiana em Minas estava relacionado às restrições em sua área de concessão em São Paulo, circunscrita apenas à margem direita do Rio Mogi-Guaçu. Já em 1890, a empresa havia atingido seu limite de expansão em terras paulistas, buscando acordos com o governo de Minas. Além disso, havia vínculos familiares entre integrantes da Mogiana e famílias importantes do Sul. Maria Lucia Prado Costa²⁷⁰ afirmou que

[...] o Barão Ataliba Nogueira (Presidente da Companhia comprovadamente em 1879, e provavelmente entre 1882 e 1885 e em 1890) era ligado aos Nogueira de Baependi e Aiuruoca; Joaquim Augusto Ribeiro do Valle (também presidente da Companhia) era mineiro de Guaxupé, onde tinha **a maior plantação de café** desta área limítrofe com São Paulo.

²⁶⁸ COSTA, Maria Lucia. Prado. **A Cia. Estrada de Ferro Muzambinho (1887-1910) no contexto do desenvolvimento ferroviário do Sul de Minas (1870-1910): uma tentativa de correção de uma versão consagrada.** Belo Horizonte: FUNDAMAR, 1995, p. 39.

²⁶⁹ SAES, Flávio Azevedo Marques de. **As ferrovias de São Paulo (1870-1940).** São Paulo: Hucitec, 1981, p. 82.

²⁷⁰ *Ibidem*, p. 41. Grifo nosso.

Da mesma forma, Costa²⁷¹ afirmou que

Dois dos principais fazendeiros de Três Pontas, Domingos Monteiro de Rezende (1873-1954), o Cel. Minguta, dono da Fazenda Pedra Negra, onde hoje funciona o Museu do Café de Três Pontas, e Azarias de Brito Sobrinho, o Cel. Zaroca (1870-1939), filho do Barão de Boa Esperança, e dono da Fazenda Boa Vista, se enquadram neste perfil [de “barões do café”]. Em Machado também foram “barões do café”, o Comendador Lindolfo de Souza Dias, vice-presidente do Banco Machadense S.A. e proprietário da Fazenda Limeira; e Edvar Dias, proprietário das Fazendas São Luiz, Monte Alto e Rosental, e Agente Executivo Municipal entre 1921 e 1929. Coincidentemente esses quatro fazendeiros foram os empreendedores da aventura de construção dos ramais de estradas de ferro para suas respectivas cidades.

A ligação econômica entre São Paulo e a região Sul de Minas Gerais foi fortalecida pela comercialização de café, que era escoado pelo porto de Santos através da Estrada de Ferro Mogiana. Essa relação econômica, que ainda existe hoje, tem raízes históricas e é resultado da interdependência entre as regiões, com o café desempenhando um papel importante. A expansão da rede ferroviária na fronteira do estado de Minas com o objetivo de suportar o escoamento da produção cafeeira é uma prova da interação com São Paulo.

Um exemplo sintomático dessa interação foi dado por Vasco de Castro Lima²⁷², diretor da Rede Sul Mineira que, escrevendo em 1934, relatou que

A renda de passageiros da Sapucaí naquele trecho, principalmente de Ouro Fino e Sapucaí, teve grande aumento, com as relações comerciais entre aquele município e o Oeste de São Paulo, Campinas e Capital do Estado Paulista. [...] Para atrair o transporte de café da zona da Freguesia de Jacutinga (servida pela nossa estação de Silviano Brandão), foi estabelecida a tarifa reduzida de 70\$000 por tonelada, da estação de Sapucaí a Marítima, quando da estação de Eleutério (da Mogiana) a Santos, o frete era de 74\$920 por tonelada. Isso, porém, não surtiu efeito, porque a café na praça de Santos produzia, em média, mais 2\$000 por arroba do que na praça do Rio. Não era possível, pois, a concorrência, porque o frete de Sapucaí a Marítima era de 1\$050 por arroba. Mesmo que nos propuséssemos a transportar o café gratuitamente, o exportador não o despacharia para o Rio.

A Estrada de Ferro São Paulo e Minas, também conhecida pela sigla EFSM, conectava a cidade de São Paulo ao Sul de Minas Gerais, passando por diversas cidades

²⁷¹ COSTA, Maria Lucia. Prado. **A saga do café fino**. Disponível em <<http://www.fundamar.com/imprensa.aspx?id=61>>. Acesso em out. 2020, s/p.

²⁷² Lima, Vasco de Castro. **A Estrada de Ferro Sul de Minas**. 1884-1934. São Paulo: Copag, 1934, p. 46.

da região e chegando até São Sebastião do Paraíso. A ferrovia foi construída a partir de 1884, com o objetivo de escoar a produção cafeeira do Sul de Minas para o porto de Santos, principal porto exportador do país na época. A EFSM foi responsável pela abertura de novas áreas produtoras de café na região, impulsionando o desenvolvimento econômico e populacional de diversas cidades. No Quadro 1 estão discriminadas essas importantes estradas de ferro que serviam o Sul de Minas, de acordo com o número de estações existentes nas cidades que analisadas.

Quadro 1 – Estações ferroviárias em 1923 das cidades sul-mineiras que fundaram seus bancos entre 1909 e 1940

Municípios	E. F. Rede Sul Mineira	E. F. Mogyana	E. F. São Paulo e Minas	E. F. Machadense	E. F. Oeste de Minas	Total de estações
Alfenas	Gaspar Lopes; Armonia; Alfenas			Alfenas; Capoeirinha		4
Andradas						-
Bom Sucesso					Ibituruna; Aureliano Mourão; Bom Sucesso; Macaia; Pedra Negra	5
Arceburgo						-
Botelhos						-
Cabo Verde						-
Campanha	Campanha					1
Cássia						-
Caxambu	Soledade; Freitas; Caxambu					3
Guaranésia		Guaranésia; Biguatinga				2
Guaxupé		Cononel Manoel Joaquim; Guaxupé; Japy; Jaboty				4
Itajubá	Itajubá					1
Lambari	Bias Fortes; Águas Virtuosas; Nova Baden					3

Lavras			Traituca; Carrancas; Kilômetro 226; Paulo Freitas; Francisco Salles; Lavras; Ribeirão Vermelho; Alvaro Botelho	8
Machado			Cayana	1
Monte Santo de Minas			Catitó, Itiguassú; Monte Santo; Vicente Carvalhaes	4
Muzambinho	Engenheiro Trompowski; Tuyuty		Tuyuty; Monte Bello; Monte Christo; Palmeia; Montalverne; Muzambinho; Moçambo; Santa Esmeria	9
Paraguaçu	Fama			1
Poços de Caldas			Poços de Caldas	1
Pouso Alegre	Pouso Alegre			1
Santa Rita do Sapucaí	Affonso Penna; Porto Sapucahy			2
São Sebastião do Paraíso		Ipomeia; São Sebastião do Paraíso; Itaguaba; Pratápolis	Guardinha; Sapé; São Sebastião do Paraíso	6
Três Corações	São Thomé; Três Corações; Flora; Carneiro de Rezende			4
Varginha	Varginha, Baptista Mello; Salto; Carmo da Cachoeira; Cedro			5

Fonte: Anuário Estatístico de Minas Gerais, 1922-1925.

No final do século XIX, havia um grande esforço dos governos e da iniciativa privada para modernizar e efficientizar o transporte na região do Sul de Minas, oferecendo ferrovias para atender à demanda da produção cafeeira e melhorar as condições de

comunicação regional e de contato com cidades como São Paulo e Rio de Janeiro²⁷³. Assim, o Sul de Minas, em fins dos oitocentos, registrava maior crescimento das linhas férreas de Minas Gerais, o que demonstra certa importância da região no cenário geral de Minas e do Sudeste do Brasil, embora, por outro lado, as ferrovias dependessem das companhias ferroviárias de outros estados²⁷⁴. Considerando somente “entre 1890 e 1906, a malha ferroviária sulista saltou de 246 km para 923 km, enquanto a matense cresce 86 km no mesmo período”²⁷⁵.

Para a implementação da ferrovia no Sul de Minas, foi essencial a atuação conjunta das elites locais na assembleia provincial, bem como o aproveitamento das oportunidades criadas pelo desenvolvimento ferroviário problemático na Zona da Mata. É importante ressaltar a origem dos recursos para a construção das ferrovias no Sul de Minas. Diferentemente da Mata, que contava com capital proveniente da cafeicultura e incentivos fiscais do governo para financiar seus empreendimentos, as construções no Sul foram majoritariamente financiadas por meio de empréstimos governamentais. Somente para as ferrovias de Sapucaí e Muzambinho foram destinados 12.500 contos de réis, uma quantia astronômica para a época²⁷⁶.

Como o café, naquele período, configurava a principal fonte de arrecadação fiscal para o governo mineiro, em que pese iniciativas e interesses individuais de várias personagens das diversas cidades do Sul de Minas, é correto afirmar que o financiamento da estrutura de transportes dessa região tenha sido proporcionado pela cafeicultura. Portanto, num caso bastante particular, somando tanto iniciativa privada quanto financiamento público, as ferrovias no Sul de Minas foram fomentadas pelo café.

As cidades que mais apresentavam estações de trem são as que mais tiveram bancos fundados no período analisado, conforme ressalta a Figura 19.

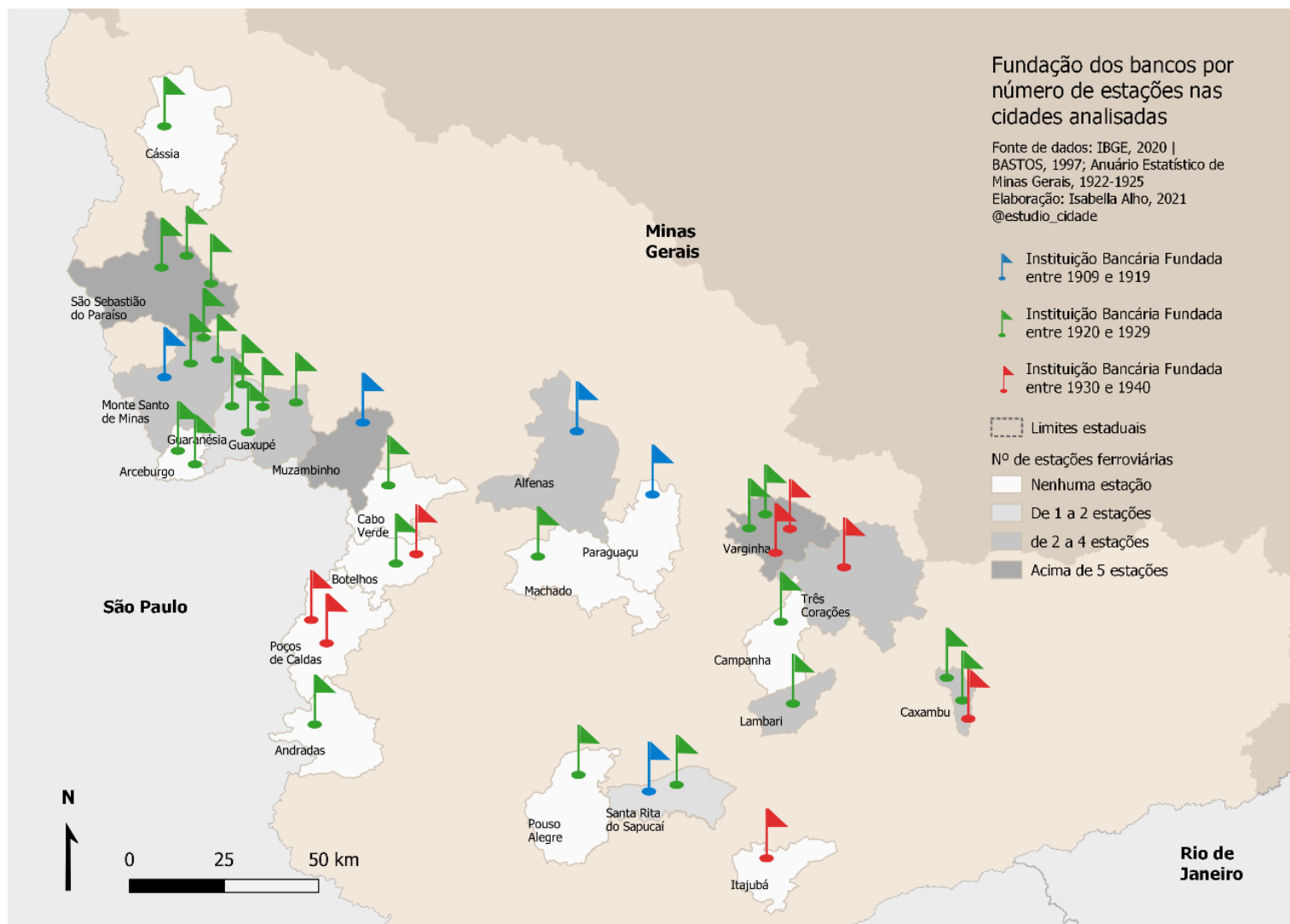
²⁷³ FILLETO, Ferdinando. *Op. cit.*, 2000.

²⁷⁴ SILVA, Marcel Pereira da. *Op. cit.*, 2012.

²⁷⁵ GIOVANINNI, Rafael. **Regiões em movimento**: um olhar sobre a Geografia histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata (1808-1897). Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006, p. 188.

²⁷⁶ *Ibidem*, p. 187.

Figura 19 – Fundação dos bancos sul-mineiros consoante estações ferroviárias em 1923



Fonte: Elaboração de Isabela Alho, a pedido da autora, segundo dados do IBGE de 2020; Cláudio Bastos, 1997; Anuário Estatístico de Minas Gerais, 1922-1925.

A indústria, de sua parte, também desempenhou seu papel no complexo cafeeiro do Sul de Minas. Ela permitiu a transformação da planta em produtos de maior valor agregado, como café torrado e moído, o que aumentou a receita dos produtores e a demanda pela rubiácea. A indústria também foi importante para a integração da região ao mercado nacional e internacional, ao facilitar a exportação de produtos de maior valor agregado, contribuindo para a expansão do comércio e para o aumento da renda da região.

No Sul de Minas, especificamente, algumas atividades industriais se destacavam nas décadas iniciais do século XX, como o beneficiamento de arroz, a fabricação de aguardente, laticínios e tecidos. No entanto, é importante ressaltar que a indústria cafeeira era a mais expressiva na região, uma vez que a produção de café era a principal atividade econômica na época. Assim, o beneficiamento de café, com atividades de torrefação, moagem e empacotamento, ganhava importância e se desenvolvia para atender à demanda dos cafeicultores locais.

Anteriormente, a descamação da rubiácea era feita de forma manual, o que era um demorado e caro. A máquina de descascar café revolucionou este processo, tornando-o mais rápido e eficiente. Com esta máquina, a indústria cafeeira pôde aumentar a sua capacidade de produção, tornando-se mais competitiva no mercado. Além disso, a máquina permitiu a produção de cafés de melhor qualidade, pois o descasque manual poderia danificar as sementes e afetar o sabor. Em 1893, Varginha inaugurou sua primeira máquina de beneficiar café, o que melhorou a qualidade do produto em comparação com o preparo artesanal anterior²⁷⁷.

Neste sentido, a expansão da rede ferroviária, que tinha como objetivo facilitar o escoamento da produção cafeeira, também contribuiu para o surgimento de novas indústrias, como a de produção de máquinas e equipamentos para a agricultura e a fabricação de produtos derivados do café. Além disso, a presença de importantes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, e o crescimento da economia da região, estimulou o surgimento de outras indústrias, como a alimentícia e a têxtil.

Em 1937, o Sul de Minas dominava 17,2% de toda a produção industrial mineira, atrás do Centro, 38,9%, e da Mata, 23,1%. Entre as cinco regiões com maior produção industrial do estado de Minas, apenas o Centro não atribuía à indústria de transformação a principal responsável pela produção industrial regional. Ainda assim, o Centro foi a

²⁷⁷ FILLETO, Ferdinando. *Op. cit.*, 2000.

maior região produtora da indústria de transformação mineira, 29,8%, tendo a Zona da Mata em segundo, 26,9% e o Sul em terceiro lugar, 21,6%²⁷⁸.

De fato, as cidades sul-mineiras que fundaram instituições bancárias de 1909 a 1940 possuíam alguma produção industrial em 1937. Pouso Alegre, que reunia a maior produção industrial em 1937, 11:497\$000, apresentava 3 bancos um ano antes²⁷⁹. Varginha, a cidade mineira que mais tinha estabelecimentos bancários em 1936, ao lado de Belo Horizonte, possuía a segunda maior produção verificada para a região sul-mineira, 7:310\$000.

Tabela 11 – Data de fundação, produção industrial e população das cidades do Sul de Minas Gerais, em contos de réis correntes, 1907, 1937, 1940

Município	Fundação	Produção industrial, 1907 (contos de réis)	Produção industrial, 1937 (contos de réis)	População das cidades em 1940
Pouso Alegre	1868		11.497	17.074
Varginha	1882	44	7.310	29.214
Santa Rita do Sapucaí	1892	82	6.845	23.442
Caxambu	1901	51	4.830	6.401
Guaxupé	1912		4.758	18.453
São Sebastião do Paraíso	1821	37	4.713	28.446
Poços de Caldas	1872	4	4.372	19.111
Alfenas	1869	59	4.303	17.617
Lambari	1901	188	4.106	11.792
Guaranésia	1901	5	4.059	20.444
Paraguaçu	1911		3.563	13.540
Três Corações	1884	36	3.513	17.798
Andradas	1890		3.123	16.277
Monte Santo de Minas	1890		2.713	20.589
Botelhos	1911		1.947	12.252
Campanha	1737	12	1.633	12.534
Machado	1881	15	1.500	22.653
Cabo Verde	1862		1.322	14.378
Arceburgo	1893		609	8.076
Cássia	1890		517	10.805

Fonte: MARSON (*Op. cit.*, 2017, p. 179).

²⁷⁸ MARSON, Michel. **A indústria de transformação no sul de minas gerais, 1907-1937**. História Econômica & História de Empresas vol. 20 n. 1. 2017, 153-184, p. 154.

²⁷⁹ O Banco de Pouso Alegre Ltda.; uma filial do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais; e uma filial do Banco Santaritense (Sinopse Estatística de Minas Gerais, 1937).

Neste caso, optamos por comparar a produção industrial sul-mineira em dois momentos distintos, em 1907 e 1937, para entender a evolução da economia e das relações sociais e comerciais neste período. De acordo com os dados apresentados na tabela a seguir, é possível constatar que as principais empresas de produção industrial do Sul de Minas em 1907, avaliadas com base no capital e número de empregados, estavam voltadas para o processamento de produtos derivados do leite, tais como manteiga e queijo. É importante notar que esse setor não exigia uma grande quantidade de capital e mão de obra para funcionar. Dentre as 15 empresas apresentadas, somente quatro pertenciam a outras áreas de atuação.

Tabela 12 – As 15 maiores empresas industriais do Sul de Minas Gerais, 1907

Proprietário	Localidade	Capital	Operários	Ramo industrial
J. Meirelles & Comp.	Baependi	100:000\$	16	Manteiga e queijos
Laudito & Monte Raso	Dores da Boa Esperança	50:000\$	13	Fundição e obras de metais
Souza Meirelles & C.	São Gonçalo do Sapucaí	45:000\$	9	Manteiga e queijos
Melwold & C.	Aiuruoca	40:000\$	7	Manteiga e queijos
José Guilherme & C.	Mantiqueira	25:000\$	6	Manteiga e queijos
Mariano Furtanet & Lourenço	Ouro Fino	20:000\$	8	Preparo de couros
Gouvêa Irmãos & C.	Aiuruoca	20:000\$	8	Manteiga e queijos
Francisco Guarini	Lambari	20:000\$	6	Preparo de couros
João Evangelista Sant'Anna	Carmo do Rio Claro	20:000\$	6	Moagem de cereais
José E. de Sant'Anna	Carmo do Rio Claro	20:000\$	6	Manteiga e queijos
José Evaristo Tavares Paes	Pouso Alegre	15:000\$	6	Manteiga e queijos
Junqueira & Netto	Carmo do Rio Verde	15:000\$	6	Manteiga e queijos
Dionizio M. Junior & C.	São Gonçalo do Sapucaí	10:000\$	7	Manteiga e queijos
Pedro Talarico	Baependi	10:000\$	6	Manteiga e queijos
Alcebíades José Lemos	Carmo do Rio Claro	10:000\$	5	Manteiga e queijos

Fonte: IBGE. Séries estatísticas retrospectivas. O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. Centro Industrial do Brasil, 1986 (1909).

Em 1937, as empresas de transformação do Sul de Minas já possuíam um capital muito maior, da mesma forma que uma quantidade muito superior de operários. Uma evolução significativa foi a presença de indústrias não apenas de derivados de leite e porcos, mas de fábricas de tecidos, charqueadas e usinas de açúcar – essas como as maiores da região, considerando-se capital e número de operários. Vale lembrar que a Cia. Industrial Sul Mineira, de Itajubá, que figura em primeiro lugar, deu origem ao Banco de Itajubá S/A, que sucedeu a seção bancária da Cia. Industrial Sul Mineira. O Banco de Itajubá foi um dos maiores do estado, com capital inicial de 5.000:000\$000, chegando a abrir 41 filiais.

Tabela 13 – As 15 maiores empresas industriais do Sul de Minas Gerais, 1937

Firma	Localidade	Capital	Operários	Ramo industrial
Cia. Industrial Sul Mineira	Itajubá	9.402.350\$	448	Fábrica de tecidos
Antônio Paciolo	Três Corações	2.500.000\$	30	Charqueadas
Cia. Fabril Mascarenhas	Alpinópolis	1.885.789\$	225	Fábrica de tecidos
Pereira Osório Manad e Cia. Ltda. – Usina Pedrão	Pedra Branca	1.600.000\$	34	Açúcar (usinas)
M. Silvestrini & Irmãos	São Lourenço	1.500.000\$	169	Manteiga (lacticínios)
Alberto Alves & Cia. – Fábricas de Tecidos Margarida	Guaranésia	1.343.866\$	218	Fábrica de tecidos
J. Bernardino & Filhos – Usina Santa Helena	Conceição do Rio Verde	1.260.000\$	20	Açúcar de usinas
A. Faria & Cia. Ltda. – Fábrica de Tecidos Maria Carneiro	Itajubá	1.170.000\$	204	Fábrica de tecidos
Cia. Açucareira e Fluvial Passos Ltda. – Usina Passos	Passos	1.124.000\$	85	Açúcar de usinas
João Vaz & Cia.	Pouso Alegre	800.000\$	40	Banha e outros produtos porcinos
Sociedade Refinaria Itajubense Ltda.	Itajubá	604.700\$	11	Refinação de açúcar
A. Mendes e Cia. – Usina S. José	Elói Mendes	600.000\$	24	Açúcar (usinas)
Soc. Agrícola Irmão Azevedo – Usina Ariadnópolis	Campos Gerais	552.970\$	18	Açúcar (usinas)
Salgado Irmão & Cia.	Varginha	526.829\$	40	Manteiga (lacticínios)
José Custódio Dias de Araújo – Usina José Luiz	Campestre	500.000\$	42	Açúcar (usinas)

Fonte: IBGE/DEE-MG, 1939.

Em seu livro *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*²⁸⁰, Sérgio Silva destacou a relação entre o café e a indústria no processo de desenvolvimento econômico do país. Segundo o autor, o café desempenhou um papel fundamental na criação de um mercado interno e na acumulação de capital necessário para a industrialização no Brasil. A renda gerada pela exportação do café permitiu a entrada de novos investimentos em outros setores da economia, como a indústria, que se beneficiou do mercado interno crescente e do capital acumulado. Além disso, Silva enfatizou que a demanda por produtos industriais na própria lavoura cafeeira, como máquinas agrícolas e fertilizantes, impulsionou o desenvolvimento da indústria local. O café foi, assim, um fator chave para

²⁸⁰ SILVA, Sérgio. *Op. cit.*, 1995.

o início do processo de industrialização no Brasil, e a relação entre a cafeicultura e a indústria foi uma das principais características da economia brasileira no período analisado pelo autor.

Neste sentido, assim como no caso dos bancos, acreditamos que a valorização do café no início do século XX tenha sido um dos fatores que contribuíram para a diversificação econômica do Sul de Minas, de modo que a renda gerada pelo café tenha sido utilizada para financiar investimentos em outras áreas, como a indústria. Embora os dados apontem para a ocorrência de uma diversificação entre 1907 e 1937, não dispomos de dados suficientes para afirmar com certeza que isso se deveu à renda gerada pelo café. Ainda assim, é possível que a diversificação da economia tenha sido uma estratégia para reduzir a dependência da região em relação ao café e evitar crises econômicas decorrentes de flutuações nos preços do produto. De forma geral, então, a prosperidade gerada pelo café pode ter contribuído para a diversificação da economia do Sul de Minas e para a consolidação da indústria na região.

De qualquer modo, por mais que as empresas tenham se desenvolvido em 1937 em comparação com 1907, esse desenvolvimento foi bem menor do que a industrialização que a Zona da Mata e o Centro conheceram no mesmo período²⁸¹. Para se ter uma ideia, na Tabela 14 pode-se visualizar que em 1940, Varginha constituía a cidade sul-mineira que mais possuía estabelecimentos industriais, 67. Em segundo lugar vinha Poços de Caldas, com 61, e em terceiro Guaxupé, com 55. Ainda assim, essas cidades estavam bem longe de se compararem a Belo Horizonte, que detinha 400 estabelecimentos, ou Juiz de Fora, com 244.

Considerando o valor da indústria, o capital realizado consiste no valor atual de um investimento ou ativo, bem como seu desempenho financeiro e mudanças no mercado. Já o capital aplicado é o montante original investido ou o valor original do ativo, sem levar em consideração o desempenho financeiro ou mudanças no mercado. Em outras palavras, o capital realizado reflete o valor atualizado de um investimento, enquanto o capital aplicado representa o valor original do mesmo.

²⁸¹ Cf. MARSON, Michel. *Op. cit.*, 2017.

Tabela 14 – Situação da indústria, em 1940, nas cidades sul-mineiras com bancos no período de 1909 a 1940

Municípios	Empresas	Estabelecimentos	Capital realizado (Cr\$ 1000)	Capital aplicado (Cr\$ 1000)	Pessoal ocupado
Alfenas	31	36	595	1.025	177
Andradas	26	27	486	567	88
Arceburgo	6	12	135	147	22
Bom Sucesso	12	14	435	733	63
Botelhos	11	15	802	665	78
Cabo Verde	5	7	351	364	24
Campanha	14	17	342	438	98
Cássia	11	13	163	954	63
Caxambu	15	25	274	3.260	306
Guaranésia	11	15	1.510	3.100	318
Guaxupé	39	55	771	3.210	342
Itajubá	33	43	10.364	20.447	955
Lambari	18	22	1.411	1.196	266
Lavras	29	35	1.423	4.611	768
Machado	20	23	86	204	108
Monte Santo de Minas	23	27	1.172	2.313	89
Muzambinho	6	7	509	36	15
Paraguaçu	11	20	420	537	84
Poços de Caldas	49	61	782	3.761	399
Pouso Alegre	30	38	690	152	255
Santa Rita do Sapucaí	26	37	916	5.503	170
São Sebastião do Paraíso	31	38	362	1.354	219
Três Corações	20	23	282	634	164
Varginha	51	67	1.249	1.950	432
Belo Horizonte	362	400	105.594	98.800	12.816
Juiz de Fora	198	244	53.548	69.537	6.895

Fonte: Censo de 1940.

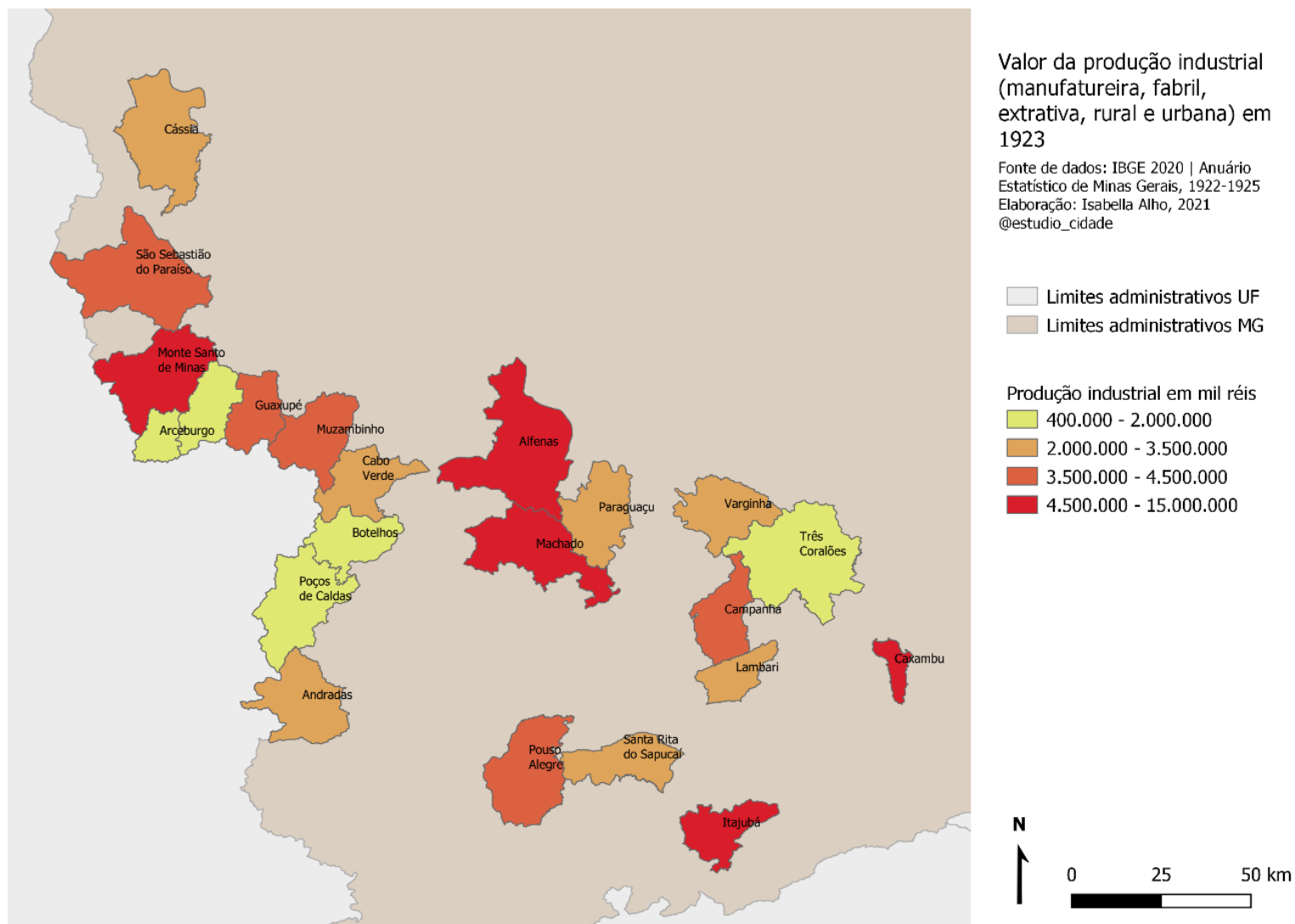
A respeito do capital realizado e do capital aplicado, a relação entre café e indústria no contexto do complexo cafeeiro é bastante estreita. A prosperidade gerada pelo café pode financiar o desenvolvimento industrial, enquanto a diversificação da economia pode tornar a região menos dependente do café. No entanto, em um contexto de crise do café, a relação entre esses dois setores pode ser afetada negativamente. Sugerimos que indústrias sul-mineiras, em particular, foram prejudicadas pela crise da cafeicultura, pois a escassez de divisas gerada pela queda dos preços do café reduziu a demanda por itens industriais. Como resultado, muitas empresas industriais da região perderam capital e tiveram dificuldades para sobreviver. Esse exemplo ilustra a

interdependência entre o café e a indústria no complexo cafeeiro, bem como a vulnerabilidade que essa interdependência pode criar em tempos de crise.

Em termos gerais, o maior capital aplicado foi o de Itajubá, provavelmente por conta da grande empresa têxtil que era a Cia. Industrial Sul Mineira. Itajubá também empregava a maior quantidade de pessoas na indústria sul-mineira. Em seguida vinha Santa Rita do Sapucaí, com cerca de um quarto do capital de Itajubá e empregando quase seis vezes menos pessoas. Em terceiro lugar, Lavras estava mais próxima à Santa Rita em capital, empregando quatro vezes mais trabalhadores. Da mesma forma que nos números de estabelecimentos, essas cidades não se comparavam, em capital aplicado, à Belo Horizonte e Juiz de Fora, cujos capitais eram bem maiores.

Ainda assim, a Figura 20 demonstra a produção industrial das cidades sul-mineiras analisadas, considerando as indústrias manufatureira, fabril, extrativa, rural e urbana em 1923. Dentre as localidades com maior produção de café para o mesmo ano (Figura 18), somente Arceburgo e Guaranésia apresentam uma relativamente baixa produção industrial em comparação às demais cidades.

Figura 20 – Valor da produção industrial (em mil réis) em 1923 das cidades analisadas



Fonte: Elaboração de Isabela Alho, a pedido da autora, segundo dados do IBGE de 2020; Cláudio Bastos, 1997; Anuário Estatístico de Minas Gerais, 1922-1925.

No início do século XX, o comércio no Sul de Minas Gerais estava fortemente ligado à economia cafeeira da região. O comércio desempenhava um papel crucial para o complexo cafeeiro, uma vez que era responsável por intermediar a venda de café da região. Com a expansão da produção cafeeira, o comércio tornou-se ainda mais importante, pois tinha como objetivo levar o café produzido no Sul de Minas Gerais aos mercados internacionais e aos principais centros urbanos do país. Além disso, o comércio também era responsável por trazer insumos para a produção cafeeira, como sementes, adubos e máquinas agrícolas. Assim, o comércio era uma peça-chave para o sucesso da economia da região, pois permitia que a produção cafeeira fosse colocada no mercado e que os agricultores tivessem acesso aos insumos necessários para a produção.

O Sul de Minas, desde do início de sua ocupação até o auge do café, pautou sua economia pelo comércio de abastecimento. Uma vez que a dinâmica econômica da região foi embasada no setor comercial ao longo de todo século XIX, seria razoável supor que este então poderia ter sido o fator fundamental de origem do capital bancário, como defendem, além de Lima, Carlos Hasenbalg e Clóvis Brigagão. Em seu trabalho conjunto *O setor financeiro no Brasil: aspectos históricos* de 1970, estes alegam que os pequenos e médios comerciantes seriam os principais agentes desse capital. Os autores chegaram a afirmar que “até a segunda década do século XX o crédito rural foi quase inexistente no Brasil, sendo o crédito mercantil a forma predominante assumida pela atividade bancária”²⁸². Convencidos de que o capital comercial foi a principal fonte do capital bancário, dizem que foi aquele, o capital mercantil, “a forma predominante assumida pela atividade bancária. O setor comercial, tanto o ligado à exportação quanto o relacionado ao mercado interno, teria sido o mais interessado em desenvolver uma estrutura financeiro-bancária a ele subordinado”²⁸³.

De fato, no Sul de Minas, conforme demonstrado anteriormente, a rede bancária expandir-se-ia apenas a partir de 1909. Até então, os recursos mineiros afluíam para os bancos da capital, Rio de Janeiro, o que Francisco Iglesias alega ter dificultado a implementação de bancos no estado²⁸⁴. Nesse sentido, para Fernando Nogueira da Costa, em sua dissertação sobre os *Bancos em Minas Gerais*, os pequenos bancos e casas bancárias das zonas Sul e Mata induzem a pensar que a origem do capital bancário estaria de fato no capital comercial (do mercado interno), voltado para a comercialização de gado

²⁸² HASENBALG, Carlos A. e BRIGAGÃO, Clóvis. *Op. cit.*, 1970, p. 15.

²⁸³ *Ibidem*, p. 16.

²⁸⁴ IGLÉSIAS, Francisco *Op.cit.*, 1982. WIRTH, John. *Op.cit.*, 1982.

ou para os negócios urbanos, na década de 1910²⁸⁵. Para o autor, foi somente a partir da década seguinte, 1920, que a cafeicultura seria responsável por “vazar” capital destinados à indústria ou bancos²⁸⁶, o que não havia, para ele, até então.

O comércio também tinha um papel importante na estruturação financeira da economia da região, uma vez que era responsável por intermediar a movimentação de recursos financeiros entre as diferentes áreas da economia, como o setor produtivo, o setor de serviços e o setor financeiro. A ausência de um sistema de crédito mais desenvolvido e estruturado, que atendesse às demandas locais, suscitou a organização de formas alternativas de financiamento. Um importante agente fornecedor de crédito local, nesse contexto, era o comissário, conforme visto no Capítulo 1, que operava na venda sobretudo do café.

Este agente cumpria a função de intermediário entre o produtor e o exportador, agindo como representante comercial, fornecendo crédito para a lavoura e ainda providenciando vários produtos dos grandes centros urbanos que seus fregueses demandavam. Vários trabalhos demonstraram o importante papel que cumpriram as casas comissárias para o fornecimento de crédito às lavouras, sobretudo cafeeiras²⁸⁷. Em trabalho anterior, ao analisar os comissários nos periódicos sul-mineiros nos anos finais dos oitocentos, verificamos que as propagandas das casas comissárias revelavam a origem carioca da grande maioria delas, corroborando a ideia de que as divisas financeiras afluíam para o Rio de Janeiro junto com as mercadorias²⁸⁸.

Além do comissário, outro personagem que assumiu grande relevância na oferta de crédito na região sul-mineira foi o capitalista²⁸⁹. Estes correspondiam a uma camada de financistas da própria localidade que possuía. A falta de um sistema bancário desenvolvido implicava numa remuneração muito significativa desses capitalistas, de

²⁸⁵ COSTA, Fernando Nogueira da. *Op. cit.*, 1978, p. 34.

²⁸⁶ *Ibidem*, p. 25.

²⁸⁷ Cf.: TEODORO, Rodrigo da Silva. **O crédito no mundo dos senhores do café**. Franca 1885-1914. Dissertação de Mestrado, Campinas: IE/UNICAMP, 2006; TOSI, Pedro Geraldo. FALEIROS, Rogério Naques. TEODORO, Rodrigo da Silva. **Crédito e Pequena Cafeicultura no Oeste Paulista**: Franca/SP 1890-1914. RBE. Rio de Janeiro. v. 61 n.3/p.405-426 Jul-Set 2007. FONTANARI, Rodrigo. **O problema do financiamento: uma análise histórica sobre crédito no complexo cafeeiro paulista**. Casa Branca/SP (1874-1914). Dissertação de Mestrado, Franca: FCHS/UNESP, 2012.

²⁸⁸ Outro fato sintomático é os comissários de Varginha propagandarem o “café” em letras garrafais, sem nenhum destaque para os demais gêneros, o que talvez possa ser explicado para data de publicação do jornal, quando o café já era produzido com mais vulto na região.” PINHEIRO, Rafaela Carvalho. *Op. cit.*, 2017.

²⁸⁹ Mesmo que os capitalistas não se enquadrem estritamente na categoria de comerciantes, optou-se por mencioná-los como elucidação das formas de crédito disponibilizadas no Sul de Minas.

modo a causar por um lado a centralização da riqueza e dos destinos econômicos dessas localidades, e por outro a dependência dos que demandavam o crédito²⁹⁰.

Para ilustrar a figura do capitalista, Celso Ferraz de Araújo comentou que, para Guaxupé,

Em casa não tinha telefone, lá no meu avô tinha. Meu avô materno, Manoel Ferraz, além de fazendeiro, negociava muito, comprava café cereja para despolar. Além do grande produtor, que era o chamado fazendeiro, havia o sitiante, um produtor menor que quase nunca tinha a estrutura básica de terreiro de café, nem máquina para beneficiar o café, mas já tinha a freguesia. Chegava março, abril, ele [meu avô] adiantava o dinheiro para o pessoal que entregava o café.

[...]

Com o desenvolvimento da cultura do café, principalmente depois que a Mogiana veio para cá, Guaxupé tornou-se um polo comercial muito importante. [...] Tinha um turco famoso, o Jacó. Ele praticamente financiava os fazendeiros. Naquela época – estou falando de 1930 para trás, porque eu nasci em 1935 – os pagamentos eram feitos anualmente. Todo ano, ao terminar a safra de café, o fazendeiro apurava o dinheiro da venda da colheita e ia acertar a conta com ele. Era uma economia estável, não tinha inflação. Os turcos diziam que cobravam juros baratinhos.

[...]

Meu avô paterno, Manuel Antônio de Araújo, tinha um compadre que possuía uma lavoura de café em Caconde. Naquela época, a cigarra acabou com a lavoura dele e meu avô falou: “Olha, eu vou te emprestar 5 contos de réis para você tocar uma lavoura”. O compadre perguntou: “Mas qual é o documento?”. E meu avô disse: “Não, eu falo para a minha mulher e você fala para a sua”. Só isso!²⁹¹

Não obstante, as casas comerciais funcionaram também como agentes de financiamento local, uma vez que vendiam mercadorias a prazo e nem sempre recebiam pagamento em dinheiro, mas também em mercadorias. Aqui também recorreremos mais uma vez ao relato de Celso Ferraz de Araújo:

[...] O Catitó era uma estação ferroviária entre Guaranésia e Monte Santo. Existiam diversas vendas e mesmo assim havia o comércio com o Jacó, o Marcelino Rivera, um espanhol. Tem um caso muito interessante do Marcelino. Papai contava que um compadre seu um dia chegou para o Marcelino e falou: “Ah, compadre, você podia me arranjar um dinheiro para comprar umas terrinhas?”. Marcelino perguntou: “Mas você vive se queixando de que está tudo difícil, como você quer comprar terra?”. E o compadre respondeu: “É, compadre, terra não é igual a metro de chita, tem que comprar quando aparece”. O

²⁹⁰ Flávio Saes constatou que o nível da taxa de juros variava entre 12% e 18% ao ano em São Paulo em meados dos oitocentos. SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Op. cit.*, 1986.

²⁹¹ OLIVEIRA, José; GRINBERG, Lúcia. *Op. cit.*, p. 121-122.

Marcelino emprestou o dinheiro. No comércio, o fazendeiro tinha muito crédito²⁹².

De acordo com a Tabela 15, Poços de Caldas, Lavras e Pouso Alegre eram as cidades com maior quantidade de estabelecimentos recenseados de comércio à varejo. Poços de Caldas, Pouso Alegre e Três Corações, respectivamente, apresentavam os comércios com maiores bens imóveis, enquanto Poços, Lavras e São Sebastião do Paraíso detinham os comércios com maior quantidade de mercadorias. Na coluna dos “Viajantes, agentes compradores e etc.”²⁹³, Poços também aparece em primeiro lugar, seguido de Itajubá e Varginha.

O comércio por atacado e misto era menos vultoso que o de varejo. Alfenas, Poços de Caldas e Varginha eram as cidades com mais ocorrências comércio deste tipo. Varginha era a cidade cujo comércio por atacado tinha a maior quantidade de bens imóveis, com mais de duas vezes a quantidade de Guaxupé, que ficou em segundo lugar; em terceiro vem Alfenas. Quanto às mercadorias do varejo, Varginha também estava em primeiro, com Guaxupé também em segundo e Itajubá em terceiro colocado²⁹⁴. Ainda que os dados demonstrem certa vitalidade comercial para o Sul de Minas, em comparação a Belo Horizonte e Juiz de Fora os números sul-mineiros não são nada espetaculares.

É claro que o café depende do comércio para se realizar. Entretanto, o que defendemos aqui é que o café foi capaz de desenvolver uma diversificação da cadeia produtiva porque era um produto de grande demanda e importância econômica, especialmente no Brasil. Isso levou ao surgimento de uma variedade de setores econômicos relacionados à produção, comércio, transporte e industrialização do café, o que aumentou a eficiência e a rentabilidade do setor. Além disso, o crescimento e a evolução desses setores também criaram oportunidades para a diversificação de atividades econômicas complementares, como a produção de maquinários, insumos e equipamentos para a agricultura, e a prestação de serviços técnicos e financeiros, como os bancos foco desta pesquisa. Portanto, a demanda por café e o potencial de lucro associado a ele foram os principais fatores que levaram ao desenvolvimento da cadeia produtiva do café.

²⁹² Ibidem, p. 121-122.

²⁹³ Etc. diz respeito aos caixeiros e vendedores.

²⁹⁴ O (x), segundo o Censo de 1940, representa o “resultado omitido a fim de evitar individualização de informações. Os dados omitidos acham-se em TOTAIS”.

Tabela 15 – Capital aplicado e pessoal ocupado em 1940 nos estabelecimentos que operam no comércio de mercadorias

Municípios	Comércio à varejo						Comércio por atacado e misto					
	Estabelecimentos recenseados	Capital aplicado (Cr\$ 1000)			Pessoal ocupado		Estabelecimentos recenseados	Capital aplicado (Cr\$ 1000)			Pessoal ocupado	
		Bens imóveis	Mercadorias	Outras aplicações	Total	Viajantes, agentes compradores, etc*		Bens imóveis	Mercadorias	Outras aplicações	Total	Viajantes, agentes compradores, etc*
Alfenas	101	278	1.274	132	142	27	39	288	1.083	35	81	14
Andradas	61	142	582	36	104	24	-	-	-	-	-	-
Arceburgo	41	131	503	43	53	8	10	116	99	58	16	1
Bom Sucesso	79	151	876	84	130	37	5	27	302	33	23	14
Botelhos	36	148	400	31	66	22	4	105	208	35	14	5
Cabo Verde	56	39	555	37	49	5	5	3	54	2	6	-
Campanha	66	151	906	69	95	12	3	13	197	8	14	2
Cássia	78	356	815	72	114	26	2	(x)	(x)	(x)	(x)	-
Caxambu	51	668	1.042	91	81	12	1	-	(x)	(x)	(x)	-
Guaranésia	59	201	1.187	82	96	10	2	-	(x)	(x)	(x)	(x)
Guaxupé	109	170	1.262	181	183	48	7	313	2.743	63	64	26
Itajubá	136	812	2.834	305	264	84	9	193	2.021	133	51	15
Lambari	73	391	1.384	75	115	26	1	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
Lavras	156	647	3.248	224	249	53	8	-	1.445	92	39	13
Machado	79	214	1.343	94	143	29	3	40	696	40	37	6
Monte Santo de Minas	75	234	1.341	160	123	18	-	-	-	-	-	-
Muzambinho	57	243	1.093	96	92	17	-	-	-	-	-	-
Paraguaçu	51	195	689	80	73	23	3	58	93	5	5	1
Poços de Caldas	170	1.136	4.469	603	329	103	16	261	452	93	57	15
Pouso Alegre	154	929	2.556	253	228	51	7	115	572	18	26	9
Santa Rita do Sapucaí	87	459	1.507	148	120	10	8	148	518	34	19	2
São Sebastião do Paraíso	149	768	3.049	318	428	49	6	211	447	70	22	2
Três Corações	72	850	1.498	124	120	26	4	133	473	13	13	4
Varginha	112	635	2.867	283	226	68	14	819	4.426	411	157	22
Belo Horizonte	1.401	6.428	53.942	7.916	4.300	1.546	242	5.718	66.145	5.369	2.358	588
Juiz de Fora	589	3.499	13.544	1.926	1.390	367	62	2.459	10.431	1.221	476	121

Fonte: Censo de 1940.

2.3 – Crédito, finanças e bancos

Era de se esperar que as regiões mais dinâmicas de Minas fundassem a maior quantidade de bancos do estado. Trata-se do Centro, onde está a capital Belo Horizonte, e a Zona da Mata, cuja “sede” é Juiz de Fora que, por terem constituído regiões com maior produção de excedente, pensar-se-ia que fundariam mais bancos que o Sul. Um claro exemplo disso está em um fato importante para a análise dos bancos no Sul de Minas: em 1936, Varginha, sede do Banco do Sul de Minas, apresentava a mesma quantidade de bancos (considerando matrizes e filiais) que a capital Belo Horizonte, e mais que a cidade economicamente mais importante que era Juiz de Fora²⁹⁵.

Tabela 16 – Bancos em 1936

Sedes	Número de estabelecimentos em funcionamento					
	Bancos Nacionais				Bancos estrangeiros	Total geral
	Matrizes	Sucursais		Total		
Banco do Brasil		Outros bancos				
Belo Horizonte	3	1	1	5	1	6
Juiz de Fora	1	1	2	4	1	5
Varginha	2	1	3	6	-	6

Fonte: Adaptado de IBGE – Sinopse Estatística do Estado de Minas Gerais, 1938.

O que explica a grande quantidade de agências no Sul de Minas? Tanto Juiz de Fora quanto Belo Horizonte eram mais desenvolvidas do ponto de vista comercial, industrial e populacional. Ao mesmo tempo, e ao contrário delas, Varginha não representava todo um estado ou toda uma região, como a Mata (economicamente mais dinâmica até 1930), para que pudesse expressar em número de bancos qualquer igualdade econômica em relação às localidades mencionadas. No entanto, é inegável que algo se passava nas economias varginhense e sul-mineira.

A princípio, pode-se pensar, como Thiago Gambi, que, “no caso dos bancos [sul-mineiros], repete-se o padrão disperso, com estabelecimentos pequenos e baixo volume de capital”²⁹⁶. Em que pese a afirmativa, na década de 1920, fase de expansão, o Banco

²⁹⁵ O município de Carangola, também na Zona da Mata, possuía também 5 instituições bancárias, sendo uma matriz, uma agência do Banco do Brasil e 3 filiais de outros bancos. No entanto, para efeito de análise, consideramos apenas as cidades examinadas.

²⁹⁶ GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. *Op. cit.*, 2010, p. 8. O autor complementa que “por isso, vale ressaltar que, apesar da mudança da direção da expansão bancária, o grosso das operações bancárias estava

Comercial e Agrícola de Varginha era o segundo maior banco privado do estado, com um capital de 5.000:000\$000. Em seguida, vinha o também sul-mineiro banco Santaritense, com 4.000:000\$000²⁹⁷. Em primeiro lugar, com 6.000:000\$000, estava o Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais²⁹⁸.

Na década de 1930, fase de desenvolvimento, o Banco Mineiro da Produção, de Belo Horizonte, apresentava um capital de incríveis 50.000:000\$000; e o Banco Ribeiro Junqueira, de Leopoldina, na Mata, 6.000:000\$000. No Sul de Minas, porém, nesta mesma década, havia o Banco de Itajubá, com nada menos que 10.000:000\$000²⁹⁹, e o Banco Moreira Salles, também com 6.000:000\$000. Da mesma forma, embora o Banco de Alfenas tenha iniciado suas atividades com um capital de 500:000\$000, em 1937 apresentava um capital de 5.000:000\$000. Desta forma, a Tabela 17 destaca os maiores capitais dos bancos pertencentes às regiões estudadas.

Tabela 17 – Maiores capitais dos bancos mineiros³⁰⁰ (1909-1940)

Bancos no Sul de Minas	Região	Sede	Fundação	Capital
Banco Mineiro da Produção S/A	Centro	Belo Horizonte	1936	50.000.000.000
Banco Moreira Salles S/A	Sul	Poços de Caldas	1940	6.000.000.000
Banco Ribeiro Junqueira S/A	Mata	Leopoldina	1938	6.000.000.000
Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S/A	Centro	Belo Horizonte	1922	6.000.000.000
Banco Comercial e Agrícola de Varginha	Sul	Varginha	1925	5.000.000.000
Banco de Itajubá S/A	Sul	Itajubá	1939	5.000.000.000
Banco Gontijo, Irmão, Sociedade LTDA	Centro	Belo Horizonte	1936	5.000.000.000
Banco de Minas Gerais S/A	Centro	Belo Horizonte	1936	3.600.000.000

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Cláudio Bastos (1997).

Ainda assim, é necessário pontuar que, para todo o período analisado, desde o primeiro banco inaugurado em Minas Gerais no século XX, o Sul fundou mais instituições bancárias que a região do Centro e a Zona da Mata. Conforme o Gráfico 2,

concentrado em poucos grandes bancos, nenhum deles localizado no Sul de Minas. O banco Hipotecário e Agrícola e o banco Comércio e Indústria, ambos de Belo Horizonte, e o banco de Crédito Real, de Juiz de Fora, por exemplo, abocanhavam juntos cerca de 90% dos depósitos em conta corrente de Minas entre 1920 e 1925”.

²⁹⁷ O Banco Santaritense iniciou suas atividades em 1917 com um capital de 200\$000. Porém, em 1925 já possuía um capital de 2.000:000\$000 que dobrou no ano seguinte para 4.000:000\$000 (BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997).

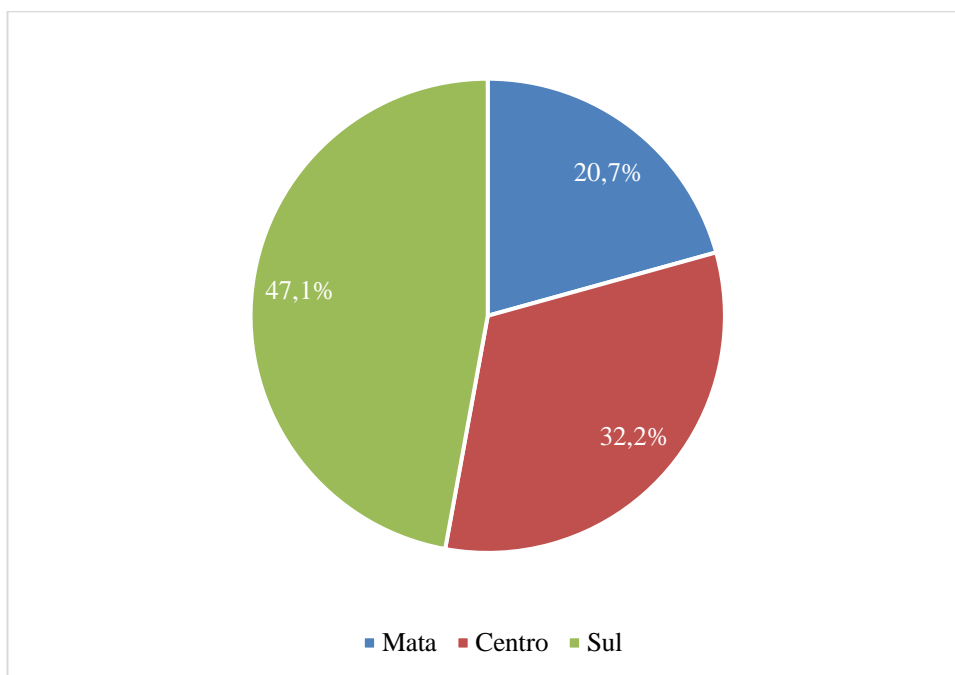
²⁹⁸ Costa, Fernando Nogueira da. *Op. cit.*, 1978.

²⁹⁹ O Banco de Itajubá iniciou suas atividades em 1939 com um capital de 5.000:000\$000, mas dobrou o valor no ano seguinte (BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997).

³⁰⁰ Optamos por apresentar os capitais do momento da constituição dos bancos por não haver dados sobre a evolução deles para todas as instituições.

entre 1909 e 1940, o Sul de Minas foi responsável por quase metade dos bancos locais fundados nessas regiões. Considerando tanto os bancos locais quanto os bancos em geral (apresentados na Tabela 19), faz-se necessário repetir a pergunta: o que explica a grande quantidade de agências no Sul de Minas?

Gráfico 2 – Bancos fundados entre 1909 e 1940: Sul, Mata e Centro



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de Cláudio Bastos (1997).

Junto a essa, outra questão importante se coloca em pauta: se as regiões economicamente mais importantes do estado eram a Mata e o Centro, por que a primeira agência do Banco do Brasil em Minas Gerais foi instalada no Sul de Minas? Recorreremos mais uma vez à produção sul-mineira para responder às questões. Já dissemos e repetimos sobre a importância que teve o café para a economia do Sul de Minas, de maneira que se faz necessário levantar outros aspectos da dinâmica econômica da região.

Em primeiro lugar, a cafeicultura precisava de liquidez, ou seja, de capital disponível, para suportar as suas atividades econômicas. Naquela época, a cafeicultura era uma das principais fontes de renda e de emprego em diversas regiões do Brasil, especialmente no Sul de Minas Gerais. No entanto, o cultivo de café requeria muito capital para a aquisição de terras, máquinas e equipamentos, insumos e mão de obra. Além disso, a cafeicultura era uma atividade de longo prazo, pois as plantas demoravam a se

desenvolver e a produzir frutos. Portanto, os cafeicultores precisavam de recursos financeiros para suportar as suas despesas antes de começarem a colher e vender a produção.

A falta de liquidez tendia prejudicar a cafeicultura, uma vez que os cafeicultores, ao não ter os recursos necessários para manter a produção, corriam risco de perder suas terras, máquinas e equipamentos, além do comprometer empregos. Ademais, a falta de capital disponível poderia dificultar o acesso dos cafeicultores ao crédito e a outras fontes de financiamento, prejudicando o seu desenvolvimento econômico. Por essas razões, a cafeicultura precisava de liquidez para garantir a sua continuidade e o seu sucesso. O crédito era fundamental para a cafeicultura poder enfrentar as suas necessidades financeiras e para investir no seu crescimento e na sua modernização.

Por isso, era imprescindível que se tivesse uma rede bancária articulada, capaz de evitar problemas como dificuldades de financiamento, cuja falta de instituições financeiras para fornecimento de empréstimos para os agricultores constituía uma barreira à expansão de suas atividades. Ao mesmo tempo, problemas de armazenamento poderiam ser resolvidos com um sistema financeiro organizado, o que facilitaria a estocagem e a distribuição de produções agrícolas, e ainda evitaria perdas e necessidade de vender produções rapidamente, o que podia resultar em preços baixos.

Uma rede bancária também sanaria a falta de investimento, que os agricultores acessariam para aplicar em melhorias na produção. Do mesmo modo, as dificuldades comerciais, em que a falta de meios de pagamento adequados tornava mais difícil para os agricultores vender suas produções e comprar insumos e equipamentos, seriam superadas com instituições financeiras para garantir transações comerciais. Com efeito, a falta de um sistema bancário articulado em uma economia agrária regional, como a do Sul de Minas, limitava o crescimento e o desenvolvimento da atividade agrícola, prejudicando o setor econômico como um todo.

Antes da chegada de bancos em uma região agrária, os agricultores geralmente precisavam recorrer a outros meios para obter empréstimos ou financiamentos. Algumas das opções incluíam sobretudo os capitalistas e as casas comissárias, como já visto, mas também muitos agricultores acionavam a seus parentes e amigos para obter financiamento, procuravam empresas comerciais ou comerciantes locais para emprestar dinheiro em troca de juros, ou ainda faziam acordos comerciais com empresas ou comerciantes, permitindo que eles adquirissem sua produção antecipadamente e pagassem por ela mais tarde, após a colheita. Outra forma eram os empréstimos com

garantia de hipoteca: os agricultores podiam hipotecar suas terras ou propriedades para obter financiamento³⁰¹.

Estas alternativas aos bancos eram geralmente mais limitadas e menos convenientes do que os empréstimos bancários modernos. Além disso, muitas vezes não forneciam tanto dinheiro quanto seria necessário, e os juros eram geralmente mais elevados. Uma rede bancária significaria uma ampla gama de serviços financeiros para os clientes, incluindo depósitos, empréstimos, transferências de dinheiro, investimentos e pagamentos. Este tipo de rede permitiria a mobilização de recursos financeiros em grande escala, possibilitando que a economia crescesse e se desenvolvesse. Uma rede bancária articulada ajudaria também a melhorar a estabilidade financeira ao distribuir o risco financeiro de forma mais equilibrada.

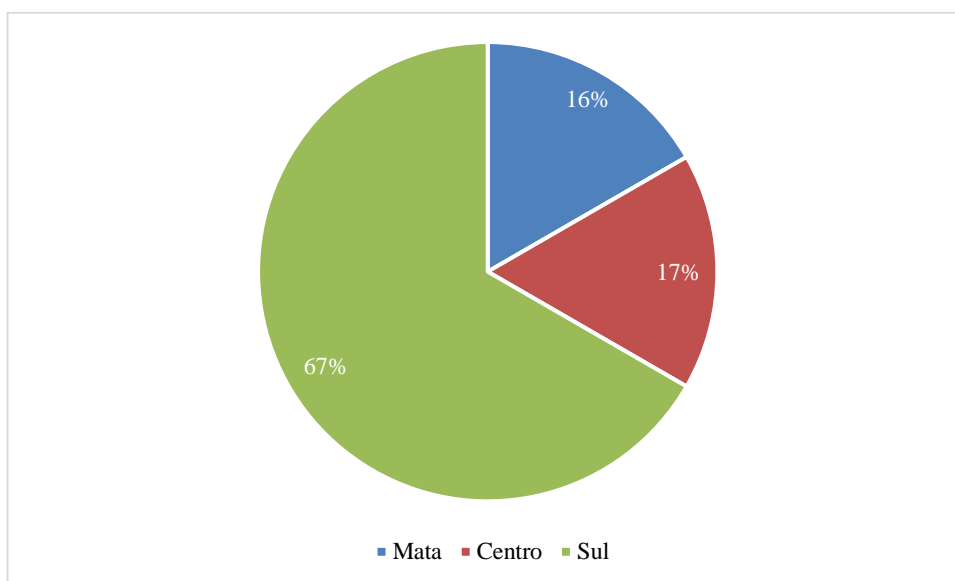
Segundo Alexis Cavicchini³⁰², “a estatização do Banco do Brasil [em 1905] e sua gradual transformação em banco central – de fato, mas não de direito – trouxeram mais segurança às instituições bancárias, estimulando a criação de novos bancos”. Este fato, aliado à necessidade de liquidez para a agricultura e ao aumento dos preços do café (consoante o Convênio de Taubaté), concorreram para a criação de novas instituições mineiras, verificadas a partir de 1909. Na primeira fase dos bancos, 12 novos estabelecimentos seriam fundados em Minas Gerais³⁰³, dos quais nada menos que 67% apenas no Sul de Minas, segundo o Gráfico 3.

³⁰¹ Sobre hipotecas, consultar MARCONDES, Renato Leite; OLIVEIRA, Lélío Luiz de. A expansão cafeeira e o financiamento hipotecário: Sudoeste de Minas Gerais e Nordeste Paulista na Primeira República. **Nova Economia** (UFMG), v. 31, p. 667-695, 2021; MARCONDES, Renato Leite. Crédito privado antes da grande depressão do século XX: o mercado hipotecário. **ESTUDOS ECONÔMICOS** (SÃO PAULO. IMPRESSO), v. 44, p. 749-786, 2014; MARCONDES, Renato Leite. Quem eram os credores? Hipotecários, depositantes e capitalistas paulistanos (1865-1930). **Locus** (UFJF), v. 20, p. 207-234, 2014.

³⁰² SIQUEIRA, Alexis Cavicchini Teixeira de. *Op. cit.*, p. 94.

³⁰³ As primeiras instituições bancárias em outra região mineira datam do ano de 1923, todas no Triângulo Mineiro: a Casa Bancária Conde, Almeida & Silva e a Casa Bancária Raul de Paula e Silva Ltda., ambas de Frutal, e a Casa Bancária de Santos, Conde & Almeida, em Araguari. Dessa forma, a totalidade dos bancos fundados na fase inicial concentra-se no Sul, na Mata e no Centro. Para consultar os bancos e as casas bancárias para os anos seguintes, ver BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Op. cit.*, 1997.

Gráfico 3 – Bancos fundados na fase inicial (1909-1920): Sul, Mata e Centro



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Cláudio Bastos (1997).

Esse crescimento também pode ser explicado pelo incentivo do governo do estado à criação de novos bancos. Costa demonstrou como os dois maiores bancos do estado funcionavam como bancos estaduais. Segundo o autor, “sem dúvidas, o que logo **salta à vista** são seus intensos relacionamentos com o estado, seja subsidiando-os, amparando-os, isentando-os, ou mesmo garantindo o pagamento de seus compromissos”³⁰⁴. Em 1919, o Banco de Crédito Real tornou-se uma instituição do governo de Minas, este detendo três quartos de seu capital. Além disso, o estado também tinha participação no Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais através de garantias dadas aos seus capitais, visando fornecer crédito às classes produtoras. Em relação a esses bancos, Costa³⁰⁵ concluiu que

o estado cumpriu em Minas Gerais um papel semelhante ao do capital comercial em São Paulo, de apropriação, centralização e diversificação do capital cafeeiro, amparando diversas atividades agrícolas (inclusive o próprio café), através dos Bancos de Crédito Real e Hipotecário Agrícola de Minas Gerais.

De acordo com a Mensagem do Presidente do Estado ao Congresso Mineiro em 1921, o governo de Minas incentivou a fundação de novos bancos e agências bancárias

³⁰⁴ COSTA, Fernando Nogueira da. *Op. cit.*, 1978, p. 42, grifo do autor.

³⁰⁵ *Ibidem*, p. 43, grifos do autor.

em seu território, isentando-os de impostos de indústria e profissão³⁰⁶. Em 1923, foi observado que a inflação da época resultou na multiplicação dos bancos e na expansão da rede bancária, cobrindo as principais praças de comércio e centros de produção do Estado. No entanto, o crescimento no crédito comercial não foi acompanhado pelo crédito agrícola³⁰⁷.

O governo, que havia criado sua Caixa Econômica num período de poucas instituições bancárias, em 1924, legou-a à iniciativa privada devido ao aumento do número de bancos. O governador Raul Soares então suspendeu a emissão de novas cadernetas nas agências e os depósitos subsequentes em bancos ou agências bancárias, planejando liquidar gradualmente as agências. Essa medida permitiria que os portadores de cadernetas transferissem seus depósitos para a Caixa Econômica Federal ou para os bancos³⁰⁸.

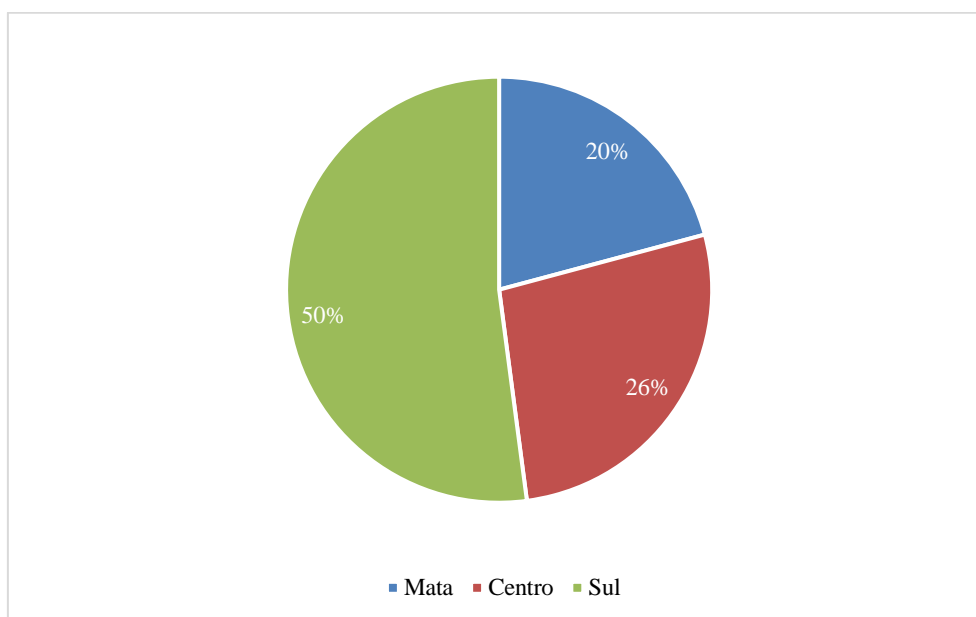
De fato, a década de 1920 constituiu na fase de expansão dos bancos, justamente porque houve um *boom* dos bancos mineiros, sobretudo no Sul de Minas. Nesta fase, além dos incentivos de Raul Soares à criação de novas instituições bancárias, os preços do café aumentaram, em vista das políticas de valorização do café, inclusive a permanente, como já mencionado. Embora a Mata nesta década produzisse mais café que o Sul de Minas, esta região verificou a criação de mais da metade dos bancos fundados nas três regiões estudadas, correspondendo à Mata apenas um quinto do total, conforme o Gráfico 4.

³⁰⁶ Esta prática não foi exclusiva do estado de Minas Gerais. Outros estados brasileiros também adotaram tal política de incentivos fiscais para atrair bancos e outras empresas financeiras, especialmente durante a chamada “República Velha” (1889-1930). Entre eles estavam São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. A ideia era estimular o desenvolvimento econômico e financeiro do país e das regiões, e os incentivos fiscais eram uma das formas de conseguir isso.

³⁰⁷ COSTA, Fernando Nogueira da. *Op. cit.*, 1978.

³⁰⁸ COSTA, Fernando Nogueira da. *Op. cit.*, 1978.

Gráfico 4 – Bancos fundados na fase de expansão (1921-1930): Sul, Mata e Centro



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Cláudio Bastos (1997).

Por esse motivo, avaliar apenas a produção cafeeira não é suficiente para explicar por que o Sul de Minas fundou mais bancos no período. Paralelamente, o incentivo à criação de novos bancos abrangeu todo o estado, o que também não esclarece a questão. Tentaremos a seguir inserir novos elementos sobre a dinâmica econômica do Sul mineiro.

O Sul de Minas era uma região abastecedora de gêneros alimentícios³⁰⁹. Mesmo quando o café passou a predominar nas paisagens da região, as culturas e a criação de animais nunca deixaram de existir, ganhando fôlego nos momentos de maior queda nos preços do café. De qualquer forma, por mais que se destaque toda a região do Sul de Minas como cafeeira, responsável por 33% da exportação de café do estado³¹⁰, havia também uma produção significativa de alimentos para atender ao mercado interno de Minas Gerais e dos centros principais de São Paulo e Rio de Janeiro.

É o caso da cidade de Três Corações, onde a primeira filial do Banco do Brasil foi inaugurada no estado de Minas, em 1916³¹¹. Segundo o *Almanak Laemmert* de 1909³¹², a

³⁰⁹ Confira no Anexo 1.

³¹⁰ Vide Tabela 8.

³¹¹ Vieira assegurou que as agências do Banco do Brasil “estenderam-se pelo Brasil, sempre em busca das regiões produtoras, com a pretensão, como já notamos antes, de ligá-las. Começa em 1908 com Manaus, centro da borracha e distante do Sul; depois as lança em Belém, Santos, João Pessoa (antiga Paraíba), Maceió, Aracaju, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Três Corações, Uberaba e Corumbá. A agência de São Paulo, como as de São Luís, Paranaíba, Natal, Ilhéus, Vitória e Juiz de Fora, só se criou em 1917”. VIEIRA, Evaldo Amaro. Considerações históricas sobre a expansão da rede bancária brasileira. **Revista de História**, [S. l.], v. 47, n. 96, p. 409-452, 1973.

³¹² *Almanak Laemmert*, 1909, p. 434.

cidade estava entre as mais importantes do Sul mineiro, caracterizada por ser grande região pastoril, com grande feira de gado. Muito provavelmente, a chegada do Banco do Brasil primeiro em Três Corações deveu-se à importante feira de gado da cidade. Em 1903, a exportação de gado *vacum* correspondia a 19% do total do estado, ficando atrás apenas do café, com 64%³¹³.

A crise no final do século XIX afetou a economia cafeeira de Minas Gerais, resultando no crescimento da indústria pecuária. Com terras antes destinadas ao café sendo usadas para a criação de gado, a pecuária começou a apresentar crescimento no início do século XX, expandindo o comércio de carne e laticínios. Uberaba, no Triângulo Mineiro, tornou-se um centro importante para o zebu, e Minas tornou-se o detentor do maior rebanho bovino do país, localizado nas regiões Sul, Triângulo, Oeste e Mata. O rebanho foi empurrado para regiões distantes dos grandes centros de consumo devido ao aumento dos custos das terras próximas. As primeiras indústrias de abate e laticínios estavam próximas aos mercados consumidores, o que resultou em rebanhos bovinos sendo forçados a longas viagens. A criação de gado foi feita em ganhos de criação, recriação e engorda em pontos geográficos estratégicos, com criação em áreas de cerrados no norte de Minas, recriação no meio caminho e internada próximo aos matadouros³¹⁴.

Como Minas não possuía matadouros frigorificados, o transporte do gado vivo, sobretudo para São Paulo, que possuía uma rede de frigoríficos bem mais desenvolvida³¹⁵, devia ser feito o mais perto da fronteira possível. Assim, o aumento de quase 300% nas exportações de gado entre 1895 e 1920 teve um impacto significativo nas regiões Sul e Triângulo do estado de Minas. Isso se deve em parte ao fato de que, nesta época, Minas já estava importando gado de Goiás e Mato Grosso e exportando para o Rio de Janeiro e São Paulo³¹⁶.

Alexandre Saes e Elton Rosa, em seu trabalho conjunto sobre a feira de gado em Três Corações, destacam que, “para o Sul de Minas, a cidade de Três Corações do Rio Verde surgia no mapa da comercialização do gado mineiro com a inauguração da Estrada de Ferro Minas e Rio na cidade em 1884”³¹⁷. Dessa forma, diante da deficiência da

³¹³ COSTA, Fernando Nogueira da. *Op. cit.*, 1978.

³¹⁴ *Ibidem*.

³¹⁵ CANO, Wilson, *Op. cit.*, 1990.

³¹⁶ COSTA, Fernando Nogueira da. *Op. cit.*, 1978.

³¹⁷ SAES, Alexandre Macchione. ROSA, Elton Rodrigo. Mercado Pontual: atuação estatal na formação da Feira de Gado de Três Corações (1900-1920). *In.*: SAES, Alexandre Macchione. MARTINS, Marcos Lobato. **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX**. Bauru, SP: Edusc, 2012, p. 249.

estrutura de transportes para os principais centros de engorda, a saber, Passos, Uberaba e Santa Rita de Cássia, a cidade de Três Corações passou a concentrar a atividade. Os autores demonstraram que a feira de gado da cidade apresentava um volume de negócio correspondente a 75.503 cabeças de gado em 1903; em 1908, o número saltou para 102.885; e em 1916, ano da chegada do Banco do Brasil, para 156.332³¹⁸.

A criação de gado leiteiro também era bastante expressiva em Minas Gerais, não à toa representou o estado com o “leite” na chamada República do Café com Leite no cenário político mineiro³¹⁹. É importante destacar que o rebanho leiteiro em Minas era concentrado principalmente nas regiões Sul, Mata, Oeste e Alto Paranaíba, na ordem de importância da produção de leite. Estas regiões faziam parte das bacias leiteiras que abasteciam os maiores centros consumidores do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte³²⁰.

A produção de suínos no início do século XX, geralmente tinha como objetivo o consumo interno, já que a carne de porco faz parte da culinária típica de Minas Gerais. No entanto, a sua exportação cresceu significativamente entre 1895 e 1920, especialmente entre 1900 e 1910. Por outro lado, a exportação de toucinho, que havia triplicado entre 1895 e 1900, decaiu e foi parcialmente substituída pela banha nas dietas brasileiras. A suinocultura estava distribuída por todo o estado de Minas Gerais, com uma maior concentração no Sul³²¹.

São muitos os trabalhos que se dedicaram a estudar a economia de abastecimento do Sul de Minas Gerais. Infelizmente, a grande maioria deles vai somente até o ano de 1920, não avançando sobre essa década. Pesquisas sobre o abastecimento da região nas décadas abarcadas neste estudo forneceriam subsídios para a compreensão da dinâmica econômica da região, que passava também pelo setor secularmente econômico sul-mineiro, que era o suprimento de alimentos para outras regiões e estados. Por ora, tentaremos indicar a relevância do setor com base nos censos de 1920.

³¹⁸ SAES, Alexandre Macchione. ROSA, Elton Rodrigo, *Op. cit.*, 2012.

³¹⁹ A República do Café com Leite foi o período político no Brasil que ocorreu entre o fim do Império e o início da República, que durou de 1889 a 1930. Esse período foi marcado por um governo conservador, tendo como base de poder a oligarquia cafeeira e ruralista, especialmente nos estados de São Paulo (café) e Minas Gerais (leite). A economia nacional se baseava na produção de café, que era a principal exportação do país, e na produção de leite, que era destinada ao mercado interno. Esse período é conhecido como a República do Café com Leite devido à importância econômica dos dois produtos. Cf: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O federalismo oligárquico brasileiro: uma revisão da “política do café-com-leite”. **Anuário IEHS**, 2001, 16: 73-90.

³²⁰ COSTA, Fernando Nogueira da. *Op. cit.*, 1978.

³²¹ *Ibidem*.

Dentre os municípios que fundaram seus próprios bancos no período analisado, segundo a Tabela 18, Arceburgo possuía produção de café em 73% dos estabelecimentos produtores agrícolas recenseados. Depois dela estava Guaxupé, com quase 69% de seus estabelecimentos agrícolas produzindo café, seguida de Monte Santo com 55%. Os dados demonstram ainda que, por mais que alguma cidade não fosse forte produtora cafeeira, ainda assim apresentava produção da rubiácea, como era o caso de Pouso Alegre, Lambari e Caxambu, com os menores índices de estabelecimentos produtores.

Em toneladas de café produzido, Monte Santo garantia o primeiro lugar, seguido de perto por São Sebastião do Paraíso e mais atrás por Machado, em terceiro. Embora esta seja uma cidade cafeeira, com forte produção da planta, pouco mais de 30% de seus estabelecimentos produtores dedicavam-se ao café, contra 70% dos estabelecimentos que produziam de arroz, 86% milho e 81% feijão. Da mesma forma, São Sebastião do Paraíso, dona do segundo lugar em produção de café, este era cultivado apenas em 45% dos estabelecimentos, enquanto 68% produziam arroz, 74,36% milho e 72% feijão.

Tabela 18 – Produção agrícola de municípios sul-mineiros, em 1920, que fundaram seus bancos entre 1909 e 1940

Municípios	Total de estab.	Café		Arroz		Milho		Feijão		Batata Inglesa		Mandioca	
		Nº estab.	Produção (t)	Nº estab.	Produção (t)	Nº estab.	Produção (t)	Nº estab.	Produção (t)	Nº estab.	Produção (t)	Nº estab.	Produção (t)
Alfenas	736	88	646,1	419	941,2	563	5.909,5	514	857,7	8	4,4	48	604,8
Andradas	576	256	2.241,0	312	685,6	492	4.752,2	402	963,6	10	16,9	157	1.279,2
Arceburgo	117	86	1.617,4	106	353,6	108	1.571,7	107	334,2	1	2,3	4	18,8
Botelhos	253	108	836,9	219	301,4	235	3.797,5	224	409,4	1	1,6	23	97,6
Cabo Verde	311	149	1.232,3	252	422,9	289	4.099,3	281	757,0	11	4,8	131	4.590,4
Campanha	247	32	636,6	183	159,5	222	1.957,3	185	170,2	4	10,9	10	218,8
Cássia	140	52	705,8	96	482,6	116	2.383,6	113	290,7	2	1,2	12	81,2
Caxambu	149	4	6,8	111	56,6	138	974,2	117	67,5	6	1,2	12	47,6
Guaranésia	469	215	3.726,0	359	626,7	423	4.651,1	396	761,9	22	37,8	45	118,4
Guaxupé	202	139	2.896,0	156	488,5	186	7.102,1	185	939,2	20	61,2	12	68,4
Itajubá	687	180	1.210,4	431	2.400,2	668	13.370,4	651	1.417,3	134	395,3	14	136,0
Lambari	436	10	13,6	358	354,6	405	24.309,0	362	235,7	21	26,0	18	116,8
Lavras	514	191	1.415,4	334	394,7	415	4.711,5	345	385,8	26	80,7	110	289,2
Machado	602	183	4.142,8	419	719,9	519	5.529,7	488	865,7	2	1,2	16	113,6
Monte Santo	708	387	8.865,2	624	2.232,0	672	7.829,4	652	1.292,6	22	27,2	80	831,2
Muzambinho	1.195	376	2.202,4	958	1.165,0	1.109	11.588,3	1.074	1.595,7	26	80,7	110	289,2
Paraguaçu	375	152	44,0	231	262,9	258	3.166,9	246	361,1	8	1,7	32	234,4
Poços de Caldas	78	12	418,2	16	42,4	49	1.048,4	35	142,4	7	17,7	3	24,0
Pouso Alegre	1.303	26	626,9	1.118	4.080,3	1.270	50.945,7	1.169	4.053,2	28	53,8	117	2.872,4
Santa Rita do Sapucaí	524	96	1.663,6	339	802,3	386	5.574,0	323	411,4	33	80,5	23	298,4
São Sebastião do Paraíso	823	370	8.039,8	565	1.095,7	612	4.877,4	595	950,3	13	10,3	92	634,4
Três Corações	288	37	150,6	138	202,7	210	1.907,0	179	170,6	4	2,7	14	62,4
Varginha	319	113	2.391,6	135	177,6	184	3.247,5	173	469,3	1	0,2	5	37,6

Fonte: Censo de 1920.

Na verdade, de todas as cidades listadas, o número de estabelecimentos produtores de café nunca superou, no ano de 1920, os dos itens alimentícios destacados na Tabela 18. Claro que isso pode refletir o fato de que os produtores produziam alimentos para sua própria subsistência. Seriam necessários dados de exportação para afirmar a participação comercial dos gêneros alimentícios. Ainda assim, a produção dos alimentos não é nada desprezível, de modo que os números apontam para certa relevância da economia de abastecimento.

No entanto, faz-se necessário ressaltar que, considerando a média, a produtividade do café era bem maior que a dos alimentos. Enquanto a média dos estabelecimentos recenseados que produziam café, para todas as cidades, era de 113 locais, com produção corresponde a 1.232 toneladas, a média dos locais que produziam arroz era de 312, mas com produção de apenas 483 toneladas. Da mesma forma, dos 323 produtores em média de feijão, a correspondência da produção equivalia a 469 toneladas. O mesmo não acontecia com o milho, cuja produtividade era maior, sendo a média de 386 produtores, cada um produzindo 4.712 toneladas.

O milho era uma cultura extremamente importante em economias predominantemente rurais, como a sul-mineira, porque a) é uma fonte valiosa de alimento para as populações locais, b) pode ser consumido *in natura* ou processado para produzir produtos como farinha de milho, amido e óleo, c) é um ingrediente importante em uma variedade de pratos culinários regionais, sobretudo o angu e, além de ser uma importante fonte de nutrição, d) o milho também é amplamente utilizado como alimento para animais, especialmente em sistemas agrícolas integrados, onde a produção de grãos é combinada com a produção de gado, aves e suínos, como a do Sul de Minas. Isso fazia do milho uma cultura importante para a economia agrícola, pois aumentava a eficiência dos sistemas de produção de alimentos, dada sua produtividade e facilidade de cultivo, e permitia que os agricultores obtivessem uma receita adicional a partir da venda de animais criados a partir do milho.

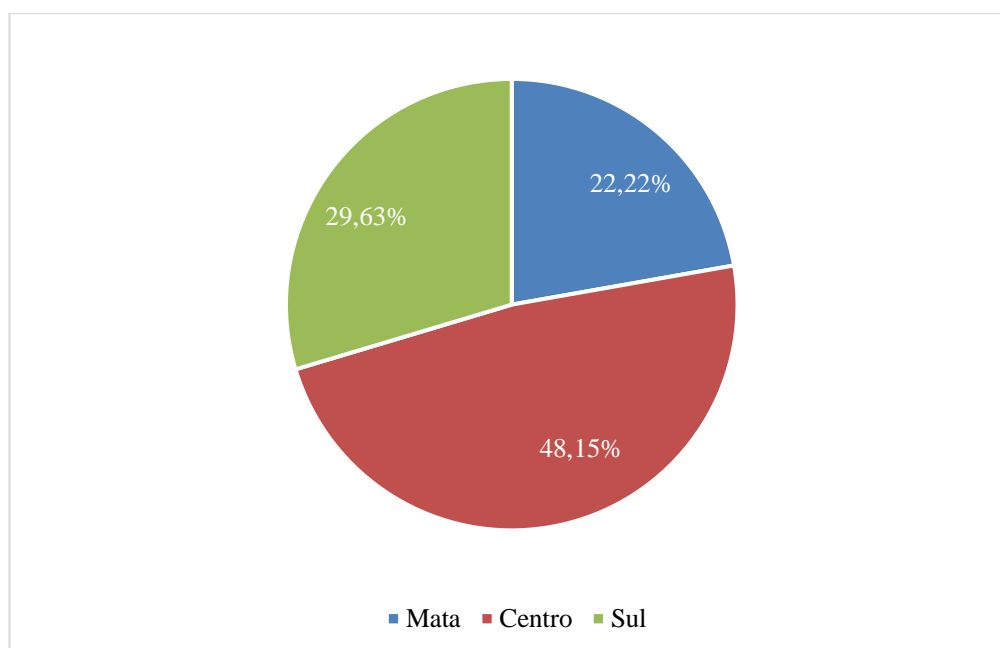
Pouso Alegre, com sua maior quantidade de estabelecimentos de produtores agrícolas, não se destacava pela produção cafeeira, mas dentre as listadas era a cidade que mais produzia arroz, milho e feijão, e a segunda cidade que mais produzia mandioca³²².

³²² Fernando Henrique do Vale tem assinalado em suas pesquisas, incluindo sua tese de doutorado, a importância do município como cidade abastecedora de víveres. Cf: VALE, Fernando Henrique do. **Economia de abastecimento em uma sociedade exportadora:** o município de Pouso Alegre/MG na transição para o século XX. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2018.

A cidade que menos possuía culturas era Poços de Caldas. Talvez por ser uma localidade turística, nacionalmente famosa por suas águas termais, a agricultura não tenha se desenvolvido tanto quanto nas demais cidades. Assim, Poços possuía um total de apenas 78 estabelecimentos produtores recenseados em 1920, dos quais apenas 12 produziam café.

Na década de 1930, Minas passou por um reajuste de sua economia, marcado especialmente pela perda relativa de importância do café, dada a redução da demanda internacional, bem como o ganho de relevância de outros produtos, como arroz, feijão, e milho, o setor industrial e o setor de criação de animais, sobretudo o de gado vacum. Ainda assim, foi a segunda região que mais fundou bancos, segundo o Gráfico 5.

Gráfico 5 – Bancos fundados na fase de desenvolvimento: Sul, Mata e Centro



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Cláudio Bastos (1997).

Contudo, como afirmamos no início, Varginha possuía, em 1936, a mesma quantidade de bancos que a capital. Tal fato demonstra que a economia da região deve ter se recuperado. Depois de Três Corações, outras cidades do Sul de Minas receberam filiais do Banco do Brasil e de outras instituições bancárias. Dentre os municípios sul-mineiros com bancos próprios no período analisado, conforme a Tabela 19, vários deles possuíam agências, inclusive de bancos paulistas, como era o caso de Guaxupé, com o Banco de São Paulo, e Poços de Caldas, com o Banco Comércio e Indústria de São Paulo. O Banco do Brasil estava presente também em Guaxupé, grande produtora cafeeira; Itajubá, cidade

industrial; Três Corações, como já vimos; e Varginha, que concentrava tantos bancos quanto Belo Horizonte. As filiais destacadas na tabela são de bancos da própria região sul-mineira.

Tabela 19 – Relação nominal das filiais dos bancos em funcionamento, em 1936, nas cidades sul-mineiras com bancos locais entre 1909 e 1940

Município	Filial
Alfenas	Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais
Cabo Verde	<i>Banco Comercial de Alfenas</i>
Cássia	Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais
Guaxupé	Banco do Brasil
	Banco de São Paulo
	Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais
Itajubá	Banco do Brasil
Lavras	Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais
	Banco Mineiro da Produção
	Banco de Crédito Real de Minas Gerais
Machado	<i>Banco Comercial de Alfenas</i>
Monte Santo	Banco de Crédito Real de Minas Gerais
Muzambinho	Banco de Crédito Real de Minas Gerais
Poços de Caldas	Banco Comércio e Indústria de São Paulo
Pouso Alegre	Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais
	<i>Banco Santaritense</i>
Santa Rita do Sapucaí	<i>Banco Sul de Minas</i>
São Sebastião do Paraíso	Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais
	Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais
	Banco Mineiro da Produção
Três Corações	Banco do Brasil
	Banco do Brasil
Varginha	Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais
	Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais
	Banco Mineiro da Produção

Fonte: Adaptado de IBGE – Sinopse Estatística do Estado de Minas Gerais, 1938.

Um memorialista varginhense registrou que, em 1915,

foi aberto nesta cidade a agência do Banco Hipotecário Agrícola. As necessidades da nossa lavoura, o movimento sempre em progressão do nosso comércio, o lugar em destaque que gozava no Sul de Minas Varginha, como centro produtor e comercial do café, vinha de longa data exigindo um estabelecimento de crédito nesta praça. É admirável, como pôde esta cidade, com uma pletera enorme de capitais, com um regurgitamento crescente de economias, com um vai e vem contínuo de transações, sustentar uma enorme circulação fiduciária sem uma casa

bancária. E este curioso fenômeno de economia, só pode ser explicado pela confiança ilimitada que gozava a praça de Varginha, pela firmeza do crédito dos nossos fazendeiros, que jogavam e moviam grandes capitais apenas com a sua palavra; transações enormes desdobravam-se neste município, sem a menor formalidade de timbre comercial. **A criação de uma agência bancária nesta cidade, foi, se assim podemos exprimir, a maior parcela lançada pelo Destino na “conta corrente” da história econômica deste município.** Pois, além de criar um magnífico instrumento de negócios, desembaraçou os nossos comerciantes e lavradores das peias estreitas e antiquadas dos capitalistas da terra³²³.

Em vista da quantidade de estabelecimentos que a cidade conheceu duas décadas depois, podemos afirmar que o memorialista estava correto.

Queremos levantar ainda um último aspecto da economia sul-mineira. No final do século XIX e início do século XX, a região Sul de Minas Gerais começou a experimentar uma intensificação de sua integração econômica com o estado de São Paulo, impulsionada pelo o aumento da produção agrícola e da industrialização, bem como a expansão das redes ferroviárias e rodoviárias. A agricultura era a principal atividade econômica da região sul-mineira, e a partir da década de 1920, a pecuária e a indústria têxtil se expandiram, conformando a economia da região, junto com a produção de café.

Além disso, a construção de estradas e ferrovias facilitou a integração econômica com São Paulo, pois permitiu o transporte de produtos agrícolas e industriais para outras regiões do país. A cidade de São Paulo, por sua vez, era o centro da indústria e da economia do estado, e a integração econômica com o Sul de Minas Gerais foi uma oportunidade para expandir sua base produtiva e aumentar sua influência econômica na região.

Costa³²⁴, por exemplo, afirmou que

A integração da economia mineira no grande mercado urbano formado pelo eixo Rio-São Paulo fez com que a economia da região sudoeste do Estado, Triângulo e Alto Paranaíba se dedicassem ao mercado de São Paulo. Também o Sul, em que a produção de laticínios se avantajou em relação a do café, ligou-se mais à economia paulista. Na verdade, a proximidade do polo de crescimento paulista fazia do Triângulo e do Sul de Minas parte natural do mercado de São Paulo, enquanto a Zona da Mata, outra região produtora importante de produtos alimentícios e têxteis, estaria integrada ao Rio de Janeiro.

³²³ RUBIÃO, Luiz José Álvares. **Álbum da Varginha**. Varginha: Casa Maltese, 1919, p. 31 e 35, grifo nosso.

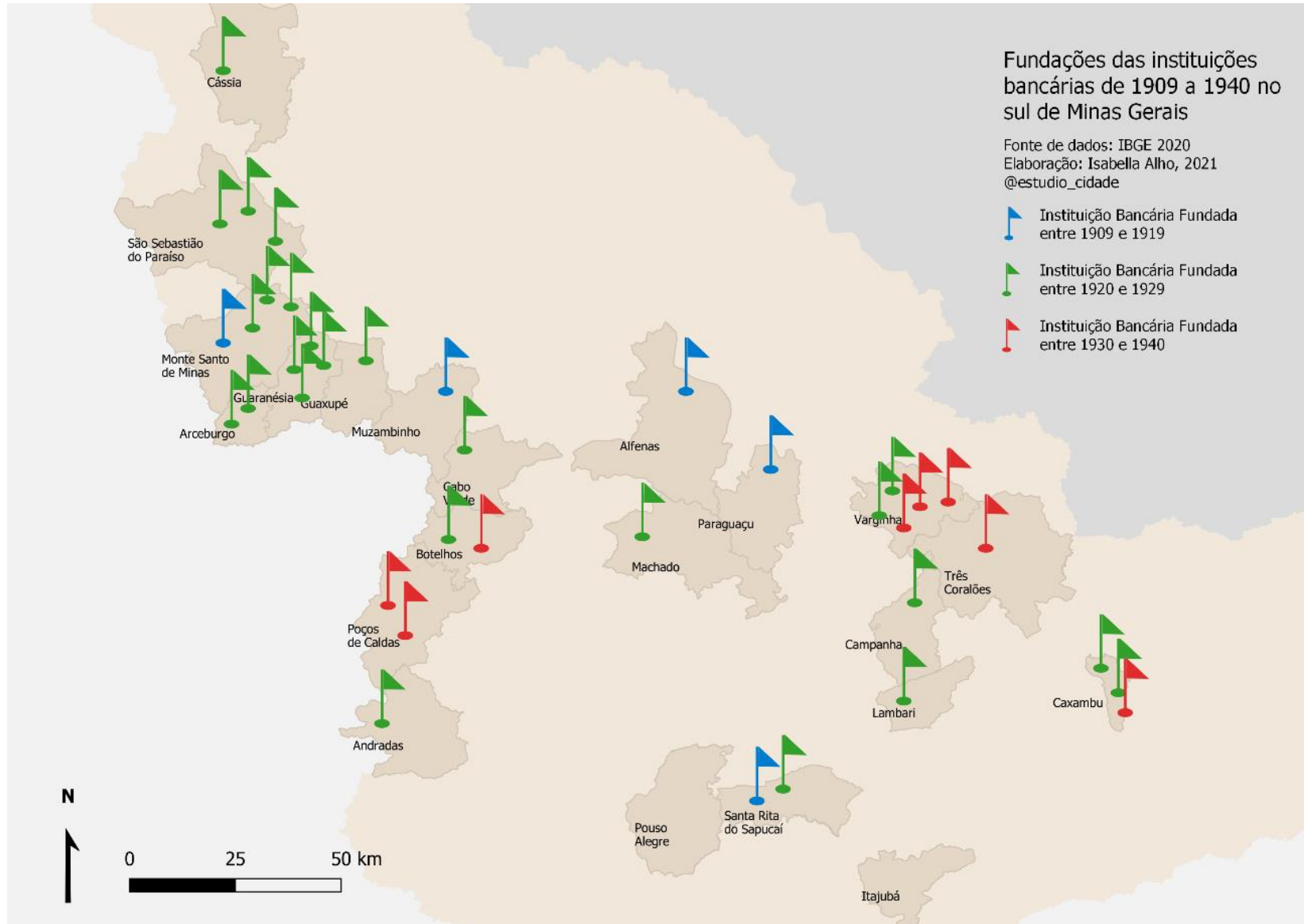
³²⁴ COSTA, Fernando Nogueira da. *Op. cit.*, 1978, p. 30.

Sem dúvida, a cidade de São Paulo era a principal capital industrial do Brasil e uma das mais importantes da América Latina. A localidade cresceu rapidamente devido à expansão da produção de café, que impulsionou a economia brasileira no período. Essa expansão econômica criou uma grande demanda por alimentos e produtos agrícolas para abastecer sua população crescente. Como resultado, a cidade tornou-se o principal mercado consumidor de produtos agrícolas do país, o que abriu oportunidades para os agricultores de outras regiões, como o Sul de Minas.

Para além da capital, a relação econômica também com a zona cafeeira, no Oeste paulista, tornou-se importante para o desenvolvimento da região, uma vez que significava acesso a um grande mercado consumidor. Os agricultores que conseguiram estabelecer essa relação comercial com o estado paulista podiam vender seus produtos a preços mais elevados e obter um lucro maior. A relação econômica também permitiu o acesso a insumos e tecnologias modernas para a produção agrícola, que eram frequentemente importados para a cidade. Dessa forma, os agricultores que estabeleciam uma relação comercial com São Paulo podiam melhorar a produtividade e qualidade de seus produtos, tornando-se mais competitivos e bem-sucedidos.

De fato, já apontamos, no Capítulo 1, a ligação direta do setor cafeeiro sul-mineiro com Santos e seu porto. Da mesma forma, identificamos que vários dos banqueiros sul-mineiros mantinham relações comerciais diversas com paulistas. Podemos concluir, portanto, que a interação econômica entre o Sul de Minas e São Paulo foi um fator importante para a dinâmica da expansão bancária na região sul-mineira. Nesse sentido, a Figura 21 expõe a disposição dos bancos sul-mineiros criados entre 1909 e 1940, concentrados em torno de Varginha (Estrada de Ferro Muzambinho) e São Sebastião do Paraíso (Estrada de Ferro Mogiana).

Figura 21 – Fundação dos bancos sul-mineiros (1909-1940)



Fonte: Elaboração de Isabela Alho, a pedido da autora, segundo dados do IBGE de 2020 e Cláudio Bastos, 1997.

Rodolpho Jacob³²⁵ assinalou que os principais produtores de café do Sul de Minas eram os municípios São Sebastião do Paraíso, Monte Santo, Guaranésia, Guaxupé e Jacutinga, na região da Estrada de Ferro Mogiana, e Varginha, Alfenas, Três Pontas e Machado, na região da Estrada de Ferro Muzambinho. De fato, a Figura 21 demonstra claramente como os bancos foram se formando, em todo o período analisado, mas principalmente na década de 1920, ao redor de Varginha ou acompanhando a linha geográfica do território paulista.

Em síntese, a expansão bancária no Sul de Minas Gerais nas décadas iniciais do século XX foi impulsionada pela conjunção dos fatores apresentados: a necessidade de liquidez para o café e uma rede bancária estruturada, o incentivo do governo do estado à criação de novos bancos, a economia de abastecimento e a relação comercial com São Paulo. Esses aspectos, aliados às ferrovias, conferiram ao Sul de Minas condições especiais que fomentaram a expansão bancária vista no período.

³²⁵ JACOB, Rodolpho. **Minas no XXº século**. Rio de Janeiro: Gomes & Irmão, 1910.

CAPÍTULO 3 – OS BANCOS, O CAFÉ E A POLÍTICA ECONÔMICA NACIONAL

A análise da política econômica pode fornecer informações relevantes sobre a situação do país, como seu desempenho financeiro, suas perspectivas de crescimento e estabilidade. Os bancos e a política econômica possuem relação direta, especialmente em contextos de crise. A política adotada pelo governo pode afetar o setor bancário, assim como o desempenho das instituições tende a influenciar a economia como um todo. Por outro lado, a situação dos bancos também impacta na política econômica. Se houver uma crise bancária com falências e dificuldades financeiras em várias instituições, poderá ocorrer uma crise sistêmica, afetando a economia como um todo e forçando o governo a adotar medidas mais drásticas para estabilizar o sistema financeiro e evitar um colapso econômico.

Dessa forma, compreender a relação entre bancos e política econômica em contextos de crise é fundamental para entender a conjuntura econômica em que os bancos operam, e os possíveis efeitos em seu funcionamento. Neste capítulo, o objetivo é compreender de forma geral a conjuntura econômica de crise do café na década de 1930, para identificar se o contexto da crise mundial da época, com suas implicações na política econômica nacional, foi o fator determinante para a falência bancária brasileira durante a Grande Depressão mundial, incluindo o Banco do Sul de Minas.

Na década de 1930, a crise do café, que se iniciou com a queda dos preços internacionais em 1929, afetou fortemente a economia brasileira, que dependia da produção e exportação desse produto. A crise internacional, desencadeada pela quebra da bolsa de Nova Iorque no mesmo ano, agravou ainda mais a situação do país. Diante desse contexto, o governo brasileiro implementou uma política econômica que buscava diversificar a economia e promover a industrialização do país. A interação entre a crise do café, a crise internacional, a política econômica e a situação dos bancos evidenciam a complexidade e a interdependência dos fatores que influenciaram a economia brasileira na década de 1930.

Os bancos tiveram um papel fundamental neste contexto. A superprodução e a queda nos preços internacionais do café levaram a uma falta de liquidez dos produtores, que não conseguiam vender seus estoques, fato que teve implicação direta na capacidade de pagamento dos empréstimos bancários, gerando um aumento nos índices de

inadimplência³²⁶. Além disso, os bancos estavam fortemente expostos ao setor cafeeiro, com uma grande quantidade de empréstimos concedidos para financiar a produção e exportação do café.

Com a crise, muitos produtores não conseguiam honrar seus compromissos financeiros, o que afetou a situação financeira dos bancos, que começaram a registrar prejuízos e enfrentar dificuldades para captar novos recursos. Como resultado, os bancos enfrentaram grandes dificuldades e tiveram que passar por processos de reestruturação para evitar a falência, gerando uma crise bancária que repercutiu ainda mais na economia brasileira. Dessa forma, a crise do café teve impactos diretos na situação financeira dos bancos e contribuiu para a instabilidade do setor bancário que atingiu o país na década de 1930.

De modo geral, a falência de um banco tende a fomentar um efeito multiplicador negativo do crédito em grande escala, no qual a carência de numerários – e, portanto, o descumprimento das obrigações monetárias – resvala em todos aqueles que estão relacionados ao banco. As consequências incluem as perdas financeiras para os acionistas do falido, quebra dos acordos bancários e até mesmo crise financeira causada por fortes contrações na disponibilidade de dinheiro³²⁷. Nesta situação, não há dúvidas de que a falta de credibilidade do banco bem como a desconfiança do público pode prejudicar a estabilidade de todo o setor bancário empenhado nessa economia.

Com efeito, a abertura de um processo falimentar de um banco geralmente causa uma corrida³²⁸ para, na tentativa de “salvar seu cabedal”, sacar recursos de bancos “saudáveis”, o que comumente é nocivo para o sistema bancário em geral³²⁹. Segundo Robert Norcross, com base em sua análise sobre a falência bancária nos Estados Unidos, a quebra de um banco, em um sistema bancário articulado, é uma crise – uma falência que se espalhará para outros bancos e instituições financeiras mesmo durante a

³²⁶ MARCONDES, Renato Leite. Malogro da fortuna: política de crédito, hipotecas e Caixas Econômicas na década de 1930. **Nova Economia**. Belo Horizonte, n.25, v. 2. maio-agosto de 2015. pp 261-288.

³²⁷ BENSTON, George J. et al. **Perspectives on Safe and Sound Banking**. Cambridge, MA: MIT Press, 1986. KAUFMAN, George J. Implications of Large Bank Problems and Insolvencies for the Banking System and Economic Policy. In: **Occasional Papers**, SM-85-3. Federal Reserve Bank of Chicago, 1985.

³²⁸ George Kaufman analisa a corrida bancária como análoga à corrida do fogo em uma sala lotada: “We immediately get up and progressively walk, jog, and finally run in panic to the nearest exit even before finding out whether it is a false alarm or how bad the fire may be. After all, it is better to be safe than sorry.” KAUFMAN, George G. Bank Runs: Causes, Benefits, and Costs. **Cato Journal**. Vol. 7, No. 3. 1988, p. 559-594, p. 559.

³²⁹ Uma analogia à condição especial que os bancos têm em relação a outros setores econômicos foi feita por Helio de Castro: a falência de uma padaria não causará nenhum dano ao mercado da panificação, mas a falência de um banco acarretará sérios prejuízos ao sistema bancário. CASTRO, Helio Oliveira Portocarrero. **As causas econômicas da concentração bancária**. Rio de Janeiro: Ibmec, 1981.

prosperidade econômica. O gatilho que acende as chamas da bancarrota ainda pode estar baseado em má administração ou fraude, mas quando os reguladores apagarem os incêndios, estes terão devastado os relacionamentos de crédito de bancos, empresas e indivíduos possivelmente ao redor do mundo³³⁰.

Contudo, as consequências da falência de uma instituição bancária de pequeno porte, em uma economia local, provavelmente serão menos graves que as de um banco com grande capital. Paul Horvitz chega a defender a ideia de que, em uma economia local, é improvável que uma falência bancária individual tenha consequências mais graves do que a falência de qualquer outra empresa com tamanho semelhante. Em outras palavras, Horvitz sugere que a quebra de um banco em uma região específica, como no Sul de Minas, não terá necessariamente um impacto maior do que o fechamento de uma empresa de porte similar na mesma região³³¹. Essa posição pode ser vista como uma relativização do papel dos bancos no sistema econômico, argumentando que eles não são necessariamente mais cruciais do que outras empresas.

A nosso ver, as consequências de uma falência bancária para uma economia regional, mesmo que nas décadas iniciais do século XX, eram geralmente mais graves do que afirmou Horvitz e podiam afetar negativamente uma ampla variedade de setores econômicos. Em primeiro lugar, em uma economia na qual a população mal utilizava os serviços bancários, a quebra de um banco local poderia ter um impacto significativo na confiança do público em relação ao sistema financeiro como um todo. Isso ocorreria porque, em uma economia em que a população não está familiarizada com os bancos e não tem muita confiança neles, a quebra de uma instituição bancária poderia levar à percepção de que todo o sistema é instável e pouco confiável.

Como consequência, poderia haver um efeito de contágio, em que outras pessoas também passariam a retirar seu dinheiro dos bancos, gerando uma crise de confiança generalizada. Desencadeando uma “corrida bancária”, aos moldes da afirmação de Kaufman, na qual os depositantes em outros bancos da região começariam a retirar seus depósitos com medo de que seus bancos também falissem, a situação poderia levar a um colapso do sistema bancário regional e criar um efeito dominó que afetaria muitos outros

³³⁰ NORCROSS, Robert W., Jr. The Bank Insolvency Came: FDIC Superpowers, the D’Oench Doctrine, and Federal Common Law. *Banking Law Journal* (July/August 1986), p. 316-356, p. 317.

³³¹ HORVITZ, Paul M. Stimulating Bank Competition Through Regulatory Action. *Journal of Finance*, March, v 20, n. 1. 1965, 1-13.

setores da economia. Isso poderia desencadear implicações negativas de longo prazo sobre o crescimento econômico, a estabilidade financeira e a confiança pública.

Em segundo lugar, é preciso destacar que a falência de um banco, mesmo que local, geralmente levaria a uma perda significativa de depósitos de clientes, o que poderia causar uma escassez de crédito na economia regional afetada. Além disso, a falência de uma instituição bancária tende a ter efeitos negativos sobre a economia local, caso o estabelecimento tenha sido um importante provedor de crédito para empresas e indivíduos da região. Isso, por sua vez, poderia dificultar o financiamento de investimentos pessoais e, especialmente, em projetos diversos dos setores rural, comercial e industrial, como era o caso do Sul de Minas no período estudado.

No âmbito rural, setor economicamente mais dinâmico do Sul de Minas, as consequências de uma falência bancária poderiam ser particularmente graves, uma vez que essas economias frequentemente dependiam do crédito bancário para financiar a produção, a compra de insumos, equipamentos e outros gastos necessários para manter as operações. A falência de um banco acarretaria a escassez de crédito, dificultando a obtenção de empréstimos pelos agricultores e pecuaristas, o que prejudicaria a aquisição dos bens essenciais para a sua produção. Do mesmo modo, a falência bancária poderia afetar a cadeia produtiva em outras indústrias relacionadas, que dependiam do fornecimento regular de matérias-primas e em quantidade suficiente, bem como do comércio, que certamente cuidaria da negociação desses produtos.

José Rodrigues da Silva³³² concluiu, com base nos vários documentos oficiais dos Estados Unidos, que as causas das falências bancárias internas, para aquele país, verificadas entre 1921 e 1929, concentraram-se em ações administrativas das instituições, como:

- 1) um grande volume de empréstimos de retornos duvidosos, lentos ou vencidos;
- 2) grandes empréstimos para funcionários ou diretores do próprio banco;
- 3) fraudes ou “maquiagens”;
- 4) empréstimos em excesso para negócios com os quais funcionários ou diretores do banco tinham ligação;
- 5) em geral, uma administração muito pobre, inepta.

³³² SILVA, José Rodrigues. **A descontinuidade em banco comercial privado nacional um estudo de caso: O COMIND**. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Estudos Contábeis, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1990, p 22 e 23.

Entre os motivos externos para as falências, no mesmo período, foram citados:

- 1) retiradas de depósitos em grande quantidade;
- 2) grandes desvalorizações de investimentos em títulos;
- 3) falência de outro banco onde se mantinha grande volume de negócios;
- 4) falência de um grande devedor.

Joseph Sinkey³³³, um dos principais pesquisadores sobre o tema de falências bancárias nos Estados Unidos, coletou dados sobre os bancos que faliram entre 1865 e 1933, bem como sobre as características financeiras e operacionais desses bancos antes de sua falência. A análise de Sinkey revelou, em síntese, que as causas mais comuns de falência bancária naquele país eram o empréstimo inadimplente e a má administração bancária. Ele também descobriu que os bancos com menos de US\$ 100 milhões em ativos eram mais propensos a falir do que os bancos maiores.

Uma das principais razões estava no fato de que esses bancos menores muitas vezes eram mais dependentes de empréstimos de pequenas e médias empresas, que tinham maior probabilidade de inadimplência durante as crises econômicas. Além disso, bancos menores podiam ter menos recursos e menos diversificação em seu portfólio, o que os tornava mais vulneráveis a riscos, como falência de grandes clientes, empréstimos não pagos e outros eventos que poderiam afetar adversamente sua posição financeira.

Outra razão é que os bancos menores tinham menos economias de escala em comparação com bancos maiores, o que significa que seus custos operacionais e regulatórios poderiam ser relativamente mais altos. Esses custos mais elevados tenderiam a reduzir sua capacidade de gerar lucros e de competir com bancos maiores. Ao mesmo tempo, a pesquisa de Sinkey mostrou que os bancos com níveis mais altos de capitalização e liquidez eram menos propensos a falir. Ele também concluiu que a supervisão regulatória rigorosa poderia ajudar a prevenir a falência bancária³³⁴.

Nesse sentido, a crise bancária da década de 1930 marcou um momento de instabilidade financeira que afetou não apenas instituições bancárias individuais, mas o sistema financeiro como um todo. A compreensão desse evento histórico requer uma análise mais profunda das interconexões entre os diferentes elementos do sistema financeiro e como a falência de uma instituição pode ter efeitos em cascata em outras.

³³³ SINKEY, Joseph F., Jr. **Problem and Failed Institutions in the Commercial Banking Industry**. Connecticut: JAI Press Inc., 1979.

³³⁴ Cf: Ibidem, 1979.

Neste contexto, as falências bancárias não podem mais ser vistas como eventos isolados, mas como parte de um fenômeno maior que afetou a estabilidade financeira em todo o sistema bancário. Portanto, é fundamental que se entenda as causas e consequências da crise bancária de forma integrada e abrangente, levando em conta o impacto que uma falência bancária pode ter em outras instituições financeiras e na economia como um todo.

Para o Sul de Minas, entre os bancos fundados nas primeiras décadas do século XX, várias instituições bancárias deixaram de existir. Será que o motivo se deve ao fato de serem, na maioria das vezes, instituições pequenas, passando pelos problemas descritos por Sinkey? Será que estes bancos fecharam as portas por inépcia de suas administrações ou por causas externas, conforme verificou Silva? A verdade é que os dados dos quais dispomos não nos permitem afirmar nenhuma causa ou efeito para os destinos dos bancos sul-mineiros estabelecidos no recorte temporal proposto.

Embora nosso objetivo seja identificar as origens da falência do Banco do Sul de Minas, que é o nosso objeto de estudo, ao sistematizar as informações sobre as instituições bancárias fundadas nessa região no período em questão, observamos que das 41 existentes, apenas 25 têm seus destinos conhecidos³³⁵, conforme a Tabela 20 e a ilustração da Figura 22. Como já exposto, o Sul de Minas foi a região mineira que mais inaugurou novos bancos entre 1909 e 1940. Dentre estes, 8 extinguiram-se na década de 1920, 17 na década de 1930 e os demais nos anos posteriores:

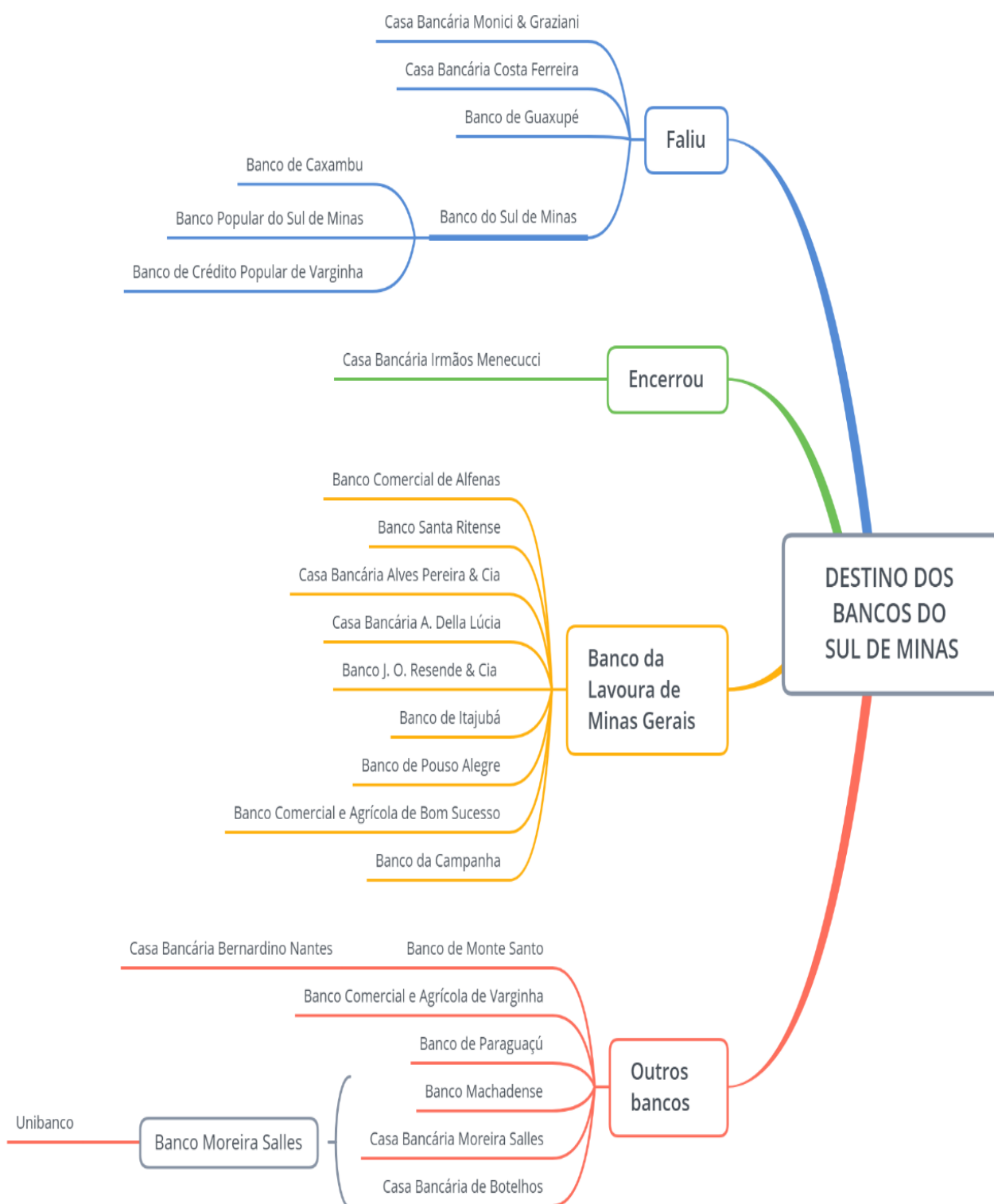
³³⁵ Para vários bancos, consta o ano apenas da última notícia que se tem da instituição.

Tabela 20 – Bancos do Sul de Minas fundados entre 1909 e 1940 consoante ano de encerramento

Instituições Bancárias	Sede	Fundação	Capital	Fim
Casa Bancária Odilon Freire	Guaranésia	1913	100:000\$000	1925
Casa Bancária Costa Ferreira	Arceburgo	1923		1925
Banco de Varginha	Varginha	1925	1.200:000\$000	1926
Banco Comercial e Agrícola A. C. Pinho	São Sebastião do Paraíso	1924	1.000:000\$000	1927
Banco Popular de Sul de Minas	Santa Rita do Sapucaí	1924	500:000\$000	1927
Casa Bancária Nunes & Melo	Caxambu	1926	100:000\$000	1928
Banco de Guaxupé	Guaxupé	1909	300:000\$00	1929
Banco de Arceburgo	Arceburgo	1924	200:000\$000	1930
Casa Bancária Monici & Graziani	Andradas	1924	50:000\$000	1931
Banco de Crédito Popular de Varginha	Varginha	1931		1932
Banco de Caxambu	Caxambu	1928	229:200\$000	1933
Banco Comercial e Agrícola de Bom Sucesso	Bom Sucesso	1928	200:000\$000	1934
Casa Bancária Alves Lima	Monte Santo de Minas	1924	1.000:000\$000	1935
Banco Comércio e Lavoura de Muzambinho	Muzambinho	1914	700:000\$000	1935
Banco de Cabo Verde	Cabo Verde	1924	350:000\$000	1935
Banco J. O. Resende	São Sebastião do Paraíso	1922	750:000\$000	1937
Banco do Sul de Minas	Varginha	1932	500:000\$000	1937
Banco Santaritense	Santa Rita do Sapucaí	1917	200:000\$000	1937
Banco da Campanha	Campanha	1927	550:000\$000	1938
Banco de Pouso Alegre	Pouso Alegre	1928	501:000\$000	1938
Banco Comercial de Alfenas	Alfenas	1918	500:000\$000	1939
Casa Bancária de Botelhos	Botelhos	1922	100:000\$000	1939
Casa Bancária Moreira Salles	Poços de Caldas	1931	300:000\$000	1940
Banco Machadense	Machado	1921	200.000.000	1940
Banco de Botelhos	Botelhos	1939	2.000:000\$000	1940
Banco de Paraguaçu	Paraguaçu	1919	150:000\$000	1942
Banco Comercial e Agrícola de Varginha	Varginha	1925	5.000:000\$000	1943
Banco de Monte Santo	Monte Santo de Minas	1918	1.000:000\$000	1945
Casa Bancária Irmãos Menicucci	Lavras	1932	400:000\$000	1945
Casa Bancária A. Della Lúcia	Três Corações	1932	250:000\$000	1946
Banco de Itajubá	Itajubá	1939	5.000:000\$000	1958
Casa Bancária Alves, Pereira	Guaranésia	1914	500:000\$000	1959
Banco Moreira Salles	Poços de Caldas	1940	6.000:000\$000	1967
Casa Bancária Campos Lima	Guaranésia	1921	300:000\$000	
Casa Bancária Ferreira Alves	Guaxupé	1922	500:000\$000	
Casa Bancária Lima, Bernardes, Forli	Monte Santo de Minas	1922	300:000\$000	
Casa Bancária Tavares Monteiro	Guaranésia	1925	600:000\$000	
Banco de Cássia	Cássia	1925	500:000\$000	
Casa Bancária Bernardino Nantes	Monte Santo de Minas	1927		
Banco Comercial e Agrícola	São Sebastião do Paraíso	1927		
Banco de Águas Virtuosas	Lambari	1929		

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de Cláudio Bastos (1997).

Figura 22 – Destino dos bancos do Sul de Minas, 1909-1940



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de Cláudio Bastos (1997).

Destes, 7 acabaram sendo incorporados ou tornaram-se outros bancos sul-mineiros do mesmo período (1909-1940). Dos 18 que sobraram, a metade, 9, foram absorvidos apenas pelo Banco da Lavoura de Minas Gerais, ao passo que 4 foram

encampados por outros bancos. Apenas 4 bancos faliram de fato (entre eles o Banco do Sul de Minas), sendo 3 deles na década de 1930 e 1 na de 1920. O último simplesmente encerrou suas atividades, mas somente em 1945³³⁶.

Embora a crise do café tenha afetado profundamente a economia brasileira na década de 1930, não ocorreram liquidações generalizadas de instituições financeiras do Sul de Minas. Alguns teóricos afirmam que a solidez do sistema bancário brasileiro deve-se à regulação que foi implementada especialmente na década anterior à recessão mundial. Neste sentido, é importante discutir as políticas de regulação bancária, bem como a crise de 1929, abordadas nas próximas seções. O objetivo é analisar como esses aspectos se relacionam com as políticas de valorização do café e o problema cafeeiro, que foram fatores importantes na conjuntura econômica do período.

Deste modo, primeiro discutimos sobre a regulação bancária e a valorização do café no intuito de entender a solidez do sistema financeiro brasileiro na década de 1930, diante da crise do café e da recessão mundial. As leis e regulamentações bancárias foram decisivas para a solidez dos bancos brasileiros diante das turbulências econômicas, especialmente na década anterior à recessão mundial. Violações dessas leis e regulamentações poderiam levar a sanções e multas, além de prejudicar a reputação do banco. Por outro lado, a valorização do café foi uma política que teve forte impacto na economia brasileira e nas instituições financeiras, sendo um dos principais fatores que levaram à crise do café. Discutir a relação entre regulação bancária e valorização do café é essencial para uma análise mais completa e contextualizada da economia brasileira na década de 1930.

Em seguida, interessa-nos a questão da crise de 1929 e do problema do café, porque tiveram efeitos na economia brasileira, em especial na economia cafeeira do Sul de Minas. A crise do café no Brasil teve relação direta com a crise internacional, uma vez que as políticas de valorização do café adotadas pelo governo brasileiro na década de 1920 contribuíram para a fragilidade da economia cafeeira e para a crise que se seguiu³³⁷.

³³⁶ O encerramento das atividades de um banco pode ocorrer por diversos motivos, como decisão estratégica da própria instituição, fusão com outro banco, venda ou liquidação de ativos, entre outros. No entanto, em alguns casos, o encerramento pode ser decorrente de uma falência, ou seja, quando o banco não é mais capaz de cumprir com suas obrigações financeiras e não tem recursos suficientes para pagar seus credores. Neste caso, a falência pode ser decretada por um juiz e o banco será liquidado para pagar suas dívidas. Vale ressaltar que a falência é um processo complexo e regulado por leis específicas, e que nem todo encerramento de atividades de um banco significa que ele faliu.

³³⁷ Cf: VILLELA, Aníbal Vilanova e SUZIGAN, Wilson. *Op. cit.*, 1978.

Portanto, a análise da relação entre a crise de 1929 e o problema do café é fundamental para entender a conjuntura econômica da década de 1930 no Brasil.

Por fim, as políticas econômicas implementadas pelo governo de Getúlio Vargas na década de 1930 promoveram o enfrentamento à crise mundial e à crise do café. A criação do Departamento Nacional do Café buscou estabilizar os preços do café e ampliar a renda dos cafeicultores, importante setor da economia brasileira. Discutir a política econômica de Vargas é fundamental para compreender os caminhos percorridos pela economia brasileira na década de 1930, especialmente no que diz respeito às finanças. Este é o tema, então, da última seção. De forma geral, deteremos-nos sobre as políticas econômicas de Vargas em relação à moeda, ao crédito e aos bancos, abrangendo também as duas medidas citadas como possíveis causas de falência bancária³³⁸: a Lei da Usura e a Lei do Reajustamento Econômico.

3.1 – Políticas de valorização do café e regulação bancária

A regulação bancária é um importante mecanismo de prevenção de falências de bancos, pois estabelece um conjunto de regras, procedimentos e limites para as atividades bancárias, visando a estabilidade e a segurança do sistema financeiro como um todo. Isso inclui medidas para prevenir e gerenciar riscos, como a exigência de reservas mínimas, limites de exposição a determinados setores ou tipos de investimentos, restrições a práticas de empréstimo arriscadas, entre outros. A regulação também estabelece requisitos para a gestão interna dos bancos, como a necessidade de controles internos efetivos e sistemas de monitoramento de riscos.

A supervisão regulatória rigorosa, que inclui inspeções periódicas e avaliações contínuas dos bancos, é essencial para garantir o cumprimento destas regras e para detectar precocemente qualquer indício de problemas ou riscos elevados. Desta forma, a regulação bancária pode ajudar a prevenir a falência, pois ela reduz a probabilidade de um banco assumir riscos excessivos e não gerenciados, além de garantir que estas instituições estejam preparadas para enfrentar eventuais perdas. Quando os bancos

³³⁸ O Relatório de Falência do Banco do Sul de Minas cita especificamente essas duas leis como promotoras da falência da instituição, como veremos no Capítulo 5.

operam de forma segura e estão sujeitos a uma supervisão rigorosa, é menos provável que ocorram crises bancárias e financeiras.

Contudo, a prática da regulação bancária não é consensual na literatura econômica. Autores contrários à presença mais efetiva do governo defendem um sistema bancário minimamente controlado pelas autoridades monetárias. Eles argumentam que a adoção de liberdade bancária não determinou nenhum nível anormal de instabilidade para o sistema³³⁹. Eles advogam por um sistema de liberdade bancária no qual o mercado se auto regulamentaria no longo prazo, trazendo maior eficiência alocativa e impulsionando o crescimento das atividades produtivas³⁴⁰.

Para Ana Paula Chavantes³⁴¹, o que se pode constatar é o fato de que “suas teorias não têm respaldo nos acontecimentos históricos. A posição [contrária à regulação bancária] não se coaduna com a realidade observada ao longo da trajetória do sistema bancário nacional e internacional”. A falta de regulamentação no sistema financeiro trouxe disfunções à atividade bancária, que foram resolvidas com a implementação de sistemas regulatórios pelo governo. Embora políticas econômicas liberais pareçam ser mais adequadas para promover a eficiência alocativa dos recursos, o *laissez-faire* pode causar danos irreparáveis ao sistema bancário e econômico em países sem uma consolidação efetiva.

Durante a Primeira República, a regulação bancária desempenhou um papel fundamental na produção de café. Os produtores precisavam de crédito para investir em suas lavouras e manter suas atividades, o que tornava a regulação bancária fundamental para o financiamento da produção. Assim, as políticas de valorização do café e a

³³⁹ É o caso por exemplo, de CASTRO. Helio Oliveira Portocarrero. *Op. cit.*, 1981.

³⁴⁰ Essa defesa tem sua gênese na ideia da “mão invisível” de Adam Smith, que, em termos gerais, alegava haver uma mão invisível, que alocava os recursos da melhor forma possível. Adam Smith afirmou que o auto interesse teria uma função social importante, capaz de promover uma cooperação invisível. Smith chamou essa cooperação de “mão invisível”. Existe alguma força natural mais poderosa do que a “mão invisível” de Deus para redirecionar o egoísmo individual para o bem-estar coletivo da sociedade? De acordo com a teoria de Adam Smith, a “mão invisível” é um reflexo da intervenção natural do mercado na economia, regida pela lei da oferta e da procura. Em outras palavras, a economia funciona melhor quando é livre de intervenção governamental, permitindo que o mercado se ajuste automaticamente. Assim, uma “mão invisível” regula o mercado, permitindo que os preços sejam determinados de acordo com as necessidades do próprio mercado. No entanto, conforme declarou o próprio Smith, os capitalistas conformam “uma categoria de pessoas cujo interesse jamais coincide exatamente com o do povo, as quais geralmente têm interesse em enganá-lo e mesmo oprimi-lo e que, conseqüentemente, têm em muitas oportunidades tanto iludido quanto oprimido esse povo” (SMITH, 1996, v. I, p. 273). O pensamento de Smith, portanto, apresenta uma grande contradição, visto que a falta de harmonia social decorrente da opressão de uma classe sobre a outra contradiz a ideia de que a “mão invisível” funcione tão bem quanto o autor afirma. SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 2 v.

³⁴¹ CHAVANTES, Ana Paula. *Op. cit.*, 2004, p. 135.

regulação bancária foram instrumentos importantes para o desenvolvimento da economia brasileira durante a Primeira República. Estas políticas permitiram que o Brasil se consolidasse não apenas como o principal produtor e exportador de café do mundo, como formador de preço internacional, garantindo uma boa fonte de receita para a economia do país.

Desse modo, a análise da regulamentação bancária à luz das políticas de valorização do café no Brasil contribui para a compreensão do desenvolvimento econômico do país durante a Primeira República. As políticas de valorização do café, que incluíam a regulação da produção, comercialização e exportação do produto, foram importantes instrumentos para estabilizar os preços e garantir uma fonte estável de receita para o país. Ao mesmo tempo, a regulação bancária era essencial para o financiamento da produção de café, uma vez que os produtores precisavam de crédito para investir em suas lavouras. Portanto, a análise da regulamentação bancária no contexto das políticas de valorização do café permite entender como essas políticas foram implementadas e quais foram as consequências para a economia brasileira.

Para entender as políticas de valorização do café e a regulação bancária que ocorreram durante a Primeira República, é importante considerar o contexto econômico do final do século XIX. Neste período, a economia cafeeira estava sujeita a flutuações significativas nos preços internacionais, o que resultou em ciclos de crescimento e recessão econômica no Brasil. Portanto, mesmo que anteceda o período específico de análise, entender a economia do final do século XIX é fundamental para contextualizar as políticas de valorização do café e a regulação bancária que ocorreram durante a Primeira República no Brasil.

Logo após o fim do regime imperial, então, o país vivenciou uma fase de euforia econômica. Rui Barbosa, o primeiro ministro da Fazenda da era republicana, implementou a Lei Bancária de 1890, visando ampliar a rede bancária e consolidar os bancos de emissão já autorizados pelo Visconde de Ouro Preto em 1888. O objetivo era expandir o crédito para alavancar a economia, atendendo à grande demanda dos cafeicultores por numerário e fornecendo os recursos necessários para a constituição, ampliação e diversificação das demais atividades produtivas do país. Em apenas um ano de experiência republicana, o capital total dos bancos aumentou em 47%. Somente no ano de 1890, foram criados no Rio de Janeiro 316 bancos e companhias³⁴².

³⁴² Fontenla, Vicente Paz de. *Op cit.*, p. 33.

No entanto, a maioria das novas instituições financeiras tinha laços de extrema dependência com os bancos emissores e se dedicava principalmente a operações especulativas com títulos de empresas fantasiosas. A fração dos estabelecimentos bancários no total do capital das sociedades anônimas ascendeu de 29% para mais de 42%, entre 1889 e 1890³⁴³. Essa política inflou uma espantosa bolha especulativa com graves consequências, como o rápido aumento da inflação e a grande desvalorização da moeda nacional em relação à libra esterlina, sua principal referência cambial na época. Este movimento ficou conhecido como “Encilhamento”. No ano seguinte, bancos e empresas quebraram e Rui Barbosa deixou o Ministério em janeiro de 1891³⁴⁴.

Embora a Lei Bancária de 1890 tenha sido considerada por muitos autores como branda na questão da falência³⁴⁵, essa lei representou um marco na história do sistema bancário do país, pois foi a primeira a regulamentar o setor financeiro³⁴⁶. A regulação bancária no Brasil foi influenciada pelas mudanças econômicas e políticas do país, e a falta de mecanismos adequados de financiamento na cafeicultura foi um problema que surgiu logo após a promulgação da Lei Bancária de 1890. Ainda que a cafeicultura tenha enfrentado a falta de crédito bem antes disso, a dependência em relação à especulação e a falta de financiamento adequado eram graves problemas para os produtores de café. Eles frequentemente eram obrigados a vender seus estoques rapidamente para pagar as contas da colheita.

Esta situação gerou discussões sobre a necessidade de reformas na regulação bancária, visando proteger os produtores e garantir o financiamento adequado para o setor. A partir de 1896, a falta de mecanismos apropriados de financiamento era apontada

³⁴³ Schultz reproduziu parte de uma matéria do *Rio News*, escrita em 30 de setembro de 1889, cuja eloquência assinalava que “Não só a moda por novos bancos ultrapassou todos os limites razoáveis, mas mesmo os bancos antigos pegaram a febre e estão na corrida para aumentar seus capitais e ampliar suas obrigações. Além das novas transações especulativas, que interessam mais aos corretores do que aos bancos, não podemos ver como os negócios aqui tenham aumentado tanto assim [...]. Vemos companhias gigantescas organizadas para fabricar sabão, fazer velas, forjar pregos, produzir botões e fazer todo tipo de coisas boas o bastante em si mesmas, mas que seriam mais bem produzidas, sem dúvidas, por pequenas companhias com pequenos investimentos de capital. O absurdo dos projetos não preocupa o especulador, contudo, e ele subscreve grandes quantidades de capital, sem um vintém no bolso, com tanta vontade como se grandes dividendos estivessem para ser pagos”. SCHULZ, John. *Op. cit.*, p. 162.

³⁴⁴ Cf.: CHAVANTES, Ana Paula. *Op. cit.*, 2004, p. 13.

³⁴⁵ Cf.: MARCONDES, Renato Leite; HANLEY, Anne G. Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901). *Estudos Econômicos* (São Paulo), 2010, 40: 103-131.

³⁴⁶ Sobre a Lei Bancária de 1890, Cf.: GUIMARÃES, Mário Mazzei, RIBEIRO, Benedito. **História dos bancos e do desenvolvimento financeiro do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Pro-Service, 1967; FRANCO, Gustavo H. B. A primeira década Republicana. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. 13 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990. MARCONDES, Renato Leite; HANLEY, Anne G. *Op. cit.*, 2010. SIQUEIRA, Alexis Cavicchini Teixeira de. *Op. cit.*, 2007.

como uma das principais razões para a dependência da cafeicultura em relação à especulação. Alegava-se que os adiantamentos concedidos por comissários aos cafeicultores nem sempre eram favoráveis e, ainda mais preocupante, eram restritos em momentos de retração e crises, quando os produtores eram obrigados a vender rapidamente seus estoques para pagar as contas da colheita³⁴⁷.

A implementação da Lei Bancária de 1890 marcou o início da regulamentação do setor financeiro no Brasil. Entretanto, a dependência da especulação no setor cafeicultor foi apontada como resultado da falta de mecanismos adequados de financiamento. Enquanto os presidentes Floriano Peixoto e Prudente de Moraes encontraram dificuldades na restauração das finanças nacionais no final do século XIX, Campos Sales triunfou graças à sua política econômica. Ao assumir a presidência em 1898, Campos Sales nomeou Joaquim Murinho como ministro da Fazenda. Ele aumentou a arrecadação sobre as importações, introduziu o imposto sobre a circulação de produtos nacionais e arrendou ferrovias do governo para empresas privadas.

Embora essas ideias não fossem novas, Murinho teve sucesso em implementá-las em face da oposição. Isso permitiu que ele continuasse a deflação iniciada por seu antecessor, Prudente, e reduzisse a quantidade de dinheiro em circulação de 733 mil em 1898 para 675 mil contos em 1902. O sucesso dessas reformas se deveu, em parte, ao aumento da demanda por café, principal produto de exportação do país, em virtude da melhoria da situação econômica nos Estados Unidos e à descoberta de novas fontes de ouro em todo o mundo³⁴⁸.

A política de austeridade fiscal implementada por Murinho, como visto anteriormente, teve um impacto significativo na situação do câmbio no final do século XIX. Na época, o país enfrentava uma crise financeira e uma grande dívida externa, o que levou Murinho a implementar medidas de austeridade, como a redução dos gastos públicos e o aumento de impostos. Isso teve como objetivo equilibrar as finanças do país e reduzir a dependência de empréstimos externos. No entanto, essas medidas também tiveram um impacto negativo na economia do país.

A redução dos gastos públicos afetou negativamente a atividade econômica e a arrecadação de impostos, enquanto o aumento dos impostos reduziu o poder de compra da população e a demanda por produtos importados. Esses fatores contribuíram para uma

³⁴⁷ FRANCO, Antonio de Lacerda. **Estudos sobre a aplicação da mutualidade ao crédito rural e agrícola no Brasil**. São Paulo: Editora Spindola, 1900.

³⁴⁸ SCHULZ, John. *Op. cit.*, p. 219.

queda no valor da moeda brasileira, o que dificultou ainda mais o pagamento da dívida externa e atraía investimentos estrangeiros para o país. Portanto, a política de austeridade fiscal de Murinho teve um impacto negativo na situação do câmbio no final do século XIX.

As consequências da política de saneamento monetário de Joaquim Murinho, implementadas na virada do século XIX para o XX, sobretudo na praça financeira do Rio de Janeiro, geraram dificuldades para as instituições financeiras e para a economia como um todo. Esta política buscava combater a inflação e estabilizar o valor da moeda, mas teve como efeito colateral a restrição do crédito. Como resultado, ocorreu uma crise bancária em 1900, com várias falências de bancos nacionais e estrangeiros na praça do Rio de Janeiro. Assim, é possível estabelecer uma relação direta entre a política de saneamento monetário de Murinho e as falências bancárias da crise de 1900, indicando que as medidas de estabilização monetária nem sempre têm efeitos positivos imediatos sobre a economia e podem gerar instabilidade e crises setoriais.

Diante deste cenário, a predominância de bancos estrangeiros no Brasil, levantou questionamentos sobre sua contribuição para o desenvolvimento interno do país. De fato, a crise bancária na praça do Rio de Janeiro, precipitada pela política deflacionista de Murinho, “considerava uma dádiva a predominância de bancos estrangeiros no Brasil, pois seriam ‘a vanguarda do investimento externo’ e facilitariam as exportações. Contudo, pouco faziam pelas atividades domésticas”³⁴⁹. De modo geral, os bancos estrangeiros não favoreciam as atividades domésticas, o que refletia a dependência externa da economia brasileira.

Desta forma, a crise bancária e financeira na passagem do século XIX para o XX no Brasil deveu-se à restrição monetária que causou dificuldades financeiras em várias instituições, especialmente nacionais. O recém-criado Banco da República teve problemas e precisou de intervenção do governo. Como resultado, o Banco do Brasil foi criado em 1905 como uma empresa mista, com a União como maior acionista. Este novo banco expandiu significativamente seus negócios, bem como o setor bancário como um todo, incluindo bancos estrangeiros. A criação do Banco do Brasil marcou uma nova etapa na evolução do sistema financeiro brasileiro³⁵⁰.

³⁴⁹ COSTA, Fernando Nogueira da; DEOS, Simone Silva de. Reflexões sobre o financiamento na economia brasileira. *Análise Econômica*, v. 20, n. 38, 2002, p. 30.

³⁵⁰ TRINER, Gail. **Banking and economic development: Brazil, 1889-1930**. New York: Palgrave, 2000.

Segundo Delfim Netto, “este período registra o que constitui as origens de todo o problema cafeeiro que vivemos” na primeira metade do século XX³⁵¹. O autor explicou que, no intervalo entre 1890 e 1894, o mercado cafeeiro no Brasil se manteve estável, apesar do aumento da oferta. No entanto, a crise econômica nos Estados Unidos e o aumento da produção de café resultaram na queda dos preços, isto é, o aumento da produção, aliado à redução do poder aquisitivo dos consumidores, exigiu uma redução significativa nos preços. Pela primeira vez, o Brasil se deparou com uma situação desconhecida, em que as exportações não foram capazes de compensar a baixa dos preços. A partir de 1897, mesmo com um aumento nas exportações, de 6 para 9,5 milhões de sacas, a receita de divisas proveniente do café caiu de 20 para 15 milhões de libras esterlinas. Isso ocorreu porque a desvalorização cambial criou condições que possibilitaram a queda do preço do produto no mercado internacional.

A queda nos preços do café não foi causada apenas pelo aumento da oferta, mas sim por uma combinação de fatores. A primeira grande colheita brasileira, que refletia a produção dos novos pés de café plantados sob o estímulo dos preços altos, ocorreu na safra de 1896/97. Entretanto, os preços caíram pela metade, causado pela depreciação do câmbio, que deixou uma folga que permitiu a queda dos preços mesmo com a oferta relativamente estável. Ou seja, a desvalorização da moeda brasileira tornou o café brasileiro mais barato no mercado internacional, o que levou a uma queda nos preços³⁵².

Entre 1887 e 1900, a queda na produção de café e as boas exportações elevaram os preços internacionais bem como o câmbio, mantendo os preços domésticos baixos. No entanto, a inflação fazia o câmbio baixar mais rápido que os preços externos do produto, o que gerou uma falsa compreensão de que o mercado demandava café. Dessa forma, mesmo que o mercado não absorvesse mais a produção cafeeira nos mesmos preços, a resposta dos cafeicultores foi uma expansão da produção³⁵³. Com efeito, a produção de cerca de 6 milhões de sacas entre 1892 e 1896 aumentou para 9,3 milhões em 1897 e 11,2 milhões em 1898. Entre 1900 e 1904, quando o cafezal plantado amadureceu, a média verificada foi de 12,7 milhões de sacas, dobrando a produção em cerca de 10 anos³⁵⁴.

³⁵¹ DELFIM NETTO, Antônio. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 26-27.

³⁵² *Ibidem*, p. 28.

³⁵³ *Ibidem*, p. 29-30.

³⁵⁴ A produção de café segue um ciclo próprio, que dura em média de 3 a 5 anos para começar a produzir, e em média 15 anos em produção. Portanto, é necessário destacar que o estímulo à produção no final do século XIX só apresentaria efeitos no início do século XX, quando as plantações atingissem a fase adulta de produção de café.

A concentração de fatores de produção na cafeicultura tornou o setor agrícola brasileiro vulnerável às flutuações dos preços do café. A queda desses preços tornava os agricultores insolventes, aumentava a pressão do setor importador sobre o mercado de câmbio e depreciava ainda mais a taxa cambial. O aumento da produção de café em São Paulo foi possível graças à redução da agricultura de subsistência e ao auxílio financeiro do Banco do Brasil, que concedeu empréstimos diretos à lavoura. Esse dinheiro alimentou a cultura cafeeira, mas a queda dos preços agora colocava a região em situação preocupante³⁵⁵.

No início do século XX, o sistema bancário brasileiro apresentava um cenário pouco favorável. O número limitado de bancos, muitos deles estrangeiros, e a falta de uma regulamentação adequada por parte do Estado resultavam em problemas como escassez de crédito para investimentos, instabilidade cambial e inflação. Tais questões eram agravadas pelo efeito do saneamento monetário de Murinho, que causou impactos significativos na economia brasileira.

O desenvolvimento do sistema bancário brasileiro e a valorização da produção cafeeira estão relacionados. A criação do quinto Banco do Brasil em 1905³⁵⁶ foi um importante passo para o desenvolvimento do sistema bancário, mas a falta de um sistema bancário robusto e organizado dificultava o acesso ao crédito e comprometia diretamente o investimento em projetos de desenvolvimento econômico. A valorização da produção cafeeira, por sua vez, ocorreu no início do século XX por meio de três operações de valorização e da defesa permanente em seguida, como forma de preservar a estabilidade econômica. O acesso ao crédito e o investimento em projetos de desenvolvimento econômico eram necessários para o crescimento do país, e a criação do Banco do Brasil foi um passo importante nesse sentido, mas a valorização da produção cafeeira foi uma das medidas tomadas para preservar a estabilidade econômica em um período de incertezas.

As políticas de valorização do café no Brasil, tinham como objetivo principal manter os preços da rubiácea em patamares elevados, garantindo a estabilidade econômica e o desenvolvimento do país, uma vez que o café era a principal fonte de divisas e exportações. Essas políticas consistiam em intervenções governamentais no

³⁵⁵ DELFIM NETTO, Antônio. *Op. cit.*, 2009, p. 29-30.

³⁵⁶ Vários autores consideram o Banco do Brasil de 1905 como a quinta versão da instituição. No entanto, para Costa, este foi o *quarto* Banco do Brasil “efetivamente na história bancária brasileira”. COSTA, Fernando Nogueira da. **Brasil dos Bancos**. São Paulo: EDUSP, 2014, p. 46.

mercado, por meio da compra de estoques excedentes de café ou por meio da regulamentação da oferta de café no mercado internacional.

A primeira foi o Convênio de Taubaté, firmado em 1906, cujo objetivo era garantir a compra do café excedente a preço mínimo para minimizar os prejuízos com a queda dos preços internacionais. A produção excessiva de café levou a uma perspectiva de queda nos preços, o que afetaria a economia do Brasil. Foi proposto um plano de defesa para regularizar o comércio cafeeiro, promover sua valorização e aumentar seu consumo, além de endossar operações de crédito para financiar o plano. O governo precisava atender às necessidades da lavoura sem prejudicar a estabilidade monetária, o que exigia um empréstimo interno ou externo. A safra de 1906/07 estimava-se que atingiria 16 milhões de sacas e, para que a intervenção fosse eficaz, era necessário que ela terminasse com pelo menos o mesmo estoque inicial.

Para se ter uma ideia, o estoque visível no início da safra era de 9,6 milhões de sacas, a produção estimada era de 16 milhões, a produção internacional estimada era de 4 milhões, o que somava um suprimento total de 29,6 milhões de sacas de café. No entanto, a exportação estimada seria de 16 milhões de sacas, o que geraria um estoque de 16,6 milhões. Os cálculos mostraram, segundo Delfim Netto, que seriam necessárias pelo menos 4 milhões de sacas de café, e para dar segurança à operação, seria preciso dispor de recursos para a aquisição de mais de 5 milhões de sacas. O Convênio de Taubaté fixou o preço mínimo de 32\$000 para o tipo 7 americano, o que representaria um montante de mais de 160 mil contos de réis. A safra prevista para 16 milhões de sacas apresentou-se com mais de 20 milhões, exigindo recursos ainda maiores³⁵⁷.

A ideia era de que a demanda pelo produto era relativamente inelástica, o que aumentaria as receitas de exportação se os preços pudessem ser mantidos acima do nível que seria encontrado no mercado. Devido à natureza cíclica da produção de café, a expectativa era de que as safras grandes seriam seguidas por duas ou três pequenas colheitas, o que permitiria a venda de excedentes durante a operação de valorização. Estas teorias, com o objetivo de ajudar os produtores nacionais, requeriam a redução da dependência dos exportadores para a comercialização do produto³⁵⁸.

No entanto, a alta especificidade de ativos dos produtores de café tornava-os vulneráveis aos compradores, já que eles não podiam arcar com os custos de

³⁵⁷ DELFIM NETTO, Antônio. *Op. cit.*, 2009, p. 61-62.

³⁵⁸ Cf.: BACHA, E., GREENHILL, R., O ciclo do café. In: Marcellino Martins e E. Johnston Exportadores LTDA. (org.). **150 anos de café**. São Paulo: LIS, p.30-35, 1992.

armazenamento do café e não tinham alternativas para vender o produto. Portanto, a operação de valorização pode ser considerada uma tentativa de reduzir esse nível de especificidade, aumentando assim o poder de fixar preços frente aos exportadores³⁵⁹. Os resultados do Convênio de Taubaté começaram a aparecer em 1909, e os preços do café se mantiveram elevados até 1912. Vale lembrar que em 1909 foi inaugurado o primeiro banco mineiro no século XX, na cidade sul-mineira de Guaxupé.

Em 1917, a chegada de uma grande safra coincidiu com a queda da demanda devido à Primeira Guerra Mundial, mas o sucesso da primeira operação de valorização do café resultou em uma ação rápida por parte da União, que concedeu um empréstimo significativo ao estado de São Paulo para a compra de café. O empréstimo não tinha juros, mas o governo do Estado deveria compartilhar qualquer lucro com a União. A operação foi extremamente bem-sucedida, pois além da compra dos excedentes, houve fortes geadas em 1918 e o comércio internacional se recuperou após o fim da guerra. No entanto, a maior parte dos benefícios advindos do aumento dos preços do café a partir de meados de 1919 foram para o governo de São Paulo e a União, e não para os produtores³⁶⁰.

A terceira operação de valorização do café, em 1921, constituiu uma resposta mais ágil do governo federal à queda de preços. A recém-criada Carteira de Redesconto, responsável pelas políticas de valorização, emitiu o dinheiro necessário e adquiriu 4,5 milhões de sacas de café. Os preços se recuperaram em 1921 e se mantiveram elevados até 1923. A reação à nova safra de 1923/1924 foi diferente das anteriores, pois o governo federal assumiu o compromisso de proteger o café permanentemente³⁶¹. É provável que essa defesa permanente, que em 1924 passou para a responsabilidade do estado de São Paulo, tenha estimulado o *boom* de novos bancos mineiros na década de 1920, sobretudo no Sul de Minas, conforme destacado no capítulo anterior.

À guisa de avaliação geral desse período, Edgard Carone³⁶² sustentou que

em face da pujança econômica da agricultura, os bancos nacionais são poucos e geralmente localizados nas capitais, isto é, longe dos centros produtores [...]. O que eles fazem até o início do século é pedir numerário e garantias ao governo para realizar, de preferência, operações comerciais, só excepcionalmente concedendo crédito rural. Durante a crise cafeeira de 1896, o Banco de Crédito Real de São Paulo esgota logo o seu numerário; o de Minas Gerais tem o capital de

³⁵⁹ Cf.: *Ibidem*.

³⁶⁰ Cf.: FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: FAUSTO, B. (org) **O Brasil republicano**. (Coleção: História Geral da Civilização Brasileira). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

³⁶¹ Cf.: BACHA, E., GREENHILL, R., *Op. cit.*, 1992.

³⁶² CARONE, Edgard. **A República Velha**. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1970, p. 21-22.

50.000:000\$000, pouco menos do que os comissários do Rio de Janeiro possuem em mãos de fazendeiros. Diante desta situação calamitosa, os próprios agricultores tentam fundar cooperativas bancárias: em 1905 surge a Companhia dos Fazendeiros de São Paulo, com capitais nacionais e estrangeiros. Porém, estas medidas paliativas pouco significam: só em 1913 é que o governo amplia os créditos agrícolas, e a partir de 1920, [...] é que teremos medidas mais concretas. Estas somente fazem, entretanto, com que os fazendeiros dependam cada vez mais da proteção governamental – o que explica as contínuas valorizações do café.

Apesar da afirmativa, não se pode negar que muitos bancos locais, como ocorrido em São Paulo³⁶³ e conforme defendemos para o Sul de Minas, foram criados justamente no esforço de financiar a produção rural, especialmente a cafeeira. De maneira geral, contudo, a falta de um sistema bancário articulado no Brasil e a escassez de crédito para investimentos geravam problemas para o desenvolvimento da atividade econômica.

O estímulo à produção de café era evidente, tanto pelo crescimento das plantações desde 1917, quanto pelo alto valor alcançado pela saca de café em 1924, que era de 205\$853 na exportação. Além disso, os agricultores já se queixavam, em 1922, da falta de mão de obra e crédito para expandir ainda mais a produção. Apesar do aumento dos custos devido à inflação e ao aumento da mão de obra, o lucro esperado era enorme, representando um incentivo poderoso para a ampliação da cultura do café. A rapidez da intervenção governamental e o fato de o governo federal tomar a iniciativa da ação mostram claramente que o Estado compartilhava da mesma ambição dos agricultores e que estava preparado para ações de maior envergadura³⁶⁴.

A escassez de crédito no país era um dos pontos de estrangulamento que impediam o seu crescimento econômico. Na década de 1920, a economia brasileira começou a se tornar mais dinâmica e diversificada. O Poder Executivo, ciente da importância do sistema bancário para a expansão das atividades produtivas, passou a considerá-lo um instrumento fundamental para manter essa dinâmica e expandir as atividades econômicas³⁶⁵. Segundo Costa³⁶⁶, “[...] a criação do sistema bancário no Brasil ficou sempre em foco, entre ministros de Estado, homens de negócio e jornalistas”. No geral,

³⁶³ GUIMARÃES, Mário Mazzei, RIBEIRO, Benedito. *Op. cit.*, 1967. SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Op. cit.*, 1981.

³⁶⁴ Cf. DELFIM NETTO, Antônio. *Op. cit.*, 2009, p. 101.

³⁶⁵ CHAVANTES, Ana Paula. **A consolidação do setor bancário em São Paulo na década de 1920**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Econômica). Instituto de Economia, Unicamp: Campinas, 2004.

³⁶⁶ COSTA, Fernando Nogueira da. **Brasil dos Bancos**. São Paulo: EDUSP, 2014, p. 22.

eles compreendiam “que as crises chamadas ‘de numerário’ eram crises de ‘crédito bancário’. A carência de dinheiro só poderia ser suprida pela expansão do crédito.”

Costa e Deos³⁶⁷ destacaram que

até pelo menos a reforma institucional, nos anos 20 do século XX, não se pode constatar o pleno funcionamento de um sistema bancário no país, mas sim bancos isolados. Não havia, uma câmara de compensação que permitisse o uso generalizado de cheques, uma carteira de redesconto para apoio às situações de crise de liquidez, uma rede de agências bancárias integrada. Somente com essas instituições financeiras pode haver criação endógena de moeda bancária pelas forças do mercado. Antes disso, os depósitos eram retirados para fazer face à alta geral de preços, custavam a retornar aos bancos, e eles não tinham como recorrer aos empréstimos de liquidez de uma autoridade monetária.

Contudo, os intermediários financeiros só expandiriam o crédito se o Estado fornecesse as condições e as garantias necessárias para isso. Essas condições começaram a ser oferecidas no final da Primeira Guerra Mundial. Entre 1919 e 1930, houve um esforço do governo para implementar um conjunto de medidas que estabeleciam uma reestruturação do sistema bancário. Na década de 1920, houve um ponto de inflexão no intervencionismo estatal no mercado bancário brasileiro. O governo passou a intervir de maneira mais incisiva no sistema financeiro a fim de combater a desorganização que prevalecia no setor. Para alcançar esse objetivo, foi necessário estabelecer normas, regras e fiscalização adequada, bem como fornecer suporte institucional aos bancos privados, nacionais e estrangeiros.

O governo brasileiro, ciente da necessidade de criar uma rede bancária articulada no país, tomou medidas para solucionar esta questão. A Reforma Bancária de 1921 foi um dos principais instrumentos utilizados neste sentido, tendo como objetivo regular o funcionamento dos bancos e criar um ambiente favorável para o surgimento de novas instituições financeiras. Com a valorização do café e a expansão dos bancos na década de 1920, a conjuntura econômica do Brasil foi favorecida, contribuindo para o desenvolvimento do país.

Assim, a Reforma Bancária de 1921 foi uma importante política que serviu de apoio ao setor cafeeiro no Brasil. Ela estabeleceu o Banco do Brasil como a instituição financeira responsável pela concessão de crédito agrícola, incluindo o financiamento da

³⁶⁷ COSTA, Fernando Nogueira da; DEOS, Simone Silva de. *Op. Cit.*, 2002, p. 30.

produção de café. Esta política visava a aumentar a produção e a exportação de café, incentivando os agricultores a investir em suas lavouras. Portanto, podemos relacionar a Reforma Bancária de 1921 com as políticas de defesa do café porque ela representou um importante instrumento de apoio financeiro ao setor cafeeiro. Além disso, essa reforma foi promulgada em um momento em que o governo brasileiro estava preocupado com a queda dos preços do café no mercado internacional e buscava formas de manter a rentabilidade dessa atividade econômica. Desta forma, a Reforma Bancária de 1921 contribuiu para a sustentação e o crescimento da produção cafeeira no país, fortalecendo as políticas de defesa do café adotadas pelo governo brasileiro no período.

Em 1921, o presidente Epitácio Pessoa propôs a criação da defesa permanente do café devido às crises do mercado cafeeiro causadas pela irregularidade da oferta e remessas para os portos. Ele sugeria a criação de um órgão com unidade de ação e força de resistência, um conselho composto por pessoas competentes e com capital próprio para atender às necessidades do mercado. O objetivo seria evitar a criação artificial de preços abusivos e fornecer informações sobre o mercado e a situação dos centros produtores. A intervenção estatal era vista como necessária para melhorar a organização do mercado produtor, constituído por vendedores sem coesão, unidade de ação e resistência financeira³⁶⁸.

Do mesmo modo, a Reforma Bancária de 1921³⁶⁹ buscou fortalecer o papel do Estado no controle do sistema financeiro e estabelecer regras mais claras para o funcionamento dos bancos, conformando um conjunto de medidas adotadas pelo governo brasileiro com o objetivo de modernizar e reorganizar o sistema financeiro do país. Dentre as principais medidas estavam a criação da Câmara de Compensação de Cheques, da Carteira de Redesconto, que financiou a terceira operação de valorização do café.

³⁶⁸ DELFIM NETTO, Antônio. *Op. cit.*, 2009, p. 103-104.

³⁶⁹ A Reforma Bancária de 1921 e a Lei Bancária de 1890 foram dois momentos importantes na história do sistema financeiro brasileiro. A principal diferença entre elas está no contexto em que foram implementadas e nos objetivos que buscavam atingir. A Lei Bancária de 1890 foi a primeira legislação que regulou o sistema bancário brasileiro. Ela foi promulgada pouco depois da Proclamação da República e tinha como principal objetivo incentivar a criação de bancos nacionais para que o país pudesse contar com uma estrutura financeira própria e fortalecer a economia nacional. A lei também estabeleceu regras para o funcionamento dos bancos e criou o Conselho Superior de Comércio e Indústria, que tinha como função fiscalizar o setor financeiro. Já a Reforma Bancária de 1921, realizada durante o governo de Epitácio Pessoa, buscou modernizar o sistema financeiro brasileiro, que se encontrava defasado e sem uma estrutura sólida. Nessa reforma, foram criados o Banco do Brasil, a Caixa de Conversão e diversos bancos de crédito agrícola. A ideia era criar um sistema financeiro mais robusto, que pudesse estimular o desenvolvimento econômico do país e garantir a estabilidade financeira. Assim, enquanto a Lei Bancária de 1890 teve como objetivo incentivar a criação de bancos nacionais para fortalecer a economia brasileira, a Reforma Bancária de 1921 visou modernizar e reorganizar o sistema financeiro do país, para que pudesse se adequar às necessidades do momento e estimular o desenvolvimento econômico.

Também houve a criação de um banco central emissor único e da Inspeção Geral dos Bancos, cujas atribuições ficaram sob responsabilidade do Banco do Brasil.

A Carteira de Redesconto foi uma das principais medidas adotadas na Reforma Bancária de 1921 no Brasil³⁷⁰, e tinha como objetivo fornecer aos bancos uma fonte de financiamento de curto prazo, para que pudessem manter sua liquidez e atender às demandas dos seus clientes. A ação tomada durante a administração do banqueiro paulista José Maria Whitaker, que fundou o Banco Comercial do Estado de São Paulo, deu ao governo federal uma maior flexibilidade na prestação de assistência e supervisão aos bancos³⁷¹. Na prática, a Carteira de Redesconto era um instrumento financeiro criado pelo Banco do Brasil, que permitia aos bancos comerciais obter empréstimos de curto prazo, com juros baixos e garantidos pelo próprio Banco do Brasil. Os bancos comerciais, por sua vez, poderiam utilizar esses recursos para conceder empréstimos e financiar as atividades dos seus clientes.

Essa medida era importante porque, naquela época, o sistema bancário brasileiro ainda era bastante incipiente, e muitos bancos enfrentavam dificuldades para obter financiamento no mercado financeiro. Com a criação da Carteira de Redesconto, os bancos poderiam contar com uma fonte segura de recursos, que reduzia sua dependência do capital estrangeiro e contribuía para a estabilidade financeira do país. A Carteira de Redesconto foi regulamentada pelo Decreto nº 4.357, de 11 de junho de 1921, e foi uma das medidas que contribuíram para o fortalecimento do sistema financeiro brasileiro naquela época³⁷².

Outra medida foi a Câmara de Compensação de Cheques, criada para facilitar e agilizar as operações financeiras realizadas por meio de cheques. Até a década de 1920, a maioria dos agentes econômicos preferia realizar transações em papel-moeda e evitava depositar seus recursos em bancos, o que prejudicava a liquidez do mercado. Os bancos mantinham altos encaixes, limitando a expansão dos meios de pagamento. Para resolver esse problema, o Banco do Brasil criou a Seção de Compensação de Cheques, visando estimular o uso e aceitação de cheques e aumentar a liquidez do mercado por meio da agilização da liquidação de débitos e créditos³⁷³.

³⁷⁰ A Carteira de Redesconto, no âmbito do Banco do Brasil, foi criada em 1920, mas regularizada em 1921.

³⁷¹ COSTA, Fernando Nogueira da. *Op. cit.*, 2014, p. 48.

³⁷² Com o tempo, a Carteira de Redesconto evoluiu para o que hoje é conhecido como redesconto bancário, que ainda é uma das principais formas de financiamento de curto prazo para os bancos no Brasil.

³⁷³ CHAVANTES, Ana Paula. *Op. cit.*, 2004.

Naquela época, a compensação de cheques era um processo bastante demorado e burocrático, o que impactava no funcionamento do sistema bancário como um todo. Com a criação da Câmara de Compensação de Cheques, o processo de compensação passou a ser centralizado em um único local, onde os bancos poderiam trocar os cheques emitidos pelos seus clientes. A ideia era que, em vez de cada banco realizar a compensação individualmente, os cheques fossem depositados na Câmara de Compensação, onde seriam trocados e liquidados em um processo mais rápido e eficiente. Isso permitia que os bancos realizassem as operações financeiras com mais agilidade e reduzisse o risco de fraudes e erros.

A Câmara de Compensação de Cheques foi regulamentada pelo Decreto nº 4.246, de 7 de abril de 1921, e foi implementada inicialmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Com o tempo, foi expandida para outras regiões do país e passou a ser um componente essencial do sistema financeiro brasileiro. Segundo o Relatório do Banco do Brasil de 1924, o serviço de compensação de cheques continuou a facilitar a circulação e contribuiu para maior confiança na circulação desse título bancário, desenvolvendo-se notavelmente. O total de cheques compensados durante o ano de 1924 aumentou em 50% em relação ao movimento do ano anterior.³⁷⁴

Por sua vez, a criação de um banco central emissor único foi uma das principais medidas da Reforma Bancária de 1921 no Brasil, cuja missão era centralizar o controle da emissão de moeda no país e fortalecer o sistema financeiro brasileiro. Antes disso, a emissão de moeda no Brasil era realizada por diversos bancos, sem uma coordenação centralizada. Isso tornava o sistema monetário brasileiro instável e vulnerável a crises financeiras, pois os bancos podiam emitir moeda de forma descontrolada, sem levar em conta as necessidades da economia.

Com o Banco do Brasil como banco central emissor único, o governo brasileiro passou a ter maior controle sobre a emissão de moeda no país. O Banco do Brasil passou a ser o único responsável pela emissão de cédulas e moedas, com intuito de controlar a quantidade de dinheiro em circulação, de modo a evitar a inflação e manter a estabilidade monetária. Com isso, o Banco do Brasil passou a atuar como um regulador do sistema

³⁷⁴ COSTA, Fernando Nogueira da. Banco do estado: o caso BANESPA. 1988. 609p. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000149484>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

bancário brasileiro, estabelecendo normas e regulamentações para as atividades dos bancos comerciais, e exercendo uma supervisão mais rigorosa sobre suas atividades³⁷⁵.

A Inspeção Geral dos Bancos, por fim, criada em 1921 como parte da Reforma Bancária daquele ano, tinha o objetivo de regular e fiscalizar as atividades dos bancos comerciais no país. Antes da criação da Inspeção Geral dos Bancos, não existia uma regulamentação efetiva sobre as atividades dos bancos no Brasil. As instituições bancárias operavam de forma relativamente livre, sem muita supervisão ou controle por parte das autoridades. Com a criação da Inspeção Geral dos Bancos, o governo brasileiro passou a ter uma instituição responsável por fiscalizar e regular as atividades dos bancos comerciais, com o objetivo de proteger os depositantes e evitar fraudes e irregularidades no setor financeiro.

A Inspeção Geral dos Bancos tinha a função de fiscalizar a situação financeira dos bancos, analisar seus balanços e relatórios contábeis, verificar suas operações, inclusive cambiais³⁷⁶, concessões de crédito, avaliar a solidez e a liquidez dessas instituições. Além disso, a Inspeção Geral dos Bancos tinha o poder de aplicar sanções e penalidades aos bancos que descumprissem as normas e regulamentações estabelecidas pelo governo. Dessa forma, a instituição contribuiu para aumentar a transparência e a segurança do sistema financeiro brasileiro, como também promover a confiança dos investidores e depositantes nas instituições financeiras.

A criação da Inspeção Geral dos Bancos foi vista como uma medida importante para a modernização e aprimoramento do sistema financeiro brasileiro na época, e contribuiu para o fortalecimento do setor bancário no país. As regras financeiras instauradas na década de 20, incluindo a criação da Inspeção, foram responsáveis pelo aumento significativo de estabelecimentos bancários nacionais que antes atuavam de forma clandestina e passaram a operar no mercado formal. Entre 1922 e 1929, foram concedidas 825 cartas-patentes para a criação de novas instituições financeiras em todo o país. É importante destacar que, no estado de São Paulo, foram outorgadas 353 cartas-patentes, enquanto no estado do Rio de Janeiro, foram concedidas 119 cartas-patentes (81 para o Distrito Federal e 38 para as demais cidades fluminenses) no mesmo período³⁷⁷.

³⁷⁵ Cf. NEUHAUS, Paulo. **História monetária do Brasil: 1900-45**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1975.

³⁷⁶ Costa realizou um amplo debate sobre a regulação do câmbio. Cf. COSTA, Fernando Nogueira da. *Op cit.*, 2017.

³⁷⁷ Esse pode ter sido mais um dos motivos para o boom de bancos verificados para Minas Gerais na década de 1920. Ademais, o grande número de bancos para São Paulo em comparação aos do Rio de Janeiro constituem também indícios da maior quantidade de bancos sul-mineiros em prejuízo da Mata, haja vista sua relação econômica com São Paulo (Capítulo 2). Infelizmente, não temos esses dados para Minas Gerais.

Esse desenvolvimento vigoroso do setor bancário paulista foi acompanhado por um aumento notável da participação das instituições de crédito nacionais no mercado financeiro ao longo dos anos 1920³⁷⁸.

A Reforma Bancária de 1921, com a criação da Câmara de Compensação de Cheques, da Carteira de Redescoto, a criação de um banco central emissor único e da Inspeção Geral dos Bancos, foi uma resposta à necessidade de fortalecer e organizar o sistema bancário brasileiro, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico. Essas medidas permitiram a expansão do crédito e a redução das taxas de juros, o que foi fundamental para o setor cafeeiro, principal atividade econômica do país na época. A criação da Carteira de Redescoto permitiu que os bancos obtivessem empréstimos a juros mais baixos e, assim, pudessem financiar a produção cafeeira.

Ademais, a criação de um banco central emissor único foi fundamental para garantir a estabilidade monetária e cambial, fatores importantes para a manutenção dos preços do café. Já a Inspeção Geral dos Bancos permitiu o controle e a fiscalização das operações bancárias, o que evitou fraudes e irregularidades. Todas essas medidas contribuíram para a criação de um ambiente favorável à defesa permanente do café, que contou com um sistema bancário mais robusto e organizado para apoiá-la.

Após a conclusão da venda do estoque de café pelo governo federal em 1924, foi decidido que a responsabilidade pela defesa permanente seria transferida para o estado de São Paulo. O Instituto Paulista da Defesa Permanente do Café foi criado em São Paulo, com a execução de um vasto plano de defesa, que se apoiava na regularização das entradas de café no porto de Santos, no empréstimo sob o café depositado nos reguladores e na compra de café sempre que necessário³⁷⁹.

Em suma, podemos concluir que as políticas de defesa do café, a criação de um banco central emissor único e a regulamentação bancária, estavam interligadas no contexto da economia brasileira na primeira metade do século XX. As políticas de valorização do café buscavam proteger a economia cafeeira, que era a principal fonte de riqueza do país na época. Por sua vez, a criação de um banco central emissor único, a Câmara de Compensação de Cheques e a Carteira de Redescoto, visavam estabelecer uma estrutura bancária mais organizada e robusta, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico em outras áreas.

³⁷⁸ CHAVANTES, Ana Paula. *Op. cit.*, 2004.

³⁷⁹ DELFIM NETTO, Antônio. *Op. cit.*, 2009, p. 107-108.

A Inspeção Geral dos Bancos, por outro lado, era responsável por fiscalizar e regulamentar o setor bancário, garantindo a segurança financeira dos investidores e o bom funcionamento do sistema. Esta reforma no sistema bancário foi crucial para preparar os bancos para a crise que o país conheceria no final da década. A defesa do café e a regulamentação bancária, portanto, eram duas faces da mesma moeda, que buscavam garantir a estabilidade econômica e o desenvolvimento do país.

3.2 – Crise de 1929 e o problema do café

A crise de 1929 foi um dos eventos mais marcantes da história do mundo no século XX, pois os efeitos do que ficou conhecido como Grande Depressão foram bastante profundos e extensos em todo o globo. Por “depressão”, a literatura econômica compreende não apenas uma grande recessão intensa e extensa, mas uma conjuntura tão caótica que toda a dinâmica e estruturas econômicas deixam de existir. A superação da depressão econômica ocorre de maneira lenta, e geralmente demanda a intervenção do Estado.

A Grande Depressão que se seguiu à quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque não se restringiu apenas aos Estados Unidos, mas reverberou ao longo dos demais países capitalistas. Os efeitos da depressão sentidos no Brasil dizem respeito a quatro aspectos principais: 1) a retração dos preços de exportação; 2) crise do balanço de pagamentos; 3) problema com a dívida externa; e 4) dificuldade geral dos indivíduos saldarem suas dívidas e o aumento da inadimplência.

Neste momento, o Brasil configurava-se como um país agrário-exportador, na qual sua principal pauta de exportação girava em torno de apenas um produto: o café. Vale lembrar que os Estados Unidos eram os maiores compradores de café, e por causa da depressão econômica diminuíram drasticamente o volume de compra do produto. Por isso, “a queda de cerca de 60% dos preços internacionais do café é um dos efeitos, em termos fenomênicos, mais significativos da crise sobre a economia brasileira”³⁸⁰. Isso provocou um aumento do nível de estoques de sacas de café, já que não havia para quem vender.

³⁸⁰ RIBEIRO, T. R. M. Considerações sobre a grande depressão e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. *Revista Cantareira*, n. 29, 13 ago. 2019, pp. 193-205, p. 198.

Conforme descreve Celso Furtado, a produção de café estava em alta, batendo recordes a cada safra. Os produtores tinham aumentado suas plantações e esperavam colher safras ainda maiores, mas a crise havia deteriorado a demanda por café. Para bancar a retenção dos altos níveis de estoques, era preciso obter crédito, mas da mesma forma não havia essa possibilidade. Internacionalmente, o mercado de capitais estava em grave depressão e, nacionalmente, o crédito estatal evaporou³⁸¹.

Antes da crise, no contexto da defesa permanente, o café tinha uma política econômica favorável, pois o governo brasileiro mantinha uma política de estabilização do câmbio, com a ajuda da Caixa de Estabilização e da Caixa de Conversão. No entanto, a crise de 1929 afetou significativamente as exportações de café, diminuindo a entrada de divisas no país. Tal fato levou a uma diminuição do meio circulante e a uma deflação, o que pressionou os bancos particulares, que já haviam se socorrido tanto no Banco do Brasil como no Banco do Estado de São Paulo.

A crise do café não começou apenas após 1929, mas já vinha se intensificando desde 1926. Neste ano, as floradas indicaram uma grande safra de café para 1927-28. No entanto, havia preocupações sobre a capacidade do Instituto do Café em lidar com o excesso de produção, levando os importadores a se retraírem e os preços do café caíram. O Instituto do Café conseguiu um empréstimo e demonstrou que poderia reter o excesso de produção, o que levou a um aumento na demanda e conseqüentemente nos preços do café. A situação do mercado não causou grandes preocupações até o segundo semestre de 1929, quando houve uma recuperação plena dos cafezais da grande safra de 1927-28, o que pode ser explicado pelas condições climáticas favoráveis e pela melhoria das disponibilidades financeiras dos cafeicultores. O sistema de defesa dos preços do café armado pelo estado de São Paulo ruiu sob a pressão de várias forças, incluindo a crise mundial e a mudança das expectativas dos operadores do mercado³⁸².

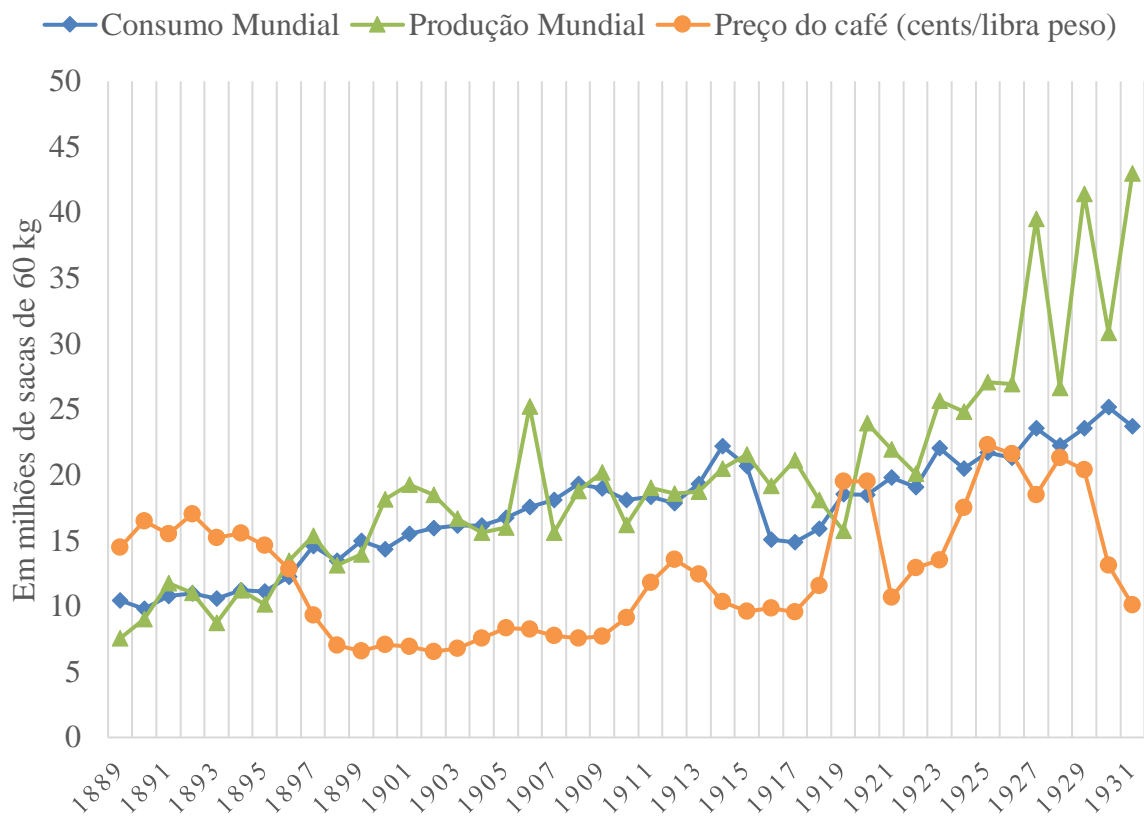
De acordo com o Gráfico 6, é possível ver claramente que, a partir de 1926, a produção mundial de café se descolou totalmente do preço mundial da bebida, de modo que, em 1931, a produção estava elevada e os preços em enorme queda. Enquanto isso, o

³⁸¹ O problema que o café colocava implicava se devia ser deixado para apodrecer nas plantações ou se devia ser colhido; caso colhido, se deveria ser queimado ou estocado; e como financiar o estoque ou a queima desse café. Isso se devia ao fato de a retração da demanda ter causado uma grande retração nos preços de exportação, e como o café era o principal exportado, ele representava também o principal problema a ser resolvido. Cf: FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2000.

³⁸² Cf: DELFIM NETTO, Antônio. *Op. cit.*, 2009, p. 116-117.

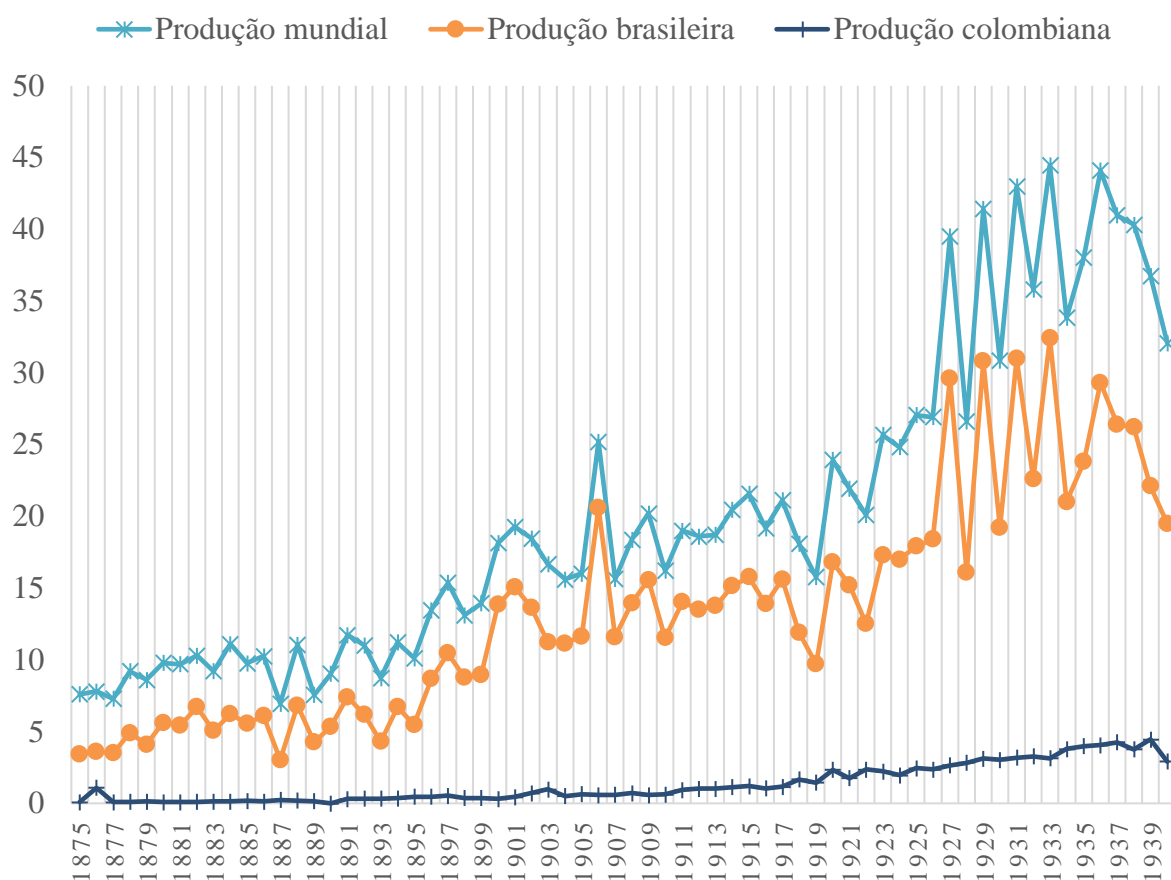
consumo mundial de café no mesmo período permaneceu com uma leve tendência ascendente. Já o Gráfico 7 demonstra, sem qualquer sombra de dúvida, que a produção cafeeira mundial era um espelho da brasileira, acompanhando as quedas e os aumentos da nossa produção de maneira muito semelhante. Não à toa o Brasil configurava-se como o maior produtor de café do mundo, seguido de muito longe pela Colômbia, cuja produção também é possível ver no Gráfico.

Gráfico 6 – Produção e consumo mundiais de café e o preço



Fonte: MARTINS, Marcelino & JOHNSTON, E. **150 anos de café**, Apêndice estatístico. São Paulo: Salamandra, 1992. p. 324.

Gráfico 7 – Produção mundial, produção brasileira e colombiana de café



Fonte: MARTINS & JOHNSTON (*Op. cit.*, 1992, p. 326).

Com a diminuição da receita de divisas, a taxa cambial sofreu um sério abalo, caindo de 5 7/8, em 1928 e 1929, para 4 ½ dinheiros por mil réis. Apesar dos esforços da defesa, os preços do café caíram com violência muito maior do que a média dos preços dos demais produtos, o que revela, no fundo, a alta influência do nível de rendimento sobre a posição da sua curva de procura. Enquanto os preços do atacado nos Estados Unidos e na Inglaterra baixaram em média 25% entre 1929 e 1931, os preços do café Santos 4, no disponível, em Nova Iorque, baixaram quase 60% no mesmo período³⁸³.

Delfim Netto³⁸⁴ destacou que a falta de recursos foi a causa direta do fracasso da defesa. Entretanto, essa falta de recursos teve origem na tentativa do presidente Washington Luiz de salvar sua própria situação política e de seu candidato à presidência, Júlio Prestes. Para isso, ele experimentou reduzir os preços do café para ampliar as vendas e, assim, salvar a Caixa de Estabilização e o câmbio, que eram as principais preocupações

³⁸³ DELFIM NETTO, Antônio. *Op. cit.*, 2009, p. 118.

³⁸⁴ *Ibidem*, p. 119-120

do seu governo. Essa posição foi claramente oposta a todas as ideias que o presidente havia expressado em seus relatórios anteriores e pode ser vista como uma medida desesperada.

A queda nos preços gerou uma grave queda das receitas oriundas das exportações. Aliada à forte redução das entradas de capitais na economia, o resultado foi “uma forte diminuição na disponibilidade de divisas, uma redução na capacidade de importar e uma deterioração nos termos de troca”. Com isso, ocorreu “uma diminuição das importações brasileiras em consequência da crise, reduções essas maiores que as verificadas com as exportações”³⁸⁵.

Marcelo de Paiva Abreu³⁸⁶ declarou que, a partir do final de 1931, a política cafeeira sofreu mudanças com a transferência de responsabilidade das instituições paulistas para um órgão federal, que passou a ser conhecido como Departamento Nacional do Café, após diversas alterações de nome. Com o diagnóstico do excesso de produção e da desproporção entre a demanda mundial e a oferta brasileira de café, o governo passou a comprar as safras sucessivas, destinando 30% para estocagem, 30% para exportação e 40% para a chamada “quota de sacrifício”, correspondente ao café a ser imediatamente destruído.

De fato, Delfim Netto explicara que o Governo Provisório, por meio do ministro da Fazenda José Maria Whitaker, buscava desimpedir o mercado. Para tanto, comprou os estoques de café não adquiridos pelo governo de São Paulo, negociou troca de café por trigo e taxou novos pés de café, como forma de proibir novas plantações³⁸⁷. Entre 1932 e 1943, mais de 75 milhões de sacas de café foram destruídas, o que representava quase três vezes o consumo mundial em um ano típico. Para viabilizar a compra de café, o governo utilizava a taxação sobre as exportações e também transferia recursos orçamentários.

Com isso, uma aguda crise do balanço de pagamentos se formou no Brasil, já que a profunda depressão dificultou o comércio internacional. Rapidamente, as reservas nacionais foram consumidas, pois o governo tentava segurar a pressão externa que a depressão lançava sobre o Brasil. O intuito era impedir o colapso da economia, com

³⁸⁵ RIBEIRO, T. R. M. *Op. cit.*, 2019, p. 198.

³⁸⁶ ABREU, Marcelo de Paiva. **A economia brasileira 1930-1964**. Departamento de Economia PUC-Rio, 2010.

³⁸⁷ Cf: DELFIM NETTO, Antônio. *Op. cit.*, 2009, p. 124.

falências de empresas e bancos, desemprego generalizado e caos entre a população, como se verificava com mais força em outros países.

Depois de uma tentativa relativamente curta de manter o padrão-ouro da moeda nacional, o governo abandonou a prática, porque já era necessário suspender o pagamento integral da dívida pública externa³⁸⁸. A suspensão, ainda que temporária, do pagamento dessa dívida, deixou o Brasil em uma situação externa complicada, pois o país precisava de financiamento para estocar as sacas de café e promover uma demanda interna pelos produtos que não eram mais exportados, bem como fomentar a indústria interna, para estimular a produção das mercadorias que não seriam mais importadas.

Ao abandonar o padrão-ouro, o governo procedeu a uma desvalorização da moeda corrente, o mil-réis. Essa desvalorização fazia com que a diminuta exportação brasileira recebesse mais ouro ou moeda estrangeira em troca. Mas, por outro lado, a contrapartida foi amarga para grande parte daqueles que deviam obrigações:

As dificuldades de pagamento não decorreram somente da queda de receitas das unidades produtoras, mas também as alterações radicais que a crise gerou sobre os preços relativos da economia. Quando por exemplo, o câmbio iniciou sua trajetória de desvalorização os contratos em cujo valor das obrigações estava previsto em ouro ou em moeda estrangeira passaram a justificar um esforço muito maior em termos de moeda doméstica. O mesmo se deu com contratos com juros pré-fixados, dada a queda na taxa de juros a partir da eclosão da crise³⁸⁹.

No entanto, os efeitos da Grande Depressão no Brasil foram menos sentidos que em outros países, tanto em relação ao declínio da renda quanto à duração da crise. Tal fato se deveu à forte intervenção do governo na economia, com políticas econômicas anticíclicas que promoveram a compra dos excedentes do café e uma profunda reestruturação do sistema bancário e creditício. O baixo impacto da crise de 1929 no Brasil é consenso na literatura corrente. O ponto polêmico gira em torno das explicações desse baixo impacto.

Celso Furtado³⁹⁰ argumentou que a política econômica de Vargas nos primeiros momentos do governo provisório foi keynesiana mesmo antes de Keynes, devido à ocorrência de déficits centrados na política de defesa do café. Isso significa que o governo

³⁸⁸ RIBEIRO, T. R. M. *Op. cit.*, 2019.

³⁸⁹ ALVARENGA, Marcio. MATTOS, Fernando Augusto Mansor. A reestruturação do sistema creditício doméstico e a recuperação precoce da economia brasileira na década de 1930. *Nova Economia* [online]. v. 31, n. 02, 2021, pp. 637-665, p. 653.

³⁹⁰ FURTADO, Celso. *Op. cit.*, 2000.

adotou políticas expansionistas, aumentando os gastos públicos e o déficit fiscal, para tentar estimular a economia e evitar a recessão. Segundo Furtado, a política de defesa do café envolvia a compra e armazenamento do produto pelo governo para manter os preços elevados, o que estimulava a produção e exportação do café. Contudo, essa política também envolveu gastos significativos do governo, que foram financiados através de déficits orçamentários.

Esta política foi considerada keynesiana porque Keynes defendeu a ideia de que o Estado deveria intervir na economia em tempos de crise, aumentando os gastos públicos para estimular a demanda e evitar a recessão. Vargas, portanto, adotou uma política econômica semelhante à que Keynes defenderia mais tarde, em 1936. Furtado argumentou que a política de defesa do café foi eficaz em evitar o colapso do setor cafeeiro e também em estimular a economia como um todo. No entanto, outros autores, como Peláez, defenderam a interpretação oposta de que a política macroeconômica adotada por Vargas foi, na verdade, ortodoxa, e que os gastos com a política cafeeira foram totalmente financiados pela taxaço sobre o café.

Carlos Manoel Peláez³⁹¹, neste sentido, sustentou uma argumentação, segundo a qual a política macroeconômica adotada por Vargas foi ortodoxa e os gastos com a política cafeeira foram totalmente financiados pela taxaço sobre o café. Isso significa que, em geral, o governo federal equilibrou seu orçamento e não recorreu a déficits orçamentários. Peláez destacou que Vargas tinha expressado repetidamente seu apoio ao equilíbrio orçamentário e que a recuperação da economia brasileira foi totalmente explicada pela situação externa. Assim, Peláez enfatizou que o baixo impacto da crise de 1929 no Brasil pode ser explicado por meio de uma política fiscal conservadora e responsável.

Esta política fiscal conservadora foi possível em virtude da taxaço sobre o café, que foi a principal fonte de receita para o governo brasileiro. A taxaço permitiu que o governo brasileiro pudesse continuar a financiar as políticas de defesa do café, sem afetar significativamente o orçamento geral. Essas políticas incluíam a manutenção dos preços do produto e o estímulo às exportações, a fim de garantir que o café continuasse a ser a principal fonte de divisas do país. Embora alguns críticos possam argumentar que essa política foi restritiva e não permitiu um crescimento mais robusto da economia brasileira, Peláez sustenta que ela foi adequada às circunstâncias da época. Além disso, para ele, a

³⁹¹ Cf: PELÁEZ, Carlos Manuel. As consequências da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889 e 1945, *Revista Brasileira de Economia*, 25 (3), setembro, 1971.

recuperação da economia brasileira após a crise de 1929 pode ser atribuída principalmente à recuperação da economia mundial, e não à política fiscal do governo brasileiro.

A esse debate seguiram outros economistas, como Albert Fishlow³⁹², para quem a política econômica adotada por Vargas nesse período foi heterodoxa e keynesiana, com grande intervenção do Estado na economia e aumento dos gastos públicos para estimular a demanda agregada. Fishlow defendeu que, embora o governo Vargas tenha se comprometido com o equilíbrio fiscal, a política cafeeira foi financiada não apenas pela receita das exportações de café, mas também por emissão monetária e déficits orçamentários. Ele destacou que o governo usou o Banco do Brasil como instrumento para financiar os programas de defesa do café, concedendo empréstimos e comprando estoques de café excedentes para manter o preço do produto.

Além disso, Fishlow afirmou que o governo adotou medidas para estimular a produção industrial, como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional e a isenção de impostos para importação de máquinas e equipamentos. Essas medidas ajudaram a diversificar a economia brasileira e reduzir a dependência do país em relação às exportações de café. Por fim, para Fishlow, a recuperação econômica do Brasil na década de 1930 não foi simplesmente um reflexo da recuperação da economia mundial, como argumentou Peláez. Em vez disso, ele destacou que a política econômica keynesiana adotada pelo governo Vargas teve um papel fundamental na recuperação da economia brasileira após a crise do café.

Simão Silber³⁹³, por sua vez, em sua análise sobre a política econômica de Vargas no período da crise do café, alegou que houve um papel importante do Estado na recuperação da economia brasileira. Segundo ele, Vargas implementou uma política de incentivo à industrialização, por meio de investimentos em infraestrutura e protecionismo às indústrias nacionais. Além disso, a intervenção estatal na economia foi também manifestada através da regulamentação do mercado de trabalho e de políticas de bem-estar social, como a criação do salário mínimo e da Previdência Social.

Para Silber, embora a política de valorização do café tenha ajudado na recuperação da economia no curto prazo, foi a política industrializante de Vargas que permitiu ao país se diversificar e se tornar menos vulnerável às oscilações do mercado internacional de

³⁹² FISHLOW, Albert. Origins and consequences of import substitution in Brazil. *In: DI MARCO. International Economics and Development*. New York: Academic Press, 1972, p. 311-365.

³⁹³ SILBER, Simão Davi, Análise da política econômica e do comportamento da economia brasileira durante período 1929/1939. *In: Flávio Rabelo Versiani e José Roberto Mendonça de Barros (orgs.), Formação econômica do Brasil: A experiência da industrialização*, São Paulo: Saraiva, 1977.

commodities. Ele defendeu que essa política foi fundamental para a criação de uma base produtiva mais sólida e diversificada, capaz de sustentar o crescimento econômico do país nas décadas seguintes. Assim, para Silber, foi a intervenção do Estado na economia que permitiu ao país superar a crise do café e avançar em direção a uma economia mais industrializada e diversificada.

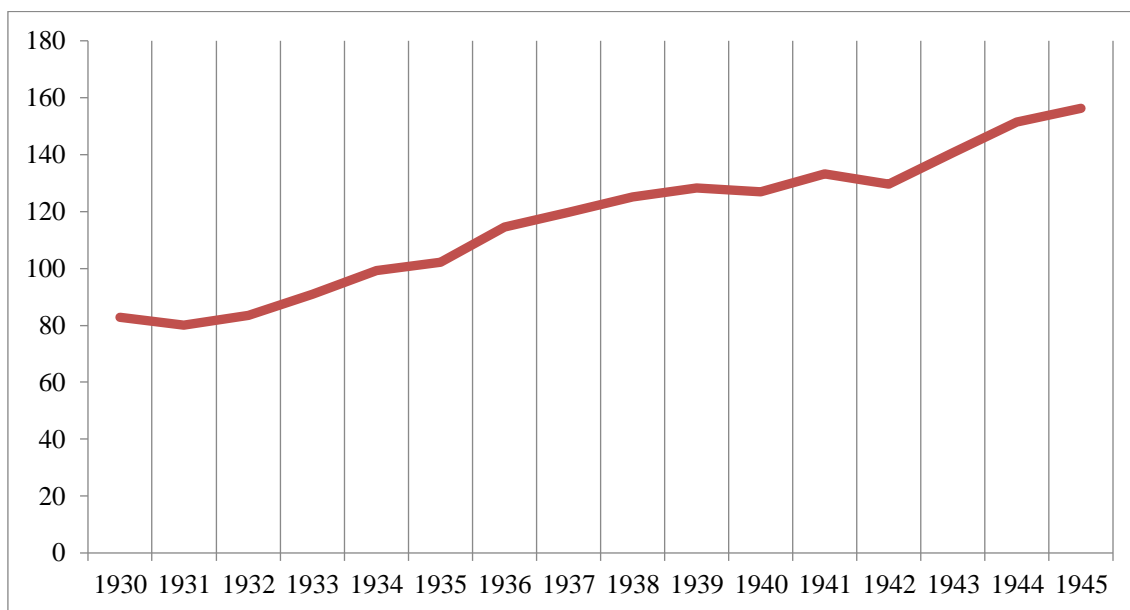
Essa retomada da situação do café é o ponto de partida para compreendermos a situação financeira do Sul de Minas na década de 1930, já que, como vimos demonstrando, sua economia pautava-se em grande parte pela produção e comércio da rubiácea. Embora o Brasil tenha enfrentado uma depressão econômica durante a década de 1930, não foi tão caótica como em outros países do mundo. As políticas econômicas adotadas pelo governo Vargas conseguiram amortecer os impactos negativos na economia doméstica, o que pode tornar impreciso o uso do termo “Grande Depressão” para descrever a situação brasileira da época.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo país, com constantes déficits na execução orçamentária do governo federal nos anos de 1930³⁹⁴, o crescimento econômico verificado para a produção agrícola baixou, em taxas médias anuais, para 2% entre 1933 e 1939, contra 4,1 entre 1920 e 1929, mas a produção industrial cresceu de 2,8% para 11,3%, no mesmo intervalo³⁹⁵. Igualmente, considerando-se o produto interno bruto, depois de leve queda, a partir já de 1931 a tendência foi de crescimento em toda a década e avançando até o início da Segunda Guerra Mundial, conforme demonstra o Gráfico 8.

³⁹⁴ Cf: VILLELA, Aníbal Vilanova e SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975, p. 185.

³⁹⁵ Ibidem, p. 180.

Gráfico 8 – Produto Interno Bruto em mil-réis
(a preços constantes de 1947)



Fonte: HADDAD, Claudio Luiz da Silva. Crescimento do produto real no Brasil, 1900-1947. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978. Apud: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso** - cem anos de política econômica republicana. Rio de Janeiro: Campus, 1992. Obs.: Produto Interno Bruto (PIB). Série interrompida.

Fica claro, portanto, que não houve quebras generalizadas de empresas brasileiras, bem como bancos, como ocorrido em outras economias capitalistas. Evaldo Vieira afirmou que, quando da crise “econômico-financeira de 1929-1930, que atingiu todo o País, a rede bancária já estava mais selecionada e mais experiente, a ponto de não ser tão afetada como por ocasião da crise de 1900, mesmo se levarmos em conta as proporções daquela de 29”³⁹⁶. Do mesmo modo, para Yttrio Corrêa da Costa Neto³⁹⁷, “o efeito depressivo desse quadro geral sobre a evolução do produto interno bruto até 1933 atenuou o desenvolvimento dos negócios bancários, havendo diminuição nos valores dos saldos da captação de recursos, empréstimos e títulos descontados”. Entretanto, “comparando com a experiência de países desenvolvidos [...], os bancos comerciais brasileiros resistiram bem à crise”.

³⁹⁶ O autor complementa que se verificou “então que no *período pós-Revolução de 1930*, a extensão alcançada pelos serviços bancários não sofre perda de impulso, pois, como dissemos, os Bancos instituídos, em grande parte, conseguem suportar as vicissitudes da época e chegar até nós, utilizando os artifícios que a experiência vai permitindo. O que acontece é às vezes um período de maior crescimento da rede, seguido de outro mais caracterizado pela estagnação, que posteriormente vai ser ultrapassado. O certo é que a rede bancária cresceu”. VIEIRA, Evaldo Amaro. Considerações históricas sobre a expansão da rede bancária brasileira. **Revista de História**, 1973, 47.96: 409-452, p. 428.

³⁹⁷ COSTA NETO, Yttrio Corrêa da. **Bancos oficiais no Brasil: origens e aspectos do seu desenvolvimento**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004, p. 63.

Chavantes³⁹⁸, por sua vez, alegou que “foi surpreendente o desempenho do sistema bancário brasileiro frente ao ciclo macroeconômico descendente que nasceu nos Estados Unidos e contaminou o resto do mundo”. Para ela, a Reforma Bancária de 1921 foi um marco legal crucial para a consolidação do sistema financeiro do Brasil, que, em conjunto com as medidas macroeconômicas adotadas pelo governo brasileiro após 1930, fomentaram o importante papel que a relativa solidez dos bancos brasileiros desempenhou na redução da vulnerabilidade da economia nacional após a Crise de 1929 e nos eventos econômicos mundiais subsequentes.

3.3 – Política econômica de Vargas

As grandes crises provocam alterações significativas nas condições econômicas e financeiras, impactando de forma abrupta a renda, o emprego, a taxa de câmbio e os preços, entre outros aspectos. Estas mudanças tendem a gerar desequilíbrios nos contratos estabelecidos em momentos anteriores, resultando em transferências profundas de renda entre indivíduos e contribuindo para um aumento na inadimplência, dificuldades de financiamento e, em casos mais graves, a paralisação de novos negócios e até mesmo falências de instituições bancárias. Durante uma grande depressão, um dos problemas mais graves diz respeito às consequências da deflação nos preços sobre os contratos de financiamento. Os devedores que haviam obtido empréstimos para um determinado projeto em um cenário de preços mais elevados acabam sofrendo com a deflação posterior. Esse efeito de retração é ainda mais significativo para os ativos que possuem uma forte relação com o crédito³⁹⁹.

É nesse sentido que nos interessam as políticas econômicas de Vargas, no que tange às finanças e ao setor bancário. O Governo Provisório de Getúlio Vargas teve início no fim do ano de 1930 já com uma gigantesca missão pela frente: guiar o país para a recuperação da depressão econômica, de modo que os sistemas bancário e de crédito dependessem menos das condições externas, que até então estavam tragicamente desfavoráveis. Ao passo desta recuperação, é importante ressaltar que a crise, conforme

³⁹⁸ CHAVANTES, Ana Paula. Contribuições da reforma bancária de 1921 para estabilidade do mercado bancário brasileiro frente à Crise de 1929. *Leituras de Economia Política*, Campinas, (12): 25-54, jan. 2006/dez. 2007.

³⁹⁹ Cf: MARCONDES, Renato Leite. *Op. cit.*, 2015.

demonstrado anteriormente, impôs a dificuldade de recorrer a recursos externos para socorrer a economia⁴⁰⁰. Deste modo, a partir de 1930, ficou claro que era necessária uma reforma no sistema de crédito interno para compensar a falta de liquidez internacional.

A primeira medida do governo foi extinguir a política do padrão ouro. O padrão-ouro exigia que a moeda fosse lastreada em ouro, amarrando o valor da moeda na quantidade de ouro existente no país. O presidente Washington Luís havia estabelecido o padrão-ouro em 1926, com o objetivo de estabilizar a moeda brasileira em relação às principais moedas estrangeiras. No entanto, essa tentativa configurou uma experiência traumática no contexto da crise pós 1929, sendo completamente abandonada pelo governo de Getúlio Vargas.

Tal fato ocorreu porque, com a queda do comércio internacional, o Brasil enfrentou uma forte redução na entrada de divisas, o que afetou a capacidade do país de manter a paridade do real em relação ao ouro. Isso resultou em uma crescente pressão inflacionária, que se tornou insustentável para o governo. Assim, o Decreto nº 19.423, de 22 de novembro de 1930 instituiu o fim da Caixa de Estabilização como uma resposta à crise econômica global.

O objetivo era permitir que o governo pudesse imprimir mais dinheiro para financiar seus gastos e estimular a economia, sem a obrigação de manter uma paridade fixa com o ouro. Essa medida, uma resposta à crise econômica, permitiu que o governo brasileiro pudesse adotar políticas monetárias mais flexíveis para enfrentar os desafios econômicos do período. No entanto, o fim da Caixa de Estabilização e a suspensão do padrão-ouro também geraram inflação e instabilidade monetária no curto prazo.

O fim da conversibilidade da moeda nacional em padrão-ouro permitiu que, ao liberar a taxa cambial, a política monetária tivesse mais autonomia em relação sobretudo à entrada líquida de reservas externas ao país⁴⁰¹. O fechamento da Caixa de Estabilização fez com que os estoques de ouro que ainda restavam fossem direcionados ao Banco do Brasil, que assumiu a centralidade das operações cambiais⁴⁰². Com isso, uma medida importante foi dotar o Banco do Brasil de características próprias de um Banco Central.

⁴⁰⁰ Apensar disso, houve um *funding loan* parcial em 1931. Ver ABREU, Marcelo de Paiva. Os *funding loans* brasileiros – 1898-1931. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. v.32, n.3, dez 2002. ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso** - cem anos de política econômica republicana. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

⁴⁰¹ ALVARENGA, Marcio. MATTOS, Fernando Augusto Mansor. *Op. cit.*, 2021.

⁴⁰² Cf: NEUHAUS, Paulo. *Op.cit.*, 1975, p. 105.

Com isso, em 28 de setembro de 1931, o Decreto nº 20.451 instituiu que o Banco do Brasil teria o monopólio do mercado de câmbio:

Estabelece normas para as vendas de letras de exportação ou de valores transferidos do estrangeiro. O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, atendendo à anormalidade da atual situação e à necessidade de centralizar as operações de aquisição cambiária para o fim de evitar especulações danosas aos interesses do País, decreta: Art. 1º As vendas de letras de exportação ou de valores transferidos do estrangeiro só poderão ser feitas ao Banco do Brasil. Art. 2º As coberturas assim adquiridas serão distribuídas periodicamente entre todos os bancos, para atender: 1º, a necessidades imprescindíveis do Governo Federal, dos governos dos Estados ou dos municípios; 2º, à importação de mercadorias; 3º, a outras necessidades, de acordo com as determinações vigentes. Art. 3º Para fixar as datas da distribuição e as quotas a distribuir fica constituída uma comissão composta de um representante do Banco do Brasil, do presidente da Associação Bancária do Rio de Janeiro e do presidente da Associação Bancária de São Paulo, ou um seu representante. Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário⁴⁰³.

O objetivo do governo era reestruturar o Banco do Brasil, uma ideia que já vinha sendo discutida há algum tempo. Inicialmente, essa transformação visava unificar os componentes da política monetária em uma única instituição, sujeitando suas operações ao funcionamento do padrão ouro-libra, que em última instância, estabeleceria regras para a emissão de papel-moeda. Posteriormente, ao longo da década de 1930, a reforma do Banco do Brasil tomou um caminho diferente do que havia sido inicialmente proposto, uma vez que o governo Vargas se concentrou na ampliação do crédito doméstico, na recuperação da atividade econômica e na diversificação produtiva⁴⁰⁴.

A transformação do Banco do Brasil em uma autoridade monetária aos moldes de Banco Central também contou com dois aspectos principais, a Carteira de Redesconto e a Caixa de Mobilização Bancária, que, juntos, conseguiram amortecer o impacto da Grande Depressão na economia brasileira.

A Caixa de Mobilização Bancária (CAMOB), foi criada pelo Decreto nº 21.499 de 9 de junho de 1932. A CAMOB foi pensada 1) “considerando que o retraimento do crédito impede o desenvolvimento das fontes de riqueza do país”; 2) “considerando que esse retraimento é em parte resultante da política de previsão que os bancos se viram

⁴⁰³ Decreto nº 20.451, 2022, s/p.

⁴⁰⁴ ALVARENGA, Marcio. MATTOS, Fernando Augusto Mansor. *Op. cit.*, 2021, p. 620.

compelidos a seguir em face da crise mundial cujas consequências criaram um ambiente de geral desconfiança”; e 3) considerando ser essencial restabelecer “a normalidade das operações de crédito bancário e que para isso é necessário assegurar aos bancos condições de mobilidade de seus ativos que lhes permitam, em qualquer emergência, fazer face aos compromissos assumidos e às necessidades gerais da economia do país”⁴⁰⁵.

Assim, a CAMOB foi criada para “promover a mobilização das importâncias aplicadas em operações seguras, mas de demorada liquidação, realizadas, anteriormente à data deste decreto, pelos bancos de depósitos e descontos, nacionais e estrangeiros, estabelecidos no país”⁴⁰⁶. Ou seja, o objetivo da CAMOB era fazer com que os bancos que estivessem com suas operações comprometidas com baixa liquidez e ativos de longo prazo obtivessem recursos líquidos para fornecer mais empréstimos.

O Decreto estabeleceu que a Caixa de Mobilização Bancária forneceria crédito aos bancos que a procurassem e fornecessem garantias, por um período de até cinco anos e com juros entre 6% e 10% ao ano. Quando o prazo expirasse e houvesse saldo em aberto, o banco beneficiado teria que liquidar a conta para encerrar dentro do período de funcionamento da Caixa⁴⁰⁷.

A CAMOB obtinha seus recursos por meio de uma exigência imposta aos bancos, que consistia no recolhimento das reservas dos bancos comerciais que ultrapassassem determinada proporção do valor de seus depósitos. Se esses recursos não fossem suficientes, o Banco do Brasil poderia solicitar a emissão de papel-moeda ao Tesouro Nacional para complementá-los. Além disso, o decreto obrigava todos os bancos estabelecidos no país a manter em caixa numerário correspondente a 10% e 15% do total de seus depósitos a prazo e à vista, respectivamente. Considerava-se à vista os efeitos a trinta dias ou de prazo ainda menor.

Da mesma forma, a segunda iniciativa que transformou o Banco do Brasil em Banco Central foi a criação da Carteira de Redescoto, que permitia a troca de títulos destinados ao financiamento da produção industrial, agrícola ou pecuária. O Decreto nº 21.537 de 15 de junho de 1932 visava suprir a necessidade de financiamento dessas produções, uma vez que não havia organizações especializadas para esse fim. Entretanto, o governo considerou que essa escassez só poderia ser solucionada após a conclusão dos estudos em andamento.

⁴⁰⁵ Decreto nº 21.499, 2022, s/p.

⁴⁰⁶ Ibidem.

⁴⁰⁷ Ibidem.

Inicialmente, a Carteira previa o redesconto apenas de títulos de transações comerciais. Depois, a natureza dos títulos aceitos foi ampliada, passando a incluir títulos procedentes dos setores agrícola, pecuário, industrial e por fim autorizando promissórias do governo. Na prática, o redesconto funcionava como um empréstimo do Banco do Brasil aos setores por ele abarcados, que se viam com pouco dinheiro em caixa e/ou com risco de falência, pois proporcionava maior liquidez de forma praticamente imediata.

O redesconto de títulos públicos, em tese, “constituía um expediente excepcional ao Tesouro em função da necessidade de se financiar o enorme (e imprevisto) déficit daquele ano, fortemente influenciado pela chamada Revolta Constitucionalista Paulista de 1932 e pela seca no Nordeste”⁴⁰⁸. A Carteira de Redesconto estabeleceu uma taxa máxima de desconto de 6% e um prazo máximo de vencimento de quatro meses para os títulos descontáveis. Posteriormente, as solicitações de emissão de títulos do Tesouro pela Carteira de Redesconto, frequentemente vinculadas ao financiamento da política cafeeira do governo, tornaram-se uma fonte significativa de expansão da base monetária durante o período de 1930 a 1945⁴⁰⁹.

O fato é que a crise de 1929 desencadeou uma grande depressão econômica que abalou os sistemas monetários pelo mundo todo. Assim, 1933 foi ano em que inúmeros países ao longo do globo criaram sua moeda fiduciária⁴¹⁰. No Brasil, foi o Decreto nº 23.501, de 27 de novembro de 1933, que declarou “nula qualquer estipulação de pagamento em ouro, ou em determinada espécie de moeda, ou por qualquer meio tendente a recusar ou restringir, nos seus efeitos, o curso forçado do mil réis papel, e dá outras providências”⁴¹¹.

A moeda fiduciária é uma moeda sem lastro em ouro e prata ou qualquer valor intrínseco. Trata-se de papéis que representam valor apenas porque o governo lhes afirma esse valor e a sociedade em geral acredita e confia nessa valia. Desta maneira, o Governo Provisório instituiu a moeda fiduciária afirmando ser função do Estado criar e defender sua moeda, assegurando-lhe o poder liberatório. Assim, o Estado tinha a atribuição decretar o curso forçado do papel moeda como providência de ordem pública, e uma vez conferido esse curso, não poderia ser derogado por convenções particulares.

⁴⁰⁸ ALVARENGA, Marcio. MATTOS, Fernando Augusto Mansor. *Op. cit.*, 2021, p. 651-652

⁴⁰⁹ NEUHAUS, Paulo. *Op. cit.*, 1975, p. 105.

⁴¹⁰ FRANCO, Gustavo Henrique de Barroso. *Op. cit.*, 2017.

⁴¹¹ Decreto nº 23.501, 2022, s/p.

O decreto argumentava que muitos países tinham determinado a nulidade da cláusula ouro e de outros processos artificiosos de pagamento que importassem na repulsa ao meio circulante. O decreto concluiu que, por razões de ordem pública, não poderia ter validade legal, no território brasileiro, qualquer cláusula, convenção ou artifício que visasse subtrair o credor ao regime do papel moeda de curso forçado, recusando-lhe ou diminuindo-lhe o poder liberatório integral, que o Estado em sua soberania lhe garantiu. O motivo do decreto era proteger a estabilidade da moeda e evitar a depreciação da moeda papel, considerando que o papel moeda tem curso forçado, o que significa que ele era a única forma legal de pagamento no país⁴¹².

Apoiado em exemplos de outros Estados, a moeda fiduciária brasileira ganhou curso forçado com um claro objetivo de resolver as dívidas, pois não havia nenhuma previsão para seu valor. O governo então poderia emitir a quantidade de dinheiro que achasse melhor. No artigo 1º decretou “nula qualquer estipulação de pagamento em ouro, ou em determinada espécie de moeda, ou por qualquer meio tendente a recusar ou restringir, nos seus efeitos, o curso forçado do mil réis papel”⁴¹³.

A moeda fiduciária também alterou os contratos privados, pois ao suspender o pagamento em ouro, a moeda de pagamento e de conta se tornou assunto de ordem pública. Assim, o decreto vedou, de forma implícita, que os contratos fossem firmados “com a chamada ‘cláusula ouro’, dispositivo do Código Civil de 1916 que permitia a particulares estabelecer pagamentos em ‘determinada espécie de moeda’, inclusive estrangeira, ou no equivalente em moeda nacional da moeda estrangeira ao câmbio do dia”⁴¹⁴.

No artigo 2º, estipulava que, “a partir da publicação deste decreto, é vedada, sob pena de nulidade, nos contratos executáveis no Brasil, a estipulação de pagamento em moeda que não seja a corrente, pelo seu valor legal”⁴¹⁵. No entanto, uma vez que a moeda estava dissociada de qualquer noção de valor, o “valor legal, ou “valor nominal”, independia de qualquer relação com o preço do ouro, de mercadorias ou de serviços. Segundo Franco⁴¹⁶, “era o chamado ‘nominalismo’, pelo qual ficava vedado qualquer expediente que pudesse ‘restringir ou recusar’ o uso da moeda nacional como unidade de conta ou meio de pagamento”.

⁴¹² Decreto nº 23.501, 2022, s/p.

⁴¹³ Decreto nº 23.501, 2022, s/p.

⁴¹⁴ FRANCO, Gustavo Henrique de Barroso. *Op. cit.*, 2017, p. 49.

⁴¹⁵ Decreto nº 23.501, 2022, s/p.

⁴¹⁶ FRANCO, Gustavo Henrique de Barroso. *Op. cit.*, 2017, p. 49.

Já a Lei da Usura foi instituída no Brasil pelo Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933. Sob uma perspectiva jurídica, a usura é considerada um crime contra a economia popular, que consiste na prática de cobrança de juros acima do limite estabelecido por lei. Conforme o próprio decreto, “Art. 13. É considerado delito de usura, toda a simulação ou prática tendente a ocultar a verdadeira taxa do juro ou a fraudar os dispositivos desta lei, para o fim de sujeitar o devedor a maiores prestações ou encargos, além dos estabelecidos no respectivo título ou instrumento”⁴¹⁷.

A instabilidade econômica causada pela Grande Depressão gerou uma crise de pagamentos não apenas das empresas jurídicas, mas dos próprios indivíduos. Nesse sentido, a Lei da Usura tinha clara seus objetivos:

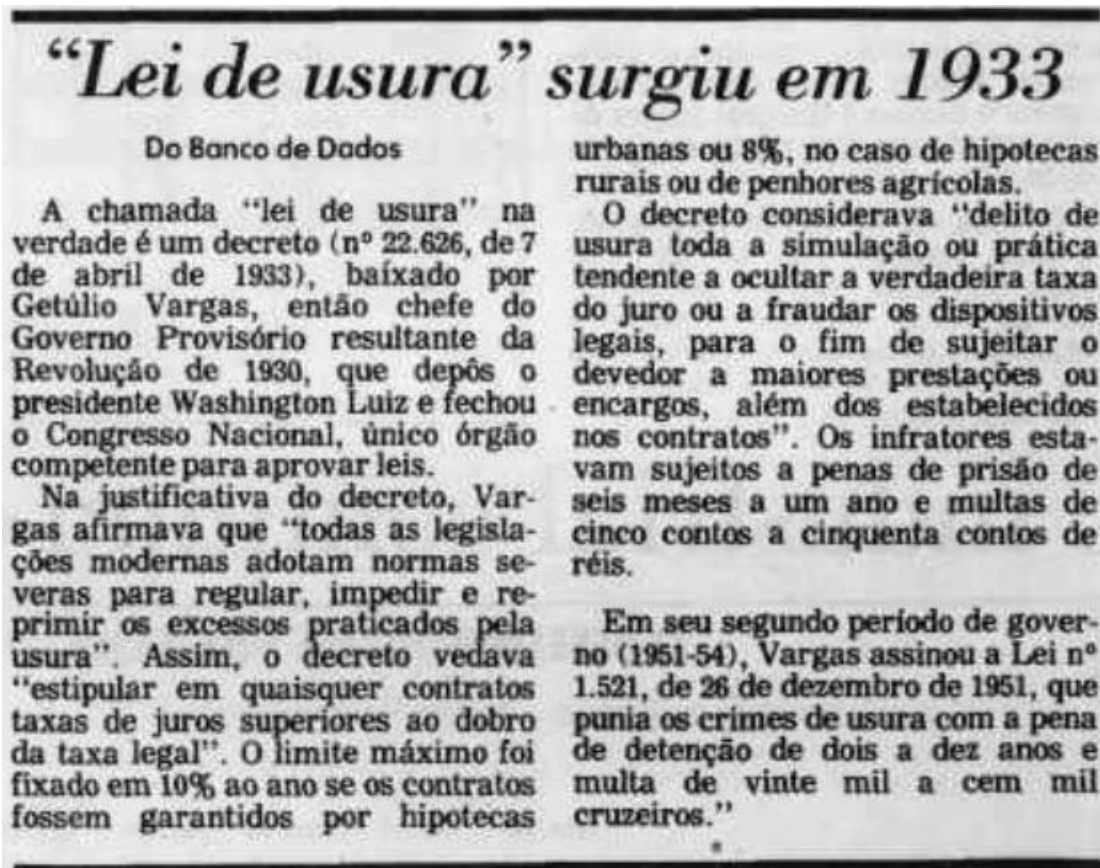
Considerando que todas as legislações modernas adotam normas severas para regular, impedir e reprimir os excessos praticados pela usura. Considerando que é de interesse superior da economia do país não tenha o capital remuneração exagerada impedindo o desenvolvimento das classes produtoras⁴¹⁸.

O Código Civil de 1916, legislação anterior que tratava do assunto, fixava as taxas de juros em 6% ao ano, podendo chegar no máximo ao seu dobro, 12%. No entanto, no mesmo Código havia margem para contornar a limitação, já que admitia juros acima da taxa estipulada. A Lei da Usura retomou o texto do Código Civil e proibiu a cobrança de juros acima da taxa de 12%.

⁴¹⁷ Decreto nº 22.626, 2022, s/p.

⁴¹⁸ Ibidem.

Figura 23 – Lei da Usura



Fonte: Folha de São Paulo, Ano X, 12 de maio de 1988.

Não há dúvidas de que o decreto tenha sido criado para atender especialmente aos cafeicultores paulistas que passavam pela crise do café. Eles estavam, no geral, extremamente endividados com empréstimos e hipotecas, e estavam pagando taxas de juros altíssimas. O jornal Folha da Manhã, publicou no dia 8 de abril de 1933 que “atendendo aos justos apelos da lavoura”, o senhor general Interventor Federal em São Paulo, Waldomiro Castilho de Lima, “além de resolver problemas referentes ao financiamento e à compra e pagamento dos excessos das safras de 1931-32, 1932-33, pleiteou, com decisão e firmeza, o decreto dilatando o prazo das dívidas hipotecárias [...]”⁴¹⁹.

A Lei da Usura não tinha como objetivo proibir a capitação dos juros, mas limitar a taxa anual ao máximo de 12%. O artigo 1º é bastante claro em relação a isso: “É vedado, e será punido nos termos desta lei, estipular em quaisquer contratos taxas de juros superiores ao dobro da taxa legal (Código. Civil, art. n. 1.062)”⁴²⁰. Ou seja, não se pode

⁴¹⁹ Folha da Manhã, 1933.

⁴²⁰ Decreto nº 22.626, 2022, s/p.

cobrar uma taxa de juros anual maior que 12%, nem qualquer tipo de comissão adicional cuja taxa final seria maior que 12%.

Da mesma maneira, o artigo 4º atesta que “É proibido contar juros dos juros: esta proibição não compreende a acumulação de juros vencidos aos saldos líquidos em conta corrente de ano a ano”⁴²¹. Analisando a lei no contexto do decreto, é possível compreender que a proibição tinha o objetivo de conservar o limite estabelecido, e não proibir a capitalização dos juros. Assim, supondo que um empréstimo tenha sido acordado com uma taxa de juros de 12% ao ano, a cobrança de juros de 1% ao mês, com capitalização mensal, resultaria em uma taxa de 12,68% ao ano ao final de um ano, ultrapassando o limite permitido por lei.

A segunda parte do artigo comprova esse entendimento, afirmando que, ao final de cada ano, os juros vencidos e não pagos poderiam ser adicionados aos saldos devedores para fins de cálculo dos juros do próximo período. Esse procedimento é permitido e é conhecido como capitalização composta. Portanto, podemos concluir que o decreto se preocupava com o limite estabelecido, proibindo a capitalização dos juros somente quando excedia a taxa de 12% ao ano.

Para Abreu⁴²², a Lei da Usura foi editada em um contexto de acomodação política de São Paulo após a Revolução Constitucionalista de 1932 e teve um aspecto de reorganização da economia cafeeira, em dificuldades desde a Crise de 1929. Um de seus dispositivos continha expressa previsão de que as dívidas existentes até abril de 1933, cujas garantias fossem hipotecas rurais ou penhores agrícolas, que tivessem sido contraídas para financiamento de trabalhos agrícolas ou para compra de maquinário e de utensílios destinados à agricultura, seriam calculadas a um teto de juros e poderiam ser pagas em dez prestações anuais, se assim entendesse o devedor.

Ao abordar a Lei da Usura, Franco⁴²³ enfatiza que a legislação tinha como foco principal o crédito agrícola. Ele baseia sua afirmação na opinião do então ministro da Fazenda Oswaldo Aranha, que ressaltou o caráter direcionado da proibição da usura. No entanto, o artigo 1º da lei não restringiu a aplicação da proibição, ao contrário, foi editado com a determinação explícita de que deveria ser aplicável a todos os tipos de contratos, sem exceção. Em outras palavras, embora a intenção fosse regulamentar o crédito

⁴²¹ Decreto nº 22.626, 2022, s/p.

⁴²² ABREU, Marcelo de Paiva. *Op. cit.*, 1992, p. 84.

⁴²³ FRANCO, Gustavo Henrique de Barroso. *Op. cit.*, 2017, p. 402.

agrícola, a lei acabou por abranger todas as formas de contratos em sua proibição de cobrança de juros abusivos.

No contexto da crise de 1929, a Lei de Usura foi importante para proteger a economia popular de práticas abusivas de empréstimo e cobrança de juros excessivos. A crise econômica mundial afetou o país de várias maneiras, incluindo a diminuição do crédito disponível e o aumento da taxa de juros. Isso tornou mais difícil para muitas pessoas e empresas acessarem empréstimos para investir em seus negócios e pagar suas dívidas existentes. Alguns credores poderiam se aproveitar dessa situação e cobrar juros exorbitantes para empréstimos, agravando ainda mais a situação financeira dos devedores. A Lei de Usura ajudou a estabelecer um limite máximo para os juros cobrados em empréstimos, protegendo os tomadores de empréstimos de práticas predatórias de credores.

Ainda que a lei tenha sido uma tentativa de regulamentar as taxas de juros praticadas no país, ela não foi capaz de evitar que muitos credores encontrassem maneiras de contornar as suas normas. Isso ocorreu, por exemplo, por meio do uso de taxas disfarçadas como comissões ou outras formas de cobrança que não eram expressamente proibidas pela legislação. Além disso, muitos credores aproveitaram-se da falta de informação e da vulnerabilidade dos devedores para impor condições abusivas, o que tornou a Lei da Usura muitas vezes ineficaz na prática.

Embora a Lei da Usura tenha sido um passo importante para a estabilização da economia, a medida que seria o golpe final nos efeitos negativos da crise no Brasil foi a Lei do Reajustamento Econômico. Essa lei, instituída pelo Decreto nº 23.533, de 1º de dezembro de 1933, tinha um objetivo claro: reduzir em “cinquenta por cento o valor de todos os débitos de **agricultores**, contraídos antes de 30 de junho do corrente ano, e dá[va] outras providências”⁴²⁴.

Aqui é importante ressaltar que a lei foi pensada quase que exclusivamente na situação dos agricultores, sobretudo os cafeicultores, uma vez que a produção agrícola ainda era a mais importante das áreas econômicas do país, e que os preços internacionais ainda não haviam se recuperado. Além disso, a lei foi promulgada

Considerando que para as medidas nacionais de defesa cambial contribuir para a produção agrícola com a quase totalidade do sacrifício exigido ao país. Considerando que, em virtude da situação criada pela generalização da crise, a terra e todos os seus produtos sofreram uma

⁴²⁴ Decreto nº 23.533, 2022, s/p., grifo nosso.

redução considerável de valor. Considerando que tal redução de valor criou uma situação de graves dificuldades para a quase totalidade dos agricultores, ou seja, a própria economia nacional que na agricultura assenta as suas bases. Considerando que em tais casos cabe ao poder público providir, tomando as providências para a defesa dos interesses nacionais, confundidos com os dos particulares⁴²⁵.

A deflação e a desvalorização da moeda haviam elevado os valores de pagamentos indexados em ouro ou em câmbio. Dessa forma, havia a necessidade de diminuir as acentuadas transferências de renda entre devedores e credores. Ainda assim, muitos empréstimos, principalmente os agrícolas, ficaram difíceis de serem saldados, o que tornava os bancos como potenciais instituições insolventes. Como a insolvência poderia levar à falência generalizada dos bancos e com isso colapsar o sistema financeiro brasileiro, “as dívidas foram trocadas por apólices do governo federal, denominadas de obrigações do reajustamento econômico. Essa legislação inspirou-se no *New Deal* dos EUA, que alongou o prazo das dívidas dos agricultores e reduziu os juros”⁴²⁶.

Os três primeiros artigos destacam de forma clara a quem serve bem como seria feita a redução das dívidas:

Art. 1º Fica reduzido de cinquenta por cento o valor, na data deste decreto, de todos os débitos de agricultores, contraídos antes de 30 de junho do corrente ano, quando tiverem garantia real ou pignoratícia. Art. 2º Fica igualmente, induzido de cinquenta por cento o valor dos débitos de agricultores, qualquer que seja a sua natureza, a bancos e casas bancárias, desde que contraídos antes de 30 de junho do corrente ano, no caso de ser de insolvência o estado do devedor. [...] Art. 3º Com indenização do prejuízo sofrido pelos credores em virtude do disposto nos arts. 1º e 2º, ser-lhes-ão entregues, pelo seu valor par, apólices do Governo Federal ao juro de seis por cento ao ano, do valor nominal de um conto de réis cada uma, para cuja emissão fica autorizado o ministro da Fazenda até o limite de quinhentos mil contos de réis⁴²⁷.

A Lei do Reajustamento Econômico recebeu várias críticas por ser considerada como beneficiadora de uma parcela muito específica da população. As críticas centravam-se na proteção de uma minoria de brasileiros, cafeicultores e bancos, que já tinham grandes privilégios. Em que pese as declarações de que essa lei não beneficiaria o povo, o Ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, reafirmou sua importância, destacando que “a

⁴²⁵ Ibidem.

⁴²⁶ MARCONDES, Renato Leite. *Op. cit.*, 2015, p. 264.

⁴²⁷ Decreto nº 23.533, 2022, s/p.

Lei do Reajustamento era a única providência capaz de restabelecer a ordem normal da economia brasileira, violada por necessidades públicas da coletividade nacional”⁴²⁸.

No ano seguinte, o governo criou, com o Decreto nº 23.981, de 9 de Março de 1934, uma Câmara de Reajustamento Econômico, com o objetivo de verificar os pedidos de ressarcimento a partir dos prejuízos dos credores. Assim, a Câmara julgou 22.392 processos até maio de 1937. Desse número, apenas 14.246 receberam despacho favorável. Em termos de valor, “as diferenças foram ainda maiores, totalizando as declarações de crédito 2.457.616 contos de réis, mas as indenizações concedidas até o momento foram de apenas 679.442 contos”⁴²⁹.

É importante destacar que, em três anos de funcionamento, a Câmara indenizou um montante maior do que havia sido permitido inicialmente, o que demonstra uma atuação bastante importante da Câmara. Dessa forma, a Lei da Usura e a Lei do Reajustamento Econômico foram fundamentais para evitar uma derrocada no mercado de crédito rural, bem como maiores impactos no principal produto de exportação: o café. As medidas monetárias e financeiras do governo, então, ajudaram a superar os impactos da Grande Depressão, de modo a impedir o colapso da economia nacional.

Diante do exposto, podemos concluir que a conjuntura econômica do período de 1930 e a relação com a crise do café foram fundamentais para a reestruturação da economia brasileira. A regulação bancária, relacionada às políticas de valorização do café, foi um dos pilares para o desenvolvimento econômico do país, mas a crise de 1929 acentuou o problema do café, o que demandou a adoção de novas políticas econômicas por parte do governo Vargas. As medidas adotadas pelo governo, como a criação da Caixa de Mobilização Bancária e a Carteira de Redesconto, conseguiram amortecer os impactos da crise internacional no Brasil. É possível afirmar que a conjuntura econômica do período de 1930 e a relação com a crise do café foram determinantes para o desenvolvimento de uma nova estrutura econômica no país e para o fortalecimento do papel do Estado como regulador da economia.

⁴²⁸ MARCONDES, Renato Leite. *Op. cit.*, 2015, p. 265.

⁴²⁹ *Ibidem*, p. 266.

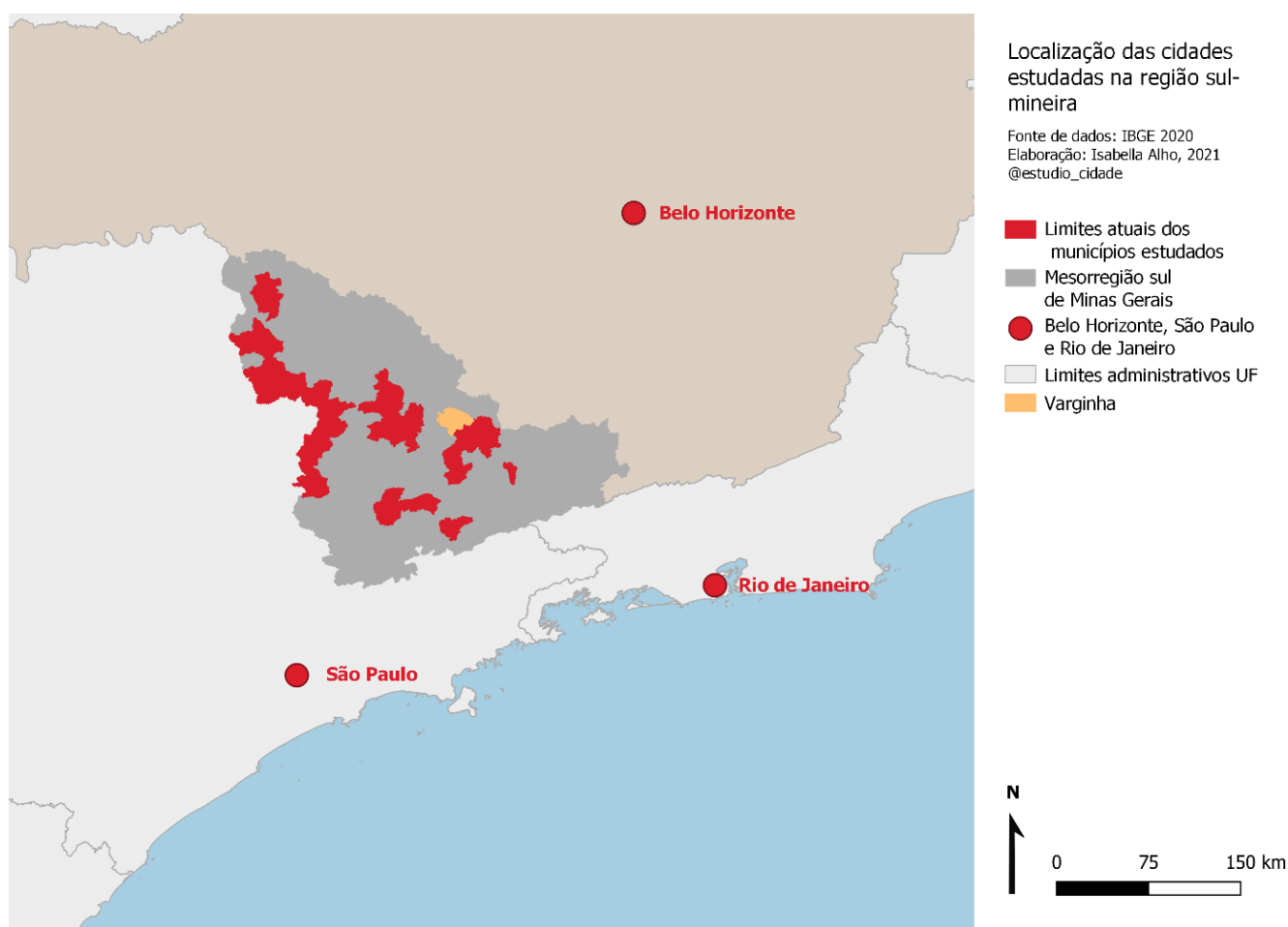
SEGUNDA PARTE:
O BANCO DO
SUL DE MINAS

CAPÍTULO 4 – UM BANCO REGIONAL NA ECONOMIA CAFEIEIRA

A história de uma instituição financeira está intimamente ligada à cidade em que ela foi criada, uma vez que a instituição ajuda a moldar a identidade local ao mesmo tempo em que é moldada por ele. É o caso do Banco do Sul de Minas, fundado em Varginha em 1932. A presença deste banco na cidade ajudou a impulsionar a economia local, contribuindo para tornar a localidade um importante centro financeiro da região. Além disso, a criação do Banco do Sul de Minas refletiu o papel central que Varginha desempenhou no cenário econômico de Minas Gerais naquela época. Portanto, é fundamental compreender o contexto histórico em que o banco foi fundado, já que a cidade de Varginha desempenhou um papel central na história do Banco do Sul de Minas.

Assim, para compreender a importância de Varginha é necessário conhecer um pouco mais sobre a cidade. Varginha é um município localizado na região Sul de Minas Gerais, conhecida por sua forte tradição no setor cafeeiro. A cidade também possui uma economia diversificada, com destaque para a indústria, comércio e serviços. Ademais, como demonstramos no Capítulo 2, Varginha era a cidade sul-mineira que mais possuía agências bancárias em 1936, comparando-se a Belo Horizonte em quantidade, 6, e possuindo mais instituições que Juiz de Fora, que tinha 5.

Figura 24 – Localização de Varginha



Fonte: Elaboração de Isabela Alho, a pedido da autora, segundo dados do IBGE de 2020.

Não há consenso quanto o início da povoação de Varginha. Segundo a Câmara Municipal da cidade⁴³⁰, suas primeiras notícias são referidas ao ano de 1763, quando foi edificada a Ermida de Santo Antônio⁴³¹ na antiga estrada entre Campanha e Três Pontas. Construída possivelmente por bandeirantes que por ali passavam, logo estabeleceu pousos para viajantes, concomitante ao crescimento do povoado proporcionado pelas tropas muars carregadas de mercadorias oriundas de São Paulo e com destino a Campanha.

⁴³⁰ ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VARGINHA. **Monografia Histórica.** Disponível em <http://www.camaravarginha.mg.gov.br/downloads/historia_varginha.pdf>. Acesso em novembro de 2013.

⁴³¹ Segundo o Dicionário Aurélio, ermida significa pequena igreja ou capela, quase sempre erguida em lugar despovoado.

Por outro lado, de acordo com o Museu Municipal de Varginha⁴³², a cidade surgiu da atual estação da Flora, local onde já havia moradores das fazendas São Paulo, Santa Maria e Bom Jardim, constituindo um trajeto de tropeiros que transitavam entre Campanha, Três Pontas, Três Corações e Lavras. Depois de alguns anos de deslocamento, famílias dessas fazendas bem como viajantes e tropeiros foram povoando o território antigo conhecido como bairro da Vargem. De qualquer forma, foi apenas em 1850 que Varginha tornou-se freguesia com o nome de Espírito Santo da Varginha, subordinada à cidade de Três Pontas. Varginha viria a tornar-se vila apenas em 1881 e cidade em 1882.

Ao analisar o Banco do Sul de Minas, é importante compreender a história e a economia da região em que ele foi criado. Nesse sentido, a perspectiva de um memorialista que escreveu sobre Varginha em 1919 configura uma fonte valiosa de informação, já que o autor viveu em um período anterior ao surgimento do Banco do Sul de Minas e, portanto, conheceu a cidade em um contexto diferente do da crise do café. Suas descrições e observações podem nos ajudar a entender a evolução da cidade e da economia cafeeira da região ao longo do tempo. Além disso, ao considerar a perspectiva de um memorialista, podemos obter uma visão mais ampla e rica sobre a história e a cultura locais.

Com sua estação de trem inaugurada 10 anos depois de Varginha ter sido elevada à categoria de cidade, um memorialista da varginhense, Luiz José Álvares Rubião, declarou que

A chegada da estrada de ferro nesta cidade, talhou, em definitivo, seu lugar dominante de empório comercial do Sul de Minas. Varginha, que, desde os seus primeiros tempos, mostrou sempre uma feição de cidade comercial, com a passagem da via férrea, desdobrou-se em franca prosperidade num comércio ativo e resolutivo. Os lugares vizinhos, como São João Nepomuceno, Cachoeira, Pontal e outros, como satélites, começaram a convergir para essa cidade toda sua vida comercial⁴³³.

Em que pese a tinta carregada na exaltação da cidade, Rubião⁴³⁴ continua mais a frente:

O café é a lavoura dominante da Varginha e nem podia ser de outro modo; pois, este município produz o MELHOR CAFÉ DO BRAZIL, não só pelo seu especial aroma, como pela igualdade de grão e de colorido. A média da exportação de café, é computada neste município,

⁴³² EQUIPE DO MUSEU MUNICIPAL DE VARGINHA. **Varginha:** sua origem. Disponível em: < <http://fundacaoculturaldevarginha.com.br/museu/varginha-sua-origem/> >. Acesso em novembro de 2013.

⁴³³ RUBIÃO, Luiz José Álvares. *Op. cit.*, 1919, p. 19.

⁴³⁴ *Ibidem*, p. 43, grifo nosso.

em 500.000 arrobas anuais, que, reunida com as parcelas que acodem a esta praça dos municípios vizinhos, alcança a elevada cifra de 800.000 arrobas. **A base da grandeza da Varginha, repousa na agricultura;** e a prosperidade de sua agricultura nasce da equitativa repartição das suas terras. Neste município, não existem esses monstruosos parasitas do solo – os grandes proprietários. As primitivas fazendas, que raramente excediam na sua área a 500 alqueires, estão atualmente divididas e subdivididas entre pequenos proprietários, que cultivam suas glebas com inteligência e no limite extremo de sua produção. [...] Varginha está em terceiro lugar como cidade exportadora de café no nosso estado.

Quanto à indústria, o mesmo memorialista⁴³⁵ destacou que a cidade

tendo apoiado, desde os primeiros tempos, todo o seu desenvolvimento econômico na fertilidade de suas terras e na sua feliz situação como centro comercial, tem voltado a atividade de seus filhos para o comércio e agricultura. Não obstante, diversas indústrias têm sido implantadas no município, e graças ao espírito de trabalho e iniciativa dos varginhenses, desenvolvem-se hoje em franca prosperidade, principalmente aquelas indústrias que se confinam com os produtos da terra. Ocupa o primeiro plano a indústria de beneficiamento e aperfeiçoamento do café, que se faz, desde a despolpa do grão até a seleção feita por catadores mecânicos e a mão, dos diversos tipos.

Nas palavras de Rubião⁴³⁶, “esses estabelecimentos, que na maioria se acham localizados próximos à estação da linha férrea, são os seguintes:”

⁴³⁵ Ibidem, p. 57.

⁴³⁶ Ibidem, p. 57.

Quadro 2 – Firmas de Varginha apresentadas por Rubião em 1919.

Firma	Ramo	Observação
Antonio Rotundo & Comp.	Possui esse estabelecimento diversas máquinas modernas de beneficiar e rebeneficiar café, com classificadores, etc. Tudo movido a eletricidade. Tendo vastos armazéns.	Na rua dos Comissários, nº 2, com escritórios em Santos, à rua Santo Antonio nº 9; no Rio de Janeiro, à rua dos Beneditinos nº1 e em Juiz de Fora.
Antonio de Souza Oliveira	Possui máquinas aperfeiçoadíssimas para beneficiar café.	Estabelecido em vasto prédio à frente da estação
Hard Rand & Comp	Máquinas de beneficiar e rebeneficiar café, e grandes armazéns; compra café em grande estala.	Firma norte americana, com a sede em Nova York, tem em Varginha, em edifício próprio, próximo à estação
Gabriel Penha de Paiva	Possui uma bem montada usina de beneficiar e rebeneficiar café	Próxima à estação
Luiz Severo da Costa	Máquina de beneficiar café	É proprietário da primeira máquina de beneficiar café que possuiu esta cidade; tem seu estabelecimento num arrabalde da cidade.
Severino Villela & Comp.	Uma fábrica de manteiga que exporta 150 quilos diários de manteiga, sob as marcas “Turmalina” e “Paiva”	A casa Matriz é situada em Varginha, tendo filial em Ouro Fino.
José Navarra	Fábrica de gelo	Produz diariamente 200 quilos de gelo
Luiz Maselli	Fábrica de bebidas	Onde se fabricam finíssimas bebidas. Tendo sido esta fábrica premiada na Exposição Internacional de Torino, 1901, com a medalha de ouro, outra de bronze e diploma de honra
M. Agronoff & Comp.	Fábrica de caramelos, bombons, etc.	A “Minerva”, na praça Rio Branco, 12
Gustavo Hartmann	Fábrica de balas, caramelos, chocolates e biscoitos, etc.	A “Rio Branco”, na Praça da Estação
Raphael Romanielli	Fábrica de Massas alimentícias	
Antonio Rodrigues de Souza	Serraria	Movida a vapor.
Navarra & Irmãos	Loja de carro e Oficinas mecânicas	À rua dos Comissários; à rua Wenceslau Braz.
Mendes e Prado	Fábrica de banha “7 de Setembro”	Na avenida do Colégio

Fonte: RUBIÃO (*Op. cit.*, 1919, p. 57).

Em relação ao comércio de Varginha, Rubião⁴³⁷ alegou que

pode ser considerado o mais importante de todo o Sul de Minas, pois importantes casas atacadistas servem as praças de Elói Mendes, Três Pontas, Dolores de Boa Esperança, Campos Gerais, Paraguaçu, Carmo da Cachoeira e Vila Nepomuceno. Entre as principais firmas, destacam-se: Roque Rotundo, Azarias Alves Campos, João Manoel, Cezar Conde, Lage & Irmãos e Saly Goz, todos com negócios de fazendas e armazéns. José Fortunato de Almeida, Antonio de Almeida, Rebello

⁴³⁷ Ibidem, p. 57 e 59.

& Comp. J. Oliveira, Manoel de Souza Oliveira e Viúva Foresti & Filho, todos com negócios de secos e molhados.
[...] O comércio de Varginha é representado por casas atacadistas muito importantes. Pode-se afirmar, sem receio de exagero, que Varginha é o grande empório comercial do sul-mineiro.

A conexão entre o Banco do Sul de Minas e a economia de Varginha é ainda mais evidente quando se considera que muitos dos estabelecimentos comerciais e industriais, assim como os cafeicultores da região, eram acionistas do banco. Isso reflete a importância que a instituição tinha para a economia local e para os empreendedores da cidade e região. Além disso, os proprietários desses estabelecimentos muitas vezes ocupavam posições de destaque no banco, demonstrando a estreita ligação entre as esferas financeira e econômica da cidade. A participação desses empresários na criação e administração do Banco do Sul de Minas evidencia a importância do estabelecimento para o desenvolvimento de Varginha e para a região como um todo.

Embora a ausência de dados de memorialistas locais para os anos posteriores até a criação do banco seja lamentável, é possível traçar um panorama geral da economia varginhense por meio de outras fontes disponíveis. O capítulo 2 apresenta uma análise aprofundada da conjuntura econômica da cidade durante a década de 1930, que oferece uma visão mais ampla dos desafios e oportunidades enfrentados pelo setor financeiro local nesse período. Portanto, mesmo sem os relatos dos memorialistas, é possível compreender como a economia de Varginha se desenvolveu e influenciou a criação do banco na cidade.

Conforme mencionamos anteriormente, o café foi um importante motor econômico para a região do Sul de Minas Gerais, e em Varginha não foi diferente. A cidade se desenvolveu com a expansão do complexo cafeeiro, impulsionando os setores industrial, comercial e ferroviário. O setor bancário também foi diretamente beneficiado, já que se desenvolveu sobremaneira mesmo na década de 1930, como já discutimos. O Banco do Sul de Minas, neste processo, desempenhou um papel importante na economia local, financiando o comércio e a produção agrícola da região, além de ajudar a fomentar a industrialização e o desenvolvimento urbano de Varginha.

O Banco do Sul de Minas apresentava uma administração composta por figuras influentes da cidade, muitas delas ligadas ao setor cafeeiro. Além disso, os acionistas do banco eram em grande parte cafeicultores e empresários vinculados ao setor agropecuário da região, com destaque também para atores políticos. Essa íntima relação entre o Banco do Sul de Minas e o complexo cafeeiro é um indicativo da importância do café para o

desenvolvimento financeiro e econômico de Varginha e do Sul de Minas Gerais. Nesse sentido, a história do Banco do Sul de Minas é um exemplo do impacto do café na economia regional e da relevância do café para a criação de instituições financeiras que impulsionaram o desenvolvimento econômico local.

Com o intuito de apresentar o Banco do Sul de Minas, este capítulo está estruturado em três seções. Na primeira, destacamos a fundação do banco e a composição de sua administração. Na segunda, abordamos os acionistas do banco, analisando a origem do capital da instituição. Por fim, na terceira seção, apresentamos as operações bancárias do Banco do Sul de Minas, evidenciando como o financiamento do banco contribuiu para o desenvolvimento econômico da região.

Ao apresentar a administração do Banco do Sul de Minas, os acionistas e suas operações bancárias, o objetivo deste capítulo é evidenciar a íntima relação entre o setor cafeeiro e a instituição financeira. A análise da composição da administração e dos acionistas revelará que muitos deles eram proprietários de fazendas de café ou comerciantes ligados à economia rural, com forte interesse em seu desenvolvimento. Ademais, ao explorar as operações bancárias, será possível verificar que a intenção do banco era justamente financiar o setor cafeeiro. Desta forma, este capítulo reforça a tese geral de que a região do Sul de Minas foi marcada pela existência de um complexo cafeeiro, no qual as atividades econômicas estavam interligadas e influenciavam-se mutuamente.

4.1 – A fundação do Banco do Sul de Minas

Aos 20 de janeiro de 1932, em Varginha, ocorreu a assembleia de fundação do Banco do Sul de Minas, após convocações publicadas no órgão oficial do estado, o *Minas Geraes*, e nos jornais locais *Sul Mineiro* e *Arauto do Sul*. Foi decidido que o banco se organizaria sob a forma de sociedade anônima, prevista pelo Decreto 434 de 4 de Julho de 1891⁴³⁸. Tal decreto determinava a divisão do capital das sociedades anônimas por ações, com responsabilidade limitada dos acionistas. Portanto, a assembleia geral de fundação informou um total de 500:000\$000 como capital do banco, divididas em 5.000

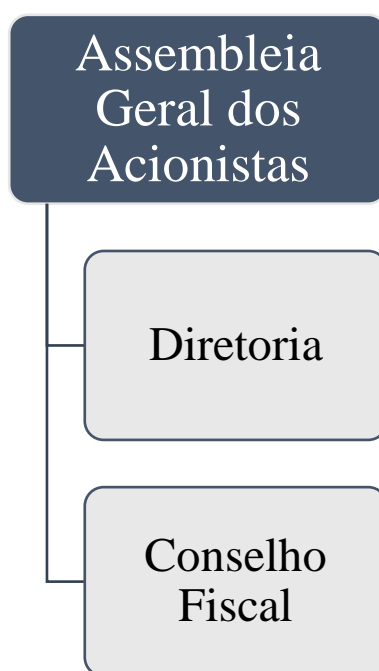
⁴³⁸ Decreto nº 434, de 4 de Julho de 1891. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-434-4-julho-1891-504758-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em fevereiro de 2019.

ações de 100\$000 cada, procedendo-se a leitura dos acionistas com suas profissões e residências bem como suas respectivas ações.

Em seguida, passou-se à leitura do estatuto, que determinava, entre outros, a duração de 20 anos da sociedade, podendo ser prorrogada por vontade dos acionistas em assembleia. Sem sombra de dúvidas, os fundadores do Banco do Sul de Minas almejavam a prosperidade da instituição, definindo ainda que o banco “poderá abrir agências dentro ou fora do Estado a juízo da Diretoria e aceitar representações de primeira ordem”⁴³⁹.

O estatuto, que foi aprovado por unanimidade, estabelecia também a organização do banco, que seria composto por uma Assembleia Geral dos Acionistas, órgão soberano da sociedade anônima e com os mais amplos poderes, cujas funções eram tomar conhecimento do relatório da Diretoria; discutir e votar o parecer do Conselho Fiscal sobre os balanços, contas e atos administrativos; eleger os seus mandatos; e deliberar sobre todo e qualquer assunto de interesse social. A Figura 25 ilustra a forma de organização do banco.

Figura 25 – Organização do Banco do Sul de Minas



Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).

⁴³⁹ BANCO DO SUL DE MINAS. **Falência.** Documentação reunida no Arquivo do Fórum Municipal de Varginha, MG, composta por 8 caixas contendo 54 documentos desde o pedido falimentar até o fim da liquidação, 1937-1940.

A administração propriamente dita ficaria por conta de uma Diretoria eleita por três anos, composta de Presidente, Secretário e Gerente, podendo ser reeleitos. A Diretoria, via de regra, tinha plenos poderes de administração, inclusive para contrair obrigações, redescotar títulos, conciliar e renunciar direitos. A primeira gestão indicada pela Assembleia Geral dos Acionistas foi composta por Antônio de Paiva Junior, para o cargo de Presidente; José Nicolau de Paiva, para Secretário; e José Werneck da Silva para Gerente.

Havia também um Conselho Fiscal, conformado por três acionistas efetivos mais três suplentes, eleitos para cada exercício pela Assembleia Geral, podendo também ser reeleitos. Ao Conselho Fiscal cabia estudar e aprovar as contas e os balancetes, apresentando parecer por escrito à Assembleia Geral dos Acionistas; resolver junto à Diretoria a criação de agências; aprovar ou modificar, conjuntamente com a Diretoria, o Regimento Interno e fixar as atribuições de cada Diretor; e determinar as remunerações dos Diretores, salvo quando a Assembleia Geral já as houver determinado. Na primeira eleição para o Conselho Fiscal foram nomeados Roque Rotundo, Matheus Nogueira de Acayaba e Leopoldo de Mello Pádua, tendo como suplentes Domingos Ribeiro de Rezende, Silvério Francisco de Oliveira e Domingos Justiniano de Rezende e Silva, de acordo com o Quadro 3.

Quadro 3 – Administração do Banco do Sul de Minas, 1932

Administração	Cargo	Acionistas	Ações*	Ocupação	Cargo Político
Diretoria	Presidente	Antônio de Paiva Junior	200	fazendeiro, comerciante ⁴⁴⁰ , cafeicultor	
	Secretário	José Nicolau de Paiva	300	proprietário	
	Gerente	José Werneck da Silva	200	comerciante	
Conselho Fiscal		Roque Rotundo	20	comerciante	vereador
	Efetivos	Matheus Nogueira de Acayaba	20	advogado	prefeito de Elói Mendes
		Leopoldo de Mello Pádua	20	comerciante	vereador
		Domingos Ribeiro de Rezende	60	fazendeiro	deputado estadual
	Suplentes	Silvério Francisco de Oliveira	100	fazendeiro, industrial	
	Domingos Justiniano de Rezende e Silva	10	comerciante de café, criador de animais, capitalista		

Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).

* Sem considerar as ações em nome de seus filhos menores.

É inegável que a administração de um banco é responsável por orientar as operações e decisões da instituição. Neste sentido, apresentar os membros da administração do Banco do Sul de Minas se faz necessário para compreendermos como esta instituição financeira atuava no contexto de uma economia cafeeira. Saber quem eram os administradores do banco, suas origens e suas relações com o setor cafeeiro, nos permitirá entender como o Banco do Sul de Minas foi influenciado pelo complexo cafeeiro na região e como ele atuou para contribuir para o desenvolvimento da cafeicultura. Desta forma, a apresentação da administração do banco será fundamental para nossa compreensão mais ampla sobre a relação entre o Banco do Sul de Minas e a economia cafeeira na região do Sul de Minas.

⁴⁴⁰ Sócio comanditário na casa comissária de café Paiva, Nunes & Cia, que também era acionista do Banco do Sul de Minas.

O então presidente, Antônio de Paiva Junior, apresentava duas entradas na lista dos acionistas lida na assembleia de fundação: na primeira como fazendeiro e comerciante, com 100 ações (10:000\$000), na segunda somente como fazendeiro, com mais 100 ações (10:000\$000). Além disso, constava como representante legal de seus filhos menores Antônio de Paiva Netto, Léa Paiva e Moacyr Tavares Paiva, cada um com 20 ações (2:000\$000).

Antônio de Paiva Junior era proprietário da fazenda Posses que, segundo o memorialista varginhense Luiz José Alvares Rubião, era “um dos estabelecimentos agrícolas mais importantes do município, quer pela sua área de 450 alqueires, quer pela sua produção de café e ainda pela indústria pastoril grandemente desenvolvida”⁴⁴¹. Na referida fazenda funcionava uma fábrica de manteiga, “a mais importante de todo o município”⁴⁴², que havia sido vendida à S. Villela & Cia, firma também de Varginha, e produzia as marcas Paiva e Turmalina, exportadas para o Rio de Janeiro. Na Figura 26 é possível ter uma vista geral da fazenda com suas construções.

A casa de morada destacava-se do velho estilo das fazendas, possuindo um bonito pomar, instalação sanitária, luz elétrica e mais qualidades consideradas as melhores entre as habitações do município, conforme demonstra a Figura 27. A fazenda contava com uma represa de água para mover o engenho de cana, a fábrica de manteiga e a máquina de beneficiamento de café. Embora os documentos referentes à falência do Banco do Sul de Minas não mencionem, Antônio de Paiva Junior também era um produtor de café, cuja lavoura “se dividia em duas partes, os velhos cafezais que se mantêm ainda pujantes pela adubação sistemática e as novas plantações”⁴⁴³. Assim, a plantação “produz 8.000 arrobas de bom café, de grão igual e esplêndido aroma; quantidade esta que vai ser excedida com o desenvolvimento dos novos cafezais”⁴⁴⁴. Na Figura 28 vê-se a máquina de beneficiar café com várias sacas do produto ao lado e Paiva Junior, à frente.

Além de café, a fazenda produzia cereais, com destaque para o arroz, e mantinha mais de 800 rezes de gado, sendo a raça Holandeza o maior rebanho, apresentado na Figura 29. De acordo com Rubião, a fazenda Posses era uma das poucas na qual todos os elementos de produção estavam em funcionamento: indústria, produção de café, plantação de gêneros alimentícios e criação de gado⁴⁴⁵.

⁴⁴¹ RUBIÃO, Luiz José Álvares. *Op. cit.*, 1919, p. 122.

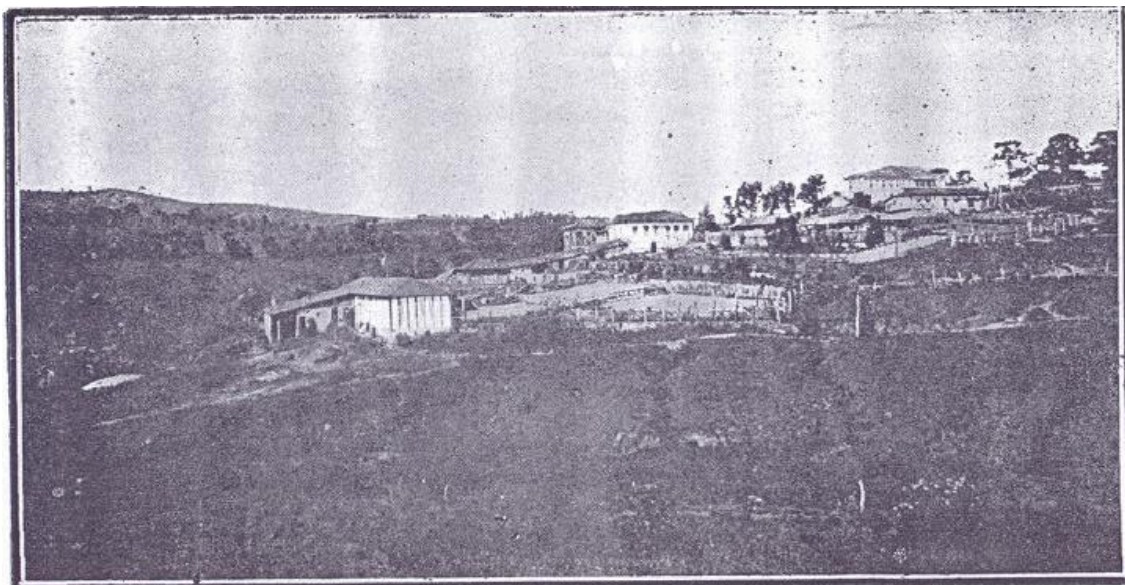
⁴⁴² *Ibidem*, p. 122.

⁴⁴³ *Ibidem*, p. 122.

⁴⁴⁴ *Ibidem*, p. 122.

⁴⁴⁵ *Ibidem*, p. 124.

Figura 26 – Vista geral da fazenda Posses de propriedade do Capitão Antônio de Paiva Junior, município de Varginha



Fonte: RUBIÃO (*Op. cit.*, 1919, p. 122).

Figura 27 – Fazenda Posses de propriedade do Capitão Antônio de Paiva Junior, município de Varginha



Fonte: RUBIÃO (*Op. cit.*, 1919, p. 121).

Figura 28 – Máquina de beneficiar café, fazenda Posses de propriedade do Capitão Antônio de Paiva Junior município de Varginha



Fonte: RUBIÃO (*Op. cit.*, 1919, p. 123).

Figura 29 – Gado Holandez, fazenda Posses de propriedade do Capitão Antônio de Paiva Junior, município de Varginha



Fonte: RUBIÃO (*Op. cit.*, 1919, p. 124).

Já o secretário do Banco do Sul de Minas, José Nicolau de Paiva, descrito como proprietário na lista dos acionistas, detinha sozinho 300 ações (30:000\$000). Proprietário de quê? Infelizmente o termo é muito vago e não há indícios, no Relatório de Falência, da qualidade da propriedade de Paiva⁴⁴⁶. A única menção a ele encontrada foi no *Almanak Laemmert* para o ano de 1935, no qual José Nicolau figurava como negociante de “armarinho, fazendas, ferragens, calçado, etc.”⁴⁴⁷. Para José Werneck da Silva, indicado como gerente, não foram encontradas informações adicionais, apenas a da lista de acionistas, que declarava a ocupação de comerciante e posse de 200 ações (20:000\$000).

Roque Rotundo, membro efetivo do Conselho Fiscal do Banco do Sul de Minas, era um importante comerciante de Varginha. Italiano de nascimento⁴⁴⁸, possuía 20 ações (2:000\$000) e era representante de suas filhas menores Nair e Maria Rotundo, cada uma com 20 ações. Rotundo foi vereador da Câmara Municipal em 1930, representante consular da Itália no mesmo ano, comerciante de “armarinho, fazendas, ferragens, calçado, etc.”⁴⁴⁹ (Roque Rotundo & Filhos). Seu irmão, Antônio Rotundo, além de importante comissário e comprador de café, foi vice-presidente da Câmara Municipal de Varginha em 1910 e vereador em 1911⁴⁵⁰. Seu também irmão Miguel Rotundo, como veremos mais à frente, também era acionista do Banco do Sul de Minas. Seu endereço comercial e residencial era em um importante prédio no Largo da Matriz de Varginha (Figuras 30 e 31)⁴⁵¹.

⁴⁴⁶ Este é um problema para todos os acionistas descritos como “proprietários”. Foi necessário recorrer à identificação de cada personagem, a fim de precisar o tipo de propriedade. É uma lástima que nem todos tenham sido identificados.

⁴⁴⁷ *Almanak Laemmert*, 1906.

⁴⁴⁸ “Natural de Sasso di Castalda, comuna da região da Basilicata, província de Potenza, próxima ao Mar Tirreno, no Sul da Itália”. SALES, José Roberto. *Imigração Italiana em Varginha (MG)*. Disponível em <<https://www.ponteentreculturas.com.br/revista/VARGINHA.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2019.

⁴⁴⁹ *Almanak Laemmert*, 1930-1935.

⁴⁵⁰ SALES, José Roberto. **Imigração Italiana em Varginha (MG)**. Disponível em <<https://www.ponteentreculturas.com.br/revista/VARGINHA.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2019.

⁴⁵¹ Neste prédio é onde atualmente funciona a Câmara Municipal de Varginha.

Figura 30 – Residência e Comércio de Roque Rotundo, 1919



Fonte: RUBIÃO (*Op. cit.*, 1919, p. 16).

Figura 31 – Residência e comércio de Roque Rotundo, 1934⁴⁵²



Fonte: Varginha Moderna. Disponível na Fundação Cultural de Varginha, 1934, p. 41.

Exibindo a casa de um administrador do banco em dois períodos históricos distintos, podemos destacar a prosperidade dos negócios do proprietário ao longo do tempo. Ao apresentar a residência do administrador do banco em um momento em que a produção de café estava em alta, podemos ilustrar como o sucesso do setor cafeeiro influenciou a riqueza e o poder dos principais atores locais, incluindo membros da administração do banco. Essa comparação temporal permite uma compreensão mais profunda da dinâmica econômica e social da região, e como o Banco do Sul de Minas foi capaz de se inserir e se beneficiar desse contexto de crescimento e prosperidade.

O segundo membro efetivo do Conselho Fiscal, Matheus Nogueira de Acayaba, descrito como advogado e possuidor de 20 ações (2:000\$000), foi um dos criadores da Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e Serviços de Varginha (ACIV)⁴⁵³, da

⁴⁵² “No mesmo ano da emancipação política [de Varginha], 1882, o Major Matheus Tavares da Silva, rico cafeeiro e primeiro presidente da Câmara, inicia a construção do casarão de dois andares, na esquina da Travessa da Estação e com o Largo da Matriz. Era o segundo prédio de Varginha. [...] Em 1905, com a morte do Major, o prédio foi adquirido pelo empresário Roque Rotundo, que fez do térreo uma loja de tecidos, aviamentos e perfumaria. No primeiro andar, fixou residência. Nos anos 1960, o prédio mudou de donos e se transformou em pensão. Em seguida, passou a ser sede da Cooperativa de Cafeicultores de Varginha” (História da Câmara. Câmara Municipal de Varginha. Disponível em <http://www.camaravarginha.mg.gov.br/downloads/livro_historia_varginha.pdf>. Acesso em fevereiro de 2019, p. 32). Atualmente funciona nesse prédio a Câmara Municipal de Varginha.

⁴⁵³ História. Disponível em <<http://www.aciv.com.br/aciv/historia/>>. Acesso em janeiro de 2019.

qual foi presidente. De acordo com o *Almanak Laemmert* para o ano de 1906⁴⁵⁴, Acayaba foi dono de bilhar, comerciante, proprietário de padaria e confeitaria. Já para o ano de 1919⁴⁵⁵, Acayaba constava como agricultor e lavrador⁴⁵⁶, mas da cidade de Eloy Mendes, além de figurar como exportador de café⁴⁵⁷. Foi o primeiro prefeito de Eloy Mendes. Apesar da profissão liberal, Acayaba estava, portanto, profundamente ligado ao setor predominante da época, o rural.

Leopoldo de Mello Pádua, também efetivo do Conselho Fiscal, era comerciante e possuía 20 ações (2:000\$000). Foi editor e proprietário do periódico O Cassiense, editado em Santa Rita de Cassia pelo menos no ano de 1911⁴⁵⁸. Foi vereador da cidade mineira de Lavras em 1919⁴⁵⁹ e ainda era em 1921⁴⁶⁰.

Domingos Ribeiro de Rezende, suplente do Conselho Fiscal, detinha 60 ações (6:000\$000), e representava seus filhos Estevam e Maria Figueiredo Rezende, cada um com 20 ações (2:000\$000). Descrito como fazendeiro, foi deputado estadual e “vereador especial pelo distrito de Carmo da Cachoeira”⁴⁶¹. Foi prefeito de Varginha em 1915, responsável por várias melhorias, como a instalação de uma moderna rede de esgoto em toda a cidade, asfaltamento betuminoso de toda a área central, captação de água, etc.

Foi também presidente do Banco Comercial e Agrícola de Varginha, um dos maiores verificados para o período analisado. Rezende era ainda sogro de José Nicolau de Paiva, secretário do Banco do Sul de Minas⁴⁶². Embora não haja descrições mais precisas das atividades econômicas de Rezende, a Figura 32 expõe sua nada humilde residência no Largo da Matriz, e as Figuras 33, 34 e 35 mostram as sedes de suas fazendas,

⁴⁵⁴ *Almanak Laemmert*, 1906.

⁴⁵⁵ *Almanak Laemmert*, 1919, p. 586.

⁴⁵⁶ No início do século XX, a distinção entre agricultor e lavrador dava-se em relação ao contexto social e econômico da época. O termo “agricultor” era geralmente utilizado para se referir a pessoas que trabalhavam em grandes propriedades rurais, muitas vezes como empregados ou arrendatários, e que cultivavam culturas voltadas para a exportação ou produção em larga escala, como café, algodão, cana-de-açúcar, entre outros. Esses agricultores eram frequentemente proprietários de muitas terras e tinham recursos financeiros significativos para investir em maquinários, tecnologias e outros recursos para ampliar a sua produção. Já o termo “lavrador” era usado para descrever pessoas que cultivavam pequenas propriedades rurais ou sítios, geralmente com o objetivo de produzir alimentos para o consumo próprio e de suas famílias. Os lavradores, muitas vezes, utilizavam técnicas de cultivo tradicionais e tinham acesso limitado a recursos financeiros e tecnológicos para ampliar a sua produção.

⁴⁵⁷ *Almanak Laemmert*, 1919, p. 585.

⁴⁵⁸ O Cassiense, N. 39. Disponível em <[https://www.cassia.mg.gov.br/uploads/39_\(29-01-1911\)_28083607.pdf](https://www.cassia.mg.gov.br/uploads/39_(29-01-1911)_28083607.pdf)>. Acesso em março de 2019.

⁴⁵⁹ *Almanak Laemmert*. 1919, p. 586.

⁴⁶⁰ *Almanak Laemmert*. 1921.

⁴⁶¹ RUBIÃO, Luiz José Álvares. *Op. cit.*, 1919, p. 4.

⁴⁶² Como veremos no próximo capítulo, Rezende teve um papel ativo na liquidação do banco falido.

o que aponta para dinâmicas ligadas ao uso do solo como plantação de gêneros alimentícios e criação de gado, provavelmente também com plantação de café.

Figura 32 – Residência de Domingos Ribeiro de Rezende, Varginha



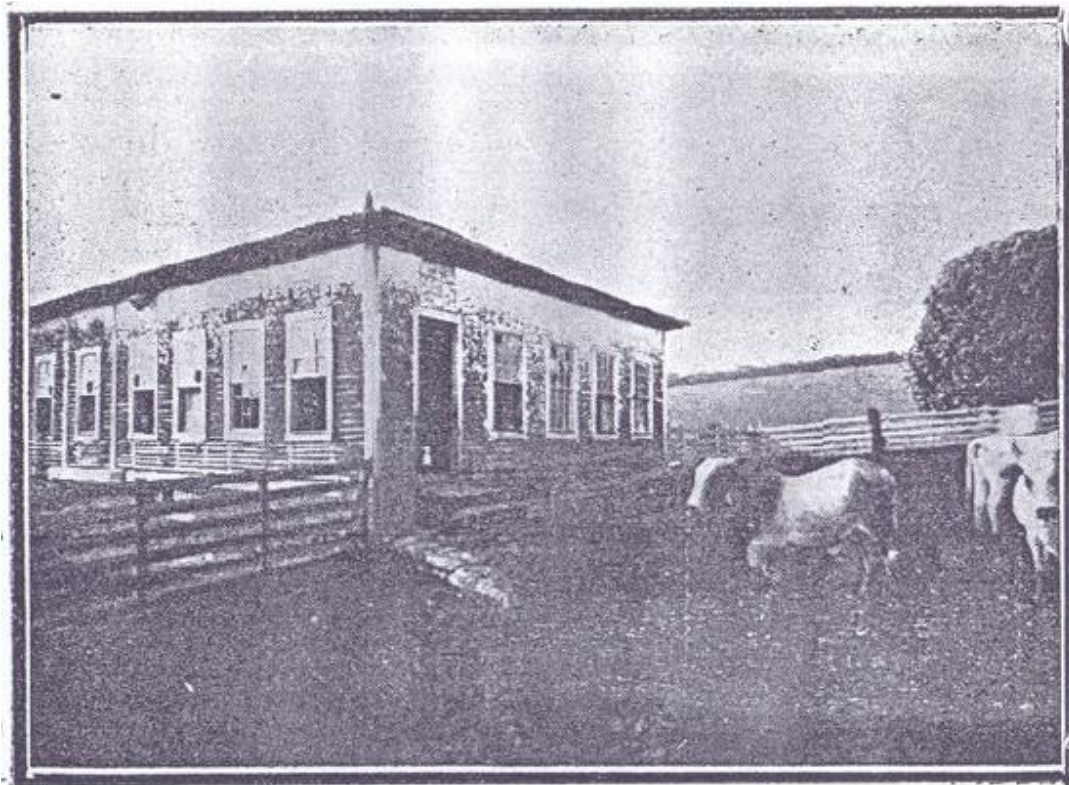
Fonte: Varginha Moderna (*Op. cit.*, 1934, p. 20).

Figura 33 – Fazenda do Córrego das Pedras, propriedade de Domingos Ribeiro de Rezende, distrito de Carmo da Cachoeira



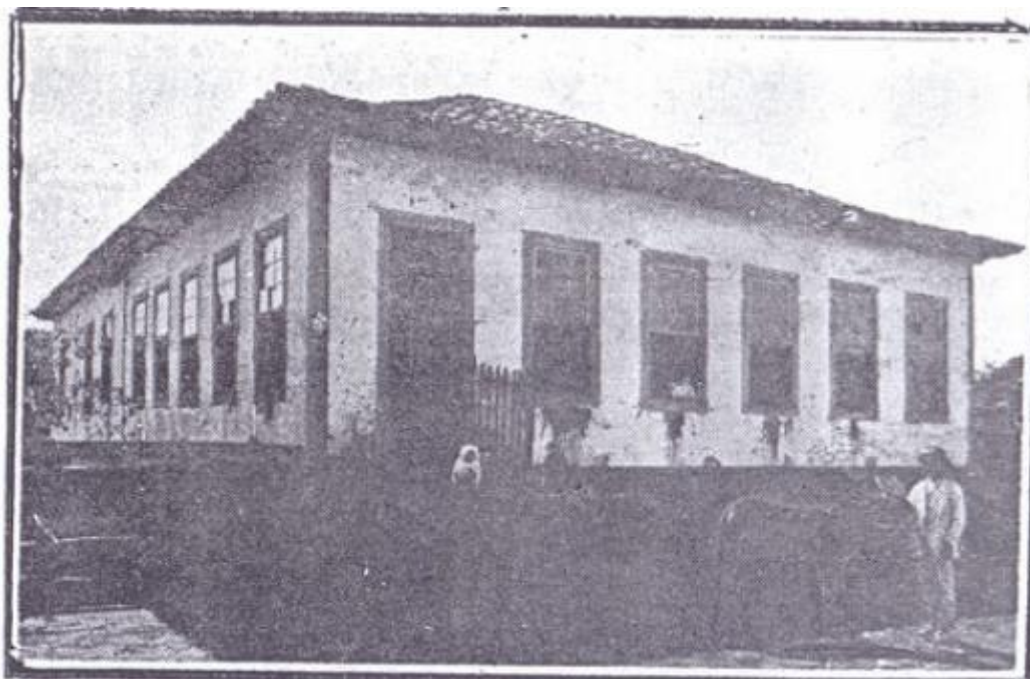
Fonte: RUBIÃO (*Op. cit.*, 1919, p. 102).

Figura 34 – Fazenda do Leme, propriedade de Domingos Ribeiro de Rezende



Fonte: RUBIÃO, Luiz José Álvares. *Op. cit.*, 1919, p. 102.

Figura 35 – Fazenda do Bananal, propriedade de Domingos Ribeiro de Rezende



Fonte: RUBIÃO (*Op. cit.*, 1919, p. 107).

Silvério Francisco de Oliveira, o segundo suplente do Conselho Fiscal, detinha 100 ações (10:000\$000) e foi descrito como fazendeiro na listagem dos acionistas. No *Almanak Laemmert* para o ano de 1917, foi apontado como vendedor de leite e fabricante de manteiga e queijos⁴⁶³. Silvério era filho de Silvestre Francisco de Oliveira, apontado como membro da elite agrária de Varginha⁴⁶⁴.

O último suplente do Conselho Fiscal, Domingos Justiniano de Rezende e Silva, indicado como proprietário, possuía 10 ações (1:000\$000). Embora seja descrito como residente em Varginha, inclusive corroborado pela Figura 36, o *Almanak Laemmert* para o ano de 1926⁴⁶⁵ o destacou como comprador de café, proprietário de máquina de beneficiar café, criador de animais e capitalista na cidade paulista de Areias. Se num primeiro momento o caso pudesse ser atribuído a um possível homônimo, a existência de um acionista na referida cidade com as exatas 10 ações descritas na listagem de 1937 (Tabela 25), chamou a atenção por indicar tratar-se então da mesma pessoa. Além da relação com o café, fica evidente também a relação com São Paulo.

⁴⁶³ *Almanak Laemmert*, 1917.

⁴⁶⁴ FERREIRA, Natânia Silva. Entre pai e filho: análise das riquezas em duas gerações de uma família da elite agrária do município de Varginha (MG) no início do século XX. *Espaço Plural*. Ano XVII N° 35. 2º Semestre 2016. p.82-113.

⁴⁶⁵ *Almanak Laemmert*, 1926.

Figura 36 – Residência de Domingos Justiniano de Rezende



Fonte: Varginha Moderna (*Op. cit.*, 1934, p. 49).

A partir dessa tentativa de identificar os agentes da administração do Banco do Sul de Minas, evidencia-se que, em primeiro lugar, não eram banqueiros de profissão, mas personagens reunidas no sentido de um objetivo comum: fundar e fazer evoluir o banco que por ventura viria a falir cinco anos depois. Em segundo lugar, é preciso destacar que, de toda a administração do banco, apenas um membro, Matheus Nogueira de Acayaba, era descrito como profissional liberal, embora estivesse ligado aos setores rural e comercial. Este fato, como tentamos demonstrar ao longo deste capítulo, reflete a função e origem do falido, isto é, fundado por capital oriundo da economia cafeeira.

Eugenio Lagemann, em sua análise sobre o Banco Pelotense, afirmou que “o controle diretivo ficou [...] em mãos de um reduzido número de acionistas, destacando-se que todos os incorporadores ocupavam vitaliciamente, através de reeleições contínuas, cargos de mando ou fiscalização”⁴⁶⁶. Para o caso do Banco do Sul de Minas, seu funcionamento em apenas 5 anos de atividades impossibilitou o mesmo tipo de análise, ainda que a direção do banco tenha sido reeleita.

Nos estatutos do Banco do Sul de Minas, no capítulo que versa sobre os objetivos da sociedade anônima, consta apenas que ela “tem por fim realizar, em quaisquer praças

⁴⁶⁶ LAGEMANN, Eugenio. **O Banco Pelotense e o sistema financeiro regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p. 91.

todas as operações bancárias permitidas em lei, as quais serão reguladas em um Regimento Interno⁴⁶⁷, determinação que não se alterou na atualização do estatuto em 1936. Talvez os incorporadores não soubessem exatamente quais operações o estabelecimento faria, ou simplesmente pensassem no crescimento de longo prazo, abrangendo assim todas as atividades bancárias.

Outros bancos demonstraram práticas diferentes em relação à especificidade de sua atuação. Rita Almico, por exemplo, assinalou que o Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais, com sede em Juiz de Fora, tinha como objetivo “auxiliar o comércio e a lavoura da província de Minas, desenvolvendo o crédito individual e coletivo por meio de operações mercantis e hipotecárias, para as quais terá duas carteiras”⁴⁶⁸.

Toda a administração, no entanto, a exemplo mesmo da maioria dos acionistas, era composta por homens atuantes econômica, social e politicamente. Sobre esse último aspecto, embora nem todos os dirigentes do banco tivessem cumprido ou ainda cumprissem cargos políticos, eles conformavam uma teia social classificada como a elite varginhense, gozando de prestígio entre os seus.

4.2 – Uma análise dos acionistas do Banco do Sul de Minas

No início do século XX, no período de formação da rede bancária, os acionistas eram fundamentais para os bancos locais no Sul de Minas. Eles eram os investidores responsáveis por fornecer o capital necessário para a criação e a expansão dos bancos na região. Sem o capital dos acionistas, os bancos não teriam recursos suficientes para operar, conceder empréstimos e desenvolver seus negócios. Os detentores de ações também exerciam um papel fundamental na gestão e na governança dos bancos, pois detinham o poder de voto nas assembleias e, portanto, participavam das decisões importantes da empresa, como a eleição de diretores, a definição de estratégias e políticas de negócios.

Os acionistas também tinham o direito de receber parte dos lucros do banco na forma de dividendos, o que era uma forma de remuneração pelo investimento realizado.

⁴⁶⁷ BANCO DO SUL DE MINAS. *Op. cit.*, 1937-1940.

⁴⁶⁸ ALMICO, Rita C. S. **A curta vida do primeiro banco da província de Minas Gerais**: o processo de falência do Banco Territorial e Mercantil de Minas. In: Carlos Gabriel Guimarães; Luiz Fernando Saraiva. (Org.). *Crédito & Descrédito: relações sociais de empréstimos na América - Séculos XVII ao XX*. 1ed. Niterói/RJ: EdUFF, 2018, v. 1, p. 223-252.

Desta forma, os acionistas eram incentivados a manter seus investimentos e a acompanhar o desempenho financeiro do banco. Por fim, a presença de acionistas era importante para a reputação dos bancos locais, pois demonstrava a confiança e o apoio dos investidores na empresa. Isso era especialmente importante em um período em que o setor bancário ainda estava em desenvolvimento e a confiança dos clientes e do público em geral era crucial para a sobrevivência e o sucesso dos bancos.

Nesse sentido, uma análise dos acionistas de um banco pode fornecer informações relevantes sobre a origem e a composição do seu capital, uma vez que, ao observar os acionistas de um banco, é possível identificar quem são as pessoas físicas ou jurídicas que investiram dinheiro na instituição e a quantidade de ações que eles possuem. Estas informações servem para avaliar a solidez financeira do banco e o seu potencial de crescimento. Por exemplo, se um banco tiver um grande número de acionistas e uma base diversificada de investidores, isso pode indicar uma fonte de capital mais robusta e uma estrutura acionária mais equilibrada. Por outro lado, se um banco tiver poucos acionistas e a maioria deles for composta por um grupo específico de investidores, isso pode sugerir um risco maior de concentração de capital e dependência desses investidores. Por fim, a análise dos acionistas de um banco também pode ser útil para entender a estratégia de negócios da instituição e as suas prioridades estratégicas. No nosso caso, compreender a composição do corpo acionário pode fornecer indícios sobre os motivos da falência do banco.

Embora o Relatório de Falência do Banco do Sul de Minas destaque que seu capital teve início com 5.000 ações no valor de 100\$000 cada uma, perfazendo um total de 500:000\$000, a relação nominativa e original dos acionistas que subscreveram ações, feita pelo síndico da falência, lista 5.015 ações, com um total de 501:500\$000. O banco conformava então um total de 235 acionistas em 1932 e 162 em 1937. Houve um esforço de nossa parte em identificar cada uma dessas personagens, a fim de definir claramente os interesses econômicos predominantes do corpo acionário.

Todavia, a maioria desses atores foi encontrada apenas como nomes de rua do município de Varginha, sem nenhuma menção sobre quem foram e o que fizeram. A análise dos acionistas, portanto, será realizada maiormente com base nas informações presentes na lista nominativa do Relatório de Falência, com informações adicionais quando disponível. Assim, iniciaremos nossa avaliação dos membros acionários com maior número de papéis do Banco do Sul de Minas quando de sua constituição, conforme

a Tabela 21, em comparativo com a lista dos subscritores de ações de 1937, ano da falência do banco, descritos na Tabela 22.

Tabela 21 – Acionistas com maior número de ações do Banco do Sul de Minas no momento de sua constituição, 1932

Nome	Ocupação	Residente em	Nº de ações	Valor das ações
José Nicolau de Paiva	proprietário	Varginha	300	30:000\$000
José Werneck da Silva	comerciante	Varginha	200	20:000\$000
Antônio de Paiva Junior	fazendeiro e comerciante	Varginha	200	20:000\$000
José Justiniano de Paiva	comerciante	Varginha	150	15:000\$000
Dr. Homero Vianna de Paula	médico	Varginha	100	10:000\$000
Emilio Justiniano de Rezende e Silva	fazendeiro	Varginha	100	10:000\$000
Valter Paiva Rezende	industrial	Varginha	100	10:000\$000
João Urbano de Figueiredo Filho	fazendeiro	Varginha	100	10:000\$000
Joaquim de Rezende Pinto		Varginha	100	10:000\$000
Manoel Cambraia Junior	comerciante	Fama	100	10:000\$000
Oswaldo Costa	comerciante	Varginha	100	10:000\$000
Silveiro Francisco de Oliveira	fazendeiro	Varginha	100	10:000\$000
Miguel Rotundo	comerciante	Varginha	80	8:000\$000
Domingos Ribeiro de Rezende	fazendeiro	Varginha	60	6:000\$000

Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).

Entre os maiores acionistas do Banco do Sul de Minas, nos primeiros postos estavam os membros da diretoria quando da constituição do banco, José Nicolau de Paiva, maior acionista, José Werneck da Silva e Antônio de Paiva Junior, em segundo lugar (secretário, gerente e presidente, respectivamente). José Justiniano de Paiva, um importante comerciante varginhense, aparece em terceiro, seguido de 8 acionistas com a mesma quantidade de ações. Na quarta colocação, Miguel Rotundo, por procuração para Oscar Guimarães Sant'Anna⁴⁶⁹, em quinto, era irmão de Roque Rotundo, membro efetivo do Conselho Fiscal. Por fim, o coronel Domingos Ribeiro de Rezende, suplente do Conselho Fiscal, fazendeiro, fechava a lista, em sexto, dos maiores acionistas do Banco do Sul de Minas. Em sétimo lugar constavam 17 acionistas, com 50 ações cada.

⁴⁶⁹ Na lista nominativa do momento da fundação do banco, aparece “pp. Dr. Oscar Guimarães Sant'Anna (Miguel Rotundo)”. Esta informação indica que Rotundo era responsável pela procuração que representava o Dr. Oscar Guimarães Sant'Anna nas decisões da assembleia dos acionistas do Banco. “pp” é uma abreviatura de “por procuração”, o que sugere que a pessoa que assinou a lista de presença em nome do Dr. Oscar Guimarães Sant'Anna é um procurador ou representante legal dele.

No momento da constituição, faz ver que o capital do banco não se concentrava em poucos acionistas. Os 14 maiores subscreventes descritos detinham juntos pouco mais de 35% do total das ações. À título de comparação, para o Banco Pelotense⁴⁷⁰, Lagemann identificou que os 3 maiores acionistas controlavam 42% do capital nominal do banco⁴⁷¹. Entre as ocupações dos acionistas do Banco do Sul de Minas, constam cinco comerciantes, cinco fazendeiros, um comerciante e fazendeiro, um médico, um industrial e um proprietário⁴⁷². Dentre os maiores acionistas, apenas um, Manoel Cambraia Junior, não residia na cidade da sede do banco, Varginha.

Já para o ano de 1937, quando da falência do banco, em primeiro lugar, com 1.000 papéis, constava ações Ao Portador, que eram papéis de uma empresa que não possuíam a identificação do seu proprietário e, por isso, podiam ser negociadas de forma anônima e livremente transferidas de uma pessoa para outra. Isso significa que o detentor físico da ação era o proprietário, independentemente de quem tivesse originalmente comprado a ação, e não era necessário registrar formalmente a transferência da propriedade junto à empresa emissora da ação. Desta forma, as ações Ao Portador podiam ser compradas, vendidas ou transferidas de forma mais fácil e rápida do que as ações nominativas, que exigiam um registro formal para mudança de titularidade.

⁴⁷⁰ Embora pertençam a contextos distintos, a intenção é ressaltar as semelhanças e diferenças entre as instituições bancárias, que faliram na mesma década, em vista da carência de dados para bancos de contextos mais parecidos.

⁴⁷¹ No momento da constituição do banco, em 1906. LAGEMANN, Eugênio. *Op. cit.* 1985, p. 96.

⁴⁷² Como visto, o proprietário, José Nicolau de Paiva, foi identificado como comerciante de armazéns.

Tabela 22 – Acionistas com maior número de ações do Banco do Sul de Minas no momento da falência, 1937

Nome	Residente em	Nº de ações	Valor das ações
Ao Portador	Varginha	1.000	100.000.000
José Nicolau de Paiva	Varginha	423	42.300.000
José Camillo da Costa (espólio)	Rio de Janeiro	330	33.000.000
Miguel Rotundo	Varginha	130	13.000.000
Domingos Ribeiro de Rezende	Varginha	110	11.000.000
Antônio de Paiva Junior	Varginha	105	10.500.000
Manoel Cambraia Junior	Fama	100	10.000.000
Domingos Monteiro de Rezende	Três Pontas	100	10.000.000
João Urbano de Figueiredo Filho	Varginha	100	10.000.000
Paiva Nunes & Cia.	Varginha	100	10.000.000
Navarra & Irmão	Varginha	93	9.300.000
José Geraldo da Silva Passos (Dr.)	Varginha	80	8.000.000
Heloisa Fernandes	Campanha	75	7.500.000
Luiz Fernandes (Dr.)	Rio de Janeiro	75	7.500.000
José Justiniano de Paiva	Varginha	60	6.000.000

Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).

Portanto, para a análise dos acionistas do Banco do Sul de Minas, foi necessário desconsiderar as ações Ao Portador, já que elas não permitem a identificação do acionista, podendo haver muitos portadores distintos. Considerar essas ações como pertencentes a um só acionista seria inadequado e prejudicaria a análise dos dados disponíveis. Embora as ações Ao Portador possam ter representado uma parcela significativa do capital do banco, a falta de informações sobre seus proprietários torna difícil a determinação do perfil dos acionistas e, conseqüentemente, da influência que eles exerceram na gestão da instituição. Assim, a análise se concentrou nas ações nominativas, que permitem a identificação dos acionistas e fornecem um panorama mais claro da estrutura acionária do banco.

Conseqüentemente, excluindo-se as ações Ao Portador daqui em diante e, logo, considerando 161 acionista e 4.015 ações, seguiremos com a análise. Em 1937, ano da falência do banco, a concentração bancária aumentou em relação ao ano de sua fundação. Do total de ações, 47% correspondia aos 14 maiores acionistas. Em que pese a concentração ter aumentado, o número de acionistas diminuiu quase um terço (31%), o que pode denotar já certa desconfiança quanto ao banco.

José Nicolau de Paiva, o secretário do banco, que aparecia em primeiro lugar em no ano da fundação do falido, 1932, aumentou sua participação na composição acionária, de 300 para 423 ações, permanecendo como o maior acionista do Banco do Sul de Minas. Em segundo lugar, estava José Camillo da Costa, com 330 ações como espólio⁴⁷³. Em terceiro constava Miguel Rotundo com 130 ações, que na lista anterior aparecia com 80 papéis (8:000\$000) e como procurador.

Outra questão importante diz respeito à localidade do capital do banco: se em 1932 a quase totalidade dos maiores acionistas era de Varginha, ou seja, capital local, em 1937, quando da falência, o segundo colocado já era do Rio de Janeiro, isto é, não apenas de fora da cidade, mas de fora do estado de Minas Gerais. Entre os 14 maiores acionistas, dois eram do Rio de Janeiro, enquanto todos os demais residiam no Sul de Minas, embora a quantidade de acionistas de fora de Varginha tenha aumentado em relação à 1932, no momento da constituição do banco.

Infelizmente, a lista para 1937 não traz as ocupações dos membros do corpo acionário. Dentre os maiores acionistas apontados na Tabela 22, sabemos que Miguel Rotundo, Paiva Nunes & Cia. (casa comissária de café), Navarra & Irmão (loja de carros) e José Justiniano de Paiva eram comerciantes; Domingos Ribeiro de Rezende e João Urbano de Figueiredo Filho eram fazendeiros, e Antônio de Paiva Junior era comerciante e fazendeiro. José Geraldo da Silva Passos e Luiz Fernandes, por estarem destacados como doutores, provavelmente médicos, eram profissionais liberais.

Aqui é importante destacar a Paiva, Nunes & Cia. Tratava-se de uma casa comissária de Varginha, que atuava como intermediária entre os produtores de café e os compradores. Sua principal atividade era a compra de café dos produtores locais para revenda a compradores em outras regiões e países. Na segunda lista dos acionistas do banco, no momento da falência, a Paiva, Nunes & Cia se tornou uma das maiores

⁴⁷³ Ações de espólio são ações que pertenciam a uma pessoa falecida e foram transferidas para o seu espólio, que é a massa de bens, direitos e obrigações deixados pelo falecido. Essas ações fazem parte do patrimônio do espólio e são administradas pelos seus representantes legais, que são responsáveis por gerenciar os ativos do espólio, pagar as dívidas e distribuir os bens aos herdeiros. Quando uma pessoa falece e deixa ações em seu nome, é necessário que seus herdeiros iniciem um processo de inventário para legalizar a transferência dessas ações para o espólio. Durante o processo, as ações são bloqueadas e não podem ser negociadas até que a transferência seja concluída. Uma vez que a transferência das ações é concluída e elas passam a ser propriedade do espólio, os representantes legais do espólio podem decidir se desejam mantê-las ou vendê-las. Caso decidam vendê-las, devem seguir as normas estabelecidas para a negociação de ações, como a realização de uma oferta pública de venda ou a negociação direta com um comprador interessado. As ações de espólio são importantes na sucessão de bens de uma pessoa falecida, pois fazem parte do seu patrimônio e podem representar uma parcela significativa da sua riqueza. A sua transferência para o espólio permite que os herdeiros possam administrar e distribuir os bens de acordo com a legislação aplicável.

acionistas do Banco do Sul de Minas, passando de 20 para 100 ações. Tal fato sugere uma forte ligação entre a atividade da empresa e o setor financeiro na região cafeeira, já que a casa comissária precisava de financiamento para expandir suas atividades de compra e venda de café, e o banco pode ter fornecido esse suporte financeiro.

De forma geral, o funcionamento da Paiva, Nunes & Cia era similar ao de outras casas comissárias na região cafeeira. A empresa comprava café dos produtores locais, muitas vezes antecipando recursos para os produtores, e posteriormente vendia o produto a outros compradores. Ao intermediar essas transações, a empresa obtinha um lucro que garantia a sua continuidade e expansão. A Paiva, Nunes & Cia era um agente importante na economia cafeeira da região, uma vez que facilitava o comércio do café e ajudava a estabelecer os preços de mercado para o produto. Ao fornecer recursos financeiros para os produtores, a empresa contribuía para o desenvolvimento da atividade cafeeira na região.

Além disso, é preciso chamar a atenção para o fato de que, se uma casa comissária financia a produção de café e é um dos principais acionistas de um banco, é evidente a conexão entre o financiamento da produção de café, a casa comissária e o banco. O banco pode oferecer serviços de crédito e financiamento para a casa comissária, que por sua vez utiliza esses recursos para financiar a produção de café. Como a Paiva, Nunes & Cia era um dos principais acionistas e correntistas do banco, como veremos mais adiante, é provável que ela tenha tido acesso a linhas de crédito mais vantajosas e a outros serviços financeiros que poderiam ajudá-la a expandir suas atividades.

Assim, a relação de financiamento entre o banco, a casa comissária e o café era bastante estreita. O banco fornecia recursos financeiros para a casa comissária, que por sua vez utilizava esses recursos para financiar a produção de café. Este financiamento poderia ser crucial para o desenvolvimento da atividade cafeeira na região, uma vez que ajudaria a garantir a continuidade da produção e pode contribuir para o aumento da produtividade e qualidade do café. Como veremos no próximo capítulo, a Paiva, Nunes & Cia foi o elemento central da falência do Banco do Sul de Minas, corroborando a tese geral desta pesquisa, isto é, que o banco foi criado com recursos do complexo cafeeiro.

A relação entre o Banco do Sul de Minas e a cadeia produtiva do café na economia cafeeira em que estava inserido é evidenciada pela principal atividade de seus acionistas, que era o comércio. Os comerciantes de café desempenhavam um papel fundamental na compra e venda do produto, envolvendo transações financeiras que iam desde o pagamento aos produtores até a negociação com exportadores e outros compradores.

Desta forma, é provável que os acionistas do banco estivessem envolvidos em várias etapas da cadeia produtiva do café, tendo um conhecimento profundo do setor cafeeiro e estando bem posicionados para tomar decisões financeiras que favorecessem os interesses dos produtores e comerciantes de café.

A relação do banco com o café se fortalecia ainda mais pelo fato de que os comerciantes de café necessitavam de recursos financeiros para comprar e vender o produto. Sendo assim, é provável que o banco tenha oferecido serviços de crédito e financiamento para esses agentes econômicos, contribuindo para atender às necessidades financeiras do setor e fortalecendo a relação do banco com a economia cafeeira. A relação entre o capital do banco e o café pode ser vislumbrada pelo perfil dos acionistas, que eram majoritariamente proprietários e comerciantes, fazendeiros e lavradores⁴⁷⁴, ou seja, pessoas com envolvimento direto com a produção, comercialização e exportação do café. O banco foi fundado para atender às necessidades financeiras desse setor específico da economia, e seus acionistas estavam interessados em financiar e apoiar a produção e a comercialização do café.

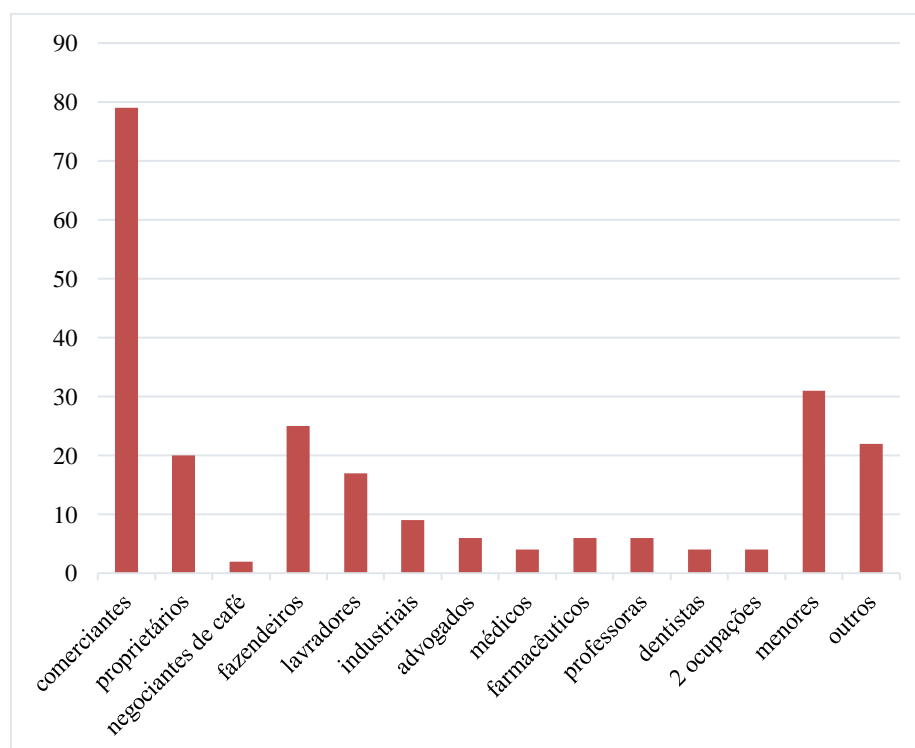
É provável que o conhecimento profundo do mercado cafeeiro e de seus ciclos de produção pelos acionistas tenha influenciado na tomada de decisões sobre como gerir o capital do banco e investir em projetos relacionados ao setor, de modo que o sucesso do banco provavelmente dependia do sucesso da indústria cafeeira na região em que operava. Portanto, a seguir, buscaremos corroborar esta tese, por meio da análise das ocupações e das cidades de origem do conjunto dos acionistas. Os maiores acionistas do banco, na prática, constituíam os que mais tinham poder de decisão sobre ele. Compreender a qualidade do controle acionário em seu total, porém, também ajuda na compreensão dos caminhos percorridos pelo banco.

Para entender melhor a relação dos acionistas do Banco do Sul de Minas com o setor cafeeiro, é necessário investigar suas ocupações e atividades econômicas. No entanto, a lista de acionistas apresentada na falência do banco em 1937 não traz informações sobre a ocupação deles. Por isso, para a análise da relação entre os acionistas e o café, será utilizado como referência a lista de acionistas da constituição do banco em 1932, que traz informações mais detalhadas sobre a ocupação dos investidores. Essa análise permitirá entender melhor a composição socioeconômica daqueles que investiram no Banco do Sul de Minas e sua relação com o setor cafeeiro.

⁴⁷⁴ Considerando apenas a classificação do Relatório de Falência do Banco do Sul de Minas.

O Gráfico 9, neste sentido, mostra os acionistas do Banco do Sul de Minas conforme suas ocupações descritas pelo Relatório de Falência de 1932. Salta aos olhos a grande quantidade de comerciantes, quase 80, em detrimento dos outros tipos de ocupação. Como não foi possível localizar todos os membros do corpo acionário, a análise corre o risco apresentar certa superficialidade. Contudo, como o controle acionário é parte de um todo, um exame mais generalizado servirá ao propósito.

Gráfico 9 – Ocupação dos acionistas do Banco do Sul de Minas, 1932



Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).

Dentre os 79 comerciantes apontados pela lista dos acionistas, foram encontradas informações para 25 deles, conforme descritas no Quadro 4. Todos eles eram residentes em Varginha.

Quadro 4 – Comerciantes acionistas do Banco do Sul de Minas em 1932 por ramo de comércio

Nome	Nº de ações	Valor das ações	Ramo de comércio
Dendena e Figueiredo	10	1:000\$000	Farmácia
A. Nogueira & Cia	10	1:000\$000	Tipografia e papelaria
Antonio de Paiva Junior	100	10:000\$000	Presidente do banco. Fazendeiro e sócio de casa comissária
Antonio Francisco Pereira	5	500\$000	Comércio de secos e molhados
Antonio Lage	10	1:000\$000	Comércio de armarinho, fazendas, ferragens, calçado, etc.
Fenoci & Irmão	20	2:000\$000	Comércio de armarinho, fazendas, ferragens, calçado, etc. Fábrica de massas alimentícias
G. Lucio & Irmão	15	1:500\$000	Loja de automóveis
Hassum & Michae	10	1:000\$000	Comércio de armarinho, fazendas, ferragens, calçado, etc.
Heitor Foresti	10	1:000\$000	Comércio de secos e molhados
I. Caracik	10	1:000\$000	Comércio de armarinho, fazendas, ferragens, calçado, etc.
J. Bueno & Cia.	10	1:000\$000	Comércio de armarinho, fazendas, ferragens, calçado, etc. Comprador, exportador e beneficiador de café
João Diniz	15	1:500\$000	Fábrica de banha
João Marcellino Bernardes	6	600\$000	Comércio de secos e molhados
João Tobias Alves	3	300\$000	Comerciante de selarias e arreios
Joaquim de Araújo Filho	10	1:000\$000	Capitão. Fazenda Bom Retiro
Joaquim Getulio Ferreira	5	500\$000	Fazenda do Campestre e Fazenda Brejinho
Jorge J. Manoel	5	500\$000	Comércio de armarinho, fazendas, ferragens, calçado, etc.
José Justiniano de Paiva	150	15:000\$000	Juiz de paz, suplente de delegado, vereador em 1924
José Rezende de Paiva	50	5:000\$000	Foi prefeito de Varginha. Fazendeiro
Miguel Rotundo	80	8:000\$000	Oficina mecânica
Navarra & Irmão	20	2:000\$000	Oficina mecânica. Materiais de construção, máquinas agrícolas e industriais, loja de automóveis, fábrica de porta de aço
Salles Jorge Nahar	10	1:000\$000	Comércio de armarinho, fazendas, ferragens, calçado, etc. Comércio de secos e molhados
Souza Pinto & Irmão	10	1:000\$000	Comércio de armarinho, fazendas, ferragens, calçado, etc.
Targino Hermogens Nogueira Netto	5	500\$000	Comprador, exportador e beneficiador de café
Viúva Miguel Lage	2	200\$000	Comércio de armarinho, fazendas, ferragens, calçado, etc.
Joaquim de Araújo Filho	10	1:000\$000	Fazenda Bom Retiro

Fonte: BASTOS (*Op. cit.*, 1997). *Almanak Laemmert*, vários anos.

Ao investigar a composição dos acionistas do Banco do Sul de Minas em busca de indícios sobre a origem dos recursos que financiavam essa instituição, verificamos que nem todos os comerciantes acionistas estavam diretamente ligados ao setor cafeeiro. No entanto, isso não invalida a hipótese de que o complexo cafeeiro tenha sido uma importante fonte de recursos para o banco. É possível que alguns dos comerciantes acionistas tenham se beneficiado indiretamente do comércio de café, através de transações comerciais com produtores ou intermediários desse setor, ou ainda por meio da prestação de serviços para empresas relacionadas ao café.

O setor cafeeiro exercia uma enorme influência na economia da região naquela época, e mesmo que não fosse a atividade principal de todos os comerciantes acionistas, é provável que tenha impactado de alguma forma em seus negócios. Assim, mesmo que nem todos os comerciantes acionistas do Banco do Sul de Minas estivessem diretamente ligados ao café, a hipótese de que o complexo cafeeiro tenha sido uma importante fonte de recursos para a instituição pode ser plausível.

Em segundo lugar entre as maiores ocupações declaradas, com 25 ocorrências, foi a de fazendeiro⁴⁷⁵. Dentre os comerciantes descritos acima, quatro deles foram identificados como tal, porém não aparecem no Quadro 5, que apresenta apenas os fazendeiros listados em 1932.

Quadro 5 – Fazendeiros acionistas do Banco do Sul de Minas em 1932

Nome	Residente em	Nº de ações	Valor das ações	Fazenda
Antonio de Paiva Junior ⁴⁷⁶	Varginha	100	10:000\$000	Fazenda Posses. Sócio de casa comissária
Emilio Justiniano de Rezende e Silva	Varginha	100	10:000\$000	Fazenda do Tacho, produtor de café, máquina de beneficiar
Estevam Ribeiro de Rezende		10	1:000\$000	Fazenda Santa Maria
Francisco de Paula Reis		10	1:000\$000	Fazenda Cachoeira
João Silveiro de Oliveira		10	1:000\$000	Fazenda Figueira
João Urbano de Figueiredo Filho	Varginha	100	10:000\$000	Fazenda Pedra Negra
José de Alencar Reis		10	1:000\$000	Comércio de armarinhos
José Pinto de Oliveira		20	2:000\$000	Fazenda do Pinhal
José Teixeira de Miranda	Três Pontas	10	1:000\$000	Prefeito de 1931 a 1935
Manoel Alves Teixeira		20	2:000\$000	Fazenda do Brejinho e Fazenda do Campestre
Ovidio Reis	Três Pontas	50	5:000\$000	Fazenda Pedra Grande
Silveiro Francisco de Oliveira	Varginha	100	10:000\$000	Fazenda do Pontal

Fonte: RUBIÃO (*Op. cit.*, 1919). Coordenadoria Técnica do Conselho Municipal do Patrimônio Municipal de Varginha (*Op. cit.*, 2013). Varginha Moderna (*Op. cit.*, 1934).

No entanto, é importante destacar que a categoria não é homogênea e pode incluir pessoas com diferentes perfis e atividades. Embora a maioria dos fazendeiros declarados tenha de fato possuído fazendas, foram identificadas exceções na amostra analisada. É possível que essas exceções tenham ocorrido por falta de informações sobre as atividades

⁴⁷⁵ Com base no Gráfico 9, é possível notar que o segundo maior número de ocorrências foi de acionistas menores de idade. Porém, ao analisarmos somente as ocupações, optamos por excluir essa categoria.

⁴⁷⁶ Antonio de Paiva Junior, como mencionado, possuía duas entradas na lista nominativa dos acionistas em 1932. Consideramos aqui cada uma das duas, conforme descrição distinta das ocupações.

econômicas dos acionistas. Ainda assim, mesmo que suas fazendas não tenham sido identificadas, dois indivíduos que se declararam como fazendeiros também foram classificados como comerciantes, e um como prefeito, o que sugere que poderiam ter se envolvido em outras atividades econômicas além da agricultura. Portanto, Da mesma forma que o comércio, a ocupação de fazendeiro não pode ser vista como uma categoria homogênea, e é possível que alguns dos acionistas declarados como fazendeiros estivessem envolvidos em outras atividades além da agricultura.

Entre os 20 proprietários listados, foi possível encontrar 13 deles. Armênio Ferreira Porto era classificado como agente de comissões e consignações da cidade de Três Pontas⁴⁷⁷, Arlindo Roque da Silva possuía um bar⁴⁷⁸. Domingos Justiniano de Rezende e Silva era criador⁴⁷⁹, possuía máquina de beneficiar café, era negociador de café⁴⁸⁰, e foi capitalista na cidade paulista de Ararinha⁴⁸¹. Estellino Pereira tinha um comércio de ferragens⁴⁸² e um curtume⁴⁸³. Gabriel Penha de Paiva era proprietário da Chácara Sagrado Coração de Jesus, classificado como agricultor e lavrador⁴⁸⁴, criador⁴⁸⁵. José Massa era agricultor e lavrador em Varginha⁴⁸⁶, bem como Targino Hermogens Nogueira⁴⁸⁷, que era também comprador, beneficiador e exportador de café⁴⁸⁸. Luiz Severo da Costa tinha engenho de café⁴⁸⁹, fábrica de arroz⁴⁹⁰, era agricultor, lavrador⁴⁹¹ e criador⁴⁹². José Barcellona de Oliveira tinha uma fábrica de beneficiar arroz⁴⁹³, um comércio de molhados⁴⁹⁴, fábrica de moagem⁴⁹⁵. Joaquim Augusto Machado era negociante⁴⁹⁶, possuía um comércio de armarinhos e fazendas⁴⁹⁷. José Augusto de Paiva

⁴⁷⁷ *Almanak Laemmert*, 1918, p. 3006.

⁴⁷⁸ *Almanak Laemmert*, 1935, p. 609.

⁴⁷⁹ *Almanak Laemmert*, 1925, p. 550.

⁴⁸⁰ *Almanak Laemmert*, 1925, p. 549.

⁴⁸¹ *Almanak Laemmert*, 1927, p. 473.

⁴⁸² *Almanak Laemmert*, 1921, vol. IV, p. 4372H.

⁴⁸³ Estellino Pereira & Cia. *Almanak Laemmert*, 1930, vol. IV, p. 468.

⁴⁸⁴ *Almanak Laemmert*, 1911, p. 3237.

⁴⁸⁵ *Almanak Laemmert*, 1911, p. 3237.

⁴⁸⁶ *Almanak Laemmert*, 1921, vol. IV, p. 4372H.

⁴⁸⁷ *Almanak Laemmert*, 1921, vol. IV, p. 4372H.

⁴⁸⁸ *Almanak Laemmert*, 1931, vol. IV, p. 472.

⁴⁸⁹ *Almanak Laemmert*, 1915, p. 3237.

⁴⁹⁰ *Almanak Laemmert*, 1916, p. 3258.

⁴⁹¹ *Almanak Laemmert*, 1916, p. 3259.

⁴⁹² *Almanak Laemmert*, 1921, vol. IV, p. 4372H.

⁴⁹³ *Almanak Laemmert*, 1917, p. 3039.

⁴⁹⁴ *Almanak Laemmert*, 1911, p. 3236.

⁴⁹⁵ *Almanak Laemmert*, 1916, p. 3259.

⁴⁹⁶ *Almanak Laemmert*, 1906, p. 1601.

⁴⁹⁷ *Almanak Laemmert*, 1918, p. 2894.

era vendedor de leite⁴⁹⁸, foi prefeito de Varginha entre 1924 e 1926. Ormindá Fenoci, esposa de José Fenoci, dono de fábrica de massas alimentícias e comércio de armarinhos, foi inventariante dele em 1936.

Ainda que a categoria seja imprecisa, a análise dos proprietários listados revela a estreita relação entre a categoria e o complexo cafeeiro no período analisado. Dentre os proprietários identificados, vários deles possuíam atividades relacionadas diretamente com o cultivo, beneficiamento e comércio de café. É o caso, por exemplo, de Domingos Justiniano de Rezende e Silva, que além de ser criador e possuir máquina de beneficiar café, também era negociador e capitalista. Outros proprietários tinham atividades relacionadas indiretamente com o complexo cafeeiro, como José Barcellona de Oliveira, que possuía uma fábrica de beneficiar arroz e um comércio de molhados e fábrica de moagem, produtos que eram utilizados no preparo e armazenamento do café. Esta estreita relação entre os proprietários e o complexo cafeeiro reflete a importância econômica e social do café na região em questão.

Dentre os 17 lavradores declarados, encontramos informações para apenas três deles. Antonio Baptista dos Reis era dono da Fazenda do Pinhal, que era “um centro de industrialização com café, açúcar, madeira, beneficiamento em geral”⁴⁹⁹. João Batista Bueno possuía a Fazenda Bom Retiro⁵⁰⁰. Joaquim Pinto de Oliveira detinha a Fazenda da Bela Vista com usina de beneficiar café⁵⁰¹. A ausência de informações sobre a maioria dos lavradores listados reflete a dificuldade em se obter dados precisos sobre as atividades rurais no período analisado.

No entanto, as informações disponíveis sobre os três lavradores mencionados revelam, primeiro, que poderiam ter sido classificados como fazendeiros. Não sabemos ao certo quais foram os critérios utilizados na declaração das ocupações. A presença desses três lavradores sugere que havia uma diversidade de perfis entre os trabalhadores rurais envolvidos na produção de café, desde pequenos proprietários até grandes fazendeiros e empresários do setor. Em segundo lugar, fica destacada a importância da posse de fazendas e usinas de beneficiamento de café para a atividade cafeeira na região. A propriedade de terras e o controle sobre o processamento do café eram elementos

⁴⁹⁸ *Almanak Laemmert*, 1916, p. 3259.

⁴⁹⁹ RUBIÃO, Luiz José Álvares. *Op. cit.*, 1919, p. 93.

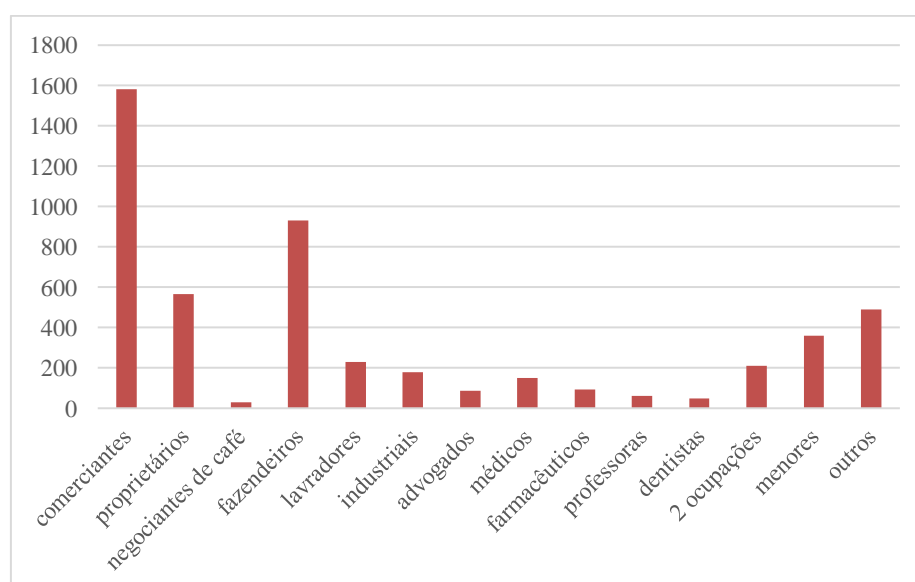
⁵⁰⁰ Coordenadoria Técnica do Conselho Municipal do Patrimônio Municipal de Varginha. **Dossiê Casa Embratel**. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.fundacaoculturaldevarginha.com.br/arquivos/dossie_casa_da_cultura.pdf>. Acesso em novembro de 2013

⁵⁰¹ RUBIÃO, Luiz José Álvares. *Op. cit.*, 1919.

fundamentais para o sucesso dos cafeicultores, uma vez que permitiam maior autonomia na gestão dos negócios e maior lucratividade.

Entre os “outros” estavam ocupações como agricultor⁵⁰², tabelião, banqueiro, modista, hoteleiro⁵⁰³, guarda-livros, engenheiro, boiadeiro, caixa e gerente da casa Pfaff⁵⁰⁴, empregado público, funcionário bancário, estudante e sem ocupação. Entre os negociantes de café constava um comissário e um comprador de café. Assim, dada a diferenciação no Relatório, optamos por classificá-los como negociantes. Ao analisar o Gráfico 10, é possível observar que os comerciantes figuravam em primeiro lugar em termos de número de ações, seguidos pelos fazendeiros em segundo lugar e pelos proprietários em terceiro. Esta ordem se manteve a mesma em consideração às ocupações.

Gráfico 10 – Número de ações por ocupação dos acionistas do Banco do Sul de Minas, 1932



Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).

Na Tabela 23, vê-se que, de acordo com a descrição dos acionistas, a maior concentração deles, 33,6%, ocupava-se com o comércio, detendo também a maior concentração das ações, isto é, mais de 31%. Por outro lado, 10,6% dos acionistas eram

⁵⁰² Foram dois os agricultores identificados: Claudionor Vasconcellos, que possuía uma fábrica de gelo. (*Almanak Laemmert*, 1935, vol II, p. 361); e Olynto Alves Teixeira, para quem não foram encontradas informações.

⁵⁰³ José da Cruz Maduro, dono do Hotel Maduro.

⁵⁰⁴ Loja que vendia máquinas de costura.

fazendeiros e importavam 18,25% das ações do banco⁵⁰⁵. Em terceira colocação em número de ocorrências estavam os proprietários, com 11,26% das ações, sendo 8,52% dos acionistas.

Os industriais representavam menos de 4% no número tanto de acionistas como no de ações, e os negociantes de café não chegavam a ser 1% dos acionistas, nem a conter 1% das ações. Os menores de idade, que estavam em segundo lugar em quantidade de acionistas, detinham menos de 8% das ações. A média do número de acionistas por ocupação foi de 16,78; a moda, que corresponde ao número mais repetido entre os valores selecionados, é 6; e a mediana, que destaca o valor no meio da lista, foi 7,5. Já a respeito do número de ações, a média foi de 358,2 e a mediana 195, sendo na moda não houve repetições.

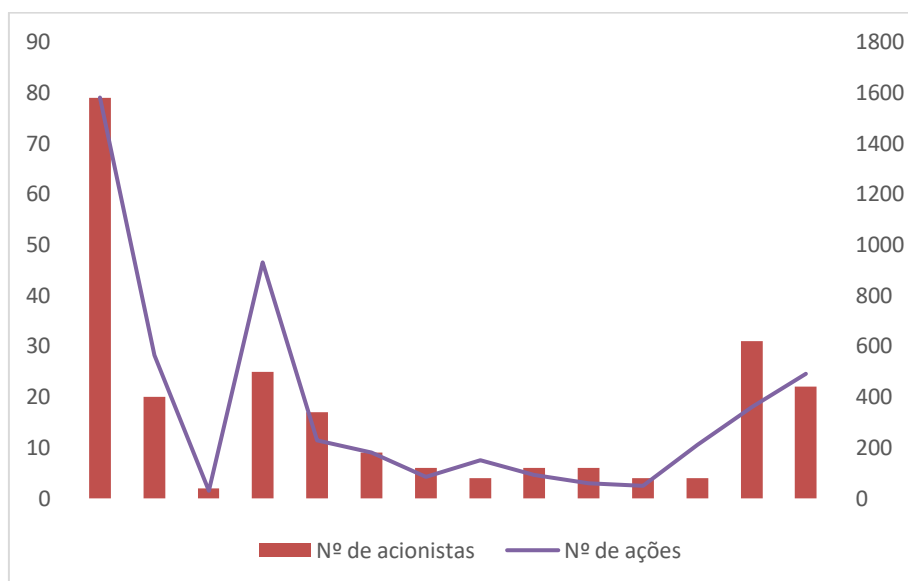
Tabela 23 – Ocupação dos acionistas do Banco do Sul de Minas quando de sua constituição, 1932

Ocupação	Nº de acionistas		Nº de ações	
comerciantes	79	33,62%	1581	31,53%
proprietários	20	8,51%	565	11,27%
negociantes de café	2	0,85%	30	0,60%
fazendeiros	25	10,64%	930	18,54%
lavradores	17	7,23%	229	4,57%
industriais	9	3,83%	180	3,59%
advogados	6	2,55%	86	1,71%
médicos	4	1,70%	151	3,01%
farmacêuticos	6	2,55%	92	1,83%
professoras	6	2,55%	60	1,20%
dentistas	4	1,70%	50	1,00%
2 ocupações	4	1,70%	210	4,19%
menores	31	13,19%	360	7,18%
outros	22	9,36%	491	9,79%
Total	235	100,00%	5015	100,00%

Fonte BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).

⁵⁰⁵ Os fazendeiros podiam cuidar de criação de animais ou agricultura e provavelmente com plantio de café. Por mais que o Relatório de Falência não especifique a(s) atividade(s) deles, tendemos a crer que o café estava presente nessas fazendas, embora não tenhamos dado para classificar a quantidade produzida, isto é, se era a principal atividade ou não.

Gráfico 11 – Número de acionistas por número de ações do Banco do Sul de Minas quando de sua constituição, 1932



Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).

No Gráfico 11, é possível perceber que o número de ações tendia a acompanhar proporcionalmente os acionistas por ocupação. Disparidades podem ser observadas nos “fazendeiros”, “médicos” e “duas ocupações”, cujas ações superaram o equivalente em ocupação; e nos “menores”, nos quais a proporção de ações para os acionistas foi bem menor.

Considerando as empresas como acionistas do Banco do Sul de Minas, pode-se comparar o período de sua constituição, em 1932, com o momento da falência, em 1937. Na ocasião do pedido de falência, as firmas detinham 303 ações, o que representou um aumento significativo de 73,14% na participação das pessoas jurídicas no capital do banco em comparação com a primeira listagem. No entanto, é importante notar que as informações disponíveis não permitem afirmar com certeza se tal aumento correspondia exclusivamente ao setor industrial, comercial ou cafeeiro. Embora pareça que as empresas fossem do setor comercial, a expressividade dessa participação representou apenas um pouco mais de 6% do total das ações, o que excluiu a possibilidade de uma presença mais significativa das firmas no capital do Banco do Sul de Minas.

A casa comissária Paiva Nunes & Cia aumentou sua participação de 20 para 100 ações; a Navarra & Irmão, de 20 para 93. A Dendena & Figueiredo, a Hassum & Michae e a Souza Pinto & Irmão permaneceram com 10 ações cada. A Luis Maselli & Filhos

baixou suas ações para 10. Passaram a ser acionistas no momento final do banco duas firmas. A Emilio Barrionuevo & Cia, uma empresa de Santos (50 ações) que possuía fábrica de arroz e exportava café em Catanduva (SP)⁵⁰⁶; Emilio Barrionuevo era agricultor e lavrador em Lins (SP)⁵⁰⁷. A Nagib Assaf & Cia. Ltda (20 ações), era uma empresa carioca para a qual não encontramos informações.

Os acionistas do Banco do Sul de Minas, em sua constituição, estavam divididos entre 11 cidades, as quais nem todas faziam parte da região Sul de Minas Gerais. De fato, um deles era oriundo da capital mineira, Belo Horizonte, e dois da capital fluminense, Rio de Janeiro, segundo a Tabela 24. De qualquer modo, embora o banco estivesse presente em Santa Rita do Sapucaí, Campo Belo, Caxambu e Vila de Santa Catarina, além da sede em Varginha, apenas esta última apresentava acionistas.

Assim, nada menos que 83% do corpo acionário do banco era de Varginha, seguida de longe pelas outras cidades sul-mineiras as quais figuravam Três Pontas com 7% e Eloy Mendes com 6%. Tal fato demonstra que, se na transição do século XIX para o XX o capital mineiro ia para o Rio de Janeiro e de lá era oriunda a maior parte dos empréstimos bancários e financiamento de casas comissárias, na década de 1930, pelo menos no caso banco analisado, a quase totalidade dos capitais eram de origem local e regional.

Tabela 24 – Cidade de origem do capital do Banco do Sul de Minas quando de sua constituição, 1932

Cidade	Nº de acionistas	Nº de ações	Média
Alfenas	1	50	50,0
Belo Horizonte	1	10	10,0
Campanha	1	50	50,0
Eloy Mendes	13	190	14,6
Fama	2	110	55,0
Muzambinho	1	20	20,0
Paraguaçu	1	2	2,0
Rio de Janeiro	2	70	35,0
Três Corações	1	50	50,0
Três Pontas	17	370	21,8
Varginha	195	4.093	21,0
Total	235	5.015	21,3

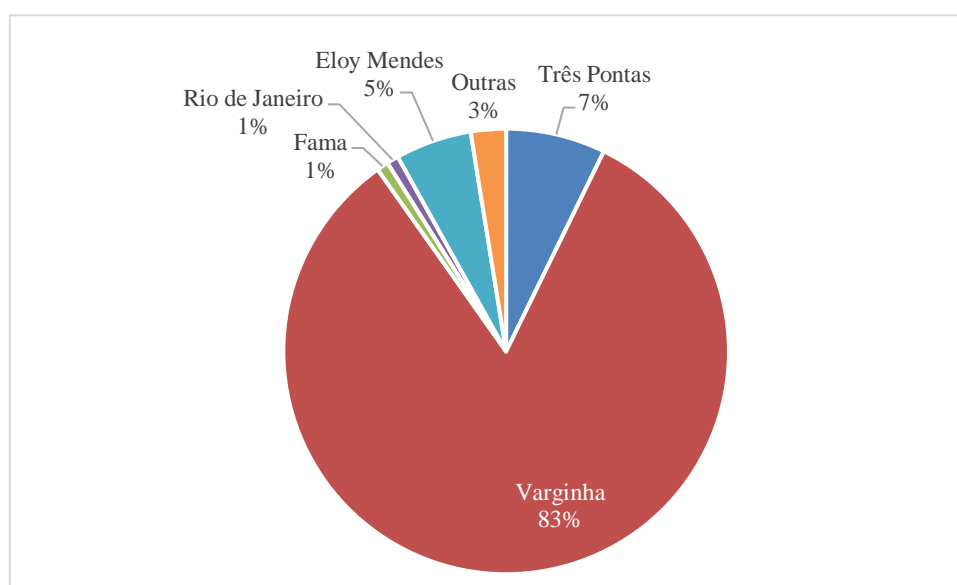
Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).

⁵⁰⁶ Almanak Laemmert, 1935, p. 1593.

⁵⁰⁷ Almanak Laemmert, 1935, p. 1638.

O local de origem dos acionistas de um banco pode fornecer informações importantes sobre a origem e a composição do capital da instituição financeira. Isso acontece porque, em geral, os acionistas tendem a ser pessoas físicas ou jurídicas que investem em um banco com base em seu conhecimento e experiência no setor financeiro, bem como em sua avaliação da rentabilidade e dos riscos envolvidos. O local de atuação dos acionistas revela que, se a maioria deles é proveniente de uma região específica, isso pode indicar que o banco tem uma forte presença nessa região e pode estar concentrando seus investimentos e operações nessa área. Nesse sentido, a concentração do capital do Banco do Sul de Minas em 1932 era essencialmente local, isto é, varginhense. Este fato pode ser visualizado mais facilmente no Gráfico 12. As cidades que possuíam menos de 1% dos acionistas em relação ao total ficaram agrupadas na categoria “Outras”.

Gráfico 12 – Cidades de origem do capital do Banco do Sul de Minas quando de sua constituição, 1932



Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).

Cinco anos depois de sua fundação, constata-se que a situação não era a mesma. A origem dos acionistas listados em 1937 revelou, de acordo com a Tabela 25 e o Gráfico 13, uma pulverização maior das ações entre as cidades, com destaque para a participação das localidades do estado de São Paulo (Areias, Limeira, Santos, São Paulo e Tambaú), fato não constatado para 1932. Da mesma forma, a cidade do Rio de Janeiro aumentou

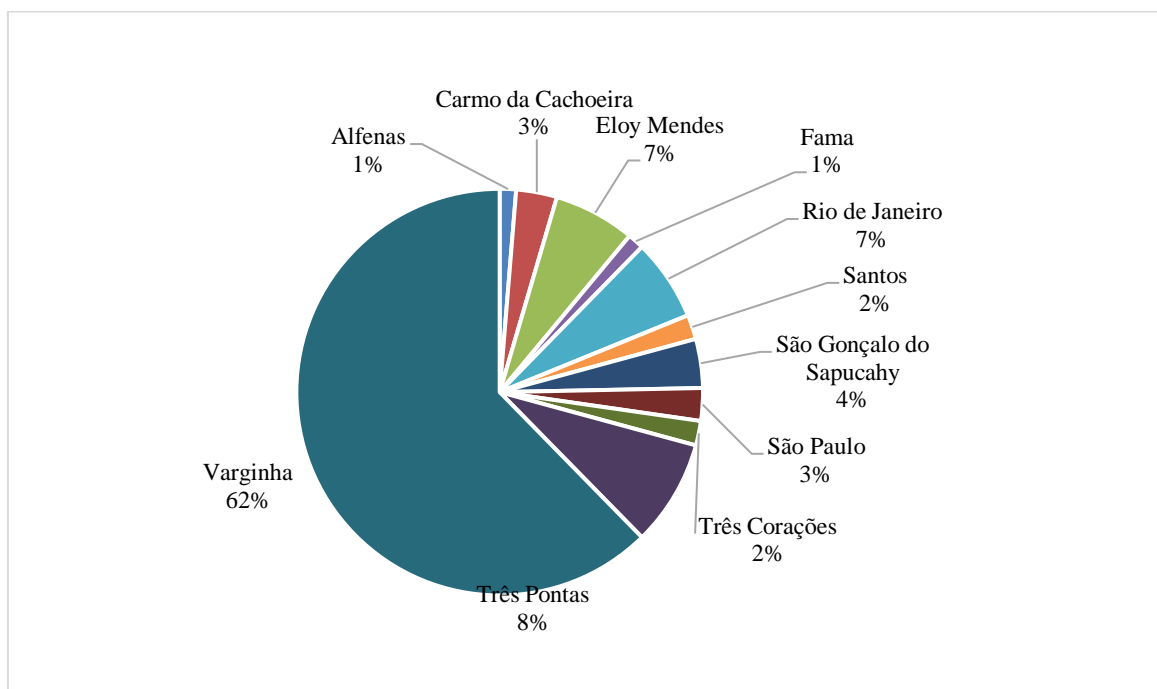
sua representação no capital do falido: antes com 2, em 1937 com expressivos 10 acionistas, tendo elevado a concentração de ações em mais de 8 vezes.

Tabela 25 – Cidade de origem do capital do Banco do Sul de Minas no momento de sua falência, 1937

Cidade	Nº de acionistas	Nº de ações	Média
Alfenas	2	55	27,5
Areias (SP)	1	10	10,0
Belo Horizonte	1	10	10,0
Cambuquira	1	5	5,0
Campanha	1	75	75,0
Carmo da Cachoeira	5	30	6,0
Coqueiral	1	5	5,0
Dores de Boa Esperança	1	15	15,0
Eloy Mendes	10	135	13,5
Fama	2	110	55,0
Limeira (SP)	1	10	10,0
Rio de Janeiro	10	570	57,0
Santos	3	80	26,7
São Gonçalo do Sapucahy	6	95	15,8
São Paulo	4	80	20,0
Tambahú (SP)	1	15	15,0
Três Corações	3	30	10,0
Três Pontas	13	335	25,8
Varginha	96	3.336	34,8
Total	162	5.001	30,9

Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).

Gráfico 13 – Cidade de origem do capital do Banco do Sul de Minas no momento de sua falência, 1937



Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).

A concentração alcançou também o número total dos acionistas em relação à quantidade de ações, uma vez que em 1932 eram 235 acionistas e no período seguinte esse número diminuiu para 161⁵⁰⁸. No que respeita à Varginha, sede do Banco do Sul de Minas, sua participação no capital do falido declinou pouco mais de 50% em relação à quantidade de acionistas, sendo essa diferença menos sentida no número de ações, com 18,49% de queda.

Uma diminuição de 32% no número de acionistas de um banco, no pouco tempo de vida que ele teve, pode revelar alguns fatores que afetaram as finanças e a reputação da instituição. Pode ser que o banco tenha passado por alguma crise de credibilidade durante esse período e perdido a confiança dos investidores, levando a uma queda no número de acionistas. É possível que a queda no número de acionistas tenha sido fruto de um desempenho financeiro inadequado: se o resultado financeiro não foi satisfatório durante esse período, pode ter desencorajado os investidores a manterem suas ações ou a adquirir novas.

Mudanças na estrutura societária também tendem a levar à saída de alguns acionistas que não se identificaram com as mudanças. Ou, simplesmente, se a

⁵⁰⁸ Excluindo-se as ações Ao Portador.

concorrência no setor bancário aumentou nos últimos anos, isso pode ter motivado alguns investidores a diversificar seus investimentos em outras empresas ou setores. Não sabemos ao certo quais foram os motivos da saída dos acionistas nesse intervalo, mas, em geral, aponta para o fato de que o banco já estava passando por dificuldades financeiras ou enfrentando desafios em seu mercado de atuação, levando-o à falência⁵⁰⁹.

4.3 – As operações bancárias do Banco do Sul de Minas

Um problema que enfrentamos em relação ao Banco do Sul de Minas foi a falta de dados para outros bancos do mesmo período, a fim de que pudéssemos proceder a comparações sobre os números do falido. O jornal editado em Guaranésia, Monitor Mineiro, forneceu vários balancetes de algumas instituições bancárias da cidade e do entorno, mas para a década de 1920. Considerando as especificidades da década de 1930, na qual estava situada o Banco do Sul de Minas, consideramos inadequado utilizá-los. Para o decênio em questão, foram poucos os balancetes publicados.

Da mesma forma, os dados do próprio banco que é nosso objeto de análise, apenas 5 anos, não permitem ver o desenvolvimento financeiro da instituição no tempo, como Thiago Gambi faz para o Banco do Brasil⁵¹⁰ e Eugênio Lagemann faz para o Banco Pelotense⁵¹¹. Entretanto, acreditamos que, na tentativa de levantar quais eram as operações do falido, a falta de dados comparáveis não invalidará a análise.

A documentação referente ao Banco do Sul de Minas é bastante vasta e apresenta uma série de informações sobre as operações realizadas pela instituição financeira. Contudo, para o propósito desta pesquisa, optamos por apresentar apenas as principais operações do banco em relação ao valor das transações. Isto se deve ao fato de que estas informações refletem mais fielmente as atividades do banco e nos permitem entender o papel desempenhado pela instituição financeira no contexto econômico da região. Desta forma, foi possível identificar que o Banco do Sul de Minas estava fortemente ligado ao complexo cafeeiro da região e que a maior parte das suas operações estava direcionada a esse setor.

⁵⁰⁹ Aprofundaremos nas causas da falência no próximo capítulo.

⁵¹⁰ GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. **O banco da ordem**: política e finanças no império brasileiro (1853-66). Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2010b.

⁵¹¹ LAGEMANN, Eugênio. *Op. cit.*, 1985.

É importante conhecer as principais operações do Banco do Sul de Minas em um capítulo que apresenta seu funcionamento, administração e acionistas, porque este banco teve um papel crucial na economia da região, que tinha o café como seu principal ramo de atividade. O banco, assim como outros do período, atuava como um intermediário financeiro, concedendo empréstimos e financiamentos para os produtores de café e outros setores da economia local. Além disso, ele era responsável por movimentar e gerir recursos, como títulos descontados e hipotecas, que tinham relação direta com o complexo cafeeiro. Conhecer as operações do Banco do Sul de Minas, então, é fundamental para entender o contexto econômico da região, bem como as dinâmicas de funcionamento do sistema financeiro da época.

Para apresentar o Banco do Sul de Minas, é necessário descrever suas principais contas presentes no ativo e no passivo. Conhecer essas contas é fundamental para compreender o funcionamento e as operações do banco, e para avaliar seu desempenho financeiro. Assim, serão apresentadas as contas com maiores volumes de transação, como títulos descontados, hipotecas e contas correntes, que mostram as operações de crédito realizadas pelo banco, os recursos captados e as obrigações a pagar. Além disso, a análise das contas permite verificar a qualidade dos ativos e a solvência do banco. Diante da importância do café como principal ramo da economia na região de Varginha, é relevante analisar como o banco se inseriu no complexo cafeeiro, suas relações com os produtores, comerciantes e exportadores, e como a crise do café da década de 1930 afetou suas operações e levou à sua falência.

Embora nosso objetivo inicial fosse relacionar as principais operações do Banco do Sul de Minas com o setor cafeeiro da região, infelizmente não conseguimos identificar nominalmente os clientes do banco naquela época. Isso se deve em parte à falta de registros precisos ou à dificuldade em rastrear as transações devido ao tempo decorrido. Ainda assim, a análise das operações centrais do banco nos serviu para compreender sobre a atuação da instituição bem como ela contribuiu para o desenvolvimento econômico da região, especialmente no setor cafeeiro. Desta forma, mesmo sem uma identificação precisa do conjunto dos clientes do banco, foi possível tirar conclusões importantes sobre a relação do estabelecimento com a economia cafeeira regional.

Com efeito, ao analisar as operações do Banco do Sul de Minas de maneira geral, é possível notar a forte ligação com o setor cafeeiro. A maior parte do ativo do banco estava concentrada em títulos descontados, o que indica que o falido emprestava dinheiro a produtores de café e descontava os títulos emitidos por eles como garantia.

Em 1933, o primeiro balanço publicado pelo banco indicava que a instituição possuía 55,2% de seu ativo em títulos descontados. Isso significa que a maior parte dos recursos do banco estava emprestada para clientes que ofereceram títulos como garantia. No ano da falência, 1937, o balanço publicado em novembro, já sob pedido falimentar, apresentava 57,6% do ativo em títulos descontados, configurando pouca variação nos anos de funcionamento do Banco do Sul de Minas.

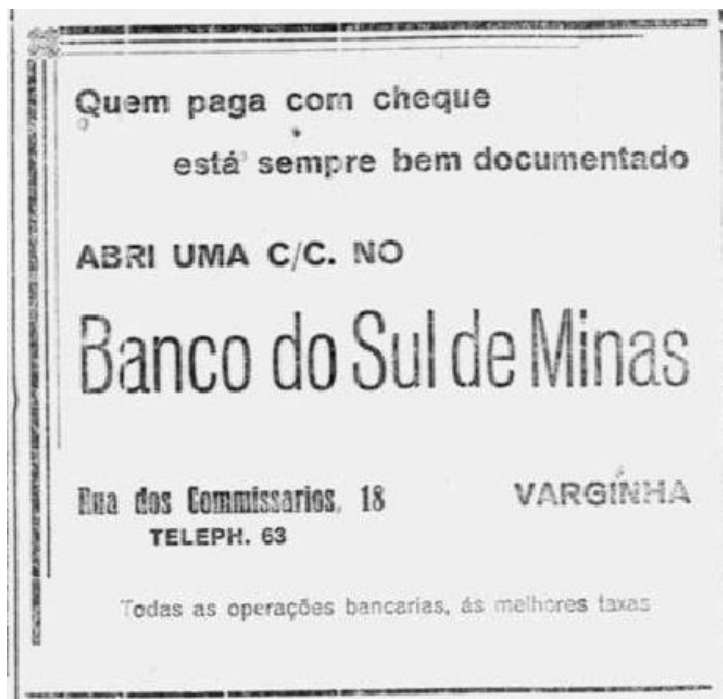
Os títulos descontados eram uma das principais formas de obtenção de crédito pelos produtores rurais, comerciantes e pequenas indústrias. Este tipo de título era emitido pelo próprio produtor, representando a promessa de pagamento de uma determinada quantia em dinheiro em uma data futura, juntamente com os juros estipulados. O processo de desconto dos títulos funcionava da seguinte forma: o produtor rural, necessitando de dinheiro para investir em sua produção, emitia o título prometendo pagar uma quantia em dinheiro em uma data futura. Este título era então levado a uma instituição financeira, como um banco, que o descontava, ou seja, comprava o título do produtor antecipadamente, por um valor menor do que o valor total do título, descontando os juros previstos.

Assim, o produtor conseguia obter o dinheiro de que precisava para investir em sua produção, enquanto o banco assumia o risco de receber o valor do título apenas na data de vencimento. Para mitigar esse risco, os bancos costumavam exigir a apresentação de garantias, como avalistas ou propriedades. Os títulos descontados eram uma forma importante de obtenção de crédito para os produtores rurais na época, uma vez que as opções de empréstimo eram bastante limitadas e o acesso ao crédito era fundamental para o desenvolvimento da produção agrícola. O desconto de títulos também era uma forma importante de investimento para as instituições financeiras, que podiam obter lucros com a cobrança de juros sobre os títulos descontados.

Estes títulos eram geralmente notas promissórias, duplicatas ou cheques pré-datados que eram negociados pelo banco antes de seu vencimento. Como os títulos descontados representavam a maior parte do ativo do banco, pode-se concluir que a instituição financeira tinha uma atividade principal de empréstimo de dinheiro, possivelmente para produtores de café ou outras empresas relacionadas ao setor cafeeiro. A propaganda do Banco do Sul de Minas, segundo a Figura 37, está relacionada aos títulos descontados pelo banco, na medida em que destaca o uso de cheques como forma de pagamento. O anúncio indica uma tentativa do banco de atrair novos correntistas e para

aumentar sua base de clientes, o que seria fundamental para manter suas operações de empréstimo e desconto de títulos.

Figura 37 – Propaganda do Banco do Sul de Minas



Fonte: A Columna, N. 153, Campo, Bello, 1933.

Em uma economia de complexo cafeeiro, a produção e comercialização do café são atividades centrais para a economia da região, e os produtores de café são considerados um setor importante para a geração de riqueza. Deste modo, o Banco do Sul de Minas, como instituição financeira que atuava nessa região, tinha como uma das suas principais atividades o financiamento dos produtores de café, que eram os principais clientes do banco. Neste contexto, é comum que uma grande parte do ativo do banco estivesse concentrada em títulos descontados, que eram emitidos pelos produtores de café como garantia para empréstimos concedidos pelo banco. Esses títulos eram, portanto, uma forma de o banco emprestar dinheiro aos produtores de café e garantir que receberia de volta o valor emprestado, além de gerar uma receita com os juros cobrados. Dessa forma, a concentração de títulos descontados no ativo do banco indica a importância do setor cafeeiro na economia da região e a centralidade dos produtores de café como clientes do banco.

A partir do balancete divulgado em 20 de outubro de 1937, é possível constatar que a maior parte dos recursos do banco estava destinada ao financiamento das atividades

locais, uma vez que os títulos descontados na praça totalizavam 1.406:582\$100, enquanto os de fora da praça somavam apenas 82:009\$900⁵¹². Esse fato evidencia a forte relação entre o banco e a economia regional, em especial o setor cafeeiro, que demandava significativa quantidade de crédito para o seu desenvolvimento.

No balancete publicado em 20 de outubro de 1937, com base na lista dos títulos descontados apresentada nominalmente, foi possível identificar Estevam Ribeiro de Rezende, que possuía 10 ocorrências, que variavam entre 20:907:300 e 1:481\$600. Ao todo, o desconto somava 118:858\$100⁵¹³. Estevam era acionista do banco, listado quando de sua constituição. Fazendeiro (Fazenda Santa Maria), o memorialista varginhense Rubião⁵¹⁴, enfatizou que, em 1919,

A lavoura de café, uma lavoura nova, com plantações que se avolumam de ano a ano, produz já 4.000 arrobas de café, tendo alcançado o tipo nº 3. E esta produção, como se vê pelo exposto, brevemente será superada com o desenvolvimento dos novos cafezais. A indústria pastoril - Embora a área da fazenda, de 200 alqueires, vá sendo ocupada pelas plantações de café, as pastagens, que são boas e fartas, [...] dão alimento a 200 rezes [...]. É a ideia que caminha: não esperar tudo do café; auxiliar a lavoura com cereais, com a pecuária [...].

Na agência de Santa Rita do Sapucaí, Joaquim Ribeiro Carneiro, João Ribeiro Carneiro e Maria Izabel Ribeiro Carneiro possuíam como coobrigação dois títulos descontados, sendo um no valor de 27:500\$000 e o outro de 50:000\$000⁵¹⁵, que somavam 77:500\$000. Joaquim Ribeiro Carneiro possuía fábrica de beneficiar café⁵¹⁶ em 1930⁵¹⁷. Embora não tenhamos encontrado informações para os – provavelmente – irmãos, a identificação de um deles como diretamente ligado ao café já faz ver que a família possivelmente mantinha sua atividade em torno da cafeicultura. José Ribeiro Carneiro descontou mais um título de 40:000\$000, dois de 20:000\$000 e Joaquim outro de 8:306\$000. No total, os irmãos descontaram 157:500\$000.

⁵¹² BANCO DO SUL DE MINAS. *Op. cit.*, 1937-1940.

⁵¹³ *Ibidem*.

⁵¹⁴ RUBIÃO, Luiz José Álvares. *Op. cit.*, 1919, p. 119.

⁵¹⁵ BANCO DO SUL DE MINAS. *Op. cit.*, 1937-1940.

⁵¹⁶ Diferente de uma máquina de beneficiar café, uma fábrica de beneficiamento cafeeiro é uma instalação industrial que possui um conjunto de equipamentos e instalações para beneficiar grandes quantidades de café de forma automatizada. Nela, os grãos são submetidos a processos como a limpeza, classificação, torrefação e embalagem, seguindo normas e padrões estabelecidos pela indústria cafeeira. As fábricas de beneficiamento de café são capazes de processar grandes volumes de café em um curto período de tempo e costumam ser utilizadas por grandes empresas do setor.

⁵¹⁷ *Almanak Laemmert*, 1930, vol. IV, p. 435.

José Pinto Miranda, no escritório de Campo Belo, descontou um título de 30:000\$000⁵¹⁸. Segundo o *Almanak Laemmert*, ele era agricultor⁵¹⁹, possuía uma máquina de beneficiar café⁵²⁰ e um engenho de cilindros⁵²¹. Na sede, em Varginha, Paiva, Nunes & Cia haviam descontado 50:000\$000, cujo avalista foi Antonio de Paiva Junior, sócio comanditário da casa comissária e presidente do Banco do Sul de Minas.

Embora não tenha sido possível identificar os demais clientes da rubrica, os irmãos Carneiro, Estevam Ribeiro de Rezende, a Paiva, Nunes & Cia e José Pinto Miranda, todos ligados diretamente ao café, assumiam os primeiros lugares entre os títulos descontados com valor mais alto. Estes perdiam a primeira posição apenas para a Sociedade Agro-Pecuária Sul Mineira, com 950:000\$000. Como próprio nome indica, estava relacionada ao setor rural⁵²².

De fato, é possível que parte dos títulos descontados pelo banco fossem provenientes do setor comercial, como por exemplo, títulos de dívida emitidos por empresas que compravam café para revender, como a Paiva, Nunes & Cia, ou do setor industrial, como os irmãos Carneiro. No entanto, o que queremos assinalar é que, ainda que parte dos títulos possam ter sido destinados aos demais setores econômicos, a maior parcela dos títulos descontados estava relacionada à economia cafeeira. Assim, os títulos descontados pelo banco eram, em sua maioria, provenientes de empresas do setor cafeeiro, como produtores, exportadores ou empresas de transporte e logística ligadas ao comércio de café.

Tal afirmativa se comprova ao analisar as ocorrências dos títulos descontados entre a sede, Varginha, as agências de Caxambu Santa Rita do Sapucaí, e os escritórios de Santa Catharina e Campo Belo, que juntos somavam 1.432:076\$600. O Relatório de Falência, ao apresentar a lista dos títulos descontados, descreve 186 ocorrências para o ano da falência do Banco do Sul de Minas. Examinando os 15 maiores valores descontados, constatamos que os clientes descritos acima configuram o grosso das transações da rubrica. Segundo a Tabela 26, a maior quantia descontada foi de 950:000\$000, seguido de muito longe pela segunda colocação com 50:000\$000 descontados e depois 40:000\$000. Assim, até a oitava colocação, os títulos, conforme

⁵¹⁸ BANCO DO SUL DE MINAS. *Op. cit.*, 1937-1940.

⁵¹⁹ *Almanak Laemmert*, 1909, p. I-31

⁵²⁰ *Almanak Laemmert*, 1910, p. 45.

⁵²¹ *Almanak Laemmert*, 1915, p. 3084.

⁵²² Analisaremos esta sociedade com mais detalhes no próximo capítulo.

apresentamos acima, estavam relacionados diretamente ao café. No cômputo geral, estas 8 entradas representam, sozinhas, quase 83% dos empréstimos em títulos descontados.

Tabela 26 – Maiores valores dos títulos descontados, 1937

Importância	Vencimento
950.000.000	17/04/37
50.000.000	09/02/38
50.000.000	vencido
40.000.000	vencido
30.000.000	vencido
27.500.000	05/04/37
20.000.000	27/02/37
20.000.000	vencido
20.000.000	vencido
17.000.000	vencido
16.000.000	17/02/37
16.000.000	03/02/37
16.000.000	29/11/37
15.000.000	05/04/37
15.000.000	05/04/37

Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).

Analisando as faixas de valores, é possível observar que das ocorrências de títulos descontados registradas na Tabela 27, apenas um apresentava um valor de 50\$000. A maioria das operações (61%) correspondia a valores entre 50\$ e 1:000\$, os quais representavam somente 8,6% do total de empréstimos em títulos descontados. Essa informação sugere que a clientela do banco era predominantemente composta por produtores rurais e pequenos comerciantes que necessitavam de operações financeiras com valores menores.

Essa predominância de títulos de valores baixos pode indicar que o banco possuía uma estratégia de atuação – ou simplesmente a estratégia do possível – voltada para o atendimento de uma demanda mais pulverizada de crédito, buscando atender a um número maior de clientes com valores menores, com vistas a compensar a concentração dos recursos em poucas pessoas. É possível que essa grande quantidade de pequenos valores tenha sido motivada pela demanda, sobretudo comercial, para fornecer liquidez às transações mais corriqueiras.

Tabela 27 – Valores dos títulos descontados por faixas no momento da falência, 1937

Faixa	Títulos descontados	
	Soma	Nº
Até 50\$	50.000	1
50\$ a 1:000\$	58.830.900	114
1:000\$ a 5:000\$	123.407.600	50
Mais de 5:000\$	1.249.788.100	21
Total	1.432.076.600	186

Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).

Por outro lado, quase 90% do volume de recursos descontados era de títulos acima de 5:000\$, com apenas (11% das ocorrências). Tal fato reflete o direcionamento da atuação do Banco do Sul de Minas para clientes com operações financeiras de maior porte, como grandes empresas e produtores rurais com uma maior capacidade financeira.

Considerando que o banco em questão estava inserido em uma economia de complexo cafeeiro e que sua administração e seus acionistas eram majoritariamente do setor cafeeiro, os dados indicam que suas operações financeiras visavam atender prioritariamente a esse setor. Nesse sentido, a estratégia de concentrar seus títulos descontados em poucos clientes com grandes valores pode ter sido adotada pelo banco como uma forma de oferecer condições especiais de crédito para produtores rurais e grandes comerciantes de café, que eram seus principais clientes.

Essa política de atuação mais seletiva pode ter sido uma maneira de garantir a fidelidade desses clientes e consolidar sua posição no mercado financeiro da época. Além disso, é possível que o banco tenha se beneficiado de informações privilegiadas sobre o mercado cafeeiro, o que lhe permitiria avaliar melhor os riscos envolvidos nas operações de crédito e selecionar seus clientes com mais critério. Não se pode descartar a possibilidade, ainda, de o banco ter facilitado descontos em títulos motivado simplesmente por relações pessoais. De qualquer forma, é importante considerar que as particularidades do setor cafeeiro exerciam forte influência na dinâmica do mercado financeiro da época e que a estratégia adotada pelo Banco do Sul de Minas pode ter sido uma resposta às demandas específicas desse contexto.

Se a maior parte dos recursos do banco estava investida nos títulos descontados (55,2%), a segunda conta com maior recurso eram as hipotecas, que representavam apenas 11,2% do ativo. A principal diferença entre os títulos descontados e as hipotecas é que os primeiros são garantidos pelo crédito, ou seja, pela promessa de pagamento

futura do emitente, enquanto as hipotecas são garantidas por um bem imóvel. Ademais, estas são normalmente utilizadas para empréstimos de valores mais altos e a longo prazo, enquanto os títulos descontados são usados para valores menores e prazos mais curtos. Outra diferença é que a concessão de hipotecas envolve um processo mais complexo de avaliação de risco e garantias, enquanto a concessão de títulos descontados pode ser mais simplificada, com base na confiança do banco no emissor do título.

Antes do desenvolvimento do sistema bancário moderno, as hipotecas eram geralmente estabelecidas em um contexto mais limitado, com base em acordos diretos entre credores e devedores individuais. Ao longo do tempo, à medida que o sistema bancário se desenvolveu, as hipotecas se tornaram mais padronizadas e foram estabelecidas em um contexto mais formalizado. Nos dias de hoje, os bancos e outras instituições financeiras são os principais fornecedores de empréstimos hipotecários, e as hipotecas são frequentemente vendidas e negociadas como ativos financeiros⁵²³.

No início do século XX, as hipotecas no Sul de Minas Gerais eram estabelecidas principalmente entre proprietários de terra e credores individuais, muitas vezes sem a intermediação de instituições financeiras. Nesta época, o Sul de Minas era uma região importante para a produção de café, e muitos fazendeiros precisavam de financiamento para investir em suas plantações. Os empréstimos eram frequentemente feitos por comerciantes e capitalistas locais, que forneciam dinheiro em troca de uma hipoteca sobre a terra da fazenda. Essas hipotecas eram geralmente registradas em cartório para garantir a segurança do credor⁵²⁴.

No entanto, as hipotecas nesse período eram frequentemente acompanhadas de altas taxas de juros e condições desfavoráveis para os devedores. Isso ocorria porque muitos credores eram capazes de monopolizar o mercado de empréstimos na região, devido à falta de instituições financeiras estabelecidas. Com o tempo, à medida que os bancos começaram a se expandir para a região, as hipotecas tornaram-se mais padronizadas e as condições de empréstimo foram regulamentadas.

O Banco do Sul de Minas quase não possuía operações hipotecárias até adquirir o Banco Popular do Sul de Minas⁵²⁵ e tomar posse dos direitos de hipoteca que este detinha.

⁵²³ Confira a evolução das hipotecas no Brasil em MARCONDES, Renato Leite. Crédito Privado antes da Grande Depressão do Século XX: O Mercado Hipotecário. **Estudos. Econômicos.**, São Paulo, vol.44, n.4, p.749-786, out.-dez. 2014.

⁵²⁴ Cf: OLIVEIRA, Lélío Luiz de; MARCONDES, Renato Leite. Outro modo de financiar o café: hipotecas no sudoeste de Minas Gerais (1890-1914). **Varia História**, 2018, 34: 227-260.

⁵²⁵ Confira no Capítulo 5.

Em contrapartida, o falido ficou com os ativos hipotecários engessados, dada a Lei do Reajustamento Econômico. No primeiro balanço divulgado pelo Banco do Sul de Minas, 1933, o valor total das hipotecas era de 354:013\$300. No ano da falência, a rubrica aumentou sua participação no ativo para 478:200\$000. Na sede, Varginha, na descrição do Relatório da Falência, em 1937, havia apenas duas hipotecas: uma para Manoel de Souza Oliveira, no valor de 34:517\$900, e outra para Vicente Pereira Seixas de Oliveira, que era lavrador⁵²⁶, no valor de 10:557\$800, perfazendo um total de 45:075\$700.

Na agência de Santa Rita estava a maior parte das operações hipotecárias, que somavam 433:124\$300. Eram 9 hipotecas concedidas a 1) Adolpho Ribeiro da Silva (35:424\$700), que era agricultor e lavrador⁵²⁷; 2) Alfredo Ribeiro Carneiro (140:125\$000), para quem não encontramos informações, embora, pelo sobrenome, acreditamos tratar-se de um irmão dos Ribeiro Carneiro, descritos nos títulos descontados como possuidores de fábrica de beneficiar café; 3) Dr. Antenor Pinto de Almeida (56:709\$200) médico⁵²⁸, agricultor, lavrador e capitalista⁵²⁹; 4) Henrique del Castilho (25:845\$800) diretor do Instituto Moderno de Educação e Ensino⁵³⁰; 5) Irmãos Baldoni (29:777\$600), lavradores⁵³¹; 6) João Pinto Villela (70:611\$300), proprietário de fábrica de beneficiar café⁵³², agricultor e lavrador⁵³³; 7) João Ribeiro de Carvalho (7:000\$000); 8) Mario Mendes Ribeiro (550\$000); e 9) Roque Devito (67:080\$700). Para estes últimos não encontramos informações.

A alta proporção de hipotecas relacionadas ao setor cafeeiro em um banco inserido em uma economia cafeeira de complexo cafeeiro não deixa dúvidas de que o banco tinha uma forte relação com o setor produtivo do café, demonstrando que o banco buscava atender às necessidades de financiamento das atividades cafeeiras, fornecendo empréstimos com garantia de imóveis. Todavia, é importante lembrar que as informações sobre as outras hipotecas não foram encontradas, o que, de certa forma, limita a análise das operações do banco nesse período.

Portanto, ao analisarmos os dados para as hipotecas do Banco do Sul de Minas, podemos inferir que a maior parte dessas hipotecas estava relacionada diretamente com

⁵²⁶ BANCO DO SUL DE MINAS. *Op. cit.*, 1937-1940.

⁵²⁷ *Almanak Laemmert*, 1930, vol. IV, p. 436.

⁵²⁸ *Almanak Laemmert*, 1937, p. 1126.

⁵²⁹ *Almanak Laemmert*, 1930, vol. IV, p. 436.

⁵³⁰ *Almanak Laemmert*, 1930, vol. IV, p. 436.

⁵³¹ BANCO DO SUL DE MINAS. *Op. cit.*, 1937-1940.

⁵³² *Almanak Laemmert*, 1930, vol. IV, p. 435.

⁵³³ *Almanak Laemmert*, 1930, vol. IV, p. 436.

o setor cafeeiro. Mesmo com informações incompletas, podemos reforçar a tese do complexo cafeeiro, a qual destaca a importância econômica e social da cafeicultura na região do Sul de Minas Gerais e em Varginha. O financiamento do setor cafeeiro pelos bancos da região é uma evidência clara dessa importância, e a concentração das operações do banco em torno dessa atividade é uma indicação adicional da centralidade do café na economia local. É possível afirmar, então, que os dados para as hipotecas corroboram a tese do complexo cafeeiro, que ressalta a importância do café na economia e na sociedade da região, e evidenciam a influência dessa atividade econômica no desenvolvimento histórico e cultural do Sul de Minas.

No mesmo sentido, a terceira conta do ativo de maior expressão corresponde às contas correntes garantidas, que representavam 9,8% do total em 1933 e 10,2% no momento da falência do Banco do Sul de Minas. No ano da falência, 1937, embora o balanço⁵³⁴ apresente o valor de 345:387\$921 de contas correntes garantidas, o Relatório da Falência nominou apenas duas: a Sociedade Agro-Pecuária Sul Mineira, com 245:786\$921, e a Paiva Nunes & Cia, com 1:461\$200. Como já expusemos, ambas se relacionavam com o café.

Vale lembrar que estas contas estavam no ativo do banco porque representavam um ativo para a instituição financeira, já que elas possuíam um saldo que poderia ser utilizado pelo banco para conceder empréstimos e outros tipos de financiamentos. Ao mesmo tempo, as contas correntes garantidas geralmente estavam vinculadas a alguma garantia, como um imóvel ou um veículo, o que aumentava a segurança para o banco em caso de inadimplência por parte do cliente.

Por outro lado, as demais contas correntes estavam no passivo do banco porque representavam uma obrigação da instituição financeira para com seus clientes. Isso significa que o banco era responsável por manter esses saldos disponíveis para os titulares das contas correntes, sendo que estes valores poderiam ser sacados ou transferidos a qualquer momento. As contas correntes eram uma obrigação do banco, e por isso estavam registradas no passivo.

De forma geral, para um banco, as contas do ativo são compostas principalmente pelos empréstimos concedidos aos seus clientes e investimentos realizados em outras

⁵³⁴ O síndico, ao analisar a contabilidade do Banco do Sul de Minas na documentação da falência, apresentou as informações em forma de balancete e, ao final, disponibilizou todos os balanços da instituição, inclusive o de 1937, com essa denominação. Portanto, seguimos aqui a descrição do síndico falimentar.

áreas da economia. Já as contas do passivo incluem principalmente os depósitos realizados pelos clientes, que podem ser utilizados pelo banco para conceder empréstimos e realizar investimentos. Em relação ao Banco do Sul de Minas, essa estrutura também pode ser observada, tendo em vista que a instituição financeira concedia empréstimos para financiar a produção de café e outros setores da economia local, e contava com os depósitos de seus clientes para financiar essas atividades.

Portanto, após a análise das principais contas do ativo do Banco do Sul de Minas, é fundamental examinar as contas correntes presentes no passivo. Primeiro porque correspondem às maiores rubricas do passivo. Depois porque as contas correntes refletem os valores depositados pelos clientes no banco, que eram utilizados para conceder empréstimos e investir em outras áreas da economia local. Assim, as contas correntes são importantes para avaliar a relação entre o Banco do Sul de Minas e a economia cafeeira da região de Varginha e Sul de Minas.

No Auto de Falência do Banco do Sul de Minas, em 1937, consta uma série de operações e contabilidades do banco, apresentadas para o pedido falimentar. Neste documento, está incluso um balancete de 30 de setembro do mesmo ano⁵³⁵, que, além das garantidas, traz listas das seguintes contas correntes: de aviso, populares, à disposição, diversas, correspondentes e de movimento.

Embora houvesse sete tipos de conta corrente, a de Aviso foi a mais comum, uma vez que a grande maioria dos correntistas, mais de 79%, possuía esse tipo de conta, detendo também a maior participação nos débitos. Por outro lado, as Diversas dominavam a maior concentração do montante depositado, ficando as contas de Aviso com um segundo lugar distante. As demais contas tinham participação mais humilde no total das operações de contas correntes, por mais que as Correspondentes apresentassem mais ocorrências (28) que as Garantidas (24), apresentados na Tabela 28.

⁵³⁵ Conforme o síndico da falência do Banco do Sul de Minas apurava a contabilidade da instituição financeira, os dados iam sendo atualizados e compilados em balancetes que demonstravam a situação financeira do banco em um determinado período de tempo. No caso do Banco do Sul de Minas, trabalhamos aqui com dois balancetes. No geral, utilizamos o de 30 de outubro, mas aqui optamos pelos dados de 30 de setembro de 1937. Essa data foi escolhida porque, conforme o síndico da falência, refletiam a situação financeira mais próxima da realidade da instituição bancária. O balancete apresentado a seguir, de 30 de outubro, já incluía retificações do síndico da falência.

Tabela 28 – Contas Correntes do Banco do Sul de Minas no momento da falência, 1937

Contas Correntes	Débito	Crédito	Nº
De Aviso	152:816\$300	493:873\$970	306
Populares	4:784\$800	10:113\$800	12
Garantidas	-	168:704\$021	1
À Disposição	3:833\$100	6:503\$300	3
Diversas	20:077\$000	916:791\$200	24
Correspondentes	10:874\$600	5:449\$900	28
Movimento	5:600\$700	27:697\$500	11
Total	197:986\$500	1.629:133\$691	385

Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).

De acordo com a Tabela 29, avaliando o montante dos créditos em contas correntes do Banco do Sul de Minas dividido em faixas, grande parte dos correntistas, 42,26%, depositava valores entre 50\$000 e 1:000\$000. A faixa seguinte, 1:000\$000 a 5:000\$000, mantinha a segunda maior concentração, 22,02%, e a faixa dos que depositavam até 50\$000 com 21,43%, em terceiro colocado. Porém, o montante depositado era proporcional à faixa, de modo que a menor soma dos depósitos correspondia à primeira faixa, a dos menores valores depositados. Da mesma maneira, a maior quantia estava reunida entre os correntistas que guardavam no banco mais de 5:000\$000. No limite, vale dizer que a maior parte da fortuna (84,94%) estava encerrada nas mãos de poucas pessoas (14,03%).

Tabela 29 – Contas Correntes do Banco do Sul de Minas no momento da falência, 1937

Faixa	Contas Correntes	
	Soma	Nº
Até 50\$	1:360\$800	72
50\$ a 1:000\$	49:966\$500	142
1:000\$ a 5:000\$	168:657\$970	74
Mais de 5:000\$	1.240:444\$400	47
Total	1.460:429\$670	335

Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).

Considerando apenas as contas correntes de Aviso, descritas na Tabela 30, a situação não sofre grandes alterações, isto é, a maior parte do montante também estava concentrada no menor número de pessoas. As maiores fortunas pertenciam a Francisco

Alves da Silva (14:467\$800), a Rodolpho Pereira da Silva (14:149\$300), e ao Padre Henrique A. Mayer (14:099\$500). As duas únicas pessoas jurídicas nesta faixa eram o Club Literário Catarinense (6:500\$000) e Dendena & Figueiredo (10:295\$500). Da mesma forma, a menor soma estava entre os que depositavam menores quantias.

Por outro lado, entre os devedores do banco, apenas 3 deles, com débitos superiores a 5:000\$000, deviam quase 94% de toda a dívida. Era o caso de Rozendo Augusto Nogueira, que devia 77:663\$900, o acionista e fazendeiro Domingos Ribeiro de Rezende, com débito de 53:833\$700, e o também acionista e comerciante José Justiniano de Paiva, devedor de 11:633\$900. Ao mesmo tempo, 11 correntistas somavam a mísera cifra de 58\$500. Os menores valores devidos pertenciam às mulheres, como Maria Jesuína Pinto Nunes (\$100), Carmélia Garcia (\$400) e Cleia Nair Ribeiro de Rezende Paiva (\$900); e aos comerciantes e acionistas Salles Jorge Nahar (21\$300) e Souza Pinto & Irmãos (26\$900), além do Centro Espirita Redentor (\$700).

Tabela 30 – Contas Correntes de Aviso do Banco do Sul de Minas no momento da falência, 1937

Faixa	Crédito		Débito	
	Soma	Nº	Soma	Nº
Até 50\$	1:099\$700	57	58\$500	11
50\$ a 1:000\$	43:519\$100	128	895\$200	2
1:000\$ a 5:000\$	148:935\$170	66	8:731\$100	3
Mais de 5:000\$	300:320\$000	36	143:131\$500	3
Total	493:873\$970	287	152:816\$300	19

Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).

Durante o período em questão, uma conta corrente de aviso era um tipo de conta bancária em que o correntista era notificado pelo banco, através de cartas ou telegramas, sobre os saldos da conta e as movimentações financeiras realizadas nela. Essa notificação era feita periodicamente, geralmente diariamente ou semanalmente, e permitia que o correntista tivesse um controle mais preciso sobre o seu saldo bancário e as suas transações. Uma conta corrente de aviso era diferente de uma conta corrente comum, em que o correntista precisava se deslocar ao banco para obter informações sobre o saldo e as movimentações financeiras em sua conta.

Na conta corrente de aviso, as notificações permitiam que o correntista pudesse acompanhar de perto as suas transações e, em caso de algum erro ou inconsistência, pudesse entrar em contato com o banco imediatamente para corrigir o problema. Vale

ressaltar que, na época em que essa conta era utilizada, o sistema bancário no Brasil ainda era incipiente e pouco desenvolvido. A maioria das pessoas não tinha acesso a contas bancárias e, mesmo aqueles que possuíam, tinham que lidar com a falta de tecnologia e recursos para monitorar suas transações bancárias. A conta corrente de aviso, portanto, era uma forma de o banco se comunicar com o cliente e oferecer um serviço diferenciado e mais conveniente.

Entre as contas correntes Populares, conforme a Tabela 31, não havia créditos ou débitos com mais de 5:000\$000. Desta forma, os créditos e as dívidas com maior soma correspondiam à segunda maior faixa, qual seja, 1:000\$000 a 5:000\$000. As maiores somas das contas correntes Populares eram de Franklin Ferreira de Queiroz (3:971\$700), seguido de longe pelo padre Adhemar Pinto (1:798\$600) e por Oswaldo dos Reis Tavares (1:768\$200). As menores quantias eram de Humberto Fioravanti (13\$400) e Antônio Azevedo Amorim (20\$000). Os débitos que constam neste tipo de conta pertenciam o maior (4:684\$300) ao acionista e diretor do banco José Nicolau de Paiva, e o menor (100\$500) a Jorge Silveira.

Tabela 31 – Contas Correntes Populares do Banco do Sul de Minas no momento da falência, 1937

Faixa	Crédito		Débito	
	Soma	Nº	Soma	Nº
Até 50\$	58\$900	3	100\$500	1
50\$ a 1:000\$	1:327\$600	3	-	-
1:000\$ a 5:000\$	8:727\$300	4	4:684\$300	1
Mais de 5:000\$	-	-	-	-
Total	10:113\$800	10	4:784\$800	2

Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).

As contas correntes populares eram um tipo de conta bancária criada como uma forma de permitir que a população de baixa renda tivesse acesso a serviços financeiros básicos, como depósitos, saques e transferências. As contas correntes populares eram geralmente oferecidas por bancos de menor porte, que tinham como objetivo atender a população de baixa renda e promover a inclusão financeira. Elas eram mais simples e tinham menos exigências em termos de documentação e comprovação de renda do que as contas correntes tradicionais.

Os bancos que ofereciam contas correntes populares muitas vezes realizavam campanhas de divulgação e educação financeira para incentivar a abertura dessas contas.

Os correntistas podiam depositar dinheiro em suas contas e realizar saques quando necessário, sem pagar taxas ou tarifas elevadas. As contas correntes populares foram uma importante iniciativa para promover a inclusão financeira e reduzir a exclusão bancária durante o período em questão, embora ainda houvesse muitas limitações em relação ao acesso aos serviços financeiros, especialmente para a população rural e os trabalhadores informais.

As contas correntes À Disposição apresentavam apenas dois depositantes: um da menor e um da maior faixa, que eram Maria de Rezende Pinto (3\$300) e José Calil Curi (6:500\$000), respectivamente. Constava ainda um débito pertencente à Paiva Nunes & Cia (3:833\$100), acionista do banco e comissária de café⁵³⁶.

As contas correntes à disposição eram um tipo de conta bancária oferecida por alguns bancos locais, geralmente destinadas a empresas e indivíduos com um fluxo de caixa mais intenso e frequentes necessidades de movimentação de recursos. Uma conta corrente à disposição permitia que o correntista pudesse sacar dinheiro e movimentar recursos livremente, sem a necessidade de manter um saldo mínimo na conta. Desta forma, a conta dava mais flexibilidade e autonomia ao correntista para gerir seus recursos.

Por outro lado, as contas correntes à disposição eram acompanhadas de tarifas e taxas mais elevadas do que as contas correntes tradicionais, pois ofereciam um serviço mais abrangente e com menos restrições. Essas contas correntes também eram geralmente oferecidas apenas para clientes com um perfil mais alto de renda e/ou com um histórico de relacionamento bancário com o banco em questão. Assim, eram uma opção interessante para empresas e indivíduos que precisavam movimentar recursos com frequência e tinham capacidade financeira para arcar com as taxas e tarifas associadas. No entanto, para os correntistas com menor capacidade financeira, outras opções de conta corrente, como as contas correntes populares, poderiam ser mais adequadas.

A segunda maior participação dos correntistas correspondia às contas correntes diversas, com 20 credores e 4 devedores do banco, apresentadas na Tabela 32. Um fato que chama a atenção é as diversas concentrarem contas de outros bancos e sociedades⁵³⁷ numa proporção maior que as contas de pessoas. À título de exemplo, o acionista e

⁵³⁶ Essa empresa também concorreu para a falência do banco, segundo o diretor José Nicolau de Paiva (BANCO DO SUL DE MINAS. *Op. cit.*, 1937-1940.). Também discutiremos o papel desempenhado por essa casa comissária no Capítulo 5.

⁵³⁷ Como o Banco do Brasil, Banco Boavista, Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais, Banco do Comércio, Cia. Segurança de Armazéns Gerais, Instituto de Ap. e Pensões dos Bancários, Lino Pimentel & Cia. Ltda., Gualberto E. Wheeler, Navarra & Irmãos, Sauer Surmann & Cia, além de Diferença de Caixa e Diferença de Estampilhas.

comerciante, José Justiniano de Paiva, mantinha outra conta corrente nas contas diversas, um crédito de 74:190\$400.

Desta forma, pouco mais de um terço dos depositantes tinham em suas contas mais de 5:000\$000: o Banco do Brasil possuía nada menos que 242:240\$700, o Banco Boavista detinha 204:104\$400, Banco do Comércio e Industria de Minas Gerais mantinha 212:913\$700, que eram os 3 maiores valores depositados no Banco do Sul de Minas. As menores quantias não chegavam a 100\$000 somadas, cujas contas eram de Joaquim Alves da Silva (\$100) e Maria José Faria (4\$400). As contas devedoras equivaliam, em sua quase totalidade, a apenas um débito, pertencente a Lauro Paiva.

Tabela 32 – Contas Correntes Diversas do Banco do Sul de Minas no momento da falência, 1937

Faixa	Crédito		Débito	
	Soma	Nº	Soma	Nº
Até 50\$	81\$500	4	42\$400	3
50\$ a 1:000\$	2:675\$800	7	-	-
1:000\$ a 5:000\$	4:696\$100	2	-	-
Mais de 5:000\$	909:337\$800	7	20:034\$600	1
Total	916:791\$200	20	20:077\$000	4

Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).

As contas correntes diversas eram destinadas a empresas e indivíduos que precisavam gerir seus recursos financeiros de forma mais complexa, envolvendo múltiplas fontes de renda e despesas. No caso do Banco do Sul de Minas, as contas correntes diversas incluíam contas de outros bancos e sociedades financeiras, o que permitia ao correntista centralizar sua gestão financeira em um só lugar. Assim, o correntista poderia gerenciar seus recursos de forma mais eficiente e ter um controle mais detalhado sobre suas operações financeiras.

As contas correntes diversas também permitiam que o correntista pudesse realizar transferências de recursos entre diferentes instituições financeiras, de forma mais ágil e sem a necessidade de se deslocar a cada uma delas. Essas contas também poderiam ser utilizadas para investimentos em diferentes tipos de ativos financeiros, como ações e títulos. As contas correntes diversas, porém, eram destinadas a correntistas com um perfil mais sofisticado e com conhecimentos financeiros mais avançados. Essas contas correntes geralmente estavam sujeitas a tarifas e taxas mais elevadas do que as tradicionais, devido à sua complexidade e aos serviços adicionais oferecidos.

A grande distinção das contas correntes Correspondentes em relação às demais centra-se na maior reunião de contas devedoras em comparação às credoras. Assim, conforme a Tabela 33, o maior crédito em conta registrado estava na mais alta faixa de valor depositado, mais de 5:000\$000, cujo depositante era a Casa Bancária Ribeiro Junqueira, Irmão & Botelho, com sede em Leopoldina na Zona da Mata. A menor faixa continha 5 credores com valores mais baixos, os quais eram Gabriel da Rocha (3\$000), José Freire e Silva (3\$700), Manoel José Lopes (10\$300), Joaquim Martins de Barros Filho (20\$300) e Severino Candido da Silva Villela (34\$400).

Nos débitos, porém, havia duas contas na menor faixa e não somavam 3\$000: uma de Carlos Britto & Cia. (\$200) e outra de João Barbosa de Oliveira (2\$300). Sem correntistas com dívidas maiores que 5:000\$000, a maior soma estava encerrada na segunda maior faixa, 1:000\$000 a 5:000\$000, com apenas três ocorrências, pertencentes à Casa Bancária A. Della Lúcia com sede em Três Corações (1:128\$100), Ozias Carneiro de Faria (1:810\$900), e Paulo Pelucio (4:511\$800).

Tabela 33 – Contas Correntes Correspondentes do Banco do Sul de Minas no momento da falência, 1937

Faixa	Crédito		Débito	
	Soma	Nº	Soma	Nº
Até 50\$	71\$900	5	2\$800	2
50\$ a 1:000\$	212\$000	1	3:092\$900	4
1:000\$ a 5:000\$	-	-	7:450\$800	3
Mais de 5:000\$	5:166\$000	1	-	-
Total	5:449\$900	7	10:546\$500	9

Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).

Essas contas comumente eram destinadas a outras instituições financeiras, como bancos e sociedades de crédito. Na prática, as contas correntes correspondentes funcionavam como uma espécie de conta bancária intermediária, utilizada para realizar transferências de recursos entre diferentes instituições financeiras. Quando uma instituição financeira recebia uma ordem de pagamento de uma outra instituição, ela poderia utilizar a conta corrente correspondente para realizar a operação de forma mais rápida e eficiente.

Essas contas correntes eram importantes para a realização de operações financeiras entre diferentes instituições financeiras, principalmente em regiões onde o sistema bancário ainda não estava completamente desenvolvido. Além disso, as contas

correntes correspondentes também permitiam que os bancos pudessem gerir de forma mais eficiente seus recursos e minimizar riscos de liquidez. Vale destacar que as contas correntes correspondentes não ofereciam serviços bancários tradicionais, como depósitos, saques e investimentos, mas sim a possibilidade de realizar operações financeiras entre diferentes instituições.

Por fim, os únicos débitos das contas correntes de Movimento, ilustradas na Tabela 34, estão na primeira e última faixas, cuja primeira pertencia a Chafick Lays com o valor irrisório de \$700, e a segunda ao acionista do banco e comerciante José de Rezende Paiva, com a cifra de 5:600\$000. Nas contas credoras, 2 depósitos somavam menos de 50\$000 na menor faixa, sendo as duas de pessoas jurídicas: Andrade & Irmão (2\$000) e Madeira & Filho (43\$500). Da mesma forma, 2 contas somavam mais de 19:000\$000 na maior faixa, uma do Banco Comercial de Alfenas (12:120\$600) e outra de Pedro Paulo Villela (7:000\$000).

Tabela 34 – Contas Correntes de Movimento do Banco do Sul de Minas no momento da falência, 1937

Faixa	Crédito		Débito	
	Soma	Nº	Soma	Nº
Até 50\$	45\$500	2	\$700	1
50\$ a 1:000\$	2:232\$000	3	-	-
1:000\$ a 5:000\$	6:299\$400	2	-	-
Mais de 5:000\$	19:120\$600	2	5:600\$000	1
Total	27:697\$500	9	5:600\$700	2

Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).

As contas correntes movimento eram destinadas a clientes que realizavam muitas transações financeiras, como empresas e comerciantes, e que precisavam de um controle mais preciso sobre suas movimentações financeiras. Estas contas permitiam que os clientes fizessem depósitos e saques livremente, além de permitir que fossem feitas transferências entre contas. Diferentemente das contas correntes populares e das contas correntes de aviso, as contas correntes movimento não exigiam nenhum tipo de aviso prévio para movimentação dos recursos.

No entanto, as contas correntes movimento também tinham suas limitações. Geralmente, elas não ofereciam nenhum tipo de remuneração ou rendimento sobre os depósitos realizados, além de cobrarem taxas por transações realizadas. Os bancos podiam impor limites de movimentação, como um limite máximo de saque por dia ou por

semana, dependendo do perfil do cliente. As contas correntes movimento eram importantes para clientes que precisavam movimentar frequentemente seus recursos, como empresas e comerciantes, que necessitavam de uma gestão mais eficiente de suas finanças. Com a facilidade de movimentação, essas contas permitiam que os clientes pudessem ter um controle mais preciso sobre suas finanças e realizar suas transações de forma mais rápida e eficiente.

Após a análise das contas correntes do Banco do Sul de Minas, é importante examinar dos depósitos realizados pelos clientes, uma vez que esta conta representa uma importante fonte de financiamento para a instituição financeira. A conta de depósitos é uma das principais contas do passivo de um banco, e constitui o dinheiro que foi depositado pelos clientes em suas contas bancárias, e que pode ser utilizado pelo banco para conceder empréstimos e realizar investimentos em outras áreas da economia. A análise dos depósitos também pode fornecer informações importantes sobre o perfil dos clientes do banco, suas preferências de investimento e seu grau de confiança na instituição financeira. A compreensão das informações contidas na conta de depósitos, assim, se faz necessária para o conjunto da análise das operações do falido.

No início do século XX, especialmente em economias rurais do interior, o depósito bancário era visto como uma forma relativamente nova de armazenar dinheiro. Antes desse período, a maioria das transações financeiras era realizada em espécie ou por meio de trocas diretas de produtos. Os depósitos bancários permitiram que as pessoas depositassem seu dinheiro em um banco e recebessem uma garantia de que ele estaria seguro e disponível quando necessário. Isso foi especialmente importante para aqueles que trabalhavam em setores rurais, como agricultores e criadores de gado, que muitas vezes não tinham acesso a outras formas de armazenar seu dinheiro de forma segura.

Os bancos ofereciam serviços de empréstimos, permitindo que os agricultores e outros trabalhadores rurais obtivessem o capital necessário para investir em suas atividades e melhorar sua produção. Esses empréstimos geralmente eram garantidos por bens tangíveis, como terras, animais e até café, no caso do Banco do Sul de Minas. No entanto, é importante notar que os bancos não eram tão amplamente disponíveis ou utilizados naquela época como são hoje, e muitas economias rurais ainda dependiam de formas tradicionais de troca e comércio. Ademais, os bancos não eram tão confiáveis quanto são hoje em dia, e muitos faliram ou enfrentaram problemas financeiros, resultando na perda de depósitos de seus clientes, a exemplo também do Banco do Sul de Minas.

Embora as contas correntes e os depósitos sejam categorias operacionais semelhantes, optamos por considerá-las separadamente. No início do século XX, a diferença entre depósitos bancários e contas correntes não era tão marcante quanto é hoje em dia. Os depósitos bancários, em geral, eram vistos como uma forma relativamente nova de armazenar dinheiro de forma segura em um banco e podiam ser feitos em uma variedade de contas, incluindo contas poupança e contas correntes. Entretanto, as contas correntes ainda não tinham a mesma abrangência de serviços que oferecem hoje em dia, como cheques, cartões de crédito, transferências eletrônicas, entre outros.

Naquela época, as contas correntes eram geralmente mantidas por empresas e indivíduos que precisavam de acesso frequente ao dinheiro em suas transações diárias, como pagamentos a fornecedores e despesas cotidianas. Elas ofereciam a possibilidade de saques a qualquer momento e, em alguns casos, permitiam cheques. No entanto, muitas das funcionalidades avançadas que hoje são comuns nas contas correntes ainda não estavam disponíveis. É por esse motivo que decidimos analisar as duas categorias separadamente. Assim, a Tabela 35 destaca os depósitos a prazo fixo.

Tabela 35 – Maiores depósitos a prazo fixo consoante valores no momento da falência, 1937.

Nomes	Vencimentos	Haver
José Justiniano de Paiva	05/06/38	40:000\$000
José Justiniano de Paiva	01/07/38	40:000\$000
Olympio Lopes de Siqueira	14/02/38	32:000\$000
Philomena Teixeira Cardoso	14/10/37	24:000\$000
Anna de Oliveira	31/08/38	20:000\$000
José Justiniano de Paiva	30/07/38	20:000\$000
Plinio Junqueira Miranda	19/04/38	17:240\$000
Nestor Ramos de Rezende	25/01/38	14:000\$000
Juvenal Julio Pereira	13/10/37	12:250\$000
Juvenal Julio Pereira	22/09/38	11:800\$000
Jordelina Pimentel	25/05/38	11:600\$000
José Antonio de Faria	13/08/38	10:000\$000
Silverio Francisco de Oliveira	19/01/38	10:000\$000
João de Oliveira Villela	12/01/38	9:000\$000
João de Oliveira Villela	16/06/37	8:100\$000

Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).

José Justiniano de Paiva, acionista, comerciante e comprador de café, possuía três depósitos, dois dos quais constituíam o primeiro e o segundo lugar entre as maiores ocorrências segundo valor dos depósitos a prazo fixo, somando 100:000\$000. Em terceiro, estava Olympio Lopes de Siqueira com 32:000\$000 depositados. Siqueira era

agricultor, lavrador e criador de animais⁵³⁸. Plínio Junqueira Miranda era comerciante de armarinhos⁵³⁹. Juvenal Julio Pereira era criador e exportador de gado⁵⁴⁰. Silverio Francisco de Oliveira tinha um engenho de cana⁵⁴¹, fábrica de aguardente e açúcar⁵⁴², era fabricante de manteigas e queijos, vendedor de leite⁵⁴³, agricultor, lavrador e criador de animais⁵⁴⁴. Para os demais não encontramos informações.

No entanto, os depositantes identificados somavam 65,4% do total dos 15 maiores valores depositados. Considerando apenas os clientes diretamente relacionados à lavoura, o montante é de 142:000\$000. Isso quer dizer que apenas três pessoas detinham 50,7% do total depositado. Tal fato demonstra, mais uma vez, a relação do banco com o café.

A análise dos depósitos realizados pelos clientes do Banco do Sul de Minas nos permite compreender a relação entre a instituição financeira e o complexo cafeeiro que predominava na região. Esses dados corroboram a tese de que a economia da região de Varginha e Sul de Minas era baseada principalmente no café e que esse setor gerava um transbordamento de recursos para outras atividades, incluindo os bancos. Portanto, a análise dos depósitos é essencial para compreendermos como o Banco do Sul de Minas utilizava os recursos depositados pelos seus clientes para financiar a economia local.

Neste sentido, o exame das operações do banco apresentado até aqui permite concluir que o Banco do Sul de Minas estava diretamente ligado ao setor cafeeiro da região. Como já vimos, a administração do banco era composta por empresários ligados ao café. Ademais, os acionistas do banco também eram em sua maioria, quando identificados, produtores ou comerciantes de café. Mas é na terceira seção que encontramos a confirmação mais contundente dessa relação: o grosso das operações do banco era direcionado para o setor cafeeiro.

Tanto os acionistas quanto a administração do banco estavam ligados ao café, e as operações do banco eram amplamente direcionadas para o setor, tanto no ativo quanto no passivo. Os títulos descontados e hipotecas, que compunham a maior parte do ativo do banco, eram em grande parte oriundos do setor cafeeiro. As contas correntes e depósitos, que constituíam a maior parte do passivo do banco, também eram predominantemente de clientes ligados à produção de café. Isso demonstra a importância

⁵³⁸ *Almanak Laemmert*, 1935, p. vol. II, p. 327.

⁵³⁹ *Almanak Laemmert*, 1921, p. vol. IV, p. 4362.

⁵⁴⁰ *Almanak Laemmert*, 1936, p. 717.

⁵⁴¹ *Almanak Laemmert*, 1911, p. 3236.

⁵⁴² *Almanak Laemmert*, 1916, p. 3258.

⁵⁴³ *Almanak Laemmert*, 1916, p. 3258.

⁵⁴⁴ *Almanak Laemmert*, 1921, p. vol. IV, p. 4372.

do café para a economia da região e a sua centralidade nas atividades bancárias da época. A análise das operações do Banco do Sul de Minas permite, portanto, concluir que a instituição desempenhou um papel fundamental no financiamento e na dinamização do setor cafeeiro na região. Para além disso, o Capítulo 4 fornece evidências contundentes que sustentam a tese central de que o complexo cafeeiro foi o principal responsável pelo financiamento dos bancos da região.

CAPÍTULO 5 – A FALÊNCIA DO BANCO DO SUL DE MINAS

No capítulo anterior, realizamos uma análise Banco do Sul de Minas com o objetivo de entender a relação deste agente financeiro com o setor rural, em especial o cafeeiro. Nossos resultados indicaram que os recursos utilizados para a criação do banco provinham principalmente da indústria cafeeira, com destaque para a produção café, o que aponta para a importância do complexo cafeeiro na região. Ao mesmo tempo, os administradores do banco eram representantes da economia cafeeira, o que reforça a ligação entre os interesses dos produtores e o funcionamento do banco. Por fim, nossa análise mostrou que a maior parte das operações do banco estava direcionada para o financiamento da indústria do café, confirmando a importância desse setor na economia local. Esses resultados reforçaram a tese de que o Sul de Minas Gerais foi marcado pela existência de um complexo cafeeiro no período estudado, evidenciando a importância do café na dinâmica econômica regional.

No presente capítulo, nosso objetivo é explorar as causas da falência do Banco do Sul de Minas Gerais, bem como apresentar o processo de falência do mesmo. De acordo com nossa tese, sustentamos que a crise econômica enfrentada pelo setor cafeeiro foi o fator decisivo para a liquidação da instituição financeira. Contudo, não ignoramos problemas de administração do banco que também podem ter contribuído para seu colapso. Portanto, nossa análise buscará examinar tanto as condições macroeconômicas quanto as questões internas da instituição financeira para entendermos os motivos da sua falência.

Apesar da crise que se instalou no Brasil em decorrência da quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, seus impactos foram menos sentidos no país em relação a diversas outras economias capitalistas⁵⁴⁵. Em decorrência disso, é consenso na literatura sobre o tema que “não se observou grandes ondas de falências bancárias”⁵⁴⁶. Com base nesta afirmação, por que faliu o Banco do Sul de Minas em 1937? Esperamos, neste capítulo, responder a esta questão.

Embora a crise do café tenha afetado diretamente as finanças dos produtores e, conseqüentemente, dos bancos que atuavam no setor, outros fatores também devem ser considerados na análise da falência do Banco do Sul de Minas em 1937. É possível que o

⁵⁴⁵ Confira essa discussão no Capítulo 3.

⁵⁴⁶ MARCONDES, Renato Leite. *Op. cit.*, 2015, p. 262.

banco tenha enfrentado problemas de gestão e de risco de crédito, que se agravaram com a crise do café. Além disso, é importante lembrar que cada instituição financeira tem sua própria dinâmica e exposição a riscos específicos, o que pode explicar a ausência de falências generalizadas em outros bancos na mesma época. Assim, é fundamental examinar a situação específica do Banco do Sul de Minas e suas relações com o setor cafeeiro e com o mercado financeiro mais amplo para entender as causas de sua falência.

Para tanto, iniciamos com a discussão sobre quais foram os reais motivos que levaram o Banco do Sul de Minas a falir. Ao examinar os motivos que levaram à falência do Banco do Sul de Minas, é importante considerar as particularidades desse banco em relação a outros bancos da época. Em seguida, realizamos um levantamento sobre os aspectos jurídicos do processo falimentar. Compreender os aspectos jurídicos do processo falimentar é fundamental para entender a complexidade e as implicações de uma falência bancária. Dessa forma, podemos entender como o Banco do Sul de Minas foi dissolvido após sua falência em 1937. Para finalizar, apresentamos o processo de liquidação da massa falida.

5.1 – Causas da falência do Banco do Sul de Minas

Artº 2º - A Sociedade terá sua sede e foro nesta cidade de Varginha, estado de Minas Gerais e duração de 20 anos, podendo ser prorrogada pelos acionistas em assembleia geral na forma da lei. (Banco do Sul de Minas, Estatuto, 1932)

Muito distante de atingir os 20 anos previstos no Estatuto, em apenas cinco exercícios o Banco do Sul de Minas requereu falência, aos 23 de outubro de 1937. Embora as crises econômicas possam ser um fator significativo para a falência de bancos, existem muitos outros fatores que podem levar um banco a falir, mesmo em tempos de prosperidade econômica. A partir da discussão do Capítulo 3, concluímos que crise internacional de 1929 afetou profundamente diversos setores da economia mundial, incluindo o mercado cafeeiro brasileiro. No entanto, ao contrário de outros países, a crise não resultou em falências generalizadas no Brasil, e o crescimento do PIB brasileiro passou a ocorrer já a partir de 1932.

Silva⁵⁴⁷ havia ponderado que, quando a taxa de falência for extremamente alta, as “causas são atribuídas mais a fatores externos. Neste caso, a administração do banco tem pouca ou nenhuma influência; são mudanças estruturais no ambiente econômico e bancário do país”. Por outro lado, quando “a taxa da falência bancária for relativamente baixa [...], atribui-se as causas de fechamentos de bancos, preponderantemente, a fatores internos, como inépcias, desonestidades ou supervisão insuficiente da administração do banco”. Vejamos quais foram os fatores internos que concorreram para a falência do Banco do Sul de Minas.

Em carta solicitando a abertura do processo falimentar, os motivos para a quebra foram colocados nos seguintes termos:

Com a falência da firma Paiva, Nunes & Cia da qual fazia parte na qualidade de sócio comanditário o até então presidente do banco, Antônio de Paiva Junior, houve desconfiança e com ela grande “corrida” que se estendeu às agências e escritórios.

As retiradas em dinheiro não se limitaram às contas correntes em movimento, mas também aos depósitos a prazos fixos, que foram liquidados em grande número, vendo-se o banco impossibilitado de atender aos demais clientes, esgotando-se o numerário em “caixa”, não sendo mais possível obter redescontos de títulos em carteira dada a paralisação de negócios bancários, nesta praça, como consequência do alarme produzido pela falência da já mencionada firma.

Diante da falta de numerários, o Banco viu-se obrigado a recusar pagamentos a diversos cheques apresentados, estando com títulos de sua responsabilidade vencidos, sem pagamento⁵⁴⁸.

A firma Paiva, Nunes & Cia, como demonstrado no Capítulo 4⁵⁴⁹, era uma casa comissária de café, aparentemente de grande porte, que chegou a ter filiais em Santos, no Distrito Federal e em Catanduva (SP), além de vários armazéns espalhados nestas cidades e outras. Tendo requerido falência em 29 de setembro de 1937 – isto é, menos de um mês antes do Banco do Sul de Minas –, em 7 de fevereiro do ano seguinte apresentava em seu Relatório de Falência, apenas na rubrica de devedores em contas correntes, a soma de 2.678:747\$862. Este montante estava dividido entre débitos de 343:650\$682⁵⁵⁰ a

⁵⁴⁷ SILVA, José Rodrigues. *Op. cit.*, 1990, p. 19.

⁵⁴⁸ BANCO DO SUL DE MINAS. *Op. cit.*, 1937-1940.

⁵⁴⁹ A firma Paiva, Nunes & Cia era acionista do Banco do Sul de Minas com 20 ações (2:000\$000), além de ser um cliente com umas das principais contas correntes do falido, bem como títulos descontados de alto valor.

⁵⁵⁰ Pertencente a Amando Westin, de Alfenas, que possuía outro débito de 96:189\$300.

2\$000⁵⁵¹, referentes desde custeio de fazenda⁵⁵² a penhor⁵⁵³ e adiantamento sob lavoura de café⁵⁵⁴. Os devedores eram de várias cidades sul-mineiras, paulistas e fluminense, bem como Porto Alegre, Vitória, Fortaleza e localidades internacionais como Nova Iorque e Londres⁵⁵⁵. O total da conta do ativo verificado após o pedido falimentar foi de 8.850:948\$801⁵⁵⁶.

Apesar de não termos informações precisas sobre as causas da falência da firma em questão, é possível inferir que a liquidação estava relacionada à crise do café, uma vez que se tratava de uma casa comissária. Ademais, a participação do diretor presidente do Banco do Sul de Minas, Antônio de Paiva Junior, como sócio comanditário da empresa falida, sugere que a carta mencionada pode ter sido realmente um dos fatores que contribuíram para a quebra do banco, principalmente por causa da reputação da Paiva, Nunes & Cia e por ter sido um dos maiores clientes da instituição financeira.

Com efeito, é possível inferir que a falência da casa comissária Paiva, Nunes & Cia tenha gerado uma série de desdobramentos que culminaram na quebra do Banco do Sul de Minas. Acreditamos que a reputação da firma falida, aliada à relação próxima do presidente do banco com a casa comissária, possa ter gerado desconfiança nos correntistas e investidores, o que possivelmente ocasionou uma corrida bancária. Neste sentido, podemos concluir que a crise do café e a fragilidade do sistema bancário da época tenham sido fatores determinantes para a ocorrência da falência, corroborando a tese do complexo cafeeiro.

Além dessa, outras razões foram apontadas pela diretoria do falido como condicionantes da falência. Uma delas foi a Lei de Usura que, conforme visto no Capítulo 3, limitou os juros praticados pelos bancos⁵⁵⁷. Deste modo, o documento referente à quebra do Banco do Sul de Minas destacou que

Teve o banco falido o seu desenvolvimento diminuto com a Lei de Usura, promulgada pelo Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933.

⁵⁵¹ Em nome de Newton de Paiva Ferreira, de Belo Horizonte, mas contraído na agência do Rio de Janeiro.

⁵⁵² Como o custeio da fazenda Boa Vista em Ibarra, no valor de 33:049\$450.

⁵⁵³ Antônio Zaccario, de Catanduva, no valor de 27:000\$000. O mesmo possuía outro débito de 87:400\$000.

⁵⁵⁴ No qual consistia a grande maioria das contas.

⁵⁵⁵ Relatório de Falência da Paiva, Nunes & Cia. Arquivo do Fórum Municipal de Varginha, 1939.

⁵⁵⁶ Ibidem. Vale lembrar que o ativo do Banco do Sul de Minas no mesmo período foi de 3.154:803\$017.

⁵⁵⁷ “Essas taxas não excederão de 10 %. ao ano se os contratos forem garantidos com hipotecas urbanas, nem de 8% ao ano se as garantias forem de hipotecas rurais ou de penhores agrícolas. Não excederão igualmente de 6 % ao ano os juros das obrigações expressa e declaradamente contraídas para financiamento de trabalhos agrícolas, ou para compra de maquinismos e de utensílios destinados à agricultura, qualquer que seja a modalidade da dívida, desde que tenham garantia real.” Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933.

Tal lei representou, inegavelmente, para os Bancos de capitais modestos, um terrível golpe, impedindo maior giro de dinheiro, a quebra e fechamento de numerosos bancos pequenos, de 1933 para cá. Geralmente, antes da Lei de Usura, os bancos cobravam, nos empréstimos, 10, 12 e até 18 por cento, e comissão de 1%, 2% e mais sobre o valor do empréstimo.

O Banco falido, ao iniciar as suas transações, contava com rendimentos cortados pela Lei de Usura, para o seu capital disponível à distribuição de dividendos aos acionistas, constituição de regular fundo de reserva, e manutenção do estabelecimento em boas condições. Nas condições em que iam os negócios não poderia apresentar lucros, em virtude da restrição da Lei, e assim, restava cessar suas atividades em 1933. Porém a direção do banco preferiu atirar-se à luta, para não perecer a empresa, e essa luta continuou até 1937⁵⁵⁸.

Aqui cabe algumas considerações. Primeiro, é possível que o banco tenha realmente sido afetado negativamente pela limitação da taxa de juros cobrada, mesmo com as possibilidades de contorno da lei. Neste aspecto, Sinkey tinha razão ao afirmar que os bancos de menor porte estavam mais suscetíveis à falência em comparação a bancos com capitais mais robustos⁵⁵⁹. Uma limitação à taxa de juros cobrada por um banco pequeno em uma economia predominantemente rural poderia travar seu desenvolvimento porque, naquela época, as instituições bancárias de características semelhantes eram especializadas em empréstimos comerciais e agrícolas de curto prazo. Estes empréstimos, sobretudo os agrícolas, tinham alto risco, já que dependiam das condições climáticas, da colheita e dos preços⁵⁶⁰, e as taxas de juros cobradas eram geralmente altas para compensar esse risco.

A ideia da limitação da taxa de juros, conforme visto no Capítulo 3, era auxiliar aos tomadores de empréstimos, especialmente os produtores rurais e cafeicultores, justificando a medida contra a cobrança de juros abusivos. Contudo, uma limitação à taxa de juros cobrada pelos bancos de pequeno porte poderia configurar-se como um obstáculo em obter um retorno adequado sobre seus empréstimos, o que por sua vez dificultaria a capacidade da instituição de atrair capital e continuar a operar.

Tal situação poderia levar a uma restrição de empréstimos bem como a uma redução da disponibilidade de crédito para agricultores e produtores rurais. Ao mesmo tempo, em uma economia rural, os bancos por terem sido menores e operado em áreas afastadas dos grandes centros, tinham aumentados seus custos operacionais. Com uma

⁵⁵⁸ BANCO DO SUL DE MINAS. *Op. cit.*, 1937-1940.

⁵⁵⁹ SINKEY, Joseph F., Jr. *Op. cit.*, 1979.

⁵⁶⁰ Haja vista a situação do café, cujos preços internacionais caíram bruscamente em razão da crise internacional. Confirma no Capítulo 3.

limitação à taxa de juros, esses bancos poderiam não ser capazes de cobrir seus custos e ainda obter um lucro adequado, o que poderia levá-los à falência.

Em segundo lugar, convém destacar que apesar da retórica heroica presente no trecho anterior, é importante salientar que os administradores do Banco do Sul de Minas eram empreendedores locais de Varginha, que não possuíam a expertise bancária necessária para gerenciar adequadamente uma instituição financeira⁵⁶¹. A ausência de um banqueiro profissional na administração pode ter sido um fator relevante para a gestão inadequada do banco, especialmente em um período de instabilidade econômica. Associado aos efeitos da crise do café e da falência da casa comissária que era acionista e cliente do banco, essa fragilidade na gestão pode ter sido determinante para a sua falência.

A falta de um banqueiro/bancário profissional nos leva à terceira razão da falência declarada pelos administradores do banco:

[...] não podemos precisar se a administração do banco esperava resultado compensador mesmo com a Lei do Reajustamento Econômico, pois ela visava favorecer os agricultores, e **a maioria dos créditos adquiridos pelo Banco pertencia a lavradores**. Mas o fato inegável é que com o decreto, e como consequência à prorrogação dos prazos das hipotecas por 10 anos, as anuidades suspensas até que a Câmara do Reajustamento julgasse os respectivos processos, o banco ficou no desembolso das amortizações e sem receber juros, enquanto não se decidissem os processos, aliás ainda não resolvidos até agora, em sua maioria. As promissórias de devedores agricultores ficaram congeladas. E congelado ficou o capital de 250 contos invertido pelo Banco, sendo seu resultado a vantagem de aumento dos depósitos, com abertura da agência de Santa Rita do Sapucaí, em sucessão ao antigo Banco Popular Sul de Minas⁵⁶².

Os bancos com menos capital têm menos recursos para absorver perdas, o que significa que um único empréstimo inadimplente pode ter um impacto maior em sua solvência. Depois, os bancos menores podem não ter tanta diversificação em sua carteira de empréstimos, o que significa que se um setor específico da economia passa por dificuldades, a exposição do banco a esse setor pode causar sérios problemas. E ainda, os bancos menores podem ter menos acesso a fontes de financiamento em caso de

⁵⁶¹ Lagemann conferiu que, para o Banco Pelotense, em virtude de uma vaga na diretoria em 1911, “a eleição de Alcebíades de Oliveira, funcionário do próprio banco, pode ser interpretada como o reconhecimento, por parte do quadro de acionistas, da necessidade de um maior apuro técnico nas operações realizadas pela empresa”. Para o Banco do Sul de Minas não há indícios de que algo semelhante tenha acontecido. LAGEMANN, Eugenio. *Op. cit.*, 1985, p. 91.

⁵⁶² BANCO DO SUL DE MINAS. *Op. cit.*, 1937-1940, grifo nosso.

necessidade de recapitalização, o que pode aumentar sua vulnerabilidade. Assim, os bancos menores tendem a ter menos sofisticação em sua gestão de risco e controles internos, o que aumenta o risco de perdas ou fraudes.

Se podemos atribuir a falência da Paiva, Nunes & Cia a uma externalidade, bem como a Lei da Usura e a Lei do Reajustamento Econômico, a carência de um profissional capacitado era responsabilidade inteiramente do banco. A ausência de um banqueiro experiente, com habilidades técnicas e gerenciais, implicaria em uma série de desafios para o banco, tais como a incapacidade de identificar e gerenciar riscos, a concessão de empréstimos para clientes inadimplentes, bem como a redução da rentabilidade da instituição financeira. Ademais, a falta de experiência poderia levar a erros estratégicos graves, que poderiam impactar significativamente o desempenho do banco.

A afirmativa acima está baseada no fato de que o falido adquiriu o Banco Popular do Sul de Minas, com sede em Santa Rita do Sapucaí, cujo negócio, após análise, fora recusado pelos Banco Hipotecário, Comércio e Indústria e Banco Santaritense⁵⁶³. É óbvio que, se dois outros bancos, com portes bem maiores, negaram a oferta, a situação das contas do ofertante não devia estar tão boa. De acordo com a interpretação do síndico da falência, o Banco do Sul de Minas “julgava que a mesma daria um quinhão valioso, de transações em curso, depósitos, hipotecas próximas a vencimentos, para serem pagas ou amortizadas. Calculava-se um lucro de 100 a 200 contos de réis, e daria para cobrir prejuízos e aumentar sua reserva”⁵⁶⁴.

Na verdade, mais que imperícia, é possível que a compra do Banco Popular do Sul de Minas pelo falido tenha respondido a questões de interesse pessoal da administração do Banco do Sul de Minas. Tal fato ficou indicado a partir dos dados da compra do banco santaritense, pois o negócio realizado envolveu o pagamento de 250:000\$000 (25% do valor das ações), cujo lucro esperado seria de 123:798\$478. Assumindo o passivo, equivalente no momento a 236:518\$574, a transição estava custando um total de 486:518\$574. A ideia era que o ativo compensasse esse custo, já que montava a 1.044:879\$014.

No entanto, os dados mostram que houve uma valorização do ativo em questão, no qual o valor de fato foi de 774:618\$574. Descontando-se o passivo, sobrava 508:100\$000. Descontando-se ainda o valor pago pelas ações, ficava 258:100\$000. Este saldo foi contabilizado a crédito das contas do presidente, José Werneck da Silva

⁵⁶³ Ibidem.

⁵⁶⁴ BANCO DO SUL DE MINAS. *Op. cit.*, 1937-1940.

(100:000\$000), do secretário, José Nicolau de Paiva (100:000\$000) e do Joaquim Resende Pinto (20:000\$000). A diferença ficou creditada nas contas de Lucros e Perdas e Contas Correntes diversas⁵⁶⁵.

Além disso, o documento explana que “foram transferidas pelo Banco do Sul de Minas, as ações abaixo discriminadas, para as seguintes pessoas”⁵⁶⁶, sem mencionar nenhuma contrapartida ou pagamento pelas ações transferidas:

Tabela 36 – Transferências das ações do Banco Popular do Sul de Minas pelo Banco do Sul de Minas

Pessoas	Número de Ações	Valor
Dr. Ismael Costa	25	5.000.000
Sr. José Resende Paiva	60	12.000.000
Firmino Vinhas	25	5.000.000
Francisco Aureliano de Paiva Filho	25	5.000.000
José Werneck da Silva	75	15.000.000
José Nicolau de Paiva	75	15.000.000
José Justiniano de Paiva	50	10.000.000
Banco do Sul de Minas	4.775	955.000.000

Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).

Nesse sentido, a terceira característica verificada por Silva⁵⁶⁷ para as falências se aplica ao Sul de Minas: fraudes ou “maquiagens”. Costa, comentando um texto irônico de Luis Nassif sobre “um precioso manual de gestão de maquiagem bancária”⁵⁶⁸ para fazer “um banco quebrado sobreviver por anos”, atesta que o segundo método utilizado pelos banqueiros fraudulentos é aproveitar a autorização para reavaliar os ativos do banco, superestimando seu valor contábil, criando receitas adicionais ou reservas artificiais. Eles também podem inflar artificialmente o valor dos ativos do banco, vendendo-os a empresas coligadas por preços acima do valor contábil e de mercado, considerando a diferença como receitas reais. A diferença negativa não aparece no balanço da empresa coligada, e, se aparecer, o balanço não é consolidado com o do banco. Além disso, os banqueiros fraudulentos podem tomar a garantia do devedor e contabilizá-la pelo valor total do crédito não pago.

⁵⁶⁵ BANCO DO SUL DE MINAS. *Op. cit.*, 1937-1940.

⁵⁶⁶ *Ibidem.*

⁵⁶⁷ SILVA, José Rodrigues. *Op. cit.*, 1990, p 22.

⁵⁶⁸ Apud COSTA, Fernando Nogueira da. *Op. cit.*, 2014, p. 279.

O texto de Nassif, publicado em 1996, parece revelar prática antiga, já que o método foi identificado para o Banco do Sul de Minas, muitas décadas atrás. Não só o Banco Popular do Sul de Minas foi encampado, como também o Banco de Caxambu, em 1934. Desta forma, não se pode negar que um dos principais motivos para a falência do Banco do Sul de Minas foi a absorção dos capitais por prejuízos calculados em cerca de 900:000\$000, comprometendo quase o dobro do seu capital mais as reservas⁵⁶⁹. Estes prejuízos foram “maquiados” na contabilidade do banco, com valorizações enganosas de bens, direitos e títulos da encampação não só do Banco Popular do Sul de Minas, como visto, mas também da aquisição Banco de Caxambu e da formação da Sociedade Agro-Pecuária Sul Mineira.

Em relação ao Banco de Caxambu, cuja compra ocorreu no final do ano de 1934, as rubricas de “devedores diversos” e “títulos diversos” do Banco do Sul de Minas foram transferidos para a conta de débitos da instituição encampada, cuja soma dos valores correspondeu a 276:785\$156. Já a Sociedade Agro-Pecuária Sul Mineira constitui um aspecto mais interessante das atividades do banco falido, merecendo um exame mais amíúde de suas circunstâncias.

Em 1º de outubro de 1936, a Sociedade Agro-Pecuária Sul Mineira foi criada com um capital de 500:000\$000. A sociedade foi organizada “para a exploração agrícola e pecuária”⁵⁷⁰, com apenas dois sócios: o Sr. José Nicolau de Paiva, gerente do banco falido, tornou-se um sócio solidário com uma quota de capital de 150:000\$000, enquanto o Banco do Sul de Minas tornou-se um sócio comanditário com uma quota de capital de 350:000\$000⁵⁷¹. Contudo, segundo o síndico da falência, “a quota de capital referente ao sócio comanditário, isto é, o banco falido, não foi realizada, e, por informação verbal do Snr. José Nicolau de Paiva, também a sua parte de capital não foi realizada”⁵⁷².

O capital de uma empresa que nunca foi realizado é conhecido como “capital autorizado”. Este termo refere-se ao montante máximo de dinheiro que uma empresa está autorizada a emitir em ações, mas que ainda não foi levantado por meio da venda dessas ações aos investidores. Em outras palavras, o capital autorizado é o limite máximo do capital social que uma empresa pode ter, mas que ainda não foi totalmente subscrito pelos acionistas. É importante ressaltar que esse capital autorizado é diferente do capital

⁵⁶⁹ BANCO DO SUL DE MINAS. *Op. cit.*, 1937-1940.

⁵⁷⁰ Cópia do contrato da Sociedade Agro-Pecuária Sul Mineira presente no Relatório de Falência do Banco do Sul de Minas. (BANCO DO SUL DE MINAS. *Op. cit.*, 1937-1940.)

⁵⁷¹ BANCO DO SUL DE MINAS. *Op. cit.*, 1937-1940.

⁵⁷² *Ibidem*.

realizado, que é o valor efetivamente pago pelos acionistas para aquisição de ações e que está disponível para a empresa utilizar em seus negócios. Embora o capital autorizado possa ser um indicador da capacidade de uma empresa de obter recursos adicionais no futuro, ele não representa uma fonte real de financiamento para a empresa até que as ações sejam vendidas aos investidores e o capital seja realizado⁵⁷³.

Este não era o caso da Sociedade Agro-Pecuária Sul Mineira. Com um capital que nunca existiu, a empresa passou a “atuar” como tal na cidade de Varginha. Não foram encontradas informações, para além do Relatório da Falência do Banco do Sul de Minas, sobre a sociedade em questão, bem como sua ação comercial. Portanto, não é possível comprovar se ela existiu de fato ou se qualificou-se apenas como uma manobra de José Nicolau de Paiva para angariar recursos do banco falido. Ainda assim, mesmo que sua existência fosse comprada, isso não mudaria o fato de que a “atuação” da Sociedade Agro-Pecuária Sul Mineira representou um rombo nas contas do Banco do Sul de Minas.

A sociedade conformou-se sob a forma de comandita simples e adotou a razão social “J. N. Paiva & Cia.”, “da qual só o sócio solidário poderá usar”⁵⁷⁴. A administração da sociedade seria exercida pelo sócio solidário José Nicolau de Paiva que, “além dos poderes ordinários de administração, poderá contrair obrigações, assumir compromissos, alienar e hipotecar os bens imóveis, adquirir ou transferir títulos de crédito, fazer inovações nos bens e transigir enfim, livremente em nome da sociedade”⁵⁷⁵.

Chama a atenção o fato do maior capital investido, mesmo que virtualmente, seja do banco, mas a razão social seja no nome do outro sócio, representante legal do banco. O mesmo sócio, realizaria toda a administração da sociedade, sem que as decisões sobre ela passassem pela administração e o conselho fiscal do banco. De fato, em 20 de outubro de 1936, isto é, 19 dias após sua constituição, a Sociedade Agro-Pecuária Sul Mineira contraiu um empréstimo no banco falido, de 950:000\$000, registrado como um título descontado, de número 4143, vencível em 17 de abril de 1937⁵⁷⁶.

No mesmo dia, o Livro Caixa do banco registrou uma série de lançamentos relativos à sociedade, cujo montante somou 245:786\$921, total que a Sociedade Agro-

⁵⁷³ Rubens Requião e José Augusto Pereira Zeca explicam as características do “capital autorizado”, enfatizando que constitui uma etapa da empresa, até ela realizar seu capital por meio da venda das ações. Cf: REQUIÃO, Rubens. As sociedades anônimas de capital autorizado e de capital aberto. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, n. 11, 1968. ZEKA, José Augusto Pereira. Capital social autorizado no estatuto originário. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, 3.1-2: 1/18, 1979.

⁵⁷⁴ Cópia do contrato da Sociedade Agro-Pecuária Sul Mineira presente no Relatório de Falência do Banco do Sul de Minas. (BANCO DO SUL DE MINAS. *Op. cit.*, 1937-1940.)

⁵⁷⁵ *Ibidem*.

⁵⁷⁶ *Ibidem*.

Pecuária Sul Mineira ficou devendo ao Banco do Sul de Minas foi de 1.195:786\$921. A administração do banco não se atentou para essas retiradas? O conselho fiscal não conferiu as contas? Em nenhum momento houve desconfiança sobre a constituição da sociedade? Não temos respostas a essas questões. O fato foi que o banco criou uma empresa que ficou devedora do próprio banco. No limite, o banco fraudou a si mesmo. Sendo o falido representado por José Nicolau de Paiva, bem como a sociedade, claro está que a fraude se concentrou em sua pessoa, com conivência da administração do banco.

O síndico da falência declarou que “o título de número 4143, de emissão da Sociedade Agro-Pecuária Sul Mineira, de Rs 950:000\$000, acima referido, não foi encontrado por ocasião da arrecadação dos bens da Massa Falida”⁵⁷⁷. Questionado verbalmente, “o Snr. José Nicolau de Paiva, Diretor-Gerente do Banco Falido, sobre o referido título, declarou que o mesmo não fora emitido”⁵⁷⁸. Essa foi a mesma resposta dada por Antonio de Paiva Junior ao síndico falimentar da Paiva, Nunes & Cia, que faliu antes do Banco do Sul de Minas:

Antonio de Paiva Junior – Sócio comanditário, seu débito por quantias retiradas ou dispendidas por sua ordem, juros e prejuízos:

Em 29/09/1937, data da confissão da falência, a conta do devedor acima, sócio comanditário, apresentava a seguinte posição:

- Débito na Sede Rs. 840:621\$900

MENOS: crédito em Santos..... Rs. 227:511\$400 613:110\$500

Conforme foi mencionado pelo Síndico, no Relatório respectivo, no arquivo arrecadado não foram encontrados documentos assinados pelo titular, comprobatórios de suas transações com a falida. Tais documentos, é certo, foram retirados da firma antes da falência.

Por esta forma, **a dívida supra, de início, não tinha comprovantes**, salvo na parte que dizia respeito aos prejuízos apurados e levados a débito da conta do comanditário.

Ademais, **o sr. Antonio de Paiva Junior recusara-se a reconhecer a dívida.**

Aconteceu, porém, que o titular se viu na necessidade de recorrer aos favores da Câmara de Reajustamento Econômico, afim de impedir que os seus credores o executassem, tendo, então, declarado em seu passivo reajustável o crédito a favor da Massa, o que, por força da lei, significa reconhecimento expresso de seu débito.

A Massa perdeu a ação de solidariedade que propusera contra o referido comanditário, afim de se lhe estender os efeitos da falência, ficando, apenas, com o direito de lhe exigir o pagamento daquela dívida, já agora líquida e certa, por via da confissão a que nos referimos.

Em virtude da moratória em que se encontrava o devedor, a Massa vendeu o seu direito ao Banco Comercial Agrícola de Varginha, sucedido pelo banco do Distrito Federal, pela importância de Rs.

⁵⁷⁷ BANCO DO SUL DE MINAS. *Op. cit.*, 1937-1940.

⁵⁷⁸ *Ibidem*.

100:000\$000, tendo, previamente, obtido autorização dos falidos e de 2/3 dos credores.

O preço da venda foi recebido em 30/04/1942, data em que foi lavrada a escritura pública da cessão, conforme se vê do lançamento exarado na Parte Especial do presente Relatório, nesta data⁵⁷⁹.

À conclusão da fraude chegou também o síndico da falência do banco, Wladimir Pinto de Oliveira, já que em um jornal editado em Florianópolis, de acordo com a Figura 38, uma matéria destacou que a administração do Banco do Sul de Minas, bem como o conselho fiscal, estava sendo processados por gestão fraudulenta:

Figura 38 – Matéria sobre a falência do Banco do Sul de Minas



Fonte: O Estado, Florianópolis, nº 7.419, 1938.

⁵⁷⁹ Relatório de Falência da firma Paiva Nunes & Cia. Arquivo do Fórum Municipal de Varginha, 1943, p. 97, grifos nossos.

Se a absorção de capitais por prejuízos configura o principal motivo interno da falência, outras causas secundárias são dignas de nota. Em segundo lugar, portanto, estão os dividendos do falido. Segundo Nassif e seu manual de gestão de maquiagem bancária, “do seu receituário, uma das técnicas utilizadas é a ‘conta de resultados invertida’. Em vez de o valor dos dividendos ser uma variável que depende dos resultados, ele é definido previamente. Todas as outras variáveis precisam se adaptar ao valor fixado”⁵⁸⁰. Fixando os dividendos previamente, “o primeiro passo será manipular a conta de ‘lucros não distribuídos’. Não se trata ainda de artimanha contábil. O banco distribui o que poderia ser investido, sacrificando seu nível de capitalização para obter uma ‘boa imagem’”⁵⁸¹.

Os dividendos significam a distribuição dos lucros obtidos pelo banco entre seus acionistas. Estes lucros eram provenientes das operações bancárias, como empréstimos, depósitos e descontos de títulos, e representavam uma parcela do patrimônio líquido do banco. Os dividendos eram uma forma de remunerar os acionistas pelo capital investido no banco e incentivá-los a manter seus investimentos. Em geral, os bancos pequenos tinham um número limitado de acionistas, muitas vezes proprietários rurais ou comerciantes locais, que investiam seu capital para obter rendimentos. Os dividendos também podiam ser reinvestidos no banco, para aumentar seu patrimônio líquido e permitir que ele realizasse novas operações bancárias.

Ocorre que, se o banco teve seu desenvolvimento refreado pela Lei da Usura e pela Lei do Reajustamento Econômico, e os dividendos correspondem à parcela do lucro obtido pelo banco, é fácil perceber que o falido não possuía lucros para distribuir. Antecipação de pagamento de dividendos não significa necessariamente fraude, mas poderia indicar a intenção de enganar os acionistas, já que o pagamento é normalmente feito em datas preestabelecidas, seguindo o calendário de distribuição de lucros da empresa. Em algumas situações, a empresa pode decidir antecipar o pagamento de dividendos aos acionistas, pagando antes do prazo previsto.

No entanto, se a antecipação de pagamento de dividendos é feita de forma fraudulenta, com o objetivo de enganar os acionistas ou de manipular o mercado de ações, pode ser considerada uma fraude. O Banco do Sul de Minas distribuiu lucros nominais, calculados sobre operações não concluídas, em forma de dividendos, cujo total montou a 160:756\$150⁵⁸².

⁵⁸⁰ COSTA, Fernando Nogueira da. *Op. cit.*, 2014, p. 279.

⁵⁸¹ *Ibidem*.

⁵⁸² BANCO DO SUL DE MINAS. *Op. cit.*, 1937-1940.

Tabela 37 – Distribuição de dividendos pelo Banco do Sul de Minas (julho a dezembro de cada ano)

Ano	Dividendos pagos
1932	18:526\$200
1933	44:710\$450
1934	30:006\$000
1935	25:005\$000
1936	27:505\$500
1937	15:003\$000
Total	160:756\$150

Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).

O síndico corroborou o fato de que “a retirada repentina de grande parte dos depósitos, em consequência da falência de Paiva Nunes & Cia, [...] causou desconfiança geral entre aos depositantes desta praça, das Agências e dos Escritórios”⁵⁸³. Contudo, a partir das contas apresentadas pelo síndico da falência⁵⁸⁴, não se pode negar que as questões externas tenham dificultado o desenvolvimento do banco, como afirmaram os administradores do falido quando do pedido de liquidação.

Da mesma forma, Wladimir Pinto de Oliveira constatou que houve “lucros diminutos em relação às despesas do banco, nos descontos de títulos líquidos e certos, em consequência dos imediatos redescontos dos mesmos títulos, feitos em outros bancos, dada a escassez de recursos do falido”⁵⁸⁵. Além disso, as taxas de redesconto aplicadas na quase totalidade dos títulos considerados bons eram de 8%, 9% e 10% ao ano. Consequentemente, apesar do grande volume de negócios realizados pelo banco em relação ao seu capital, os lucros obtidos provinham principalmente das discrepâncias entre as taxas de desconto e as cobradas pelos redescontos.

A análise dos fatores internos e externos que contribuíram para a falência do Banco do Sul de Minas, então, nos permite compreender a complexidade do cenário econômico da época. A falta de um gestor bancário profissional e a gestão fraudulenta interna evidenciam a fragilidade da administração do banco, que não estava preparada para lidar com as oscilações do mercado. Por outro lado, fatores externos como a Lei da

⁵⁸³ Relatório de Falência do Banco do Sul de Minas. Arquivo do Fórum Municipal de Varginha, 1937

⁵⁸⁴ Como não tivemos acesso aos Livros-Caixa do falido, não foi possível conferir o volume das retiradas. Da mesma forma, não foi possível checar as taxas de juros de cada título descontado/redescotado. Portanto, fazemos as afirmações sobre as causas externas da falência com base apenas nas constatações do síndico.

⁵⁸⁵ *Ibidem*.

Usura e a Lei do Reajustamento Econômico tiveram um papel significativo na quebra do banco.

Contudo, a Paiva Nunes & Cia desempenhou um papel central no processo de falência do Banco do Sul de Minas. Como casa comissária, acionista e cliente da instituição financeira, a quebra da Paiva Nunes & Cia desencadeou uma corrida bancária, contribuindo para a ruína do banco. Além disso, como mencionado anteriormente, a relação direta de um dos administradores do banco com a Paiva Nunes & Cia provavelmente causou pânico entre os clientes do banco, levando-os a acreditar que a falência era iminente.

5.2 – Os aspectos jurídicos do processo de falência do Banco do Sul de Minas

Saber como funcionava o processo de liquidação na época permite compreender como as empresas eram dissolvidas quando não conseguiam cumprir com suas obrigações financeiras. Entender o contexto histórico e as leis que regiam a falência é importante para analisar como as instituições financeiras lidavam com suas dívidas e responsabilidades na época, especialmente no caso do Banco do Sul de Minas, que faliu em 1937 no contexto da crise do café. A partir de uma análise dos aspectos jurídicos do processo falimentar, podemos entender melhor como a falência de um banco como o do Sul de Minas pôde ocorrer e quais foram as consequências para a região e o país.

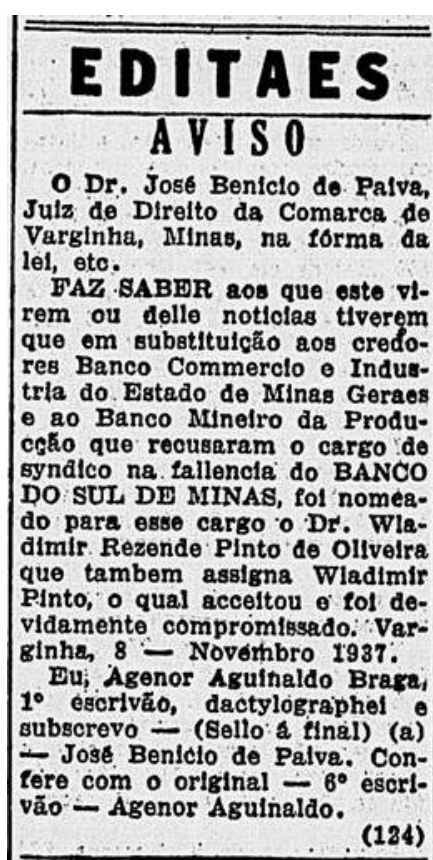
O processo de falência do Banco do Sul de Minas seguiu os procedimentos estipulados no Decreto nº 434, de 4 de julho de 1891⁵⁸⁶, que versava sobre a consolidação das disposições legislativas e regulamentares referentes às sociedades anônimas. Segundo esse Decreto, a liquidação forçada das sociedades poderia ser requerida somente sob três condições: 1) insolvabilidade, 2) cessão de pagamento das dívidas e 3) perda de três quartos ou mais do capital social⁵⁸⁷.

⁵⁸⁶ Decreto nº 434, de 4 de Julho de 1891. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-434-4-julho-1891-504758-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em março de 2018.

⁵⁸⁷ O instituto da falência no Brasil sofreu diversas atualizações ao longo dos anos. As principais mudanças ocorreram com a publicação da Lei 859 de 16 de agosto de 1902, da Lei 2.024 de 1908 e do Decreto nº 5.746 de 9 de dezembro de 1929, porém, tais modificações não implicaram em grandes alterações no instituto da falência. Somente com a publicação do Decreto lei nº 7.661 de 21 de junho de 1945, considera-se que ocorreu uma nova lei de falência no país. Esta lei, de forma geral, substituiu o foco da figura do comerciante para uma teoria da empresa, trazendo importantes mudanças para o instituto da falência no Brasil. Por este motivo, optamos por fundamentar o processo falimentar do Banco do Sul de Minas na lei

Depois de solicitada a liquidação pela sociedade anônima por algum acionista, ou ao menos um credor, se deferida pelo juiz, procedia-se à nomeação de dois síndicos entre os cinco maiores credores, cujas funções terminavam apenas quando da deliberação dos credores sobre a liquidação definitiva. Foram convidados o Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais e o Banco Mineiro da Produção para o cargo, mas recusaram a tarefa. Foi nomeado então somente um síndico, Wladimir Rezende Pinto de Oliveira, também chamado de Wladimir Pinto. O aviso da nomeação do síndico devia ser publicizada, processo ilustrado pela Figura 39.

Figura 39 – Aviso sobre nomeação do síndico da falência do Banco do Sul de Minas



Fonte: Correio da Manhã, N. 13.195, Rio de Janeiro, 1937.

Em sequência, o Decreto determinava que, tão logo fossem nomeados, os síndicos – no caso do Banco do Sul de Minas, o síndico – deviam realizar diversas etapas. Em primeiro lugar, era necessário que o síndico fizesse o levantamento dos bens, procedendo

original que estava vigente no momento da falência, ou seja, a lei de 1891. Cf: SILVEIRA FILHO, Mario Megale da. Visão histórico-evolutiva do Direito Recuperacional. *Revista Fafibe*, São Paulo, v. 1, n. 4, p.1-14, 30 mar. 2011.

ao inventário e balanço da sociedade. Esta fase era crucial para avaliar a situação financeira da empresa e determinar quais bens estavam disponíveis para pagamento dos credores. Em seguida, o síndico preparava um relatório detalhado sobre a situação financeira da sociedade. Desta forma, o processo de falência seguia um caminho jurídico claro, garantindo a transparência das ações tomadas pelo síndico e a justa distribuição dos recursos entre os credores.

A análise da falência do Banco do Sul de Minas é respaldada por uma ampla documentação presente em seu relatório. Esse relatório é composto por cinco balanços patrimoniais, que abrangem o período entre 1933 e 1937, bem como atas de fundação da sociedade anônima, atas da Assembleia Geral, da Diretoria e do Conselho Fiscal. Além disso, há documentos referentes à aquisição do Banco Popular do Sul de Minas, situado em Santa Rita do Sapucaí, e à encampação do Banco de Caxambu, sendo este o documento do qual mais nos valem nesta pesquisa.

O relatório elaborado pelo síndico, em conjunto com o inventário e balanço, tinha como finalidade permitir que o juiz pudesse convocar os credores para deliberarem sobre a concordata ou liquidação da empresa. Para tanto, a convocação dos credores era feita por meio de cartas, editais e anúncios publicados em jornais oficiais. Este processo era fundamental para garantir que os credores fossem informados e tivessem a oportunidade de participar da decisão final sobre o destino da empresa em questão, conforme demonstra a Figura 40.

Figura 40 – Edital de convocação dos credores do Banco do Sul de Minas

**FALLENCIA DO BANCO DO
SUL DE MINAS**

EDITAL

O Dr. José Bencio de Paiva, Juiz de Direito da Comarca de Varginha, Minas, na forma da lei, etc.

Faz saber aos que este virem ou delle noticias tiverem que, por sentença de hoje, ás dez horas, deste juizo, foi decretada a fallência d'O BANCO DO SUL DE MINAS" sociedade anonyma com asséde nesta cidade, agencias em Santa Rita do Sapucahy, Campo Bello e escriptorios em Caxambú e Villa de Santa Catharina, todos neste Estado e da qual é director gerente José Nicolau de Paiva, fixando o termo legal em quarenta dias a contar do requerimento deferido; nomeou syndico da Massa o Banco Commercio e Industria do Estado de Minas Geraes, fazendo publico a mesma fallencia; pelo presente ficam notificadós todos os credores da Massa para, no prazo de trinta dias se habilitarem na forma da lei e os convoço para comparecerem e tomarem parte no dia dezoenove de Março de 1938, ás doze horas, sala do Tribunal do Jury, Forum local na qual se procederá a nomeação de liquidatario e outras deliberações do interesse da Massa. Para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente que será affixado e publicado na forma da lei.

Varginha, 5 — Novembro — 1937 — Eu, Agenor Aguinaldo Braga, 1º escrivão, dactylographel e subscrevo — Varginha, 5 Novembro - 1937 (a) — José Bencio de Paiva (Sobre os devidos sellos (Confere com o original. O 1º escrivão: — Agenor Aguinaldo Braga.

(128)

Fonte: Correio da Manhã, N. 13.195, Rio de Janeiro, 1937.

Reunidos então, os credores apresentam seus créditos e os administradores e síndicos verificam a validade desses créditos. Em seguida, são apresentados os pareceres sobre a situação financeira da empresa e os credores votam sobre a aprovação da concordata, se ela for oferecida. A concordata é um acordo feito entre o banco falido e seus credores para reestruturar a dívida e permitir que a empresa volte a funcionar. Se houver alguma contestação ou desacordo entre os credores em relação a algum crédito, o juiz do processo de falência é chamado a intervir e tomar uma decisão a respeito. Essa

decisão do juiz é final e não pode ser contestada ou recorrida. A ideia é garantir que o processo de falência não favoreça nenhum dos credores envolvidos.

Na assembleia dos credores do Banco do Sul de Minas, que teve lugar em 19 de março de 1939, não houve proposta de concordata⁵⁸⁸. A ideia geral era dar início ao processo de liquidação do falido, talvez porque tenha ficado evidente a atuação fraudulenta dos administradores do banco⁵⁸⁹.

Segundo o Decreto, caso a concordata fosse negada, rescindida ou não tenha sido proposta, o síndico passava a ser liquidatário, e a liquidação se tornava definitiva, continuando até o final. Nesta fase, o liquidatário possuía plenos poderes para realizar todas as operações e atos de liquidação, incluindo o pagamento das dívidas passivas. Ele era responsável por vender todos os bens, efeitos e mercadorias da sociedade, bem como liquidar as dívidas ativas e passivas. Diferentemente da fase anterior, na qual o síndico realizava os atos de liquidação com a autorização do juiz e a supervisão dos credores, agora ele possuía total autonomia na gestão da liquidação.

A venda seria feita em leilão público, sob as formas da lei, ficando o liquidatário obrigado a apresentar mensalmente ao juiz uma conta exata da liquidação e das quantias em caixa. Se nos livros ou algum documento da sociedade constar credores ausentes, o juiz, por meio do liquidatário, poderia ordenar a reserva dos valores correspondentes a esses credores, chamados de retardatários. Na documentação do Banco do Sul de Minas continha ainda ações revocatórias, ou seja, revogação de negócios realizados com intuito de restabelecer o ativo devedor desfalcado, sendo esses negócios fraudulentos ou não, com intenção de lesar credores ou não⁵⁹⁰.

Após a classificação dos créditos, o liquidatário formaria listas para cada classe de credor conforme o crédito, na decorrência da qual procederiam os pagamentos. Tendo estes terminados, os credores seriam convocados para a prestação de contas, que marcava o fim das atividades do liquidatário e, conseqüentemente, do processo de falência da sociedade anônima. Em suma, esse foi o processo de liquidação pelo qual passou o Banco do Sul de Minas.

⁵⁸⁸ BANCO DO SUL DE MINAS. *Op. cit.*, 1937-1940.

⁵⁸⁹ À título de aproximação, Lagemann conta que, em face da falência do Banco Pelotense, quando da assembleia geral dos credores, em maio de 1931, “foram apresentadas propostas de reerguimento e de encampação pelo governo do Estado”. LAGEMANN, Eugênio. *Op. cit.*, 1985, p. 172.

⁵⁹⁰ FAZZIO JUNIOR, Waldo. **Nova Lei de Falência e Recuperação de Empresa**. 2 Ed. SP: Atlas, 2005, p. 307.

5.3 – A liquidação do Banco do Sul de Minas

Proceder à liquidação do Banco do Sul de Minas não deve ter sido tarefa fácil. Costa, em seu capítulo sobre a bancarrota dos bancos, demonstra a dificuldade para concluir o processo de falência de vários bancos na década de 1990, bem como o lento arrastar dos processos judiciais contra os banqueiros responsáveis⁵⁹¹. De forma parecida, em 4 de novembro de 1939, o liquidatário da falência do banco, Wladimir Pinto, mandou avisar ao juiz que o prazo previsto para encerramento do processo falimentar vencia no dia seguinte.

“Acontece, porém,” alegou o liquidatário, “que as ações de restituição do indébito movidas pela massa contra os ex-administradores e acionistas do falido ainda não foram decididas. Há ainda um processo de reajustamento econômico dependente de solução”⁵⁹². Ao mesmo tempo, outro problema impedia a conclusão: “a moratória concedida aos agricultores pelo Governo Federal impossibilita a execução das dívidas dos lavradores a favor da massa, algumas até garantidas por hipotecas cujos prazos ainda não venceram”⁵⁹³. Nestas condições, o síndico requereu a prorrogação do encerramento da falência, por um ano, a contar de 5 de novembro.

De fato, em 20 de setembro de 1939, Wladimir Pinto expôs duas propostas de liquidação de dívidas:

Os Irmãos Baldoni (Benedicto, José, Victor e Rosa Baldoni), todos lavradores, domiciliados no município e Santa Rita do Sapucaí, deviam à massa falida a importância de Rs. 27:314\$600 até 30 de junho de 1939, capital e juros, sendo a natureza do título a cessão de hipoteca como outorgante cedente o Dr. Antenor Pinto de Almeida e sua mulher, conforme consta da escritura de venda autorizada pelo Banco Popular Sul de Minas, de Santa Rita, em 26 de setembro de 1936. Os devedores tem o prazo da lei até 1944 para pagar a referida hipoteca em prestações decimais de 1939 até 1944. Propõem eles pagar a vista, por saldo de sua dívida, a quantia de Rs. 18:000\$000⁵⁹⁴.

Proposta de Vicente Pereira de Seixas Oliveira, lavrador, domiciliado no município de Baependi. Deve a importância de Rs. 3:000\$000 e mais os juros, restante da sua hipoteca ao Banco de Caxambu, hipoteca essa por escritura de 18 de fevereiro de 1931 transferida ao Banco do Sul de

⁵⁹¹ COSTA, Fernando Nogueira da. *Op. cit.*, 2014.

⁵⁹² BANCO DO SUL DE MINAS. *Op. cit.*, 1937-1940.

⁵⁹³ *Ibidem*.

⁵⁹⁴ *Ibidem*.

Minas. Entrou no Reajustamento Econômico, tendo a massa falida recebido 3:000\$000 em apólices do reajustamento, ficando a cargo do devedor a outra metade, processo 5.806, jugado em 02/05/38. Ele propõe liquidar o seu débito de 3:000\$000 e mais a fração irrealizável de 401\$650, decidido em grau de recurso de 2 de maio de 1938, pela importância de Rs. 1:000\$000, por saldo. A sua dívida é originária de segunda hipoteca e estando os bens hipotecados gravados com primeira hipoteca a outro credor, Major Joaquim Julio Pereira, no caso de uma liquidação judicial é pouco provável sobrar alguma coisa para o segundo credor, a massa falida⁵⁹⁵.

Para as duas propostas, o liquidatário deu parecer favorável, “em vista das condições dos devedores, moratória, e bastante demora mesmo de liquidação”⁵⁹⁶. Dessa forma, Wladimir Pinto solicitou ao juiz que autorizasse a aceitação das propostas. Vimos, no Capítulo 4, que o Banco do Sul de Minas, por suas próprias operações, concentrava suas aplicações em retornos de curto prazo, de modo a proporcionar um maior capital de giro. Com a aquisição do Banco Popular do Sul de Minas, porém, o falido assumiu o volume de hipotecas deste, imobilizado sobretudo com a Lei do Reajustamento Econômico, conforme discutido em seção anterior.

O liquidatário estava atento à situação nacional, na qual os preços do café ainda não estavam adequados aos interesses dos cafeicultores, que já haviam passado a diversificar sua produção agropecuária e reajustar sua oferta à nova economia no momento da recuperação da crise mundial. Como “a maioria dos créditos adquiridos [com a encampação do Banco Popular do Sul de Minas] pelo Banco pertencia a lavradores”⁵⁹⁷, justamente relativos às hipotecas, o problema da solvência das dívidas estava colocado.

Apesar das ações adotadas pelo governo para lidar com a crise, muitos empréstimos se tornaram impossíveis de serem pagos, especialmente os empréstimos agrícolas, o que colocou as próprias instituições bancárias em risco de se tornarem insolventes, ou seja, incapazes de pagar suas dívidas e cumprir suas obrigações financeiras. A inadimplência dos devedores do banco pode ter sido consequência de fatores, como a queda na produção agrícola, a falta de capacidade dos tomadores de empréstimo de cumprir suas obrigações financeiras, além da falta de planejamento financeiro adequado por parte do banco, conforme visto anteriormente.

O fato é que, mesmo com a Lei do Reajustamento Econômico, cujo objetivo era eliminar a possibilidade de uma situação em que várias entidades financeiras se tornassem

⁵⁹⁵ Ibidem.

⁵⁹⁶ Ibidem.

⁵⁹⁷ Ibidem.

insolventes, muitas delas, especialmente as de menor porte, enfrentaram sérios problemas de liquidez⁵⁹⁸. Por essa razão, mesmo com o processo falimentar próximo do fim, o liquidatário enfrentava dificuldades para receber dívidas, especialmente aquelas de longo prazo, tanto por conta de reajustes econômicos quanto por outros motivos⁵⁹⁹. Esta situação evidencia como o processo de falência pode ser complexo e demorado, muitas vezes se arrastando por anos mesmo após a finalização oficial.

No que tange ao Reajustamento Econômico do Banco de Caxambu, também encampado pelo Banco do Sul de Minas, de acordo com os registros contábeis foram apresentados à Câmara de Reajustamento Econômico 15 processos. No entanto, esses pedidos haviam sido negados alguns meses antes da falência, como foi constatado por meio de informações obtidas na Secretaria da Câmara e no arquivo do falido. Destes, apenas um ainda não havia sido julgado, o processo 5806, de Vicente Pereira de Seixas Oliveira, de Baependi, que estava pendente do recurso 2677. Finalmente, esse processo foi julgado favoravelmente à parte interessada.

Em relação ao Banco Popular do Sul de Minas, de Santa Rita do Sapucaí, o liquidatário declarou que, desde 1933, as transações deste banco foram paralisadas e ele foi encampado pelo Banco do Sul de Minas, para o qual transferiu suas ações. Sua liquidação completa ficou totalmente dependente das decisões da Câmara de Reajustamento Econômico em relação aos vários processos em andamento. O ativo e passivo do banco foram incluídos no balanço do Banco do Sul de Minas e foram arrecadados pelo síndico. Em meados de 1938, o síndico enviou o balanço à Caixa de Mobilização Bancária. Esse balanço incluía os bens do Banco de Santa Rita do Sapucaí,

⁵⁹⁸ Em que pese a gestão inepta do Banco do Sul de Minas na contração desses ativos comprometidos, Teresa Cristina de Novaes Marques demonstrou o caso do Banco Português como um exemplo de instituição bancária em dificuldades para receber seus créditos devido ao peso das hipotecas sobre o movimento do ativo. Para o Banco Português, o peso das hipotecas sobre o movimento do ativo cresceu à medida que o banco enfrentava dificuldades, chegando a 14% em 1933, o que sugere um grande volume de empréstimos hipotecários em um momento em que a capacidade dos tomadores de empréstimos para pagar estava diminuindo. Como resultado, o capital do banco imobilizou-se em empréstimos hipotecários que não estavam gerando receitas para o banco, contribuindo para as dificuldades que o Banco Português enfrentou para receber seus créditos. Apesar de o banco Português estar inserido em um contexto diferente do Banco do Sul de Minas, a aproximação é válida para mostrar as similaridades em relação ao recebimento dos créditos. MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O setor bancário privado carioca entre 1918 e 1945: os bancos Boavista e Português do Brasil – um estudo de estratégias empresariais.** Dissertação (Mestrado em História Social) – IFCS/UFRJ, 1998.

⁵⁹⁹ Os outros motivos que poderiam dificultar o recebimento de dívidas de longo prazo durante o processo de falência englobavam questões burocráticas, litígios judiciais, problemas na identificação e localização dos credores ou ainda a insuficiência de recursos financeiros disponíveis no processo para quitar todas as dívidas existentes.

uma vez que o Banco do Sul de Minas havia solicitado sua própria falência em outubro de 1937.

Já os processos do Reajustamento Econômico do Banco Popular do Sul de Minas haviam sido paralisados desde 1934 na Câmara de Reajustamento, sem decisão, apesar dos esforços dos diretores do falido. Advogados do Rio ofereciam-se para trabalhar nesses processos, pedindo ao liquidatário uma comissão de 5% a 10% sobre o valor dos créditos, independentemente do resultado. Segundo Wladimir Pinto, ele próprio assumiu a responsabilidade de resolver esses casos, conversando pessoalmente com o presidente e outros membros da Câmara. No final, a maioria dos créditos foi resolvida favoravelmente, no valor total de 323:056\$000. O liquidatário destacou ainda que, retiradas as apólices do reajustamento econômico “da agência central do Banco do Brasil, foram vendidas por intermédio de corretores de fundos públicos, pelos melhores preços da bolsa”⁶⁰⁰.

Para proceder ao pagamento dos credores, o liquidatário passou a realizar a cobrança dos devedores da massa falida, bem como a realizar leilões de todos os bens do banco, mediante propostas e adjudicação⁶⁰¹. No entanto, segundo Wladimir Pinto, “a moratória dos agricultores prejudicou enormemente a liquidação, já que boa parte dos créditos do falido era de lavradores, não sendo possível executá-los ou obrigá-los, por outros meios, a satisfazer os seus débitos”⁶⁰².

O liquidatário teve sua porcentagem fixada em 20% pelo juiz responsável pela falência para a cobrança judicial das dívidas ativas da massa e sua defesa nas ações contra ela intentadas. Segundo Wladimir Pinto, ele buscou ao máximo evitar executar os devedores, sobretudo os acionistas, “em benefício de centenas de credores, na maioria das vezes pobres”⁶⁰³, contra um benefício puramente individual. Obviamente, o síndico não detalhou a quais devedores ou acionistas considerava como “pobres”, fato que evidencia certa falta de humildade ao referir-se – e exaltar – a seu trabalho em relação à falência. Frases como essa permeiam todo o texto das prestações de conta.

⁶⁰⁰ BANCO DO SUL DE MINAS. *Op. cit.*, 1937-1940.

⁶⁰¹ A adjudicação dos bens de uma empresa falida é o ato pelo qual os bens da empresa são transferidos para o patrimônio de uma ou mais pessoas, físicas ou jurídicas, por meio de uma decisão judicial ou acordo entre as partes envolvidas. Essa transferência ocorre como uma forma de pagamento aos credores da empresa que ficaram sem receber seus créditos. Na prática, a adjudicação dos bens significa que os bens da empresa falida serão alienados para quitar os débitos existentes, seguindo uma ordem de preferência entre os credores privilegiados e quirografários.

⁶⁰² BANCO DO SUL DE MINAS. *Op. cit.*, 1937-1940.

⁶⁰³ *Ibidem*.

No que concerne às dívidas, quando os devedores faliam ou não tinham garantias suficientes nem bens para serem penhorados por execuções de dívidas, essas dívidas de difícil liquidação, após autorização judicial, incorriam em abatimento dos créditos. Analogamente, o liquidatário, segundo ele, “intentou numerosas ações sumárias contra os ex-administradores e acionistas do falido para obriga-los à reposição dos dividendos pagos indevidamente, já que amigavelmente muitos revoltados não o quiseram fazer”. Como resultado, foi recebida a importância de 57:018\$900, destacando Wladimir Pinto que “somente os acionistas insolváveis é que não foram executados. O liquidatário cumpriu o seu dever, a começar por casa onde mãe, irmãos e demais parentes devolveram os dividendos”⁶⁰⁴.

Em decorrência disso, o liquidatário declarou ações pendentes em juízo, nas quais existia uma ação de restituição de indébito na 3ª vara do mesmo, movida pela massa falida contra ex-diretores do falido – José Nicolau de Paiva, Antonio Paiva Junior e José Werneck da Silva – para que fossem devolvidos os dividendos distribuídos indevidamente durante sua gestão entre 1933 e 1937. A ação também incluiu outros acionistas como os menores Lea Paiva e Antonio Paiva Neto, filhos de Antonio Paiva Junior, Navarra & Irmão, Oswaldo Costa, Emilio Barrinuevo & Cia, Dr. Vidal Dias, Gabriel dos Reis Silva Neto, Dr. João Aristóteles Lopes e Alzira Gomes de Oliveira, que é menor e é representada por seu pai José Gomes de Oliveira⁶⁰⁵.

O banco possuía em seu poder um total de café que correspondia a 1270 sacas. Conforme petição de Olavo Barbosa para reaver as sacas,

O referido produto se acha beneficiado e acondicionado em sacos de anagem, com sessenta e meio quilos de peso bruto cada saca, é da qualidade vulgarmente denominada “Oeste de Minas” e superior, em média, ao tipo número seis. Constitui, presentemente, conforme consta do processo da falência, dois lotes: um, de 164 sacas, depositado em nome da massa falida do Banco do Sul de Minas no armazém da Companhia de Armazéns Gerais Progresso, em Campo Belo; outro, de 1106 sacas, armazenado nas máquinas de beneficiamento pertencentes a Tito Simões e a João de Mello Oliveira, na cidade de Perdões, neste Estado, sendo depositário do mesmo lote o Banco da Lavoura de Minas Gerais, em cujo poder se encontrava ao proceder-se à respectiva arrecadação⁶⁰⁶.

O credor alegou que

⁶⁰⁴ Ibidem.

⁶⁰⁵ Ibidem.

⁶⁰⁶ Ibidem.

Realmente, por seu intermédio fizera o reivindicante vários saques contra a firma Paiva, Nunes & Cia, do Rio de Janeiro. Informado, porém, inesperadamente, de que essa firma cogitava de propor concordata ou requerer a própria falência, quis acautelá-la contra as consequências a que, em tal caso, ficaria sujeito como sacador. Para isso, pretendia levantar, mediante penhor de sua mercadoria, a importância necessária ao resgate de seus saques. E entendendo-se, nesse propósito, com o Banco do Sul de Minas, comprometeu-se este a promover, - mediante entrega, que lhe faria o reivindicante, do café ora reclamado, - a devolução de três letras de câmbio por ele sacadas contra aquela firma e pelo Banco enviadas a seus correspondentes no Rio de Janeiro, Lino Pimentel & Comp. Limitada, casa bancária, a saber: uma de 27:394\$800 e outra de 10:321\$000 com vencimentos para 17 de novembro de 1937, e ainda outra, de 21:820\$200, com vencimento para 22 do referido mês. Devolvidos, esses títulos seriam resgatados com o numerário que o reivindicante obteria nesse ou em outro banco, com garantia real do café, ou substituídos, ainda com essa garantia, por outras cambiais em que a mesma firma não figurasse⁶⁰⁷.

No entanto, sua reivindicação foi negada, já que as letras mencionadas não foram apresentadas, bem como a manutenção do café incorria em custos para o banco falido, permanecendo em posse deste, mesmo com as apelações do reivindicante. Procedendo então à venda das sacas de café em poder do falido, bem como vendendo a fazenda cafeeira pertencente ao banco, estava finalizada a tarefa de arrecadação da massa. A fazenda de Santo Agostinho, havida como efeito de execução de hipoteca, foi sempre bem cuidada, segundo Wladimir Pinto, tendo sempre bem tratada e o cafezal adubado, bem como as colheitas de café, e seu benefício através da administração do feitor João Alves Ferreira.

Ainda houve outra reivindicação, desta vez sobre a condução do processo de falência, desta vez contra o pedido de reabilitação do banco:

Oposição apresentada, por petição, pelo credor Claudinor Gambogi, à reabilitação do Banco do Sul de Minas, com sede nesta cidade:

A reabilitação do falido “Banco do Sul de Minas”, está sendo promovida em fraude de credores e para se obtê-las, as especulações ofendem gravemente a economia popular.

Há fraudes, conluio presumido, dolo e prática de atos ilícitos, quanta à quitação do falido.

A repercussão da falência do Banco do Sul de Minas, foi muito rumorosa, com a prática de muitos crimes, para ter um desfecho cômodo do falido.

Advogado transigindo em nome de menores, sem autorização do juízo.

⁶⁰⁷ Ibidem.

Centenas e centenas de lavradores, pequenos industriais menores e até domésticas, arrastados a situações ruinosas.

A causa da falência está atribuída à correria, mas não ficou frisado que esta se deu em consequência dos rumores de um desfalque ou de uma transação simulada por uma letra de quase mil contos de réis,

O município de Campo Belo, como se verifica pelo quadro dos credores, foi a maior vítima na sua economia de fraudes⁶⁰⁸.

A petição, acompanhada por extensa explicação do advogado, criticava duramente o pedido de reabilitação do falido feito pelo acionista e sogro do administrador José Nicolau de Paiva, Domingos Ribeiro de Rezende. Se um banco falido pede reabilitação durante o processo de liquidação, significa que está buscando uma oportunidade de retomar suas atividades e voltar a operar no mercado financeiro. Na época em que o Banco do Sul de Minas faliu, em 1937, a lei de falência previa a possibilidade de reabilitação, mas os critérios para isso eram bastante rigorosos.

Geralmente, apenas os bancos que possuíam uma situação financeira sólida e uma administração competente tinham chances de serem reabilitados. Contudo, no caso do Banco do Sul de Minas, como já havia ocorrido a liquidação e a venda de seus ativos, é improvável que tenha havido qualquer possibilidade de reabilitação. A falência de um banco pode ter efeitos devastadores na economia, afetando não apenas os depositantes e credores, mas também a confiança dos investidores no sistema financeiro como um todo.

Acreditamos que, no caso do Banco do Sul de Minas, o pedido de reabilitação tenha sido feito com vistas a suspender a ação judicial contra os administradores do falido, em decorrência das acusações de gestão fraudulenta. Com o pedido de reabilitação, o banco poderia retomar suas atividades e, assim, tentar minimizar as consequências legais e financeiras decorrentes da falência. No entanto, não sabemos ao certo se, mesmo que o pedido de reabilitação fosse aceito, isso não significaria que o banco estaria livre das ações judiciais decorrentes das possíveis irregularidades cometidas em sua gestão.

Ainda assim, parece que essa foi a conclusão à qual chegou o advogado da petição contra o pedido de reabilitação do banco, alegando praticamente uma “formação de quadrilha”⁶⁰⁹ na fundação e administração do Banco do Sul de Minas:

⁶⁰⁸ Ibidem.

⁶⁰⁹ O termo jurídico “formação de quadrilha” refere-se a um crime previsto no Código Penal Brasileiro que consiste em se associar mais de três pessoas com o objetivo de cometer crimes. Esse crime é considerado grave porque geralmente é praticado por organizações criminosas que atuam de forma coordenada e planejada. No contexto do Banco do Sul de Minas, se a sua fundação tivesse ocorrido com a intenção de fraudar acionistas e clientes, a formação de quadrilha poderia ser um termo jurídico apropriado para descrever a conduta dos seus fundadores e administradores. No entanto, é importante destacar que, sem provas concretas de que a fundação do banco tenha ocorrido com essa intenção, não se pode fazer essa

A fundação do Banco do Sul de Minas já fora organizada pelo cidadão José Nicolau de Paiva com a premeditação de um golpe para o futuro, quando o momento fosse oportuno, como se deduz de todos os detalhes da falência e de outras minúcias não investigadas. Tinha convicção que, sempre convém aos credores de uma massa falida qualquer concordata, dada a sua experiência em casos análogos, impondo-lhes toda sorte de dificuldades na liquidação de seus créditos ou liquidando-os com irrisórias porcentagens, que mal correspondem aos juros, dada a morosidade do processo, para obter-se quitação e, conseqüentemente a reabilitação⁶¹⁰.

A eloqüência de quase duas páginas antecedeu a acusação que realmente era o objeto da petição, qual seja, “[...] outros personagens, estranhos à falência, entram em atividade, com especulações que ofendem a economia popular, simulações, fraudes e conluio presumido, para a conquista da reabilitação”⁶¹¹, como fez questão de repetir. Com isso, a crítica centrou-se na acusação de outro advogado, Waldemar Gomes de Castro, que representava um conjunto de credores residentes em Campo Belo, que juntos somavam 898:782\$100. Segundo a petição, Castro “fez cessão dos créditos de seus clientes, sem consultá-los, ao Coronel Domingos Ribeiro de Rezende [...] na base usurária de 17% sobre o saldo devedor, ou vale dizer que: cedeu 898:782\$100 por 134:817\$400 [...]”⁶¹².

O advogado peticionário argumentou que

A quitação é simbólica, para burlar a exigência da lei, zombando até da própria Justiça, como se fosse permitido com ela usar de pilhérias! O art. 144 do Dec. nº. 5.746, de 9 de dezembro de 1929, permitindo ao falido, que não tenha sido condenado por falência culposa ou fraudulenta, a reabilitação, exige o pagamento integral do capital e juros ou a quitação dos credores, etc.

A lei fala em quitação plena e a interpretação legal não é outra se não a intenção do legislador: pagamento integral, por cheio, completo, perfeito, absoluta reparação de danos e completa satisfação do compromisso. [...] Ao contrário, seria a própria lei protegendo os industrializantes de falência: devedores de mil, reabilitados com a quitação de cem. [...] E este crime está provado pelas próprias provas dos autos e agravado com a circunstância da premeditação, pois, havia

acusação. Além disso, é preciso lembrar que a legislação e a interpretação dos crimes mudaram ao longo dos anos, e o que era considerado um crime ou uma prática ilícita em 1937 pode não ser o mesmo nos dias de hoje. O termo empregado aqui serve apenas para ilustrar a defesa do advogado em questão.

⁶¹⁰ BANCO DO SUL DE MINAS. *Op. cit.*, 1937-1940.

⁶¹¹ *Ibidem*.

⁶¹² *Ibidem*.

bastante tempo ao cessionário para refletir e evitar ao menos a tentativa do crime, voluntariamente, zombando até de certos credores [...]⁶¹³.

Com um total de cinco páginas, a petição terminava solicitando ao juiz providências cabíveis. Baseado no documento, podemos identificar diversos atores com interesses diferentes no processo de liquidação do Banco do Sul de Minas. Cada um deles tinha seus próprios interesses, que podiam ser até conflitantes. Por exemplo, os credores do banco queriam em recuperar o máximo possível do dinheiro que emprestaram, enquanto os acionistas buscavam manter o valor de suas ações. Os administradores, por sua vez, estavam interessados em evitar qualquer acusação de má gestão ou fraude, enquanto os advogados simplesmente defendiam os negócios de seus clientes.

O sogro do principal administrador podia ter seus próprios motivos para pedir a reabilitação do banco falido, como questões financeiras ou de reputação da família do administrador. Dada essa variedade de interesses, é difícil determinar qual seria a conclusão mais provável ou justa sem mais informações sobre o caso. No entanto, cada parte estava buscando maximizar seus próprios benefícios, e que houvesse diferentes visões sobre o que seria justo ou legal em relação à falência do banco.

Em resposta, o liquidatário da falência, Wladimir Pinto declarou:

Este instrumento devidamente formalizado, está subscrito por duas testemunhas e tem todas as firmas reconhecidas por Tabelião, foi firmado pelo Dr. Waldemar Gomes de Castro, então procurador e advogado dos cedentes, ora impugnantes, com poderes declaradamente especiais para transigir em juízo ou fora dele, como se verifica dos respectivos instrumentos juntos aos autos das habilitações de créditos [...], instrumentos estes substabelecidos pelo mandatário ao dr. Waldemar Gomes de Castro [...].

Admitir-se, pois, que os cedentes venham impugnar, no processo da falência, um ato legitimamente praticado pelo mandatário, dentro dos estritos termos do mandato, será desconhecer-se o princípio da responsabilidade do mandante pelos atos praticados pelo mandatário nos limites do mandato, eis que tais atos independem de ratificação.

Com base na declaração do liquidatário da falência, o fato de o advogado dos cedentes, Waldemar Gomes de Castro, ter poderes especiais para transigir em juízo ou fora dele, e que o ato de ceder créditos foi praticado dentro dos limites do mandato, invalida a impugnação, pois eles estariam contestando um ato que foi legitimamente praticado pelo mandatário dentro dos termos do mandato. Além disso, o liquidatário

⁶¹³ Ibidem.

argumentou que a responsabilidade do mandante pelos atos do mandatário é um princípio fundamental, e que os atos praticados dentro dos limites do mandato não exigem ratificação posterior. Este foi o motivo, provavelmente, que levou o juiz a conceder parecer favorável ao liquidatário da massa falida, Wladimir Pinto, já que, mesmo que os cedentes alegassem que os créditos foram cedidos indevidamente, não seria possível aceitá-la se o ato tivesse sido praticado dentro dos limites do mandato e sem violar as leis e regulamentos aplicáveis.

O deferimento do juiz, publicado em forma de edital em vários jornais dentro e fora da praça, alegava que “o reabilitando satisfaz o imperativo do art. 144 da Lei de Falência, isto é, obteve quitação plena de seus credores, que se unificaram na pessoa de Domingos Ribeiro de Rezende [...]. Tem, pois, o falido direito à sua reabilitação, que decreto”⁶¹⁴. De qualquer forma, como mencionado anteriormente, apresentaram-se 943 credores, dos quais foram habilitados aproximadamente 700, entre privilegiados e quirografários. O total da liquidação da massa falida ficou como segue:

Tabela 38 – Liquidação do Banco do Sul de Minas

Rubrica	Valor
Reivindicatórias	10:658\$200
Credores privilegiados	164:639\$531
Credores quirografários	816:278\$400
Valores adjudicados	200:741\$140
Dinheiro em caixa	8:763\$760
Dinheiro no Banco do Basil	21:971\$600
Líquido efetivamente apurado	1.223:052\$631

Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940)

A conta de “reivindicatórias” em uma prestação de contas da liquidação de um banco falido se refere a valores que são objeto de disputas judiciais ou extrajudiciais, em que há reivindicações por parte de terceiros para receber os valores. Estas reivindicações podem ocorrer por diversos motivos, como disputas de propriedade, divergências contratuais ou outros tipos de controvérsias legais. Os valores relacionados à conta de “reivindicatórias” podem incluir, por exemplo, valores bloqueados em contas bancárias, bens que foram apreendidos e estão sendo disputados ou valores que foram retidos para pagamento de dívidas contestadas em juízo.

⁶¹⁴ *Ibidem.*

Esses valores não podem ser distribuídos aos credores do banco falido até que as disputas legais sejam resolvidas. Portanto, a conta de “reivindicatórias” é importante para garantir que todos os valores relacionados à liquidação do banco falido sejam adequadamente gerenciados e distribuídos aos credores após a resolução das disputas legais. É comum que essa conta apareça como um passivo na prestação de contas da liquidação do banco falido, já que os valores ainda não foram efetivamente distribuídos aos credores.

No contexto da falência do Banco do Sul de Minas, os credores privilegiados e quirografários eram categorias de credores que possuíam diferentes níveis de prioridade na ordem de pagamento das dívidas do banco falido. Os credores privilegiados eram aqueles que tinham garantias reais ou preferências legais para receber seus créditos antes dos demais credores. Na falência de um banco, alguns exemplos de credores privilegiados podiam incluir, por exemplo, os depositantes do banco, os detentores de hipotecas ou penhores sobre imóveis ou bens móveis específicos, e os trabalhadores do banco que possuíam créditos trabalhistas a receber.

Já os credores quirografários eram aqueles que não possuíam garantias reais ou preferências legais e, portanto, estavam em uma posição mais vulnerável na ordem de pagamento das dívidas. Esses credores podiam incluir, por exemplo, os titulares de contas correntes ou poupanças do banco, fornecedores, prestadores de serviços e outros credores que não se enquadravam na categoria de credores privilegiados.

Na liquidação de um banco falido, a ordem de pagamento das dívidas segue uma hierarquia estabelecida pela legislação. Primeiro, os credores privilegiados são pagos até o limite de seus créditos garantidos. Depois, são pagos os credores quirografários. Caso ainda haja sobra de recursos, essa pode ser distribuída entre os acionistas do banco. Entretanto, o processo de liquidação de um banco era complexo e podia envolver diversos fatores que podiam afetar a ordem de pagamento das dívidas, como disputas judiciais, reivindicações de créditos e outros aspectos específicos do caso.

O pagamento aos credores foi realizado por meio de três rateios distintos. O primeiro, conhecido como 1º Rateio, ocorreu em 12 de janeiro de 1939, e distribuiu 209:263\$833, ou seja, 10% do montante total de 2.092\$638\$338, para 571 credores. O 2º Rateio ocorreu em 17 de outubro de 1939, e pagou mais 10% do montante total, ou seja, 204:069\$600, para 564 credores. Já o 3º Rateio, apresentado no mesmo documento de prestação de contas da massa falida, ocorreu em 2 de fevereiro de 1940 e distribuiu outros 204:069\$600 para cerca de 612 credores.

A diferença na quantidade de credores presentes em cada rateio pode ser explicada pelo fato de que nem todos os credores apresentaram seus créditos ao processo de liquidação logo no início. Alguns apresentaram seus créditos em momento posterior, descritos como habilitações retardatárias. Assim, só puderam ser incluídos em um rateio posterior. Alguns credores, ainda, desistiram de seus créditos ou os venderam para outros, o que também implicou na mudança de quantidade de credores em cada rateio. Da mesma forma, alguns entraram com ações judiciais para garantir o pagamento de seus créditos, e, por isso, só foram incluídos em um rateio posterior, após o término do processo judicial.

Houve ainda um 4º Rateio, de 204:069\$600, pago ao Coronel Domingos Ribeiro de Rezende, referente “ao valor de todos os créditos constantes desta folha de pagamento e dos quais sou o único credor cessionário por aquisição destes mesmos créditos”⁶¹⁵. Podemos concluir, portanto, que o sogro do administrador José Nicolau de Paiva obteve êxito em sua tentativa de adquirir as dívidas do banco falido. No entanto, não há informações disponíveis sobre o resultado final da tentativa de reabilitação do Banco do Sul de Minas após a conclusão da liquidação da massa falida.

Deste modo, em síntese, após analisar a documentação da falência do Banco do Sul de Minas e a situação cafeeira da década de 1930, podemos concluir que o principal motivo da quebra do banco foi a crise do café e a falência da casa comissária Paiva, Nunes & Cia. A casa comissária era um dos principais clientes do banco e, ademais, o presidente do Banco do Sul de Minas, Antônio de Paiva Junior, era sócio comanditário da empresa. Com a falência da casa comissária, o banco perdeu uma grande fonte de receita e, ao mesmo tempo, ficou exposto aos seus próprios problemas financeiros. A queda nos preços do café, de modo geral, levou à falência a Paiva, Nunes & Cia. e o Banco do Sul de Minas, de maneira que podemos afirmar que a crise do café e a falência da casa comissária foram os principais fatores que contribuíram para a falência do Banco do Sul de Minas em 1937.

Entretanto, outros motivos concorreram para a falência, como a gestão fraudulenta por parte dos seus dirigentes. Como demonstramos, os administradores do Banco do Sul de Minas realizaram operações financeiras arriscadas e pouco transparentes, utilizando recursos do banco para benefício próprio. Ao mesmo tempo, foram concedidos empréstimos sem garantias adequadas ou mesmo para pessoas físicas e jurídicas ligadas aos próprios gestores, inclusive uma associação fictícia.

⁶¹⁵ BANCO DO SUL DE MINAS. *Op. cit.*, 1937-1940.

Estas práticas levaram a uma situação financeira insustentável para o banco, agravada pela crise do café e pela falência da casa comissária Paiva, Nunes & Cia. Desta forma, concluímos que a falência do Banco do Sul de Minas resultou de uma combinação de fatores, incluindo a crise do café, como fator externo, e a gestão fraudulenta por parte dos seus dirigentes, como fator interno. A falta de controle adequado e a supervisão regulatória efetiva também contribuíram para o colapso do banco e para o prejuízo aos seus clientes e depositantes.

O processo de liquidação do banco foi complexo e durou três anos. Durante este tempo, foi necessário avaliar os ativos e passivos da instituição, a fim de determinar como seriam distribuídos os recursos entre os credores. Este processo envolveu a venda de ativos do banco e a negociação de acordos com os credores para receberem parte dos seus créditos. Um fato curioso que se destaca é que durante o processo de liquidação, o sogro de um dos administradores do Banco do Sul de Minas comprou os créditos dos credores com a intenção de reabilitar o banco. No entanto, esse plano não foi bem-sucedido e o banco acabou sendo liquidado.

De modo geral, a falência do Banco do Sul de Minas abalou significativamente a credibilidade do sistema bancário sul-mineiro em todo, especialmente nas cidades em que o falido estava. A liquidação do banco gerou medo entre os depositantes de outras instituições financeiras, que passaram a temer pelo destino de suas economias. A falência do Banco do Sul de Minas, portanto, foi um evento que teve repercussões significativas não apenas para os seus clientes e credores, mas para todo o sistema bancário da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instituição bancária tem sido historicamente associada ao desenvolvimento do capitalismo, visto que o financiamento é um elemento crucial para o crescimento econômico. Em regiões interioranas, a demanda por serviços bancários é ainda mais premente do que nas grandes metrópoles, uma vez que a oferta de instituições financeiras é mais limitada. No contexto específico do Sul de Minas, a história bancária remonta a 1909, quando o estado possuía apenas uma única instituição bancária, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais de Juiz de Fora.

Nesse sentido, compreender a história bancária do Sul de Minas é fundamental para entender o desenvolvimento econômico e social da região. Os bancos tiveram um papel crucial no financiamento da produção cafeeira e na canalização de recursos para outros setores da economia. Isso pode ajudar a explicar as diferenças de desenvolvimento entre as diversas regiões do país e a compreender os desafios atuais e futuros para o setor bancário e financeiro no Brasil.

Na primeira parte da nossa pesquisa, sobre os bancos no Sul de Minas Gerais, no início do século XX, foi possível concluir que a produção de café na região era bastante expressiva e transbordava recursos para diferentes setores da economia. Entre eles, destacava-se o setor bancário, que se expandiu consideravelmente durante o período entre 1909 e 1940. A fundação de um número significativo de bancos na região é um forte indicativo desse fenômeno, que se caracterizou pela concentração de recursos financeiros oriundos da produção cafeeira. Esse complexo cafeeiro teve um papel fundamental na história econômica do Sul de Minas Gerais, contribuindo para a formação de um polo produtor de café importante para o país.

A história dos bancos na região Sul de Minas Gerais foi dividida em três fases, cada uma delas marcada por acontecimentos específicos que contribuíram para o desenvolvimento do setor bancário na região e da economia como um todo. A *fase inicial*, que ocorreu entre 1909 e 1920, foi caracterizada pela fundação dos primeiros bancos na região. Nesse período, os bancos eram frequentemente pequenos e voltados principalmente para atender às necessidades da população local, oferecendo serviços financeiros básicos, como empréstimos e depósitos. Apesar disso, essa fase foi fundamental para o estabelecimento do setor bancário na região e para o desenvolvimento

da economia local, uma vez que os bancos permitiram o acesso a recursos financeiros que ajudaram a impulsionar a produção cafeeira e outros setores econômicos da região.

A década de 1920 foi um período de grande importância para a região Sul de Minas Gerais, especialmente no que diz respeito à produção cafeeira. Foi nessa época que a região alcançou seu ápice na produção de café, gerando uma enorme riqueza para a região. Esse cenário favorável para a economia cafeeira também se refletiu no setor bancário, com a criação de novos bancos na região. O crescimento econômico da região, impulsionado pela produção cafeeira, estimulou a abertura de instituições financeiras que pudessem atender à demanda por serviços bancários. Esse aumento no número de bancos foi, portanto, uma consequência direta do desenvolvimento econômico que a região Sul de Minas Gerais experimentou na década de 1920. Ao criar um ambiente propício para o crescimento do setor bancário, a produção cafeeira contribuiu para a diversificação da economia regional, tornando a região ainda mais próspera e desenvolvida.

Durante a década de 1920, o setor bancário no Sul de Minas Gerais passou por uma *fase de expansão* significativa, que se tornou um elemento crucial da economia local. Essa expansão foi impulsionada por diversos fatores, incluindo o crescimento da economia cafeeira na região, que gerou uma demanda crescente por serviços financeiros, e o surgimento de um grupo de empreendedores que viu nas oportunidades de negócios em bancos uma forma de aumentar suas fortunas. Com o aumento da produção de café, a região se tornou um dos principais polos produtores do país, e os bancos passaram a desempenhar um papel importante no financiamento do setor, fornecendo empréstimos para investimentos em novas plantações e tecnologias de produção. Além disso, os bancos também ofereciam serviços financeiros básicos para a população local, permitindo o acesso a recursos para investimentos em pequenos negócios e outras atividades econômicas.

A década de 1930 marcou uma *fase de desenvolvimento* mais complexa para os bancos no Sul de Minas, uma vez que os bancos enfrentaram várias crises, que afetaram significativamente a economia brasileira como um todo. A crise financeira de 1929 teve um impacto negativo na economia do país, e os bancos foram afetados pelo aumento das taxas de inadimplência e pelo declínio da demanda por crédito. Adicionalmente, a produção de café na região começou a enfrentar problemas, e a redução da demanda internacional pelo produto, o que afetou negativamente os bancos e sua capacidade de expandir e crescer.

Além do aumento significativo no número de bancos na região Sul de Minas Gerais entre as décadas de 1909 e 1940, é importante destacar que a maioria dos fundadores dessas instituições financeiras tinha uma forte ligação com a produção cafeeira. Essa relação estreita entre o setor bancário e a economia cafeeira sugere uma forte interdependência entre esses setores na região, com os bancos atuando como uma importante ferramenta para o financiamento e a expansão das atividades relacionadas ao café. A presença de banqueiros que tinham um interesse direto na produção cafeeira possibilitou o desenvolvimento de linhas de crédito e outros serviços financeiros específicos para atender às necessidades desse setor, o que contribuiu para o crescimento da produção e a expansão da economia regional. Dessa forma, a relação interdependente entre o setor bancário e a economia cafeeira na região Sul de Minas Gerais teve um papel fundamental na construção de uma economia próspera e diversificada na região.

No Sul de Minas, conforme nossa tese, foi desenvolvido um complexo cafeeiro que englobava a produção, a comercialização e a exportação do café. Esse complexo foi responsável por impulsionar o crescimento econômico da região, uma vez que gerou uma grande quantidade de recursos financeiros. A economia cafeeira desempenhou um papel crucial no desenvolvimento do comércio, da indústria e das ferrovias na região durante as primeiras décadas do século XX. Dessa forma, podemos afirmar que o sucesso econômico do Sul de Minas foi amplamente influenciado pelo cultivo e comércio do café.

Neste contexto, defendemos a tese de que os bancos no Sul de Minas foram criados com recursos oriundos do complexo cafeeiro. No entanto, é importante destacar que os bancos surgiram em um contexto mais amplo, que envolveu a necessidade de ampliar as atividades econômicas e fomentar o desenvolvimento local. Embora a criação dessas instituições financeiras não tenha sido uma consequência exclusiva do complexo cafeeiro, é inegável que a economia cafeeira gerou uma grande quantidade de recursos financeiros na região. Esses recursos excedentes foram utilizados para financiar diversos empreendimentos, incluindo a criação dos bancos.

Além disso, é importante destacar que os bancos foram uma resposta às demandas de uma sociedade em transformação, que buscava formas mais eficientes de gerenciar seus recursos e expandir seus negócios. Nesse sentido, o café desempenhou um papel fundamental, pois permitiu que a região se desenvolvesse economicamente e criasse as condições necessárias para a criação de instituições financeiras modernas e eficientes. Portanto, embora a criação dos bancos no Sul de Minas não tenha sido uma consequência exclusiva do complexo cafeeiro, podemos afirmar que o café foi o principal fator

promotor desse fenômeno, uma vez que gerou os recursos necessários para o financiamento dos bancos e para o desenvolvimento econômico da região como um todo.

Após uma análise, concluímos que a política de valorização do café e a regulação bancária foram fundamentais para o transbordamento de recursos do complexo cafeeiro para o setor financeiro nas primeiras décadas do século XX no Brasil. A política de valorização do café, iniciada em 1906 pelo governo federal, visava garantir preços estáveis e remunerativos para os produtores de café, incentivando novas técnicas de produção e a expansão da produção de café. Isso criou um ambiente favorável para os produtores, que precisavam de recursos financeiros para investir em sua produção, e beneficiou o setor bancário, que oferecia empréstimos e financiamentos para os produtores de café, como o Banco do Sul de Minas, criado em 1913.

Além disso, a regulação bancária também contribuiu para o transbordamento de recursos do complexo cafeeiro para o setor financeiro. Em 1920, o Banco do Brasil foi criado para exercer um papel importante na regulação e supervisão do sistema bancário brasileiro, garantindo mais segurança para os investimentos e depósitos dos produtores de café e da população em geral.

Entretanto, a crise de 1929 e a conseqüente crise do café tiveram um impacto significativo no Banco do Sul de Minas e no transbordamento de recursos do complexo cafeeiro para o setor financeiro nas primeiras décadas do século XX no Brasil. A queda no preço do café no mercado internacional levou a uma crise no setor cafeeiro, e muitos produtores de café enfrentaram dificuldades financeiras, levando a uma série de problemas para o setor financeiro, incluindo o Banco do Sul de Minas. A crise também limitou ainda mais o transbordamento de recursos do complexo cafeeiro para o setor financeiro, devido às medidas de contenção de gastos e austeridade fiscal adotadas pelo governo.

A política econômica implementada pelo governo de Getúlio Vargas teve um impacto significativo na situação do café e no transbordamento de recursos do complexo cafeeiro para o setor financeiro no Brasil. A criação do Conselho Nacional do Café em 1933, a regulamentação da exportação de café em 1931 e a criação do Instituto do Café em 1934 foram algumas das medidas adotadas para regulamentar o setor cafeeiro e proteger os interesses dos produtores. Essas medidas, juntamente com outras políticas econômicas, tiveram um impacto significativo na economia brasileira, incluindo o setor financeiro.

Embora não tenham sido verificadas falências generalizadas no contexto econômico nacional durante a crise do café, é importante destacar que as trajetórias entre as instituições bancárias são diferentes. Para o Banco do Sul de Minas, em uma região de grande produção cafeeira, a crise teve um impacto mais severo. A dependência do setor cafeeiro, aliada a fatores como a queda dos preços internacionais e a política de valorização do café, contribuíram para a instabilidade do banco. No entanto, é preciso ter cautela ao generalizar a situação de todas as instituições financeiras da época. Cada instituição enfrentou suas próprias dificuldades e desafios e, por isso, é necessário avaliar cada caso individualmente.

No caso do Banco do Sul de Minas, então, a crise do café impactou diretamente na falência do banco. A documentação da falência mostrou que a instituição foi criada com recursos provenientes do setor cafeeiro, e que as operações do banco estavam majoritariamente voltadas para o financiamento da indústria do café. Além disso, a presença de administradores com vínculos na área cafeeira sugere que os interesses dos produtores eram levados em conta na gestão do banco. Essa interconexão entre o setor cafeeiro e o sistema bancário local é um exemplo de como as relações econômicas e sociais podem moldar o desenvolvimento regional. Essa pesquisa nos permite compreender melhor o papel do café na economia e na história do Sul de Minas Gerais, e como essas dinâmicas impactaram outros setores e instituições da região.

Nossa pesquisa sobre o Banco do Sul de Minas Gerais na década de 1930 confirma a existência de um complexo cafeeiro na região, como já havíamos hipotetizado. Ao analisarmos a origem dos recursos utilizados para criar o banco, constatamos que estes provinham principalmente do setor rural, especialmente da produção cafeeira. Além disso, os administradores do banco estavam ligados ao setor cafeeiro, o que sugere uma relação estreita entre os interesses dos produtores e o funcionamento do banco. Por fim, nossas análises indicam que as operações do banco estavam direcionadas principalmente para o financiamento da indústria do café, reforçando ainda mais a importância desse setor na economia local. Esses resultados, portanto, confirmam a existência de um complexo cafeeiro no Sul de Minas Gerais na década de 1930 e ressaltam a relevância da análise histórica e econômica para compreendermos os processos de desenvolvimento regional e nacional.

A falência do Banco do Sul de Minas foi resultado de uma combinação de fatores, sendo os principais a crise do café e a gestão fraudulenta por parte de seus dirigentes. A queda nos preços do café levou à falência da casa comissária Paiva, Nunes & Cia., um dos principais clientes do banco e cujo presidente, Antônio de Paiva Junior, era sócio comanditário da empresa. Com a falência da casa comissária, o Banco do Sul de Minas perdeu uma grande fonte de receita e ficou exposto aos seus próprios problemas financeiros. Além disso, os administradores do banco realizaram operações financeiras arriscadas e pouco transparentes, utilizando recursos do banco para benefício próprio. Foram concedidos empréstimos sem garantias adequadas ou mesmo para pessoas físicas e jurídicas ligadas aos próprios gestores, inclusive uma associação fictícia.

Essas práticas levaram a uma situação financeira insustentável para o banco, agravada pela crise do café e pela falência da casa comissária Paiva, Nunes & Cia. A falta de controle adequado e a supervisão regulatória efetiva também contribuíram para o colapso do banco e para o prejuízo aos seus clientes e depositantes. O processo de liquidação do banco foi complexo e durou três anos, envolvendo a venda de ativos do banco e a negociação de acordos com os credores para receberem parte dos seus créditos. Durante esse tempo, o sogro de um dos administradores do banco comprou os créditos dos credores com a intenção de reabilitar o banco, mas o plano não foi bem-sucedido e o banco acabou sendo liquidado.

A falência do Banco do Sul de Minas abalou significativamente a credibilidade do sistema bancário sul-mineiro como um todo, gerando medo entre os depositantes de outras instituições financeiras. Isso pode ter contribuído para a desaceleração do crescimento econômico na época, evidenciando a importância de um sistema financeiro sólido e confiável para o desenvolvimento econômico duradouro. A região do Sul de Minas Gerais foi – e é – uma grande produtora de café. Esse setor foi responsável por gerar grande parte da riqueza e desenvolvimento da região, possibilitando a criação de uma rede de comércio e serviços ao seu redor. Esse conjunto de atividades econômicas, interligadas e dependentes do café, é conhecido como complexo cafeeiro.

O Banco do Sul de Minas, como instituição financeira presente na região, fazia parte desse complexo, e sua saúde financeira estava diretamente ligada ao desempenho do setor cafeeiro. A crise do café na década de 1930, resultado da queda nos preços do produto no mercado internacional, afetou diretamente as empresas e instituições financeiras da região, incluindo o Banco do Sul de Minas. Além disso, o Banco do Sul de Minas também estava ligado diretamente a outras empresas do complexo cafeeiro, como

a casa comissária Paiva, Nunes & Cia, que era um dos seus principais clientes e cuja falência contribuiu significativamente para a quebra do banco. O presidente do Banco do Sul de Minas também era sócio da empresa, o que demonstra a interconexão existente entre as empresas do setor e a instituição financeira.

Dessa forma, é possível concluir que a falência do Banco do Sul de Minas estava diretamente relacionada à tese do complexo cafeeiro. A dependência mútua e interconexão entre as empresas do setor, incluindo as financeiras, tornou o colapso do banco inevitável diante da crise do café. A história do Banco do Sul de Minas é um exemplo claro da importância de entender as conexões entre diferentes setores da economia para compreender o funcionamento do sistema econômico como um todo.

FONTES PRIMÁRIAS

ACIV. História. Disponível em <<http://www.aciv.com.br/aciv/historia/>>. Acesso em janeiro de 2019.

Almanak Laemmert. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, vários anos.

Anuário Estatístico de Minas Gerais, 1922-1925.

Arceburgo. Disponível em <<http://topetinhomagnifico.com.br/o-capacetinho-em-arceburgo/>>. Acesso em fevereiro de 2019.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VARGINHA. **Monografia Histórica**. Disponível em <http://www.camaravarginha.mg.gov.br/downloads/historia_varginha.pdf>. Acesso em novembro de 2013.

ARQUIVO NACIONAL – Centro de Referência de Acervos Presidenciais. Wenceslau Braz Pereira Gomes. Disponível em <<http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/126-wenceslau-bras>>. Acesso em julho de 2022.

ARQUIVO PÚBLICO MACHADENSE. **Machado de ontem e de hoje**. Machado: Prefeitura Municipal de Machado, 1988.

Associação Comercial e Empresarial de Três Corações. Disponível em <<https://www.acetc.com.br/historia>>. Acesso em março de 2019.

BANCO DO SUL DE MINAS. **Falência**. Documentação reunida no Arquivo do Fórum Municipal de Varginha, MG, composta por 8 caixas contendo 54 documentos desde o pedido falimentar até o fim da liquidação, 1937-1940.

CASA DA CULTURA DE MACHADO. **Lindolfo Souza Dias**: biografia do benemérito machadense. Disponível em <<https://machadodecadas.blogspot.com/2013/10/comendador-lindolfo-souza-dias.html>>. Acesso em fevereiro de 2019.

Código Comercial. Lei nº 556, de 25 de junho de 1850. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0556-1850.htm>. Acesso em fevereiro de 2019.

COORDENADORIA TÉCNICA DO CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL DE VARGINHA. **Dossiê Casa Embratel**. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.fundacaoculturaldevarginha.com.br/arquivos/dossie_casa_da_cultura.pdf>. Acesso em novembro de 2013.

Decreto nº 19.423, de 22 de Novembro de 1930. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19423-22-novembro-1930-514597-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em outubro de 2022.

Decreto nº 20.451 de 28 de Setembro de 1931. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d20451.htm>. Acesso em outubro de 2022.

Decreto nº 21.499 de 11 de Novembro de 1930. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d21499.htm>. Acesso em outubro de 2022.

Decreto nº 21.537, de 15 de Junho de 1932. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21537-15-junho-1932-514778-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em outubro de 2022.

Decreto nº 22.626, de 7 de Abril de 1933. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22626-7-abril-1933-503405-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em outubro de 2022.

Decreto nº 23.501, de 27 de Novembro de 1933. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23501-27-novembro-1933-500678-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em outubro de 2022.

Decreto nº 23.533, de 1º de Dezembro de 1933. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23533-1-dezembro-1933-558975-publicacaooriginal-80710-pe.html>>. Acesso em outubro de 2022.

Decreto nº 434, de 4 de Julho de 1891. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-434-4-julho-1891-504758-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em fevereiro de 2019.

Decreto nº 434, de 4 de Julho de 1891. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-434-4-julho-1891-504758-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em fevereiro de 2019.

EMPÓRIO DE NOTÍCIAS. **O cultivo do café em Santa Rita.** Disponível em <<http://www.emporiodenoticias.com/o-cultivo-do-cafe-em-santa-rita/>>. Acesso em janeiro de 2019, s/p.

EQUIPE DO MUSEU MUNICIPAL DE VARGINHA. **Varginha:** sua origem. Disponível em: <<http://fundacaoculturaldevarginha.com.br/museu/varginha-sua-origem/>>. Acesso em novembro de 2013.

Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/mmg/muzambinho.htm>>. Acesso em janeiro de 2019.

FEBRABRAN. Galeria de Presidentes. Disponível em <<https://portal.febraban.org.br/50anos/presidentes/>>. Acesso em fevereiro de 2019.

Folha da Manhã, nº 2.664, 8 de abril de 1933. Disponível em <<http://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=27638&anchor=4648615&origem=busca&originURL=>>>.

FRADE, P. **Dicionário Chorographico e Estatística Chorographica de Distâncias do Estado de Minas Gerais**. 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917.

HISTÓRIA DA CÂMARA. **Câmara Municipal de Varginha**. Disponível em <http://www.camaravarginha.mg.gov.br/downloads/livro_historia_varginha.pdf>. Acesso em fevereiro de 2019, p. 32). Atualmente funciona nesse prédio a Câmara Municipal de Varginha.

História de Alfenas. Disponível em <http://epidemiologia.alfenas.mg.gov.br/download/historia_alfenas.pdf>. Acesso em janeiro de 2019.

História de Arceburgo. Disponível em <<https://camaraarceburgo.mg.gov.br/historia/#:~:text=Antigamente%20chamada%20%E2%80%9CS%C3%A3o%20Jo%C3%A3o%20da,chegaram%20da%20It%C3%A1lia%20em%201910>>. Acesso em fevereiro de 2019.

História de Cabo Verde. Disponível em <<https://www.caboverde.mg.gov.br/cabo-verde/institucional>>. Acesso em fevereiro de 2019.

História de Muzambinho. Disponível em <<http://historiademuzambinho.blogspot.com/p/classseparator-styleclear-both-text.html>>. Acesso em janeiro de 2019.

IBGE. Paraguaçu. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/paraguacu/historico>>. Acesso em janeiro de 2019.

IBGE/DEE-MG. **Anuário Industrial do Estado de Minas Gerais de 1937**. Belo Horizonte, 1939. Disponível em <http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000469&m=917&n=00233>. Acesso em maio de 2021.

IPATRIMÔNIO. **Monumento de pedra e bronze em homenagem ao Cel. Zoroastro de Oliveira**. Disponível em <<http://www.ipatrimonio.org/campanha-monumento-de-pedra-e-bronze-em-homenagem-ao-cel-zoroastro-de-oliveira/>>. Acesso em fevereiro de 2019.

JORNAL DO SUDOESTE. **Banco J. O. Resende e Cia. Limitada**. Disponível em <<http://jornaldosudoeste.com.br/noticia.php?codigo=201259>> Acesso em fevereiro de 2019.

Lei de Terras. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm#:~:text=L0601%2D1850&text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais.>. Acesso em fevereiro de 2019.

O Cassiense, nº 39. Disponível em <[https://www.cassia.mg.gov.br/uploads/39_\(29-01-1911\)_28083607.pdf](https://www.cassia.mg.gov.br/uploads/39_(29-01-1911)_28083607.pdf)>. Acesso em março de 2019.

Personalidades Marcantes. Disponível em <https://www.oguiadeitajuba.com.br/Personalidades/Pers_J/Joao-Antonio-Pereira.php>. Acesso em julho de 2022.

Portal do Legislador. Disponível em <https://portal.legislador.com.br/arquivos/9_70/PDF/Informativo/9_70_1.pdf>. Acesso em março de 2019.

REBELLO, Ricardo Moreira. **Machado**: história político-administrativa até a instalação do município. [s.l.: s.n.], [s.d.].

RUBIÃO, Luiz José Álvares. **Álbum da Varginha**. Varginha: Casa Maltese, 1919.

Sinopse Estatística de Minas Gerais. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro, 1937.

TAUNAY, Affonso de E. **História do Café no Brasil**: no Brasil República (1927-1937). Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1942, v. 13, t. 1.

Varginha Moderna. Disponível na Fundação Cultural de Varginha, 1934.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. **Almanach Sul-Mineiro**. Campanha: Typhographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. **Almanach Sul-Mineiro**. Campanha: Typhographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945. *In*: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso** – cem anos de política econômica republicana. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- ABREU, Marcelo de Paiva. Os *fundings loans* brasileiros – 1898-1931. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. v.32, n.3, dez 2002.
- ABREU, Marcelo de Paiva. **A economia brasileira 1930-1964**. Departamento de Economia PUC-Rio, 2010.
- ALMICO, Rita C. S. A curta vida do primeiro banco da província de Minas Gerais: o processo de falência do Banco Territorial e Mercantil de Minas. *In*: GUIMARÃES, Carlos Gabriel; Saraiva, Luiz Fernando. (Org.). **Crédito & Descrédito: relações sociais de empréstimos na América - Séculos XVII ao XX**. 1ed.Niterói/RJ: EdUFF, 2018, v. 1, p. 223-252.
- ALVARENGA, Marcio. MATTOS, Fernando Augusto Mansor. A reestruturação do sistema creditício doméstico e a recuperação precoce da economia brasileira na década de 1930. **Nova Economia** [online]. v. 31, n. 02, 2021, pp. 637-665.
- BACHA, E., GREENHILL, R., O ciclo do café. *In*: Marcellino Martins e E. Johnston Exportadores LTDA. (org.). **150 anos de café**. São Paulo: LIS, p.30-35, 1992.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que são os bancos?** Cadernos do BC – Série Educativa. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2002.
- BASTOS, Cláudio Albuquerque. **Instituições Financeiras de Minas (1819-1955)**. Embalart Editora Gráfica Ltda. Belo Horizonte, 1997.
- BENSTON, George J. et al. **Perspectives on Safe and Sound Banking**. Cambridge, MA: MIT Press, 1986.
- BESSA, Antônio Luiz de. **História financeira de Minas Gerais em 70 anos de República**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Fazenda, 1981.
- CAMPOS, Bruno Nascimento. **Tropas de aço: os primeiros impactos da Minas and Rio Railway sobre a economia de abastecimento no Sul de Minas (1884-1902)**. **Cultura Histórica & Patrimônio**. v. 1, n. 1, 2012, p. 91-107.
- CANO, Wilson. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 241-261, maio-agosto, 1985.
- CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 3ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- CARONE, Edgard. **A República Velha**. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1970.

- CASTRO, Helio Oliveira Portocarrero. **As causas econômicas da concentração bancária**. Rio de Janeiro: Ibmecc, 1981.
- CHAVANTES, Ana Paula. **A consolidação do setor bancário em São Paulo na década de 1920**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Econômica). Instituto de Economia, Unicamp: Campinas, 2004.
- CHAVANTES, Ana Paula. Contribuições da reforma bancária de 1921 para estabilidade do mercado bancário brasileiro frente à Crise de 1929. **Leituras de Economia Política**, Campinas, (12): 25-54, jan. 2006/dez. 2007.
- COSTA NETO, Yttrio Corrêa da. **Bancos oficiais no Brasil: origens e aspectos do seu desenvolvimento**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.
- COSTA, Fernando Nogueira da. **Banco do estado: o caso BANESPA**. 1988. 609p. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000149484>>. Acesso em: 21 mar. 2017.
- COSTA, Fernando Nogueira da. **Bancos em Minas Gerais (1889-1964)**. Dissertação (Mestrado em Economia e Planejamento Econômico) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 330. 1978.
- COSTA, Fernando Nogueira da. **Brasil dos Bancos**. São Paulo: EDUSP, 2014.
- COSTA, Fernando Nogueira da; DEOS, Simone Silva de. Reflexões sobre o financiamento na economia brasileira. **Análise Econômica**, v. 20, n. 38, 2002.
- COSTA, Maria Lucia. Prado. **A Cia. Estrada de Ferro Muzambinho (1887-1910) no contexto do desenvolvimento ferroviário do Sul de Minas (1870-1910): uma tentativa de correção de uma versão consagrada**. Belo Horizonte: FUNDAMAR, 1995.
- COSTA, Maria Lucia. Prado. **A saga do café fino**. Disponível em <<http://www.fundamar.com/imprensa.aspx?id=61>>. Acesso em out. 2020.
- CROCE, Marcus Antônio; SILVA Cláudia Cristina da. **Uma revisão da história bancária de Minas Gerais no século XIX**. Disponível em <<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2014/uma-revisao-da-historia-bancaria-de-minas-gerais-no-seculo-xix.pdf>>. Acesso em junho de 2018.
- DELFINO NETTO, Antônio. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: FAUSTO, B. (org) **O Brasil republicano**. (Coleção: História Geral da Civilização Brasileira). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- FAZZIO JUNIOR, Waldo. **Nova Lei de Falência e Recuperação de Empresa**. 2 Ed. SP: Atlas, 2005.

- FEREIRA, Natânia Silva. Entre pai e filho: análise das riquezas em duas gerações de uma família da elite agrária do município de Varginha (MG) no início do século XX. **Espaço Plural**. Ano XVII Nº 35. 2º Semestre 2016.
- FERREIRA, Natânia Silva. **Elite agrária e processo de urbanização: o município de Varginha-MG (1882-1920)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2016.
- FILLETTO, Ferdinando. **Trajetória histórica do café na região Sul de Minas Gerais**. (Dissertação de Mestrado em Administração Rural), Lavras - MG: UFLA, 2000.
- FISHLOW, Albert. Origins and consequences of import substitution in Brazil. In: DI MARCO. **International Economics and Development**. New York: Academic Press, 1972, p. 311-365.
- FONTANARI, Rodrigo. **O problema do financiamento: uma análise histórica sobre crédito no complexo cafeeiro paulista**. Casa Branca/SP (1874-1914). Dissertação de Mestrado, Franca: FCHS/UNESP. 2012.
- FONTENLA, Vicente Paz. **História dos bancos no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Luna, 1975.
- FRANCO, Antonio de Lacerda. **Estudos sobre a aplicação da mutualidade ao crédito rural e agrícola no Brasil**. São Paulo: Editora Spindola, 1900.
- FRANCO, Gustavo Henrique de Barroso. A primeira década Republicana. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. 13 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.
- FRANCO, Gustavo Henrique de Barroso. A primeira década republicana. In: PAIVA, Marcelo Abreu. **A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- FRANCO, Gustavo. Henrique de Barroso. **A moeda e a lei: Uma história monetária brasileira, 1933-2013**. São Paulo: Zahar Editora, 2017.
- FRANCO, M.S. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 3 ed., Kairós, São Paulo, 1983. PIRES, Anderson. 1993.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2000.
- GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. **A expansão bancária do sul de Minas Gerais e o caso de Varginha: aproximações**. In: I Encontro de Economia do Sul de Minas, 2010, Itajubá. Anais do I Encontro de Economia do Sul de Minas, 2010.
- GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. **O banco da ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-66)**. 2010. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2010b.
- GIOVANINNI, Rafael. **Regiões em movimento: um olhar sobre a Geografia histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata (1808-1897)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

- GIROLETTI, Domingos. **A industrialização de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980.
- GUIMARÃES, Mário Mazzei, RIBEIRO, Benedito. **História dos bancos e do desenvolvimento financeiro do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Pro-Service, 1967.
- HASENBALG, Carlos Alfredo e BRIGAGÃO, Clóvis. **O setor financeiro no Brasil: aspectos históricos**. Rio de Janeiro: Dados, 1970.
- HORVITZ, Paul M. Stimulating Bank Competition Through Regulatory Action. **Journal of Finance**, March. v 20, n. 1. 1965, 1-13.
- IGLÉSIAS, Francisco. **Política econômica do governo provincial mineiro 1835-1889**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.
- JACOB, Rodolpho. **Minas no XXº século**. Rio de Janeiro: Gomes & Irmão, 1910.
- KAUFMAN, George G. Bank Runs: Causes, Benefits, and Costs. **Cato Journal**. Vol. 7, No. 3. 1988, p. 559-594.
- KAUFMAN, George J. Implications of Large Bank Problems and Insolvencies for the Banking System and Economic Policy. In: **Occasional Papers, SM-85-3**. Federal Reserve Bank of Chicago, 1985.
- LAGEMANN, Eugenio. **O Banco Pelotense e o sistema financeiro regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- LAPIDUS, I. e OSTROVITIANOV, K. V. **Conceitos Fundamentais de O Capital: Manual de Economia Política**. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1944.
- LENIN, Vladimir Ilich. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)**. Campinas. Dissertação de Mestrado (IFCH/UNICAMP), 1977.
- LIMA, Vasco de Castro. **A Estrada de Ferro Sul de Minas. 1884-1934**. São Paulo: Copag, 1934.
- MARCONDES, Renato Leite. Caixas econômicas públicas e depósitos populares no Brasil (1861-1940). **AMERICA LATINA EN LA HISTORÍA ECONÓMICA**, v. 21, p. 116, 2014.
- MARCONDES, Renato Leite. Crédito Privado antes da Grande Depressão do Século XX: O Mercado Hipotecário. **Estudos. Econômicos**. São Paulo, vol.44, n.4, p.749-786, out.-dez. 2014.
- MARCONDES, Renato Leite. Malogro da fortuna: política de crédito, hipotecas e Caixas Econômicas na década de 1930. **Nova Economia**. Belo Horizonte, n.25, v. 2. maio-agosto de 2015. pp 261-288.

- MARCONDES, Renato Leite. Quem eram os credores? Hipotecários, depositantes e capitalistas paulistanos (1865-1930). **Locus** (UFJF), v. 20, p. 207-234, 2014.
- MARCONDES, Renato Leite; HANLEY, Anne G. Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901). **Estudos Econômicos** (São Paulo), 2010, 40: 103-131.
- MARCONDES, Renato Leite; OLIVEIRA, Lélío Luiz de. A expansão cafeeira e o financiamento hipotecário: Sudoeste de Minas Gerais e Nordeste Paulista na Primeira República. **Nova Economia** (UFMG), v. 31, p. 667-695, 2021.
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O setor bancário privado carioca entre 1918 e 1945: os bancos Boavista e Português do Brasil – um estudo de estratégias empresariais**. Dissertação (Mestrado em História Social) – IFCS/UFRJ, 1998.
- MARSON, Michel. A indústria de transformação no sul de minas gerais, 1907-1937. **História Econômica & História de Empresas**. vol. 20 n. 1. 2017, 153-184.
- MARTINS, Ana Luiza. **Itaú Unibanco 90 anos: uma história muito além dos números**. Rio de Janeiro: Scriptorio, 2014.
- MARTINS, Marcelino & JOHNSTON, E. **150 anos de café**, Apêndice estatístico. São Paulo: Salamandra, 1992.
- MARTINS, Marcos Lobato. A marcha do café no Sul de Minas, décadas de 1880-1920: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 7, ed. 1, jan/jun 2014.
- MARTINS, Roberto Borges. MARTINS, Maria do Carmo Salazar. As exportações de Minas Gerais no século XIX. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n.58, 1994.
- MELLO, João Manoel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso. **Metamorfose da Riqueza: São Paulo, 1845-1895**. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MÜLLER, Elisa. **Moedas e bancos no Rio de Janeiro no século XIX**. Disponível em <[http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/moedas e bancos no rio de janeiro no seculo xix.pdf](http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/moedas_e_bancos_no_rio_de_janeiro_no_seculo_xix.pdf)>. Acesso em novembro de 2018.
- NEUHAUS, Paulo. **História monetária do Brasil: 1900-45**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1975.
- NORCROSS, Robert W., Jr. The Bank Insolvency Came: FDIC Superpowers, the D'Oench Doctrine, and Federal Common Law. **Banking Law Journal** (July/August 1986), p. 316-356.
- OLIVEIRA, José; GRINBERG, Lúcia. **A saga dos cafeicultores no Sul de Minas**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

- OLIVEIRA, Lélío Luiz de; MARCONDES, Renato Leite. Outro modo de financiar o café: hipotecas no sudoeste de Minas Gerais (1890-1914). **Varia História**, 2018, 34: 227-260.
- PELÁEZ, Carlos Manuel. As consequências da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889 e 1945, **Revista Brasileira de Economia**, 25 (3), setembro, 1971.
- PEREIRA, Reginaldo de Oliveira. **Nas margens da Mogiana: as repercussões da cafeicultura no município de Orlandia (1901-1940)**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca, 2005.
- PINHEIRO, Rafaela Carvalho. **Trabalho, terra e capital no Sul de Minas em transição**. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 186. 2017.
- PIRES, Anderson. **Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas (1889-1930)**. Tese de Doutorado. Juiz de Fora: FFLCH/USP, 2004.
- PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930**. Dissertação de Mestrado – UFF – Niteroi, 1993.
- PIRES, Anderson. Complexo Cafeeiro e Estrutura Financeira: Uma Observação sobre a Economia da Zona da mata de Minas Gerais (1889/1930). **Locus** (Juiz de Fora), v. 14, p. 221-251, 2008.
- PIRES, Anderson. Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira 1850-1930. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 2, p. 139-194, maio-ago/2007.
- REQUIÃO, Rubens. As sociedades anônimas de capital autorizado e de capital aberto. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, n. 11, 1968.
- RIBEIRO, T. R. M. Considerações sobre a grande depressão e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. **Revista Cantareira**, n. 29, 13 ago. 2019, pp. 193-205.
- SAES, Alexandre Macchione. ROSA, Elton Rodrigo. Mercado Pontual: atuação estatal na formação da Feira de Gado de Três Corações (1900-1920). *In*: SAES, Alexandre Macchione. MARTINS, Marcos Lobato. **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX**. Bauru, SP: Edusc, 2012.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. **As ferrovias de São Paulo (1870-1940)**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. **Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista - 1850/1930**. IPE/USP, São Paulo, 1986.
- SALES, José Roberto. **Imigração Italiana em Varginha (MG)**. Disponível em <<https://www.ponteentreculturas.com.br/revista/VARGINHA.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2019.

- SCHULZ, John. **A crise financeira da abolição**. Trad. Denis Augusto Fracalossi. – 2. ed. – São Paulo: Edusp, 2013.
- SILBER, Simão Davi, Análise da política econômica e do comportamento da economia brasileira durante período 1929/1939. *In*: Flávio Rabelo Versiani e José Roberto Mendonça de Barros (orgs.), **Formação econômica do Brasil: A experiência da industrialização**, São Paulo: Saraiva, 1977.
- SILVA, José Rodrigues. **A descontinuidade em banco comercial privado nacional um estudo de caso: O COMIND**. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Estudos Contábeis, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1990.
- SILVA, Marcel Pereira da. **De gado a café: as ferrovias no Sul de Minas Gerais (1874-1910)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2012.
- SILVA, Sergio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Ômega, 1995.
- SILVEIRA FILHO, Mario Megale da. Visão histórico-evolutiva do Direito Recuperacional. **Revista Fafibe**, São Paulo, v. 1, n. 4, p.1-14, 30 mar. 2011.
- SINKEY, Joseph F., Jr. **Problem and Failed Institutions in the Commercial Banking Industry**. Connecticut: JAI Press Inc., 1979.
- SIQUEIRA, Alexis Cavicchini Teixeira de. **A História dos Bancos no Brasil: Das casas bancárias aos conglomerados financeiros**. Rio de Janeiro: Cop Editora, 2007.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 2 v.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. **Zappa, trabalho e vinho** (enxada, trabalho e vinho). Os imigrantes italianos e sua importância na vitivinicultura de Andradas (1890-1954). Comunicação apresentada no I Colóquio De História Local e Regional IF Sul de Minas, Campus de Muzambinho, 2017.
- TANNURI, Luiz Antonio. **O Encilhamento**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. 1977.
- TEODORO, Rodrigo da Silva. **O crédito no mundo dos senhores do café**. Franca 1885-1914. Dissertação de Mestrado, Campinas: IE/UNICAMP, 2006.
- TOSI, Pedro Geraldo. FALEIROS, Rogério Naques. TEODORO, Rodrigo da Silva. Crédito e Pequena Cafeicultura no Oeste Paulista: Franca/SP 1890-1914. **RBE**. Rio de Janeiro. v. 61 n.3/p.405-426 Jul-Set 2007.
- TRINER, Gail. **Banking and economic development: Brazil, 1889-1930**. New York: Palgrave, 2000.
- TRINER, Gail. The formation of Modern Brazilian Banking, 1906-1930: Opportunities and Constraints Presented by the Public and Private Sectors. **Journal of Latin American Studies**, 1996.

- VALE, Fernando Henrique do. **Economia de abastecimento em uma sociedade exportadora**: o município de Pouso Alegre/MG na transição para o século XX. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2018.
- VIEIRA, Evaldo Amaro. Considerações históricas sobre a expansão da rede bancária brasileira. **Revista de História**, [S. l.], v. 47, n. 96, p. 409-452, 1973.
- VILLELA, Aníbal Vilanova e SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O federalismo oligárquico brasileiro: uma revisão da “política do café-com-leite”. **Anuário IEHS**, 2001, 16: 73-90.
- WIRTH, John. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ZEKA, José Augusto Pereira. Capital social autorizado no estatuto originário. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, 3.1-2: 1/18, 1979.

ANEXO I

FORMAÇÃO DO SUL DE MINAS

O Sul de Minas, região estrategicamente localizada entre as capitais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, tem na origem de sua povoação os bandeirantes paulistas. Estes, na busca pela mineração aurífera, estabeleceram sólidos arraiais, ainda que as catas de ouro tenham durado pouco tempo, num período anterior às principais vilas mineradoras, como Vila Rica e Mariana. A região não tardou a alcançar um desenvolvimento econômico notável, primeiramente nos centros urbanos, durante a mineração, logo em seguida no meio rural, com destaque pelo uso do solo proporcionado pelas boas condições climáticas e geográficas.

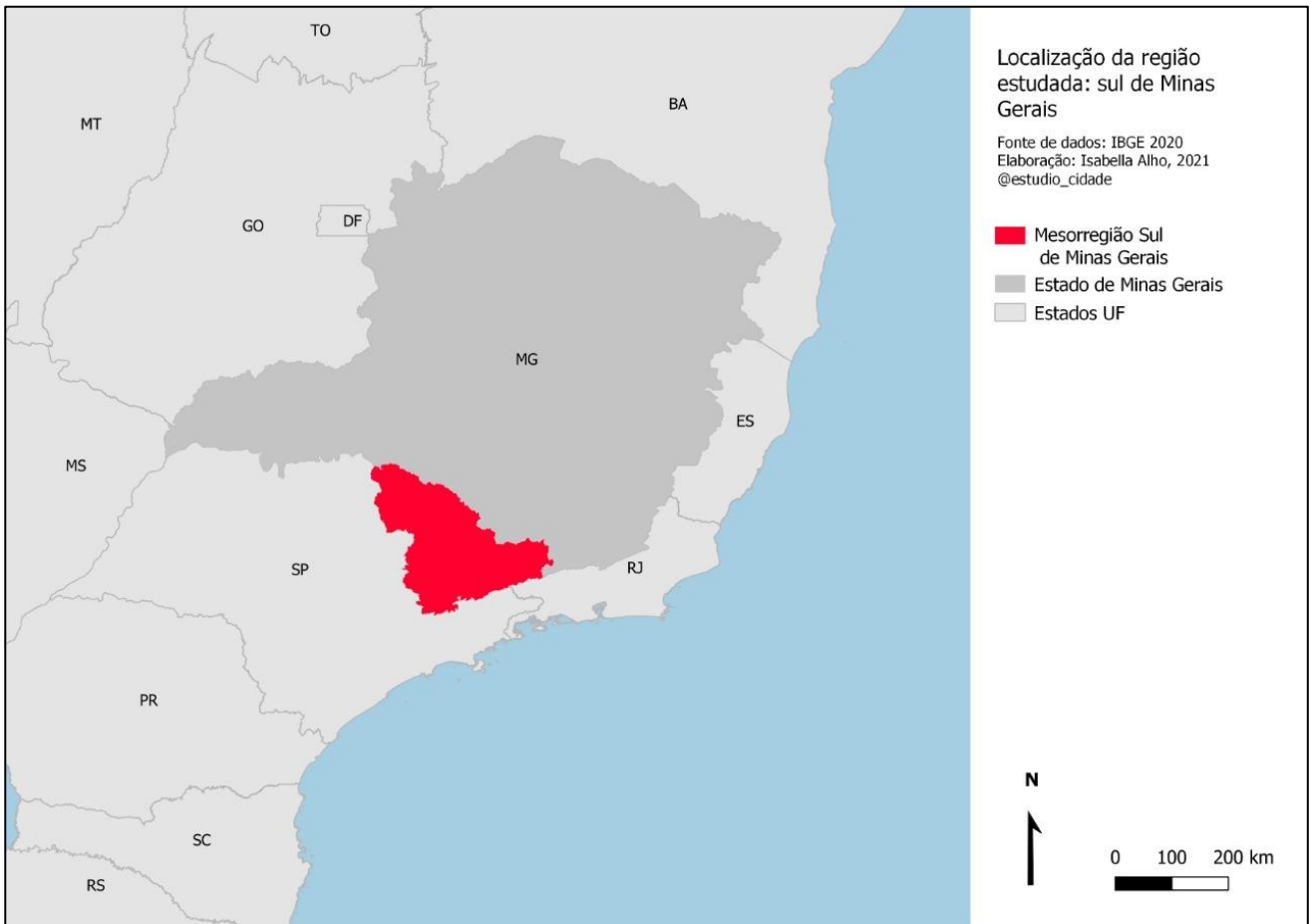
A região compreendida como Sul de Minas desmembrou-se da comarca do Rio das Mortes⁶¹⁶ em 1833, dando origem à comarca do Rio Paraibuna, e à do Rio Sapucaí. Esta última congregou os termos de São Carlos do Jacuí e Pouso Alegre, tendo Campanha como sede da comarca do que hoje é considerado Sul de Minas⁶¹⁷. Para o ano de 1836, Campanha possuía 55 casas de negócio, além de 28 comércios que vendiam aguardente ao longo das estradas entre os distritos da vila. Assim, nas primeiras décadas do século XIX, a economia sul-mineira era baseada sobretudo no plantio da cana para produção de aguardente, açúcar e rapadura e na criação de animais⁶¹⁸. Por várias décadas a produção consistiu nos cereais como arroz, feijão e milho, nos animais suínos e bovinos e ainda em produtos algodão, fumo, chapéus e tecidos.

⁶¹⁶ A comarca recebeu o nome de Rio das Mortes por estar a vila de São João del Rei assentada junto ao rio de mesmo nome.

⁶¹⁷ GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del Rei (1831-1888)**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. p. 27.

⁶¹⁸ ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elite escravista no Sul de Minas Gerais: opções de investimento e composição da riqueza - século XIX**. In: XIV Seminário sobre Economia Mineira, 2010, Diamantina. Anais Eletrônicos do XIV Seminário sobre Economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG, 2010. v. 1. p. 1-19.

Figura 41 – O Sul de Minas



Fonte: Elaboração de Isabela Alho, a pedido da autora, segundo dados do IBGE de 2020.

O Sul de Minas, desde o início de sua colonização, foi qualificado como uma das principais regiões mineiras, quer na esfera econômica, com sua produção voltada ao abastecimento⁶¹⁹ e em seguida pela sua grande produção de café, quer por sua ampla

⁶¹⁹ Vários trabalhos têm demonstrado a importante participação da região sul-mineira no abastecimento não apenas de outras regiões da província, mas de também de outros mercados, como LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação:** o abastecimento da Corte na formação da política do Brasil, 1808-1842. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993; ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites Regionais e a Formação do estado Imperial Brasileiro:** Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: 2008; ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elite escravista no Sul de Minas Gerais:** opções de investimento e composição da riqueza - século XIX. In: XIV Seminário sobre Economia Mineira, 2010, Diamantina. Anais Eletrônicos do XIV Seminário sobre Economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG, 2010. v. 1. p. 1-19; CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **Economia sul-mineira:** o abastecimento interno e a economia cafeeira (1870-1920). Heera (UFJF. Online), v. 4, p. 1-29, 2009; CAMPOS, Bruno Nascimento. **Tropas de aço:** os primeiros impactos da *Minas and Rio Railway* sobre a economia de abastecimento no Sul de Minas (1884-1902). Cultura História & Patrimônio, v. 1, n. 1, 2012; SILVA, Marcel Pereira da. De gado a café: as ferrovias no Sul de Minas Gerais (1874-1910). Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2012; MARTINS, Marcos Lobato. Plantar, pasturar e fiar na Vila Formosa de Alfenas, MG: décadas de 1850-1890. Estud. Econ. 2013, vol.43, n.2, pp. 397-429; SAES, Alexandre Macchione. ROSA, Elton Rodrigo. **Mercado pontual:** atuação estatal na formação da Feira de Gado de Três Corações (1900-1920). In: SAES, Alexandre Macchione (Org.); MARTINS, Marcos

participação política sobretudo nos séculos XIX e XX⁶²⁰. Tais fatos, sem dúvida proporcionaram o desenvolvimento da região.

O fim do período minerador sul-mineiro trouxe consigo o fim do surto de desenvolvimento urbano, fazendo com que a organização econômica da região passasse a priorizar o campo, dando maior atenção, assim, à produção agropastoril. Essa produção configurou uma das fases fundamentais da dinâmica do Sul de Minas, a economia de abastecimento. Dessa forma, o comércio de gêneros alimentícios estruturou a organização social da região ao longo de todo século XIX.

Enquanto a atividade mineradora florescia no centro de Minas Gerais, o Sul especializava-se na produção voltada para o abastecimento da província. Com o declínio da mineração, a região sul-mineira, que já apresentava sua produção de gêneros de primeira necessidade estabilizada, passou a destiná-la à busca de novos mercados. Nesse sentido, o comércio de mantimentos do Sul de Minas, estabelecido num primeiro momento para abastecer a província, foi direcionado para o mercado carioca, sobretudo a partir de 1808 com a chegada da Corte⁶²¹. Depois de um certo período, a próspera produção agropastoril possibilitou a criação de um centro comercial de distribuição, cujas mercadorias eram transportadas pelas tropas que faziam o abastecimento da região.

Vale destacar o papel mercantil dessa produção, responsável pela dinâmica da economia sul-mineira. Marcos Andrade⁶²² ressalta o direcionamento de capitais deslocados da mineração para o Sul de Minas por apresentar atividades comerciais altamente desenvolvidas.

Lobato (Org.). Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX. Bauru, SP: Edusc, 2012; SAES, Alexandre Macchione. CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **Cortando a Mantiqueira: entre café e abastecimento no Sul de Minas (1880-1920)**. Saeculum - Revista de História. João Pessoa, jul./dez. 2013; VIEIRA, Eduardo José. **Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/MG (1870 – 1888)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2015; FERREIRA, Natania Silva. Elite agrária e processo de urbanização: o município de Varginha (1882-1920). Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2016; VALE, Fernando Henrique. Economia de abastecimento em uma sociedade exportadora: O Município de Pouso Alegre na transição para o século XX. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2018; VALE, F. H.; SAES, Alexandre Macchione; CARVALHO, Rafaela R. **S. Pouso Alegre: uma economia de abastecimento numa sociedade exportadora (1880-1920)**. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. (Org.). Sul de Minas em Urbanização: modernidade urbana no início do século XX. 1ed. São Paulo: Alameda, 2016, v. 1, p. 287-313.

⁶²⁰ Para aprofundar na participação política do Sul de Minas, consultar por exemplo PASCOAL, Isaiás. **O Sul de Minas no processo de constituição do Estado nacional**. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 9 Ano IX nº 1. Jan. de 2012. CASTILHO, Francisco de Almeida. Balanço historiográfico: a representatividade política em Minas na Primeira República. **Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história**. Ouro Preto: Edufop, 2009.

⁶²¹ LENHARO, Alcir. *Op. cit.*, 1993.

⁶²² ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Op. cit.*, 2010.

Assim, claro está que o ambiente rural era não somente importante, mas a pedra angular da economia do Sul de Minas, de modo a justificar uma elite⁶²³ dona de terras, homens⁶²⁴ e produtora mantimentos voltados essencialmente para o comércio. Tal fato ajuda a compreender porque a maioria dos fundadores do Banco do Sul de Minas era composta por nada menos que fazendeiros, lavradores e comerciantes⁶²⁵.

Ao longo do século XIX, as fazendas especializam-se no plantio de cana, produzindo açúcar, aguardente e rapadura, além da criação de animais. Por várias décadas a produção consistiu nos cereais como arroz, feijão e milho, nos animais suínos e bovinos e em produtos como açúcar, algodão, fumo, chapéus e tecidos. Dessa forma, as unidades escravistas agropecuárias não deixam dúvidas quanto à sua capacidade tanto de gerar riqueza quanto de articular o abastecimento interno. As grandes fortunas eram oriundas das múltiplas atividades, nas quais geralmente um grande fazendeiro também fazia as vezes de negociante e transportador⁶²⁶.

Nas décadas finais do século XIX e início do XX o Sul de Minas estava modernizando-se, ao passo da transformação pela qual o Brasil passava. O fim da mão de obra escrava e a transição para o trabalho assalariado, bem como o ocaso da monarquia e o início da república, imprimiram um ritmo de transição plena aos moldes capitalistas verificados nos países mais desenvolvidos. Com os centros urbanos ganhando cada vez mais importância em relação ao campo, a estrutura social que imperou no século XIX estava se alterando, e com ela o modo de organização dos municípios sul-mineiros.

De fato, é no espaço urbano que estão as condições necessárias à consolidação do capitalismo e do processo de urbanização, como agrupamento de pessoas, a divisão social do trabalho, o desenvolvimento da indústria, do comércio, dos bancos, dos serviços urbanos e das atividades culturais. Tais fatores impulsionaram a economia como não ocorria no ambiente rural⁶²⁷.

⁶²³ Sobre a elite sul-mineira consultar ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Op. cit.*, 2008; e FERREIRA, Natânia Silva. *Op. cit.*, 2016.

⁶²⁴ A ideia de homem rico naquela época passava pela posse de homens e terras. Como demonstram vários trabalhos, o Sul de Minas mantinha uma grande quantidade de escravos, a exemplo mesmo da província mineira, que deteve a maior quantidade de cativos do Brasil. Ver SZMRECSÁNYI, Tamás. (Orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.

⁶²⁵ A análise dos fundadores do Banco do Sul de Minas é aprofundada no capítulo 3.

⁶²⁶ “Era o caso do Capitão Manoel Francisco Ribeiro, que em 1888 possuía um negócio de secos e molhados, além de vinte e dois semoventes possivelmente para o comércio já que vinte deles eram gado vacum, e vinte escravos, dos quais dois eram tropeiros”. PINHEIRO, Rafaela Carvalho. *Trabalho, terra e capital no Sul de Minas em transição*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2017. Cf.: ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Op. cit.*, 2008.

⁶²⁷ FERREIRA, Natania Silva. *Op. cit.*, 2016, p. 46.

Na transição do século XIX para o XX, o aumento populacional que o Sul de Minas conheceu apontava seu crescimento econômico, uma vez que o próprio incremento urbano suscitava uma maior dinâmica econômica. O *Almanach Sul-Mineiro* para o ano de 1874 enunciou uma população sul-mineira de 341.078 habitantes, número que aumentou para 730.000 em 1907 e alcançou cerca de 1 milhão em 1920⁶²⁸.

Conforme a Tabela 39, no geral, as localidades aumentaram sua população de 417.702 em 1907 para 555.483 em 1936. Ainda que tal crescimento não apresente nada de espetacular⁶²⁹, vale ressaltar que essas foram as cidades do Sul de Minas que fundaram suas próprias instituições bancárias, de 1909 a 1940⁶³⁰. Faz-se importante salientar ainda, que a densidade demográfica dessas cidades, razoavelmente parecidas, caracterizaram – e ainda caracterizam – a região sul-mineira, na qual não há a predominância de um único município, fato que se verifica para todas as outras regiões de Minas Gerais⁶³¹. Especificamente, os municípios que tiveram diminuição na quantidade de habitantes provavelmente sofreram desmembramento de seu território⁶³².

⁶²⁸ Esse número demográfico configura-se apenas como uma referência, uma vez que ainda hoje não há consenso sobre as linhas geográficas que definem o Sul de Minas enquanto região, além do fato de haver imprecisão no cômputo de habitantes. Anderson Pires, em seu trabalho sobre Juiz de Fora, por exemplo, contabilizou 250.000 pessoas para a Zona da Mata em 1872, o que classificou como 66,88% da população mineira, e 430.000 para 1890 (Cf.: PIRES, Anderson José. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889-1930*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2004).

⁶²⁹ Juiz de Fora observou sua população saltar de 85.450 habitantes em 1907 para 120.270 em 1936 (Anuário Estatístico do Brasil, 1908-1912; Sinopse Estatística do Estado de Minas Gerais, 1938.)

⁶³⁰ Conforme descrito no item 1.1 desse capítulo.

⁶³¹ Como é o caso, a título de exemplo, de Juiz de Fora na Mata, Uberlândia no Triângulo e Montes Claros no Norte de Minas, isto é, cidades que se assinalaram como capitais regionais. O mesmo não ocorreu no Sul de Minas, onde há algumas cidades qualificadas enquanto polo da região, como Poços de Caldas, Pouso Alegre e Varginha.

⁶³² O que ocorreu em Machado, que deu origem a Paraguaçu em 1912.

Tabela 39 – População das cidades sul-mineiras que fundaram instituições bancárias nas primeiras décadas do século XX

Município	1907	1912	1920	1936
Lambari	12.914	5.911	9.025	11.646
Alfenas	29.282	22.660	29.434	34.544
Andradas	11.108	11.967	20.956	27.043
Arceburgo	26.548	9.000	6.645	9.771
Bom Sucesso	25.611	27.928	25.551	32.657
Botelhos	27.415	14.933	10.793	13.928
Cabo Verde	27.415	14.600	19.425	25.065
Campanha	8.231	8.867	12.367	15.059
Cássia	29.957	34.787	31.596	21.775
Caxambu	3.624	4.222	12.079	15.589
Guaranésia	12.687	13.667	25.135	33.239
Lavras	71.456	43.350	42.859	55.319
Machado	22.955	19.960	29.357	23.593
Monte Santo de Minas	26.548	19.600	30.570	27.611
Paraguaçu*	-	4.769	10.546	17.049
Poços de Caldas	9.145	9.852	14.587	18.824
Pouso Alegre	35.363	18.594	67.401	64.937
Santa Rita do Sapucaí	16.595	18.279	28.922	26.391
São Sebastião do Paraíso	31.975	36.222	37.537	36.642
Três Corações	11.736	10.515	12.262	15.822
Varginha	31.967	25.359	22.457	28.979

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1908-1912. Recenseamento Geral da República, 1920. Sinopse Estatística do Estado de Minas Gerais, 1938.

* Paraguaçu foi desmembrada de Machado em 1912.

De qualquer forma, esse aumento populacional deu-se ao passo do crescimento da economia local, proporcionado pela expansão de seus centros urbanos⁶³³, a chegada das ferrovias⁶³⁴, a instalação dos bancos e outra mudança que seria fundamental para a região:

⁶³³ Como calçamento das ruas, construção de prédios, chegada da eletricidade, etc.

⁶³⁴ Diante das dificuldades de transporte da produção cafeeira em larga escala por meio das tropas, as estradas de ferro cumpriram importante papel no desenvolvimento da economia pautada pelo café. Ademais, as ferrovias garantiam a dinamização do comércio, de modo a evitar perdas e reduzir o tempo gasto no transporte. A estrada de ferro consistia em grande símbolo de transformação econômica e social, relacionada a um vultoso processo de modernização. A implantação das ferrovias podia depender não só do transporte do café, mas de influências políticas, de integração regional ou de transporte de pessoas. Nesse sentido, a partir de 1874, com a inauguração da Estrada de Ferro Minas e Rio, e em seguida com a Viação Férrea Sapucaí, Estrada de Ferro Muzambinho e Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, as cidades sul-mineiras foram interligadas pelas malhas ferroviárias para garantir o escoamento do produto principalmente para o porto de Santos em São Paulo e o porto do Rio de Janeiro. Assim, o Sul de Minas, em fins dos oitocentos, registrava maior crescimento das linhas férreas de Minas Gerais, o que demonstra certa importância da região no cenário geral de Minas e do Sudeste do Brasil, embora, por outro lado, as ferrovias dependessem das companhias ferroviárias de outros estados. Sobre o papel das ferrovias no Sul de Minas, consultar SILVA, Marcel Pereira da. *Op. cit.*, 2012; SAES, A. M.; COSENTINO, D. V.; SILVA, M. P.; GAMBI, T. F. R. **Sul de Minas em transição: ferrovias, bancos e indústrias na constituição do**

as atividades econômicas passaram a ser pautadas não apenas pelo comércio de abastecimento, mas também pelo café, inaugurando o início do terceiro ciclo da economia sul-mineira. Assim, a economia promoveu a expansão do comércio, da indústria e do café, que por sua vez ajudaram no crescimento da economia⁶³⁵.

Referências

- ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elite escravista no Sul de Minas Gerais: opções de investimento e composição da riqueza - século XIX**. In: XIV Seminário sobre Economia Mineira, 2010, Diamantina. Anais Eletrônicos do XIV Seminário sobre Economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG, 2010.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites Regionais e a Formação do estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: 2008.
- CAMPOS, Bruno Nascimento. **Tropas de aço: os primeiros impactos da Minas and Rio Railway sobre a economia de abastecimento no Sul de Minas (1884-1902)**. Cultura História & Patrimônio, v. 1, n. 1, 2012.
- CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **Economia sul-mineira: o abastecimento interno e a economia cafeeira (1870-1920)**. Heera (UFJF. Online), v. 4, p. 1-29, 2009;
- CASTILHO, Francisco de Almeida. Balanço historiográfico: a representatividade política em Minas na Primeira República. **Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história**. Ouro Preto: Edufop, 2009.
- FERREIRA, Natania Silva. **Elite agrária e processo de urbanização: o município de Varginha (1882-1920)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2016.
- GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. A expansão bancária no Sul de Minas em transição. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. (Org.). **Sul de Minas em transição: A formação do capitalismo na passagem para o século 20**. Bauru: EDUSC, 2012.
- GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del Rei (1831-1888)**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação da política do Brasil, 1808-1842**. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura,

capitalismo na passagem do século XIX para o século XX. In: XIV Seminário Sobre a Economia Mineira, 2010, Diamantina - MG. Anais do XIV Seminário Sobre a Economia Mineira, 2010.

⁶³⁵ Os bancos, desenvolvidos tardiamente em Minas Gerais, conheceram um processo de expansão apenas após a abolição da escravatura. No Sul de Minas, a expansão bancária acompanhou a expansão industrial⁶³⁵, embora se tratasse de instituições pequenas e com capital limitado, voltados essencialmente para demanda local. Como destaca Thiago Gambi, “o grosso das operações bancárias estava centrado em poucos bancos, nenhum deles no Sul de Minas” (GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. **A expansão bancária no Sul de Minas em transição**. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. (Org.). **Sul de Minas em transição. A formação do capitalismo na passagem para o século 20**. Bauru: EDUSC, 2012, p. 313.).

- Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.
- MARTINS, Marcos Lobato. Plantar, pasturar e fiar na Vila Formosa de Alfenas, MG: décadas de 1850-1890. **Estud. Econ.** 2013, vol.43, n.2, pp. 397-429.
- PASCOAL, Isaías. O Sul de Minas no processo de constituição do Estado nacional. Fênix – **Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 9 Ano IX nº 1. Jan. 2012.
- PIRES, Anderson José. Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889-1930. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2004.
- SAES, A. M.; COSENTINO, D. V.; SILVA, M. P.; GAMBI, T. F. R. **Sul de Minas em transição: ferrovias, bancos e indústrias na constituição do capitalismo na passagem do século XIX para o século XX**. In: XIV Seminário Sobre a Economia Mineira, 2010, Diamantina - MG. Anais do XIV Seminário Sobre a Economia Mineira, 2010.
- SAES, Alexandre Macchione. CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Cortando a Mantiqueira: entre café e abastecimento no Sul de Minas (1880-1920). **Saeculum - Revista de História**. João Pessoa, jul./dez. 2013.
- SAES, Alexandre Macchione. ROSA, Elton Rodrigo. Mercado pontual: atuação estatal na formação da Feira de Gado de Três Corações (1900-1920). In: SAES, Alexandre Macchione (Org.); MARTINS, Marcos Lobato (Org.). **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX**. Bauru, SP: Edusc, 2012.
- SILVA, Marcel Pereira da. **De gado a café: as ferrovias no Sul de Minas Gerais (1874-1910)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2012.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. (Orgs.). **História Econômica da Independência e do Império**. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.
- VALE, F. H.; SAES, Alexandre Macchione; CARVALHO, Rafaela R. S. Pouso Alegre: uma economia de abastecimento numa sociedade exportadora (1880-1920). In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. (Org.). **Sul de Minas em Urbanização: modernidade urbana no início do século XX**. 1ed.São Paulo: Alameda, 2016, v. 1, p. 287-313.
- VALE, Fernando Henrique. **Economia de abastecimento em uma sociedade exportadora: O Município de Pouso Alegre na transição para o século XX**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2018.
- VIEIRA, Eduardo José. **Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/MG (1870 – 1888)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2015.

ANEXO II
BANCOS FUNDADOS NO SUL DE MINAS, NA ZONA DA MATA E NO
CENTRO (1900-1940)

Tabela 40 – Bancos do Sul de Minas, da Mata e do Centro consoante ano de
fundação (1900-1940)

Instituições Bancárias	Sede	Fundação	Capital	Região	Falência
Banco de Guaxupé	Guaxupé	1909	300.000.000*	Sul	1929*
Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais S/A	Belo Horizonte	1911	5.890.000.000	Centro	1967*
Ribeiro Junqueira, Irmão & Botelho	Leopoldina	1912	150.000.000	Mata	1938*
Banco Comércio e Lavoura de Muzambinho	Muzambinho	1914	700.000.000*	Sul	1935*
Casa Bancária Eduardo Porto & Cia	Ubá	1916		Mata	1932
Banco Popular de Minas Gerais	Belo Horizonte	1916	100.000.000	Centro	1919*
Banco Santaritense S/A	Santa Rita do Sapucaí	1917	200.000.000	Sul	1937
Banco Comercial de Alfenas S/A	Alfenas	1918	500.000.000*	Sul	1939*
Banco de Monte Santo S/A	Monte Santo de Minas	1918	1.000.000.000*	Sul	1945*
Banco de Paraguaçu S/A	Paraguaçu	1919	150.000.000	Sul	1942
Casa Bancária Campos Lima & Cia	Guaranésia	1921	300.000.000	Sul	
Casa Bancária Alves, Pereira e Cia	Guaranésia	1921*	500.000.000*	Sul	1959*
Banco Machadense S/A	Machado	1921	200.000.000	Sul	1940*
Casa Bancária de Botelhos	Botelhos	1922	100.000.000*	Sul	1940*
Casa Bancária Ferreira Alves & Cia	Guaxupé	1922	500.000.000*	Sul	
Casa Bancária Lima, Bernardes, Forli & Cia	Monte Santo de Minas	1922*	300.000.000	Sul	
Casa Bancária Odilon Freire & Cia	Guaranésia	1922*	100.000.000*	Sul	1925*
Banco J. O. Resende & Cia	São Sebastião do Paraíso	1922	750.000.000	Sul	1937*
Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S/A	Belo Horizonte	1922	6.000.000.000	Centro	1975*
Casa Bancária Costa Ferreira	Arceburgo	1923		Sul	1925
Casa Bancária Cia. Indústrias Reunidas de Minas Gerais	Pitangui	1923	200.000.000	Centro	
Casa Bancária Alves Lima & Cia	Monte Santo de Minas	1924	1.000.000.000	Sul	1935*
Casa Bancária Monici & Graziani	Andradas	1924	50.000.000	Sul	1931
Banco Comercial e Agrícola A. C. Pinho & Cia.	São Sebastião do Paraíso	1924	1.000.000.000	Sul	1927*
Banco de Arceburgo	Arceburgo	1924	200.000.000	Sul	1930
Banco de Cabo Verde	Cabo Verde	1924	350.000.000	Sul	1935*
Banco Popular de Sul de Minas	Santa Rita do Sapucaí	1924	500.000.000	Sul	1927*
Banco Comercial de Minas Gerais	Carangola	1924	2.000.000.000	Mata	1931*
Banco de Cataguases	Cataguases	1924	500.000.000	Mata	1925*
Banco de Miraf S/A	Miraf	1924	501.000.000	Mata	1967*

Casa Bancária Tavares Monteiro & Cia	Guaranésia	1925	600.000.000	Sul	
Banco Comercial e Agrícola de Varginha	Varginha	1925	5.000.000.000	Sul	1943*
Banco de Cássia	Cássia	1925	500.000.000	Sul	
Banco de Varginha	Varginha	1925	1.200.000.000	Sul	1926*
Banco Agrícola de Sete Lagoas S/A	Sete Lagoas	1925	191.500.000	Centro	1966*
Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A	Belo Horizonte	1925	912.150.000	Centro	1971*
Casa Bancária Nunes & Melo	Caxambu	1926*	100.000.000	Sul	1928*
Casa Bancária Altivo Quintão	São Domingos do Prata	1926*	50.000.000	Centro	
Casa Bancária Bernardino Nantes	Monte Santo de Minas	1927		Sul	
Banco Comercial e Agrícola	São Sebastião do Paraíso	1927*		Sul	
Banco da Campanha S/A	Campanha	1927	550.000.000	Sul	1938*
Casa Bancária A Pontual	Belo Horizonte	1928		Centro	1929
Casa Bancária Dr. Antonio Ferreira Paulino	Belo Horizonte	1928	160.000.000*	Centro	1948
Casa Bancária Souza Bastos	Belo Horizonte	1928	50.000.000*	Centro	
Banco Comercial e Agrícola de Bom Sucesso	Bom Sucesso	1928	200.000.000	Sul	1934*
Banco de Caxambu	Caxambu	1928*	229.200.000*	Sul	1933
Banco de Pouso Alegre S/A	Pouso Alegre	1928	501.000.000	Sul	1938*
Banco de Minas S/A	Juiz de Fora	1928	2.000.000.000	Mata	1935
Banco Juiz de Fora	Juiz de Fora	1928		Mata	
Banco Mercantil do Estado de Minas Gerais S/A	Manhuaçu	1928	1.000.000.000	Mata	
Banco Mineiro S/A	Visconde do Rio Branco	1928	550.000.000	Mata	1981*
Banco Popular de Ubá	Ubá	1928*		Mata	
Banco Popular de Viçosa	Viçosa	1928*		Mata	
Banco dos Proprietários de Minas Gerais	Belo Horizonte	1928		Centro	1940
Casa Bancária Adel Costa Carvalho	Carangola	1929		Mata	
Casa Bancária Dr. Allu Marques	Curvelo	1929	50.000.000*	Centro	1948
Banco de Águas Virtuosas	Lambari	1929		Sul	
Banco Central de Minas Gerais	Belo Horizonte	1929		Centro	1932
Banco Comercial e Agrícola de Minas Gerais	Conselheiro Lafaiete	1930	163.150.000	Centro	
Banco de Crédito Predial S/A	Belo Horizonte	1930	1.200.000.000	Centro	1935*
Casa Bancária Moreira Salles & Cia	Poços de Caldas	1931*	300.000.000*	Sul	1940*
Banco de Crédito Popular de Varginha	Varginha	1931		Sul	1932*
Casa Bancária A. Della Lúcia	Três Corações	1932	250.000.000*	Sul	1946
Casa Bancária Irmãos Menicucci	Lavras	1932	400.000.000*	Sul	1945
Banco do Sul de Minas S/A	Varginha	1932	500.000.000	Sul	1937
Casa Bancária Wanderley Azeredo & Cia	Sete Lagoas	1933*	30.000.000	Centro	1949
Banco de Rio Preto	Rio Preto	1933	114.110.000	Mata	
Casa Bancária Porto & Ciall	Ubá	1935*		Mata	
Casa Bancária Randolpho Simões	Sete Lagoas	1935*		Centro	
Casa Bancária Ezequiel de Melo Campos	Belo Horizonte	1936	50.000.000	Centro	1956*
Casa Bancária Manoel Nicolau Junior	Belo Horizonte	1936	100.000.000	Centro	1946
Banco Mercantil Agrícola de Minas Gerais	Cataguases	1936	1.500.000.000	Mata	1939*

Banco Gontijo, Irmão, Sociedade LTDA	Belo Horizonte	1936*	5.000.000.000*	Centro	1966*
Banco Mineiro da Produção S/A	Belo Horizonte	1936*	50.000.000.000*	Centro	1967*
Casa Bancária Viúva Cândido Viana	Curvelo	1937*	50.000.000	Centro	1945
Banco Jequeriense	Jequeri	1937	800.000.000	Mata	
Casa Bancária Eduardo Lott	Juiz de Fora	1938*		Mata	
Casa Bancária Almério Gonçalves de Amorim & Cia	Belo Horizonte	1938*	250.000*	Centro	1953*
Casa Bancária Humberto Rocio	Belo Horizonte	1938	20.000.000	Centro	1948
Casa Bancária Irmãos Lima	Belo Horizonte	1938	50.000.000	Centro	1941
Banco Ribeiro Junqueira S/A	Leopoldina	1938*	6.000.000.000	Mata	1967*
Banco da Economia Popular	Belo Horizonte	1938		Centro	
Banco Popular de Belo Horizonte	Belo Horizonte	1938	133.997.500*	Centro	1943*
Banco de Botelhos S/A	Botelhos	1939	2.000.000.000	Sul	
Banco de Itajubá S/A	Itajubá	1939*	5.000.000.000	Sul	1958*
Casa Bancária Luciano	Belo Horizonte	1940	250.000.000	Centro	1943
Banco Moreira Salles S/A	Poços de Caldas	1940*	6.000.000.000	Sul	1967*

Fonte Elaborada pela autora a partir dos dados de Cláudio Bastos (1997).

* Ano de fundação, capital e ano da falência imprecisos.

ANEXO III
ACIONISTAS DO BANCO DO SUL DE MINAS

**Tabela 41 – Acionistas do Banco do Sul de Minas no momento de sua constituição,
1932**

	Nome	Por menor	Ocupação	Residente em	Nº de ações	Valor das ações
1	José Nicolau de Paiva		proprietário	Varginha	300	30:000\$000
2	José Werneck da Silva		comerciante	Varginha	200	20:000\$000
3	Antonio de Paiva Junior		fazendeiro	Varginha	200	20:000\$000
4	José Justiniano de Paiva		comerciante	Varginha	150	15:000\$000
5	Emilio Justiniano de Rezende e Silva		fazendeiro	Varginha	100	10:000\$000
6	João Urbano de Figueiredo Filho		fazendeiro	Varginha	100	10:000\$000
7	Manoel Cambraia Junior		comerciante	Fama	100	10:000\$000
8	Oswaldo Costa		comerciante	Varginha	100	10:000\$000
9	Silveiro Francisco de Oliveira		fazendeiro	Varginha	100	10:000\$000
10	Valter Paiva Rezende		industrial	Varginha	100	10:000\$000
11	Dr. Homero Vianna de Paula		médico	Varginha	100	10:000\$000
12	Joaquim de Rezende Pinto			Varginha	100	10:000\$000
13	Miguel Rotundo		comerciante	Varginha	80	8:000\$000
14	Domingos Ribeiro de Rezende		fazendeiro	Varginha	60	6:000\$000
15	Abdo Hassum		proprietário	Varginha	50	5:000\$000
16	Claudionor Vasconcellos		agricultor	Três Corações	50	5:000\$000
17	Domingos Monteiro de Rezende		fazendeiro	Três Pontas	50	5:000\$000
18	Francisco Evangelista de Araújo		fazendeiro	Três Pontas	50	5:000\$000
19	José Pinto de Barros		comerciante	Varginha	50	5:000\$000
20	José Procópio Bueno		fazendeiro	Eloy Mendes	50	5:000\$000
21	José Rezende de Paiva		comerciante	Varginha	50	5:000\$000
22	Nilo Costa e Silva		comerciante	Varginha	50	5:000\$000
23	Olynto dos Reis Campos		lavrador	Três Pontas	50	5:000\$000
24	Ovidio Reis		fazendeiro	Três Pontas	50	5:000\$000
25	Arthur Santos Junior	Maria Nise Paiva Santos		Varginha	50	5:000\$000
26	Flavio Augusto Fernandes	Luiz Fernandes		Campanha	50	5:000\$000
27	Franklin Ferreira de Queiroz			Varginha	50	5:000\$000
28	Gustavo Tavares da Silva		boiadeiro	Varginha	50	5:000\$000
29	Ismael Costa Pereira		engenheiro	Varginha	50	5:000\$000
30	pp. De Dr. João Leão de Faria (J. Nicolau de Paiva)		advogado e banqueiro	Alfenas	50	5:000\$000
31	pp. Dr. Oscar Guimarães Sant'Anna (Miguel Rotundo)		banqueiro	Rio de Janeiro	50	5:000\$000
32	Braziliano Alves Pereira		fazendeiro	Eloy Mendes	40	4:000\$000
33	Luiz Maselli & Filhos		comerciantes e industriais	Varginha	40	4:000\$000

34	Manoel Gonçalves		comerciante	Varginha	40	4:000\$000
35	Dr. Donato Valle		médico	Varginha	35	3:500\$000
36	Dina Pizzo		proprietária	Varginha	30	3:000\$000
37	Francisco dos Reis Campos		lavrador	Três Pontas	30	3:000\$000
38	João Paes de Carvalho		fazendeiro	Varginha	30	3:000\$000
39	José Gomes Nogueira		farmacêutico	Varginha	30	3:000\$000
40	Daniel A. Xavier		comerciante	Varginha	21	2:100\$000
41	Alvaro Britto		tabelião	Três Pontas	20	2:000\$000
42	Antonio de Paiva Junior	Léa Paiva		Varginha	20	2:000\$000
43	Antonio de Paiva Junior	Moacyr Tavares Paiva		Varginha	20	2:000\$000
44	Antonio de Paiva Junior	Antonio de Paiva Netto		Varginha	20	2:000\$000
45	Aristides Vieira de Mendonça		farmacêutico	Três Pontas	20	2:000\$000
46	Adelino C. Nogueira		fazendeiro	Varginha	20	2:000\$000
47	Annibal Vachelli		comerciante	Varginha	20	2:000\$000
48	Antonio Luiz Goulart		comerciante	Eloy Mendes	20	2:000\$000
49	Armenio Ferreira Porto		proprietário	Varginha	20	2:000\$000
50	Caio de Britto		fazendeiro	Três Pontas	20	2:000\$000
51	Fenoci & Irmão		comerciante	Varginha	20	2:000\$000
52	Hermenegilda de Rezende Pinto		proprietária	Varginha	20	2:000\$000
53	João Baptista Bueno		lavrador	Varginha	20	2:000\$000
54	Joaquim da Silva Passos		comerciante	Varginha	20	2:000\$000
55	Joaquim Pinto Ribeiro		lavrador	Varginha	20	2:000\$000
56	Jorge Seraphim		lavrador	Varginha	20	2:000\$000
57	José Antonio da Silveira Bragança		comerciante	Varginha	20	2:000\$000
58	José Francisco Coelho		fazendeiro	Varginha	20	2:000\$000
59	Domingos Ribeiro de Rezende	Estevam Figueiredo Rezende		Varginha	20	2:000\$000
60	Domingos Ribeiro de Rezende	Maria Figueiredo Rezende		Varginha	20	2:000\$000
61	José Pinto de Oliveira		fazendeiro	Varginha	20	2:000\$000
62	José Severo da Costa		comerciante	Varginha	20	2:000\$000
63	Lauro Ribeiro Nogueira		fazendeiro	Varginha	20	2:000\$000
64	Leonidas Augusto Leal		comerciante	Varginha	20	2:000\$000
65	Leopoldo de Mello Padua		comerciante	Varginha	20	2:000\$000
66	Manoel Alves Teixeira		fazendeiro	Varginha	20	2:000\$000
67	Mario Lionello		comerciante	Varginha	20	2:000\$000
68	Matheus Nogueira de Sá		comerciante	Varginha	20	2:000\$000
69	Navarra & Irmão		comerciantes e industriais	Varginha	20	2:000\$000
70	Odilon Salgado		industrial	Varginha	20	2:000\$000
71	Oscar Salgado		industrial	Varginha	20	2:000\$000
72	Paiva, Nunes e Cia		comissários de café	Varginha	20	2:000\$000
73	Pedro Zacharias		comerciante	Varginha	20	2:000\$000
74	pp. Roque Rotundo Filho (Miguel Rotundo)		comerciante	Rio de Janeiro	20	2:000\$000
75	Raul Costa		comerciante	Varginha	20	2:000\$000
76	Roque Rotundo		comerciante	Varginha	20	2:000\$000

77	Tarquino Hermogens Nogueira	proprietário	Varginha	20	2:000\$000
78	Iraides Paiva	estudante	Varginha	20	2:000\$000
79	Joaquim Severino de Paiva	advogado	Varginha	20	2:000\$000
80	José Bueno de Almeida	farmacêutico	Varginha	20	2:000\$000
81	José Deodato Rezende	dentista	Varginha	20	2:000\$000
82	Maria Isabel Paiva	estudante	Varginha	20	2:000\$000
83	Matheus Nogueira de Acayaba	advogado	Varginha	20	2:000\$000
84	pp. De Dr. João Aristoteles Lopes (J. Nicolau de Paiva)	advogado	Muzambinho	20	2:000\$000
85	Roque Rotundo	Nair Rotundo	Varginha	20	2:000\$000
86	Roque Rotundo	Maria Rotundo	Varginha	20	2:000\$000
87	Arthur Braga	comerciante	Varginha	15	1:500\$000
88	Benedicto Nethidieri	comerciante	Varginha	15	1:500\$000
89	G. Lucio & Irmão	comerciante	Varginha	15	1:500\$000
90	João Diniz	comerciante	Varginha	15	1:500\$000
91	Julio Teixeira	comerciante	Varginha	15	1:500\$000
92	Bruno Foresti	comerciante	Varginha	14	1:400\$000
93	Alcina Oliveira	professora	Varginha	10	1:000\$000
94	Alfredo Vasconcellos	dentista	Varginha	10	1:000\$000
95	Almerinda de Rezende Paiva		Varginha	10	1:000\$000
96	Anna Candida de Oliveira	professora	Varginha	10	1:000\$000
97	Annita Oliveira	professora	Varginha	10	1:000\$000
98	Antonio Luiz Gazolla	dentista	Varginha	10	1:000\$000
99	Azarias de Azevedo	farmacêutico	Três Pontas	10	1:000\$000
100	Dr. Antonio Astolpho Villela	médico	Eloy Mendes	10	1:000\$000
101	Emília Simões		Varginha	10	1:000\$000
102	Francisca Oliveira	professora	Varginha	10	1:000\$000
103	A. Nogueira & Cia	comerciantes	Varginha	10	1:000\$000
104	Achiller Massa	comerciante	Varginha	10	1:000\$000
105	Affonso Justino de Rezende e Silva	fazendeiro	Três Pontas	10	1:000\$000
106	Aginaldo Augusto de Araújo Azevedo	fazendeiro	Três Pontas	10	1:000\$000
107	Alberto Moraes	comerciante	Varginha	10	1:000\$000
108	Alcides Massa	industrial	Varginha	10	1:000\$000
109	Antonio Alves Teixeira	comerciante	Varginha	10	1:000\$000
110	Antonio Baptista dos Reis	lavrador	Varginha	10	1:000\$000
111	Antonio Geraldi	comerciante	Varginha	10	1:000\$000
112	Antonio Lage	comerciante	Varginha	10	1:000\$000
113	Antonio Rodrigues & Irmão	industriais	Varginha	10	1:000\$000
114	Aristides Martins	lavrador	Varginha	10	1:000\$000
115	Arlindo Roque da Silva	proprietário	Eloy Mendes	10	1:000\$000
116	Augusto Foresti	comerciante	Varginha	10	1:000\$000
117	Christiano Maciel do Prado	comerciante	Eloy Mendes	10	1:000\$000
118	Dendena e Figueiredo	comerciantes	Varginha	10	1:000\$000
119	Domingos Adriano	comerciante	Varginha	10	1:000\$000

120	Domingos Justiniano de Rezende e Silva	proprietário	Varginha	10	1:000\$000
121	Edson de Moraes Pádua	comerciante	Varginha	10	1:000\$000
122	Estellino Pereira	proprietário	Varginha	10	1:000\$000
123	Estevam Ribeiro de Rezende	fazendeiro	Varginha	10	1:000\$000
124	Francisco Candido de Vasconcellos	lavrador	Varginha	10	1:000\$000
125	Francisco de Paula Reis	fazendeiro	Varginha	10	1:000\$000
126	Francisco Horacio Nogueira	lavrador	Varginha	10	1:000\$000
127	Gabriel Penha de Paiva	proprietário	Varginha	10	1:000\$000
128	Hassum & Michae	comerciantes	Varginha	10	1:000\$000
129	Heitor Foresti	comerciante	Varginha	10	1:000\$000
130	I. Caracik	comerciante	Varginha	10	1:000\$000
131	José da Cruz Maduro	hoteleiro	Varginha	10	1:000\$000
132	Ismael Almeida	comerciante	Varginha	10	1:000\$000
133	J. Bueno & Cia.	comerciantes	Varginha	10	1:000\$000
134	João Manoel	comerciante	Varginha	10	1:000\$000
135	João Silveiro de Oliveira	fazendeiro	Varginha	10	1:000\$000
136	José Maximiano B. de Paiva	Esther Rezende Paiva	Varginha	10	1:000\$000
137	Joaquim Antonio de Oliveira	comerciante	Varginha	10	1:000\$000
138	Joaquim Baptista de Paiva	industrial	Varginha	10	1:000\$000
139	Joaquim de Araújo Filho	comerciante	Varginha	10	1:000\$000
140	Joaquim Ignacio de Avellar	lavrador	Varginha	10	1:000\$000
141	Joaquim Pinto de Oliveira	lavrador	Varginha	10	1:000\$000
142	José Barcellona de Oliveira	proprietário	Varginha	10	1:000\$000
143	José Bernardino de Oliveira	fazendeiro	Varginha	10	1:000\$000
144	José Candido de Souza Sobrinho	comerciante	Três Pontas	10	1:000\$000
145	José de Alencar Reis	fazendeiro	Varginha	10	1:000\$000
146	José Massa	proprietário	Varginha	10	1:000\$000
147	José Mendes	proprietário	Eloy Mendes	10	1:000\$000
148	José Pinto de Oliveira Fredo	lavrador	Varginha	10	1:000\$000
149	José Teixeira de Miranda	fazendeiro	Três Pontas	10	1:000\$000
150	Luiz Nogueira de Sá	comprador de café	Varginha	10	1:000\$000
151	Luiz Severo da Costa	proprietário	Varginha	10	1:000\$000
152	Manoel de Souza Oliveira	comerciante	Varginha	10	1:000\$000
153	Manoel Marques dos Santos	proprietário	Eloy Mendes	10	1:000\$000
154	Manoel Pinto Sobrinho	comerciante	Fama	10	1:000\$000
155	Luiz Teixeira da Fonseca	advogado	Varginha	10	1:000\$000
156	Maria Helena Begiatto Azevedo	proprietária	Três Pontas	10	1:000\$000
157	Marianno da Silva Campos	comerciante	Varginha	10	1:000\$000
158	Miguel de Lucca	comerciante	Varginha	10	1:000\$000
159	Olynto Alves Teixeira	agricultor	Varginha	10	1:000\$000
160	Orminda Fenoci	proprietária	Varginha	10	1:000\$000
161	Paulo Valias de Rezende	lavrador	Varginha	10	1:000\$000

162	pp. De Joaquim Simões		comerciante	Varginha	10	1:000\$000
163	Salles Jorge Nahar		comerciante	Varginha	10	1:000\$000
164	Maria Ottilia Chaves		professora	Varginha	10	1:000\$000
165	Sebastião Octaviano Filho		comerciante	Varginha	10	1:000\$000
166	Souza Pinto & Irmão		comerciantes	Varginha	10	1:000\$000
167	Miguel Mendes de Oliveira		farmacêutico	Eloy Mendes	10	1:000\$000
168	Newton de Paiva Ferreira		advogado	Belo Horizonte	10	1:000\$000
169	Pedro Poles de Vasconcellos Filho		dentista	Varginha	10	1:000\$000
170	Theodorio Bandeira Campos	Antonio Carlos Bandeira		Três Pontas	10	1:000\$000
171	Victoria Cervo Foresti		professora	Varginha	10	1:000\$000
172	Pedro Roquim	Aristoteles		Varginha	8,35	833\$334
173	Pedro Roquim	Altamiro		Varginha	8,33	833\$334
174	Pedro Roquim	Haroldo		Varginha	8,33	833\$334
175	Pedro Roquim	Antenor		Varginha	8,33	833\$334
176	Pedro Roquim	Alaor		Varginha	8,33	833\$334
177	Pedro Roquim	Angelo		Varginha	8,33	833\$334
178	Carlos F. Castro		gerente da Casa Pfaff	Varginha	7	700\$000
179	Dr. José Alcebíades da Silva Frota		médico	Varginha	6	600\$000
180	Francisco G. Vallim		comerciante	Varginha	6	600\$000
181	João Marcellino Bernardes		comerciante	Varginha	6	600\$000
182	Wladimir Pinto de Oliveira		advogado	Varginha	6	600\$000
183	Affonso Figueiredo	Lilian S. Figueiredo		Varginha	5	500\$000
184	Annita Nogueira Acayaba		modista	Varginha	5	500\$000
185	Aristides Pinto de Barros		empregado público	Varginha	5	500\$000
186	Atzulpho de Paiva		funcionário bancário	Varginha	5	500\$000
187	Clovis de Souza		caixa da Casa Pfaff	Varginha	5	500\$000
188	Dr. João Baptista Reis	Maria Kelia		Três Pontas	5	500\$000
189	Dr. João Baptista Reis	João		Três Pontas	5	500\$000
190	Gaspar Octaviano Ferreira		tabelião	Varginha	5	500\$000
191	Homero Frota	Homero Mendes Frota		Varginha	5	500\$000
192	José Bonifácio Caldeira de Araújo			Varginha	5	500\$000
193	José Gomes de Oliveira	Alzira		Varginha	5	500\$000
194	Julio Fonseca	Decio		Varginha	5	500\$000
195	Julio Fonseca	Dirceu		Varginha	5	500\$000
196	Jacob Salles		comerciante	Varginha	5	500\$000
197	Alvaro Mendes		industrial	Varginha	5	500\$000
198	Antonio Francisco Pereira		comerciante	Varginha	5	500\$000
199	Aristides Ribeiro		comerciante	Varginha	5	500\$000
200	João Baptista Ximenes		proprietário	Eloy Mendes	5	500\$000
201	João Paiva Bueno		comerciante	Varginha	5	500\$000
202	Joaquim Augusto Machado		proprietário	Eloy Mendes	5	500\$000
203	Joaquim Getulio Ferreira		comerciante	Varginha	5	500\$000
204	Jorge J. Manoel		comerciante	Varginha	5	500\$000

205	Oscar Salgado	José Oscar Salgado		Varginha	5	500\$000
206	José Augusto de Paiva		proprietário	Varginha	5	500\$000
207	José Augusto Machado		comerciante	Eloy Mendes	5	500\$000
208	Luciano Pereira Netto		comerciante	Eloy Mendes	5	500\$000
209	Otheniel Baptista da Cunha		comerciante	Varginha	5	500\$000
210	Romeu Bueno Salles		lavrador	Varginha	5	500\$000
211	Targino Hermogens Nogueira Netto		comerciante	Varginha	5	500\$000
212	Tuffio Henaine		comerciante	Varginha	5	500\$000
213	B. Lobato de Almeida		comerciante	Varginha	4	400\$000
214	Daniel Joven		comerciante	Varginha	4	400\$000
215	Francisco Ferreira Mendes		industrial	Varginha	4	400\$000
216	José Carneiro de Magalhães		guarda-livros	Varginha	3	300\$000
217	J. Reghin Sobrinho		comerciante	Varginha	3	300\$000
218	João Tobias Alves		comerciante	Varginha	3	300\$000
219	Joaquim Zeferino Sério		comerciante	Varginha	3	300\$000
220	Manoel Salles		comerciante	Varginha	3	300\$000
221	Antonio Amorim	Lucia		Varginha	2,5	250\$000
222	Antonio Amorim	Luza		Varginha	2,5	250\$000
223	Alvaro de Paula Costa		farmacêutico	Varginha	2	200\$000
224	Joaquim Pinto Ribeiro	Margarida Pinto Ribeiro		Varginha	2	200\$000
225	Antonio Teixeira de Rezende		comerciante	Paraguaçu	2	200\$000
226	Celso Paiva		lavrador	Varginha	2	200\$000
227	Viúva Miguel Lage		comerciante	Varginha	2	200\$000
228	Edson de Moraes Pádua	Solange Bueno Pádua		Varginha	1	100\$000
229	Manoel Salles	Nantala		Varginha	1	100\$000
230	Manoel Salles	Elza		Varginha	1	100\$000
231	Ney Alvarenga		tabelião	Varginha	1	100\$000
232	Abilio Cesar dos Reis		lavrador	Varginha	1	100\$000
233	Emilio Custodio de Souza		lavrador	Varginha	1	100\$000
234	Nelson Paiva Ferreira		industrial	Varginha	1	100\$000

Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).

Tabela 42 – Acionistas do Banco do Sul de Minas no momento da falência, 1937

	Nome	Por menor	Residente em	Nº de ações	Valor das ações
1	Ao Portador		Varginha	1.000	100:000\$000
2	J. Nicoláo de Paiva		Varginha	423	42:000\$000
3	José Camillo da Costa (espolio)		Rio de Janeiro	330	33:000\$000
4	Miguel Rotundo		Varginha	130	13:000\$000
5	Domingos Ribeiro de Rezende		Varginha	110	11:000\$000
6	Antonio de Paiva Junior		Varginha	105	10:500\$000
7	Manoel Cambraia Junior		Fama	100	10:000\$000
8	Domingos Monteiro de Rezende		Três Pontas	100	10:000\$000
9	João Urbano de Figueiredo Filho		Varginha	100	10:000\$000
10	Paiva Nunes & Cia.		Varginha	100	10:000\$000
11	Navarra & Irmão		Varginha	93	9:300\$000
12	José Geraldo da Silva Passos (Dr.)		Varginha	80	8:000\$000
13	Heloisa Fernandes		Campanha	75	7:500\$000
14	Luiz Fernandes (Dr.)		Rio de Janeiro	75	7:500\$000
15	José Justiniano de Paiva		Varginha	60	6:000\$000
16	João Leão de Faria (Dr.)		Alfenas	50	5:000\$000
17	José Procópio Bueno		Eloy Mendes	50	5:000\$000
18	Oscar Guimarães Sant'Anna (Dr.)		Rio de Janeiro	50	5:000\$000
19	Emilio Barrionuevo & Cia.		Santos	50	5:000\$000
20	Olyntho dos Reis Campos		Três Pontas	50	5:000\$000
21	Gustavo Tavares da Silva		Varginha	50	5:000\$000
22	J. Oliveira		Varginha	50	5:000\$000
23	Roque Rotundo		Varginha	45	4:500\$000
24	Ary de Brito		Três Pontas	40	4:000\$000
25	José Antonio da Silveira Bragança		Varginha	40	4:000\$000
26	Daniel A. Xavier		Varginha	35	3:500\$000
27	Francisco Reis Campos		Três Pontas	30	3:000\$000
28	Antonio Francisco de Oliveira		Varginha	30	3:000\$000
29	Dina Pizzo		Varginha	30	3:000\$000
30	José Duilio Fenoci		Varginha	30	3:000\$000
31	José Orlando Fenoci		Varginha	30	3:000\$000
32	Orminda Fenoci		Varginha	30	3:000\$000
33	Alberto Pereira Pinto de Andrade		Rio de Janeiro	25	2:500\$000
34	Raul Costa		Rio de Janeiro	25	2:500\$000
35	Mario Lionello		Santos	25	2:500\$000
36	Alvaro de Brito		Três Pontas	25	2:500\$000
37	Matheus Nogueira de Acayaba (Dr.)		Varginha	25	2:500\$000
38	Antonio Luiz Goulart		Eloy Mendes	20	2:000\$000
39	Nagib Assaf & Cia. Ltda		Rio de Janeiro	20	2:000\$000
40	Roque Rotundo Filho		Rio de Janeiro	20	2:000\$000

41	Alberto de Souza Siqueira		São Gonçalo do Sapucahy	20	2:000\$000
42	Léa de Paiva Netto	M	São Paulo	20	2:000\$000
43	Antonio de Paiva Netto	M	São Paulo	20	2:000\$000
44	Maria Izabel de Paiva		São Paulo	20	2:000\$000
45	Moacyr Tavares de Paiva		São Paulo	20	2:000\$000
46	Caio de Brito		Três Pontas	20	2:000\$000
47	Alcina de Oliveira		Varginha	20	2:000\$000
48	Anna Candida de Oliveira		Varginha	20	2:000\$000
49	Annita de Oliveira		Varginha	20	2:000\$000
50	Antonio Baptista dos Reis (espolio)		Varginha	20	2:000\$000
51	Emilio Justiniano de Rezende e Silva		Varginha	20	2:000\$000
52	Estevam Figueiredo de Rezende		Varginha	20	2:000\$000
53	Feliciano de Souza Pinto		Varginha	20	2:000\$000
54	Hermenegilda Rezende Pinto		Varginha	20	2:000\$000
55	Iraydes Paiva M. Vilhena		Varginha	20	2:000\$000
56	João Coelho Tavares	M	Varginha	20	2:000\$000
57	Antonio Coelho Tavares	M	Varginha	20	2:000\$000
58	João Silverio de Oliveira		Varginha	20	2:000\$000
59	Joaquim Pinto Ribeiro		Varginha	20	2:000\$000
60	Jorge Seraphim		Varginha	20	2:000\$000
61	José Pinto de Oliveira (Dr.)		Varginha	20	2:000\$000
62	Manoel Gonçalves		Varginha	20	2:000\$000
63	Manoel Martins Lourenço Gomes		Varginha	20	2:000\$000
64	Herodiano Alves do Espirito Santo		Dores de Boa Esperança	15	1:500\$000
65	Adelaide Meirelles Siqueira		São Gonçalo do Sapucahy	15	1:500\$000
66	Alberto Meirelles Siqueira		São Gonçalo do Sapucahy	15	1:500\$000
67	Elza Meirelles Siqueira		São Gonçalo do Sapucahy	15	1:500\$000
68	José Meirelles Siqueira		São Gonçalo do Sapucahy	15	1:500\$000
69	Léo Meirelles Siqueira		São Gonçalo do Sapucahy	15	1:500\$000
70	Manoel Villela Meirelles (Dr.)		Tambahú (SP)	15	1:500\$000
71	José da Silva Ferreira Filho		Varginha	15	1:500\$000
72	Maria Ottilia Chaves		Varginha	15	1:500\$000
73	Aristoteles Altamiro Roquim		Areias	10	1:000\$000
74	Newton de Paiva Ferreira (Dr.)		Belo Horizonte	10	1:000\$000
75	Estevam Ribeiro de Rezende		Carmo da Cachoeira	10	1:000\$000
76	Alvaro Mendes		Eloy Mendes	10	1:000\$000
77	Arlindo Roque da Silva		Eloy Mendes	10	1:000\$000
78	Chistiano Maciel do Prado		Eloy Mendes	10	1:000\$000
79	José Mentos		Eloy Mendes	10	1:000\$000
80	Manoel Marques dos Santos		Eloy Mendes	10	1:000\$000
81	Manoel Pinto Sobrinho		Fama	10	1:000\$000
82	José da Cruz Maduro		Limeira	10	1:000\$000
83	Agnello Augusto de Azevedo Araujo		Rio de Janeiro	10	1:000\$000
84	Sebastião Octaviano Filho		Rio de Janeiro	10	1:000\$000

85	Antonio Carlos Bandeira		Três Pontas	10	1:000\$000
86	Azarias de Azevedo		Três Pontas	10	1:000\$000
87	José Candido de Souza Sobrinho		Três Pontas	10	1:000\$000
88	José Vieira de Mendonça	M	Três Pontas	10	1:000\$000
89	Margarida Vieira de Mendonça	M	Três Pontas	10	1:000\$000
90	José Teixeira de Miranda		Três Pontas	10	1:000\$000
91	Maria Helena Beggiato de Azevedo		Três Pontas	10	1:000\$000
92	Alaôr Roquim		Trê Corações	10	1:000\$000
93	Angelo Roquim		Trê Corações	10	1:000\$000
94	Antenor Roquim		Trê Corações	10	1:000\$000
95	Maria Aparecida Vianna de Paula	M	Varginha	10	1:000\$000
96	Alcebíades Vianna de Paula	M	Varginha	10	1:000\$000
97	Alfredo de Vasconcellos (Dr.)		Varginha	10	1:000\$000
98	Almerinda Rezende Paiva		Varginha	10	1:000\$000
99	Annibal Vachelli		Varginha	10	1:000\$000
100	Antonietta Ribeiro Nogueira		Varginha	10	1:000\$000
101	Antonio Lage		Varginha	10	1:000\$000
102	Aristides Ribeiro		Varginha	10	1:000\$000
103	Dendena & Figueiredo		Varginha	10	1:000\$000
104	Francisca de Oliveira		Varginha	10	1:000\$000
105	Francisco Candido de Vasconcellos		Varginha	10	1:000\$000
106	Hassum & Michae		Varginha	10	1:000\$000
107	I. Caracik		Varginha	10	1:000\$000
108	João Manoel		Varginha	10	1:000\$000
109	João Marcellino Bernardes		Varginha	10	1:000\$000
110	Joaquim Ignacio de Avellar		Varginha	10	1:000\$000
111	Joaquim Pinto de Oliveira		Varginha	10	1:000\$000
112	José de Alencar Reis		Varginha	10	1:000\$000
113	José Francisco de Oliveira		Varginha	10	1:000\$000
114	José Pinto de Oliveira Prado		Varginha	10	1:000\$000
115	Luis Maselli & Filhos		Varginha	10	1:000\$000
116	Maria de Oliveira Foresti		Varginha	10	1:000\$000
117	Marietta Pizzo		Varginha	10	1:000\$000
118	Newon Pinto de Oliveira		Varginha	10	1:000\$000
119	Salles Jorge Nahar		Varginha	10	1:000\$000
120	Souza Pinto & Irmão		Varginha	10	1:000\$000
121	Sylvestre Francisco de Oliveira		Varginha	10	1:000\$000
122	Virgilio Borini		Varginha	10	1:000\$000
123	José Walter da Fonseca		Alfenas	5	500\$000
124	Antonio Vaz de Mello		Cambuquira	5	500\$000
125	Astolpho Henrique de Rezende		Carmo da Cachoeira	5	500\$000
126	Othoniel Baptista da Cunha		Carmo da Cachoeira	5	500\$000
127	Severino Candido da Silva Villela		Carmo da Cachoeira	5	500\$000
128	Therezinha Alice Duque de Rezende		Carmo da Cachoeira	5	500\$000
129	Jorge Pedro Nayme		Coqueiral	5	500\$000
130	Gaspar Octaviano Ferreira		Eloy Mendes	5	500\$000
131	João Baptista Ximenes		Eloy Mendes	5	500\$000
132	Miguel Mendes de Oliveira		Eloy Mendes	5	500\$000
133	Lilian Rotundo		Rio de Janeiro	5	500\$000
134	Joel Teixeira Reis		Santos	5	500\$000
135	Alvaro de Paula Costa		Varginha	5	500\$000

136	Antonio Pernambuco		Varginha	5	500\$000
137	Dario Braulio de Vilhena (Dr.)		Varginha	5	500\$000
138	Ismael Costa Pereira (Dr.)		Varginha	5	500\$000
139	João Baptista Bregalda		Varginha	5	500\$000
140	José Barcellona de Oliveira		Varginha	5	500\$000
141	José Bonifacio Caldeira de Araujo		Varginha	5	500\$000
142	José Gomes Nogueira		Varginha	5	500\$000
143	Lilian Silveira Bragança		Varginha	5	500\$000
144	Luciano Sanches Pereira		Varginha	5	500\$000
145	Maria Antonieta Paiva Grecco		Varginha	5	500\$000
146	Ricardo Reghin		Varginha	5	500\$000
147	Ruth Ribeiro Nogueira		Varginha	5	500\$000
148	Luza Amorim	M	Varginha	2,5	250\$000
149	Lucia Amorim	M	Varginha	2,5	250\$000
150	Horacio Nogueira de Almeida	M	Varginha	2	200\$000
151	José Nogueira de Almeida	M	Varginha	2	200\$000
152	Paulo Nogueira de Almeida	M	Varginha	2	200\$000
153	Maiza Nogueira de Almeida	M	Varginha	2	200\$000
154	Therezinha Nogueira de Almeida	M	Varginha	2	200\$000
155	Maria José de Faria		Varginha	2	200\$000
156	Nillo Massa	M	Varginha	2	200\$000
157	Eda Massa	M	Varginha	2	200\$000
158	Guido Massa	M	Varginha	0,8	80\$000
159	Mario Massa	M	Varginha	0,8	80\$000
160	José Massa	M	Varginha	0,8	80\$000
161	Walter Massa	M	Varginha	0,8	80\$000
162	Yvonne Massa	M	Varginha	0,8	80\$000

Fonte: BANCO DO SUL DE MINAS (*Op. cit.*, 1937-1940).